



**POVOAMENTO,
SOCIEDADE E ESCRAVIDÃO
NA ANTIGA MACAÉ
E EM CANTAGALO
SÉCULOS XVIII-XIX**



Marcia Amantino
Maria da Conceição Vilela Franco
Vitória Schettini
Organizadoras

**Povoamento, sociedade e escravidão
na antiga Macaé e em Cantagalo,
séculos XVIII-XIX**

**Marcia Amantino
Maria da Conceição Vilela Franco
Vitória Schettini
(Orgs.)**

**Povoamento, sociedade e escravidão
na antiga Macaé e em Cantagalo,
séculos XVIII-XIX**

E-book



São Leopoldo
2023

© Dos autores – 2023

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Isles de Sa. Anna. Debarquement d'esclaves nègres.

Paul Harro-Harring, nanquim, aquarela e guache sobre papel, 21,3 x 31,8 cm.

Coleção de Iconografia do Instituto Moreira Salles-IMS. Status de direitos autorais: domínio público – Disponível em: <https://zone47.com/crotos/?q=59856581>

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

P879 Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX. [E-book]. / Organizadoras: Marcia Amantino, Maria da Conceição Vilela Franco e Vitória Schettini. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

343 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-164-9

1. Macaé (RJ) – História. 2. Cantagalo (RJ) – História. 3. Crescimento urbano Macaé (RJ). 4. Sociedade – Arquitetura – Macaé (RJ). 5. Memória coletiva. 6. Patrimônio cultural Macaé (RJ). 7. Escravo liberto. I. Amantino, Marcia. II. Franco, Maria da Conceição Vilela. III. Schettini, Vitória.

CDU 981.532

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

À memória de
Marianny de Castro Camara,
amiga, mestra, doutoranda
e notável pesquisadora.
Com infinito respeito e
imensurável admiração!

Sumário

Apresentação – Conexões históricas regionais a partir de processamentos de dados das Fontes Primárias dos municípios fluminenses de Cantagalo e Macaé (séculos XVIII-XIX)..... 9

Maria da Conceição Vilela Franco

POVOAMENTO, OCUPAÇÃO E SOCIEDADE

Tropas e tropeiros no sertão do Macacu na segunda metade do século XVIII: mercadorias, rotas e caminhos 56

Vitória Schettini

Vinicius Maia Cardoso

O cotidiano dos jesuítas e de seus escravos em Macaé no século XVIII ... 79

Marcia Amantino

Em torno dos cemitérios da antiga Macaé 105

Maria da Conceição Vilela Franco

Claudia Rodrigues

O culto ao Santíssimo Sacramento, a produção de presença e as práticas de grupo na afirmação de uma elite religiosa na vila de São Pedro de Cantagalo durante sua formação (1814-1850) 135

Carlos Felipe Bento Bessa

O Barão da Póvoa do Varzim: atividades creditícias e negócios em Macaé na segunda metade do século XIX 151

Ana Lucia Nunes Penha

Viúvas e Donas: o papel da mulher suíça na família na vila de São Pedro de Cantagalo, 1850-1885 173

Marianny de Castro Camara (in memoriam)

Suíços: de Cantagalo a Macaé – As migrações internas ditadas pelo “ouro negro” 188

Henrique Bon

ESCRAVIDÃO

| | |
|--|-----|
| O batismo e a conversão do cativo em escravidão (Angola e Brasil, c.1715-c.1850) | 214 |
| <i>Roberto Guedes</i> | |
| A importância da mão de obra escrava e da Fazenda Atalaia na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, 1798 a 1875 | 250 |
| <i>Antônio José Vieira da Cruz Vitória</i> | |
| Os laços de compadrio entre a população escrava na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1850) | 265 |
| <i>Fabio Francisco dos Santos</i> | |
| As relações de compadrio a partir das alforrias de Pia Batismal na Vila de São Pedro do Cantagalo de 1838 a 1842 | 287 |
| <i>Renata Gomes dos Santos Palma</i> | |
| Notas sobre a dinâmica da população escrava e o mundo escravista a partir dos registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em Macaé (século XIX) | 300 |
| <i>Ronaldo Pereira dos Santos</i> | |
| Escravidão, saúde e doenças em Cantagalo (século XIX) | 320 |
| <i>Keith Valéria de Oliveira Barbosa</i> | |
| Sobre os autores e as autoras | 339 |

Apresentação
Conexões históricas regionais
a partir de processamentos de dados
das Fontes Primárias dos municípios fluminenses
de Cantagalo e Macaé (séculos XVIII-XIX)

Maria da Conceição Vilela Franco

Dra. em História Social/Unirio
Pós-Doutoranda/ PPGH-Universo

No decorrer do século XX, inicialmente na historiografia internacional e posteriormente na brasileira, desenvolveu-se um novo fazer historiográfico responsável por múltiplas possibilidades de estudos e pesquisas. A sua origem ligada a *La nouvelle histoire*, como “frequentemente chamada, é pelo menos tão conhecida como francesa” no contexto da primeira geração dos *Annales* e contou com Lucien Febvre e Marc Bloch, “os líderes do que pode ser denominado Revolução Francesa da Historiografia”¹. Mas seria durante a terceira geração, a partir das décadas de 1950 até 1970, que marcaria o nascimento e a consolidação significativa de campos de estudo sobre a história quantitativa. Inicialmente, na perspectiva da demografia da escola de Labrousse² e ainda de acordo com Peter Burke, “esta revolução quantitativa, como foi chamada, foi primeiramente sentida no campo eco-

¹ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 7-10.

² Ernest Labrousse foi um nome importante para a constituição da História Serial-Quantitativa, de acordo com José Costa D’Assunção Barros, “e para a sua conexão com a História Econômica”. Labrousse cedo se ligou a esse “célebre movimento historiográfico que ficou conhecido como Escola dos *Annales*”. Foi a partir “da segunda fase dos *Annales* – entre os anos 1946 e 1969 – que adquiriu sua tonalidade mais específica, preparando não apenas um novo modelo para a História Econômica, como também acenando para futuras assimilações do serialismo em outras modalidades historiográficas, tais como a História Demográfica e a história das mentalidades”. Apud BARROS, José D’Assunção. A História Serial e História Quantitativa no movimento dos *Annales*. *História Revista*, Universidade Federal de Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.

nômico, particularmente na história dos preços. Da economia espalhou-se para a história social, especialmente para a história populacional”³.

Mais tarde, difundiram-se campos de estudos sobre demografia histórica e história demográfica da população, da família, entre outros campos de abordagens. Conforme observação de Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott, pode-se atestar que esse contexto marcou o crescente interesse de muitos historiadores em conjugar técnicas de cunho serial e quantitativo para a exploração de variáveis demográficas e o uso de abordagens microanalíticas e nominativas que apostam na metodologia do cruzamento de fontes e, ao mesmo tempo, possibilitam tanto a exploração quantitativa dos dados como a análise ao nível de identificação individual dos atores sociais.⁴

Dentre as múltiplas possibilidades de estudos e pesquisas desse novo fazer historiográfico, é importante mencionar também os campos investigativos, como o da história agrária e o da história da cultura material, entre outros.

Também no contexto dessa terceira geração dos *Annales*, especialmente nas últimas quatro décadas, consolidou-se significativamente um outro campo historiográfico, que é o da história da morte. Do mesmo modo, a sua gênese pode ser buscada na provocação inicial de Lucien Febvre em 1941 de que “nós não possuímos uma história da morte”. Foi também no curso da terceira geração, a partir de fins da década de 1960, que se desenvolveriam os estudos sobre o morrer. Isso se daria, em um primeiro momento, na perspectiva da demografia labrousseana e, mais tarde, com a difusão da História das Mentalidades, em especial por Philippe Ariès e Michel Vovelle, quando se buscavam as sensibilidades coletivas e o imaginário acerca da morte e do além-túmulo. Mais recentemente, desde os anos 1980, inserido no âmbito da História Cultural francesa, o tema difundiu-se mais ainda na multiplicação dos estudos sobre as práticas e as representações diante da morte e do morrer, quebrando o predomínio até então exercido pelos franceses.

No enfoque sobre as sociedades ocidentais, algumas das principais temáticas que vêm sendo trabalhadas no campo da história da morte podem ser agrupadas em estudos sobre: as atitudes e as sensibilidades diante da morte na longa duração plurissecular; a relação entre o desenvolvimento do saber

³ BURKE, Peter. *Op. cit.*, p. 7-10.

⁴ SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 18 n. 1, p. 106-124, jan./jun. 2013.

médico-higienista, o fim dos sepultamentos nas igrejas e a criação de cemitérios públicos extramuros; a secularização dos cemitérios e a secularização da morte; a relação entre as práticas testamentárias e as sensibilidades diante da morte; atitudes e representações diante da morte e do além-túmulo; arte e arquitetura cemiterial; morte e mortalidade infantil.⁵

⁵ Para tais estudos consideram-se os trabalhos de ARIÈS, Phillipe. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade média*. Lisboa: Editorial Teorema, 1988; ARIÈS, Phillipe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; ARIÈS, Phillipe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003 e VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois*. Attitudes collectives devant la mort aux XVII^e et XVIII^e siècles. Paris: Gallimard / Julliard, 1974; VOVELLE, Michel. *Pieté Barroque déchristianisation em Provence au XVIII^e Siècle*. Paris: Éditions du Seuil. 1978; VOVELLE, Michel *Ideologia e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004; THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. *Les morts, L'Eglise et L'Etat: recherché d'histoire administrative sur la sepulture et les cimetières dans le resort du Parlement de Paris au XVII^e et XVIII^e siècle*. Paris: ISH – Institutions – société – Históires – 1977; ARIÈS, Phillipe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; VOVELLE, Michel *Ideologia e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004; REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; VALADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: 1972. CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002; NASCIMENTO, Maria Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII-XIX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006; PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do estado. Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2004; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de Editoração, 1997; RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. ROCHA, Maria Aparecida Borges De Barros. *Atitudes diante da morte em Cuiabá – 1860 a 1926: a guerra, a doença e a secularização dos cemitérios da cidade*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013; ALEXANDRE-BIDON, Danièle. *La mort au Moyen Age: XIII^e- XVI^e siècle*. Paris: Hachette literatures, 1998; ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, Cultura, memória – Múltiplas interseções: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 2007; ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa – Atitudes e Representações 1700-1830*. Lisboa: Edição/reimpressão: 1995. ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Rio Grande do Sul: 2006 (Tese de Mestrado PUCRS); AYROLO, Valentina. *Reflexiones sobre el proceso de "secularización" a través del "morir y ser enterrado"*. Córdoba del Tucumán en el siglo XIX. Dimensión Antropológica, Año 16, Vol. 46, mayo/agosto, 2009; BELLOMO, Harry R. (org.). *Cemitério do Rio Grande do Sul: arte – sociedade – ideologia*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2^a edição. 2008; BORGES, Maria Elizia. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002; CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Estado sem alma? laicidade e secularização dos debates acadêmicos aos debates parlamentares, entre 1870 a 1890*. Universidade de Juiz de Fora, 2013; CARNEIRO, Maristela. *Construção tumulares e representações de alteridade: materialidade e simbolismo no cemitério Municipal de São José, Ponta Grossa/PR, 1881-2011*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012; CASTRO, Vanessa de. *Das Igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007; CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva

Do mesmo modo, na última década do século XX, Sanjay Subrahmanyam apresentou a “proposta de uma historiografia que buscasse as ‘conexões’ nos processos históricos em espaços e/ou tempos amplos”⁶, cuja tarefa do historiador, como observou Serge Gruzinski, “pode ser a de exumar as ligações históricas ou a de explorar as *connected histories*”, cabendo ao mesmo verificar as múltiplas histórias, suas pluralidades e como elas se comunicam entre si.⁷ Além dessas perspectivas, Maria Verônica Secreto constata que “as histórias conectadas podem transitar entre escalas macro e micro; entre o sincrônico e o diacrônico”⁸, e acrescido a isso pode-se considerar entre os contextos locais e regionais dentre outros aspectos.

Considerando os aspectos mencionados, a presente proposta busca incentivar estudos e pesquisas dos referendados campos historiográficos e suas respectivas temáticas. Feito isso, objetiva-se refletir sobre estudos específicos que analisem as particularidades de cada um, as suas relações e como essas temáticas vêm sendo abordadas pela historiografia a fim de apontar lacunas e possíveis contradições em suas abordagens que justifiquem a sua proposição.

Além disso, é importante ressaltar que todas essas abordagens historiográficas podem valer-se, “na maioria dos casos, de um tipo específico de fontes compostas pelos registros paroquiais, civis e, em muitos casos, a partir de um crescente desenvolvimento de técnicas de caráter serial” e possibilidades de enfoques tanto quantitativos como qualitativos, além da análise “ao

Editora, 1999; DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Pelotas/RS.2013; GRASSI, Clarissa. *Um olhar. A arte no silêncio*. Curitiba/PR: 2006; LOUWERS, Michel. *O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019 (Tese de Doutorado). LIMA, Tânia Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 2, nº 1, 1994. TRILHA, Elisiana. *Inventário dos Cemitérios de imigrantes alemães de São Martinho*. Blumenau/SC: Nova Letras, 2014, dentre outros.

⁶ SECRETO. *Op. cit.*, p. 83-99.

⁷ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

⁸ SECRETO, Maria Verônica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014.

nível de identificação individual”⁹ e de abertura para o estudo coletivo em diversos enfoques historiográficos e metodológicos.

Com referência ao “tipo de fontes” que podem prestar-se aos usos seriais e que tão bem se prestam à História Quantitativa, José D’Assunção Barros, como exemplo, cita os estudos de Michel Vovelle sobre morte, “um trabalho que se localiza nos interstícios de uma História das Mentalidades no que se refere à ‘dimensão’¹⁰ e em conexão com a História Serial no que concerne à ‘abordagem’”. Com isso Vovelle serializou objetos da cultura material, registros iconográficos “e elementos tópicos presentes em discursos literários”. Dessa forma, ofertou-nos com “um bom exemplo de História Serial que não é necessariamente coincidente com uma História Quantitativa”¹¹.

A exemplo dos acervos compostos por fontes de natureza eclesiástica, jurídico-cartorial e particular já digitalizados e em processo de digitalização, dispostos no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo¹² e no Solar dos Mellos/Museu da Cidade de Macaé¹³ e no

⁹ SCOTT; SCOTT. *Op. cit.*, p. 106-124.

¹⁰ No que tange aos critérios a partir dos quais podem ser pensados e repensados os vários campos e modalidades da História, José D’Assunção Barros esclarece que, “ao lado das abordagens, que se referem aos métodos e modos de fazer, e dos domínios, que se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores, as dimensões correspondem àquilo que o historiador traz para primeiro plano no seu exame de uma determinada sociedade: a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, e assim por diante”.

¹¹ BARROS. *Op. cit.*, p. 163-172.

¹² “Instalado no polo CEDERJ de Cantagalo, com sala própria, o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (Doravante CMPD-CAN) está vinculado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, na modalidade de Ensino a Distância/EAD-UNIRIO e ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO. Trata-se de um centro de memória que pretende organizar, conservar e manter acervos documentais (físicos e virtuais) e bibliográficos, relativos à História de Cantagalo; além de propor e desenvolver projetos de pesquisa histórica com vistas a atuar no sentido da preservação da memória cantagalense. Sua localização num polo CEDERJ, ligado ao sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB tem o significado especial de servir como laboratório de prática de pesquisa em História dos alunos do referido curso de História, além da comunidade externa.” Apud: OLIVEIRA, Anderson José M. de (coord.) e outros. *O Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-Cantagalo) e a preservação da memória local através das fontes eclesiásticas (séculos XVIII e XIX)*. Apoio à Infraestrutura de Acervos – APQ4, Curso de Licenciatura em História EAD-UNIRIO, 2011 (mimeo.), p. 2.

¹³ Órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Macaé (doravante SMMCM). A digitalização do acervo existente no SMMCM foi realizada por meio do Projeto *Macaé em Fontes Primárias*, que integra a proposta de digitalização dos acervos, ordená-los em fotografia, construir bancos de dados, incrementar a produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, como também publicações para divulgação, incentivo à pesquisa em história local e

Laboratório de Acervo e Documentação Histórica do PPGH Universo/LADOCH¹⁴, são de fundamental importância por abarcar um rico período da história de duas importantes regiões da Província Fluminense. Essas são, portanto, determinantes para abrir caminhos a novas abordagens históricas das mencionadas regiões.

Processamentos de dados em Fontes Primárias para estudos e pesquisas sobre a história de Cantagalo e de Macaé

Fontes primárias só se tornam documentos históricos se houver a perscrutação, isto é, o exame, a investigação rigorosa ou a indagação de estudiosos, sobretudo historiadores. Por outro lado, o trabalho de historiadores e o conhecimento histórico são baseados em fontes. Nesse aspecto, os documentos destinados às pesquisas históricas transformam-se em fontes pelo olhar do historiador ou do pesquisador.¹⁵

A partir das disponibilidades e diferentes tipologias das fontes e dos dados, pretender-se-á estimular estudos com o uso dessas fontes, assim como impulsionar a execução de trabalhos e projetos de pesquisas que pontuem categorias de análise em história demográfica, história populacional, história econômica e agrária, história social, história da cultura imaterial e material, história regional, etc. em diversas temporalidades. Almejar-se-á ainda um destaque para estudos capazes de estabelecer ligações históricas entre duas importantes áreas, que no período imperial brasileiro foram grandes produtoras de café, ou seja, das regiões de Cantagalo, situadas no Vale

da região e a catalogação das fontes primárias. Esse projeto de pesquisa teve como parceira a Universidade Salgado Oliveira-Campus/Niterói, que ofereceu suporte técnico, teórico-metodológico e de apoio à observação empírica à equipe da antiga Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico, como também de atualização do quadro de pesquisadores, contribuindo, assim, para a constituição de um significativo grupo de trabalho, fator essencial para a sua funcionalidade. Assim sendo, a integração da Prefeitura Municipal de Macaé com as atividades desenvolvidas nessa instituição acadêmica contou com a efetiva participação de cinco professores historiadores doutores, envolvidos no trabalho de pesquisa, vinculados ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu* sob a Coordenação da professora Marcia Amantino.

¹⁴ O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Universo/Campus Niterói também tem uma cópia desses documentos digitalizados que se encontra disponível aos interessados.

¹⁵ AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia *et al.* *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.), p. 3.

do Rio Paraíba Fluminense e em Macaé (vale do rio de mesmo nome), localizada na Região Norte Fluminense.

Enfim, deve-se realizar uma reflexão metodológica que considere estudos por meio da obtenção de dados e informações já processados, que estimulem e possibilitem a criação de bancos de dados das diversas tipologias de fontes, com o objetivo de despertar o interesse de pesquisadores em desenvolver projetos de pesquisa voltados para a produção do conhecimento histórico. Ademais, pretende-se também avançar na investigação em história regional e local com vistas a contribuir para uma nova historiografia sobre Cantagalo e Macaé.

A feitura de bancos de dados é importante por reunir diferentes informações dessas fontes, o que também possibilita o cruzamento de vários dados. O cruzamento poderá ser realizado por meio dos registros de batismo, de óbito, casamento, dentre outras fontes. O mais relevante é a sua utilidade para a realização de pesquisas demográficas, genealógicas, de trajetórias de vida, etc., diferenciadas por grupos sociais, e mesmo a história conectada. Além disso, o uso da ferramenta bancos de dados agiliza e poderá até mesmo reduzir custos das pesquisas e, principalmente, democratizar a pesquisa histórica. Mais importante ainda, as fontes seriais possuem um formato 'praticamente invariável no tempo'. São fontes seriais os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, dentre outros. Outrossim, podem ser criados bancos de dados concomitantes para o estudo da população livre e escravizada ou separados por condição jurídica, obedecendo aos critérios originais existentes nas fontes.¹⁶ Ou, ainda, as fontes paroquiais por terem uma abrangência temporal, trazem também a possibilidade para estudos das permanências e rupturas, isto é, das tendências que aparecem ao longo do tempo histórico.

Além disso, é preciso destacar que as fontes seriais eclesiásticas foram produzidas e conservadas pela Igreja, mas com abrangência temporal por conta do consórcio Estado/Igreja, o que perpassa historicamente a questão puramente religiosa de atuação da Igreja, pois era uma atuação não somente de caráter espiritual, mas também temporal, visto que o catolicismo era a religião oficial do Império português e por isso prevalecia sobre as demais. Em certa medida, no Brasil colonial, a Igreja Católica

¹⁶ AMANTINO; GUEDES; RODRIGUES. *Op. cit.*, p. 7.

esteve presente em todo o processo de povoamento e ocupação da terra. Assim como é importante observar que toda a doutrina sacramental de instituição do batismo¹⁷ e do casamento é muito anterior ao Concílio de Trento (1545-1563), que só reforçou, padronizou e estabeleceu a obrigatoriedade desses registros.¹⁸

De acordo com *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1720¹⁹ e que estiveram em vigor até o fim do período imperial brasileiro, a elaboração dos registros de batizados deveria seguir uma padronização, a exemplo os “bautizados se escreverão da forma seguinte”:

“Aos tantos de tal mez, & de tal anno bautizei, ou bautizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. & de sua mulher N. & lhe puz os Santos Oleos: foraõ padrinhos N. & N. casados, viuvos, ou solteyros, fregueses de tal Igreja, & moradores em tal parte”. “E ao pe de cada assento se assinará o Parocho ou Sacerdote, que fizer o Bautismo (...)”²⁰

Vale destacar que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* não determinavam a confecção dos livros de batizados exclusivos para livres e para escravos. Entretanto, podemos encontrar livros para esses dois segmentos sociais em separado como batismos de livres e forros (ou brancos e livres) e de “escravos”. Nos registros de Macaé e Cantagalo, no entanto, nem todos os livros eram separados por grupo social, mas confirmam a diferenciação social de uma sociedade escravista. Tanto nos registros de

¹⁷ “O batismo estava inserido no primeiro estágio do processo de expansão do cristianismo, assim a prática ou a devoção era mais importante que a fé ou que o conhecimento sobre a religião cristã. Um indivíduo batizado era considerado oficializado como um cristão, sem ter ao menos qualquer convicção religiosa da sua fé ou conhecimento apurado sobre ela. Neste aspecto, o cristianismo atuava como um ‘modelo eclesial de poder’ e a relação íntima entre Igreja Cristã e sociedade civil era mediada pelo Estado, seja atuando como um aparelho ideológico ou burocrático do Estado (instituição Moderna) (estando sujeito aos contextos históricos) e neste contexto já existia certa sujeição da Igreja ao Estado.” Apud OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. A Cristandade: um modelo eclesial de poder. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 309-318, abr./jun. 2011.

¹⁸ Ver MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. *VARIA HISTÓRIA*, n. 31, p. 13-20, jan. 2004; PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009; GUEDES, Roberto. Macaé em Fontes Paroquiais. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia et al. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

¹⁹ Promulgada em 1707, nos períodos colonial e imperial teve a última edição datada em 1853.

²⁰ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes e da Comp. de Jesus, 1720, Livro Primeiro. Títulos IX ao XX. Apud GUEDES, Roberto. Macaé em Fontes Paroquiais. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia et al. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

Batizados como de Casamentos ou Óbitos eram apontados cor, condição jurídica, naturalidade e procedência.²¹ Para Roberto Guedes, “os batismos também serviam para garantir a posse e o domínio de um cativo ‘inocente’²², bem como para fazer doações de batizados ou, ainda, alforriá-los”. Também é importante ressaltar que com relação aos registros de batismos de escravos, no que diz respeito a inocentes, informam-se nome e sexo, cor, legitimidade, data de nascimento e se foi batizado em perigo de vida. Sobre os pais do batizando, há menção ao nome, à naturalidade, à procedência, quando africano, ao estado matrimonial e à cor. Para os padrinhos, são feitas alusões ao nome, à condição jurídica, às vezes à cor/condição social, à naturalidade, ao estado matrimonial e, quando escravos ou forros, à procedência. No que concerne aos proprietários dos pais ou padrinhos escravos, mencionam-se o nome, o sexo, a condição jurídica, quando não nascido livre, o cargo ou o título, o estado matrimonial e o nome do cônjuge.²³

Já os registros de casamento deveriam conter:

a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade e assinatura do sacerdote; também era necessário mencionar se os cônjuges estavam incursos nos impedimentos ‘graves’ ou ‘leves’ determinados pelo código canônico da Igreja Católica (como por exemplo parentescos consanguíneos ou espirituais). Neste caso, o casamento só ocorreria depois de um ‘dispendioso processo de solicitação de dispensa dos impedimentos, dada pelo bispo local’²⁴.

Ronaldo Vainfas observa que o casamento é um sacramento celebrado pela Igreja, e sua “sacramentalização foi a base, portanto, do triunfo político da Igreja e matéria privilegiada da codificação moral da cristandade”²⁵. Con-

²¹ GUDEMAN, Sthepen; SCHWARTZ, Schwartz. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988; AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia et al. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

²² As crianças até os sete anos eram consideradas inocentes, pois eram julgadas sem condições de pecar, e após o batismo não recebiam os demais sacramentos; só a partir dos oito anos teriam razão para receber os outros sacramentos.

²³ AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia et al. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

²⁴ BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstrução da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 151.

²⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática, 1986. Apud PIMENTEL, Helen Ulchôa. *O Casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, Brasília, n. 9, p. 20-38, 2005.*

tudo, a sua sacramentalização não foi implantada desde o início do cristianismo, e só “entre os séculos XI e XIII ela conseguiu se afirmar como resultado de um longo processo, carregado de ambiguidades e de impasses”. De acordo com Helen Ulhôa Pimentel, no período colonial “foi um instrumento de aquietação da população e de preservação da estrutura social portuguesa, assim como de implantação dos princípios cristãos entre os colonos”, desempenhando um papel fundamental nas áreas coloniais.²⁶ Após o Concílio de Trento passou a ser um contrato elevado à dignidade de sacramento por meio de 12 cânones.²⁷ No Brasil, a sua normatização ocorreu por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nas Constituições, “o casamento era único meio cristão de se dominar os corpos e legitimar as uniões ‘naturais’ entre os sexos”. Para Maria Beatriz Nader, no século XIX, “o casamento ainda representava, pelo menos para uma pequena parcela da população, a união de interesses na manutenção do prestígio e da estabilidade social”²⁸.

Como os demais registros vitais, o assento de casamento também é uma fonte nominativa, podendo ser usada para o cruzamento entre fontes. Os dados contidos nesses registros possibilitam “análises de caráter quantitativo e qualitativo e podem ser usados tanto em uma perspectiva demográfica como em um estudo do contexto social e cultural”. Também possibilitam estudos sobre famílias, hierarquias sociais, práticas religiosas, sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, condição social dos nubentes e aspectos como as questões que dizem respeito à endogamia ou exogamia, as taxas de nupcialidade, costumes, as tradições, etc.²⁹

Segundo Charlotte Castelnau-L’Estoile, “o caráter definitivo do contrato de casamento e sua importância implicava que os cônjuges fossem

²⁶ PIMENTEL, Helen Ulhôa. O Casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. *Em Tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, Brasília, n. 9, p. 20-38, 2005.

²⁷ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Casamento misto entre escravos na cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica EXAMÁPAKU*, v. 07, n. 01, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/examapaku>. ISSN 1983-9065.

²⁸ NADER, Maria Beatriz. *Composições familiares e gênero: a historiografia brasileira em foco*. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/MARIA%20BEATRIZ%20NADER.pdf>.

²⁹ BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

escolhidos com muito cuidado”. Para a autora, “a longa lista de impedimentos dirimentes (absolutos) de casamento era uma forma de a Igreja controlar casamentos e evitar uniões frágeis”³⁰.

Os impedimentos eram constituídos por catorze pontos. A saber:

o erro de pessoa; ignorância da condição servil; o pronunciamento de votos; o parentesco de três tipos: natural (consanguinidade), espiritual (batismo), legal (adopção); impedimento de crime (fomentar o crime de um dos cônjuges); disparidade de culto (um fiel não poderia se casar com um descrente); violência e medo; impedimento de ordem sagrada; pronunciar as palavras do casamento mesmo que o casamento não tenha sido consumado; impedimento de pública honestidade (não se poderia casar com um parente de segundo grau de uma pessoa da qual se foi noivo); impedimento de afinidade (o casamento cria relações de afinidade com parentes consanguíneos até o quarto grau; a cópula cria relações de afinidade com parentes consanguíneos até o segundo grau); a impotência do marido antes do casamento; rapto; ausência do pároco e de duas testemunhas³¹.

As constituições determinavam dois tipos de impedimentos: os ditos proibitivos ou impedientes e os impedimentos dirimentes, os que tinham força para anular o matrimônio.³²

Sobre os assentos de óbitos é interessante ressaltar que a sua obrigatoriedade só ocorreu a partir de 1614 por meio do manual litúrgico *Rituale Romanum*³³. Ele foi promulgado pelo Papa Paulo V, e para esses registros as

³⁰ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. “Os filhos obedientes da Santíssima Igreja”: Escravidão e estratégias de casamento no Rio de Janeiro do início do século XVIII. In: *Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)* [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2016 (généré le 03 octobre 2022). Disponível em: <http://books.openedition.org/oepp/1539>. ISBN:9782821855878. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.oep.1539>.

³¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes e da Comp. de Jesus, 1720, Livro Primeiro. Livro I, § 285, p. 249. Apud CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. “Os filhos obedientes da Santíssima Igreja”: Escravidão e estratégias de casamento no Rio de Janeiro do início do século XVIII. In: *Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)* [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2016 (généré le 03 octobre 2022). Disponível em: <http://books.openedition.org/oepp/1539>. ISBN:9782821855878. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.oep.1539>.

³² Cf. CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. *Estratégia de família* [manuscrito]: casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

³³ O *Rituale Romanum* ou Ritual Romano é uma espécie de manual ou livro litúrgico que contém a forma de proceder em todos os rituais católicos, normalmente administrados por um padre, inclusive sobre exorcismo. MARCÍLIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. *Varia Historia*, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

regras não eram tão rigorosas e iguais quanto ao que foi determinado pelos decretos tridentinos para os registros de batismo e casamento. Para tal, bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo no caso dos casados e dos viúvos(as). Além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias, assinalavam-se a naturalidade do morto, sua idade e atividade que exerceu. Em alguns casos, indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento e as condições do enterramento, que por vezes eram mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (isso para o século XIX) e local do enterramento.³⁴

As *Constituições Primeiras dos Arcebispado da Bahia* ainda determinavam que “todo, escravo ou não, quando chegasse a hora e data de seu óbito, tinha direito de ter registrada a sua morte no livro de óbitos”: aqui vale mencionar ou considerar que “em uma sociedade hierarquizada como a da América portuguesa, para um escravo ter o nome incluído no livro de óbitos já seria um grande privilégio, principalmente ter esse registro escrito na forma estabelecida pelas leis eclesiásticas”. Além disso, toda igreja paróquial deveria possuir livros de assentos dos defuntos e cada pároco no dia do falecimento do defunto ou, ao mais tardar três meses, deveria fazer o registro da morte do referido fiel.³⁵

Ao constatar a importância da feitura de banco de dados com uso dos assentos de óbitos, Claudia Rodrigues estabelece uma interlocução entre esses registros e a prática testamentária ao constatar que a análise do universo das mortes, a partir dos seus dados pessoais e das informações sobre a data da morte, “se deixou ou não testamento”, será possível constituir a curva da

³⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes e da Comp. de Jesus, 1720, Livro Primeiro. Livro. In: AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia et al. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

³⁵ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Título XLIX n. 831). In: SILVA, Michele Helena Peixoto. Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2017; SILVA, Michele Helena Peixoto. *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017 – Ler o Cap. 3. A morte e o morrer hierarquizado em Irajá, p. 98.

prática de testar entre livres e libertos a partir de 14 anos. Ao fazer isso, o seu objetivo era “identificar de que forma a legislação testamentária”, na época pombalina, “refletiu na frequência do ato de redigir testamentos, além das clivagens sociais ligadas” a essa prática.³⁶ Igualmente por meio desses registros será possível identificar, por exemplo, a distribuição dos locais de sepultamentos nas cidades antes e depois da criação dos cemitérios públicos; os impactos demográficos após epidemias; os ritos fúnebres e as alterações nos rituais a partir desse momento até o início da República.

Após essas observações, também é possível constatar que as fontes eclesiásticas são documentos de muita riqueza de informação e apresentam inúmeras possibilidades de pesquisa, pois abarcam todos os segmentos sociais (homens, mulheres, ricos, pobres, brancos, negros, índios, pessoas nascidas no Brasil, estrangeiros, africanos, filhos legítimos, ilegítimos natural³⁷, crianças expostas, inocentes, etc.).

Com essas informações básicas sobre os registros paroquiais, é possível constatar alguns aspectos importantes, como a frequência com que determinada informação variou. Roberto Guedes chama a atenção para o fato desses assentos serem lançados nos livros por vários padres, coadjutores ou párocos; e alguns vigários registravam as datas de nascimento dos inocentes, ao passo que outros não o faziam com a mesma assiduidade. Isso significa que a feitura dos assentos passava pelo poder de escrita dos padres, que eram filtros de informações³⁸ e cujo processo pode evidenciar

³⁶ RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

³⁷ “Filho NATURAL era uma variante de filho ILEGÍTIMO, pois este tipo de filiação se desdobrava em cinco variantes: NATURAIS – filhos de pais solteiros sem impedimentos matrimoniais; ESPÚRIOS – filhos de pais solteiros com algum tipo de impedimento matrimonial; SACRÍLEGO – filho da união de um sacerdote com um leigo ou de religiosos entre si; ADULTERINOS – quando ambos ou um dos pais era casado; INCESTUOSOS – resultantes da união entre parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau de parentesco.” Assim, recomendo a leitura de: SOARES, Marcio. Alforria e perfilhação na Macaé escravista: novas possibilidades de pesquisa em fontes cartorárias e paroquiais (séculos XVIII e XIX). In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES Claudia *et al.* *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011; LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do Pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998.

³⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Apud AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia *et al.* *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

“percepções de determinados agentes sociais”³⁹ e revelam lugares sociais que as pessoas ocupavam. “Para além da concepção dos párocos e do discurso da Igreja”, os registros paroquiais, especialmente os assentos de batismos, “eram uma maneira de identificar as pessoas ali mencionadas; são registros de (e sobre os) atores sociais de então. Em suma, são documentos sociais”⁴⁰.

Por tudo exposto, ao referendar pesquisas com essa tipologia de fontes primárias, é importante observar que os registros eclesiásticos, seguindo essa padronização, passaram a ser redigidos com uma mesma moldura e “por isso mesmo são considerados fontes seriais”⁴¹.

Com efeito, a documentação que poderá ser consultada sobre Cantagalo e Macaé é variada e pertence a distintos fundos documentais. Somam-se ainda a essas fontes que se encontram à disposição para pesquisa nas instituições mencionadas os registros de inventários *post-mortem*, testamentos, outros registros jurídicos-cartoriais (como os registros dos Cartórios dos 1º e 2º de Notas), mapeamentos, literatura de época, registros fotográficos e periódicos.

Como bem observou Le Goff, desde a Baixa Idade Média, o ato de testar foi uma das dimensões do catolicismo de investimento eclesiástico “na realização de práticas fúnebres vinculadas à doutrina do Purgatório.”⁴² Trata-se de um tipo de negócio de caráter escatológico, que “culminou no auge do ritual barroco e da realização dos sufrágios pela alma”. Entre os séculos XVII e XVIII, nas monarquias católicas, “a prática testamentária se tornou um dos canais de expressão do anseio soteriológico dos fiéis que haviam se apropriado daquela doutrina”⁴³.

³⁹ Idem, p. 308; SOARES, Mariza de Carvalho. Identidade étnica, religiosidade e escravidão. Tese de Doutorado, apresentada ao PPGH-UFF. Niterói: UFF, 1997. Apêndice metodológico. In: AMANTINO, Márcia (coord.); GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia *et al.* *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

⁴⁰ GUEDEMAN, Sthepen; SCHWARTZ, Schwartz. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴¹ Idem.

⁴² LE GOFF, Jacques. O nascimento do purgatório. Lisboa: Estampa, 1981. Apud RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

⁴³ RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

Nos domínios ultramarinos, no anseio de obter a salvação de sua alma, especialmente no Rio de Janeiro do século XVIII, “a prática testamentária ainda se constituía muito mais como um instrumento soteriológico do que de transmissão de heranças”. Claudia Rodrigues, ao analisar o impacto das “Leis Testamentárias” sobre o que denominou como “economia da salvação no Rio de Janeiro do século XVIII”, constata que diante das restrições pombalinas aos excessivos gastos com sufrágios em prol da salvação da alma após a morte, existiram diferentes respostas entre os testadores cariocas, pois as reformas do rei português D. José I e do Marquês de Pombal entre 1761 e 1775 objetivaram canalizar a herança para os parentes consanguíneos. Somam-se a isso as transformações das atitudes e representações diante da morte e do morrer, ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do Oitocentos e que se expressou em significativas transformações nos ritos fúnebres e na prática testamentária (com redução do tamanho do texto e do conteúdo soteriológico e escatológico dos testamentos, que então passaram a ser instrumentos de transmissão de bens).⁴⁴

Embora o ato de testar fosse feito na iminência da morte e do morrer, era um documento de natureza espiritual e secular. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que a elaboração dos testamentos fosse executada, ao mesmo tempo, mas com alternância, pelo Juízo Eclesiástico e pela Provedoria das Capelas e Resíduos (instância secular da justiça). Essa alternância “nos meses ímpares (janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro)” era atribuição da justiça eclesiástica, “e os das pessoas que falecessem nos meses pares (fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro) seriam executados pela alçada da justiça secular”⁴⁵.

O estímulo para a elaboração de bancos de dados para estudo dos testamentos é por sua possibilidade investigativa, pois apesar de ser um

⁴⁴ RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

⁴⁵ Cf. MARTINS, William de Souza. Contas testamentárias: a justiça eclesiástica e a execução de testamentos no Rio de Janeiro (c. 1720-1808). In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). *Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 51-74. Apud RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

documento que é “qualitativo por excelência”, como bem definiu Claudia Rodrigues, também é possível “serializar todas as suas partes e etapas de confecção (redação e aprovação) para podermos estudar não só o seu conteúdo, mas o ato burocrático da prática testamentária”. Segundo Rodrigues, o trabalho com o documento já transcrito é capaz de possibilitar uma investigação “do processo de escrita e construção textual dos testamentos”⁴⁶. Ainda por meio da serialização e análise quantitativa, é possível verificar a análise da curva das invocações introdutórias, das motivações para a redação do documento, das invocações intercessoras, das informações sobre o testador, da determinação dos testamenteiros e herdeiros, da relação dos bens e dívidas (ativas e passivas), a eleição do funeral e a determinação dos sufrágios e legados, numa análise que dê conta das diferenças sociais e étnicas em busca do impacto das Leis Novíssimas sobre o sentido soteriológico da prática testamentária (...).⁴⁷

Igualmente traz a possibilidade de identificação e uma análise detalhada do “caráter formular do documento – além de considerar o papel do tabelião e o sentido notarial da prática testamentária –, que, por vezes, nos coloca diante de subjetividades e confissões que nos têm permitido discutir a tese sobre o caráter estereotipado do documento”⁴⁸.

Os Inventários *Post-Mortem* são processos de alçadas cíveis nos quais são descritos e avaliados todos os bens de uma pessoa após sua morte, declaradas as dívidas ativas e passivas, a fim de ser apurado o patrimônio que será objeto de partilha entre o meeiro (se o falecido for casado) e os herdeiros. Dos inventários *post-mortem*, é possível extrair informações sobre diversos aspectos da vida urbana ou rural, o que poderá permitir, por exemplo, reconstituir a composição das fortunas; a dinâmica de um estabelecimento agrário; a origem de seu capital; o tamanho da propriedade; o tipo de produção; a posse de escravos; o número de animais; os equipamentos de trabalho; as dívidas, despesas e receitas dos fazendeiros; as relações de parentesco e detalhes sobre a cultura material, isto é, seu modo de viver; habitação, bens de consumo, etc.; e sob quais condições executar as determina-

⁴⁶ RODRIGUES, Claudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 251-285, 2015.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ RODRIGUES. *Op. cit.*, p. 251-285.

ções de seus ascendentes. As informações sobre escravos permitem a sistematização de diversos aspectos da escravidão: origem dos cativos; composição sexual das escravarias; relações familiares; condições físicas (defeitos e doenças entre outros aspectos); especialização.⁴⁹

Em consequência da representatividade e/ou amplitude de amostras dos inventários *post-mortem*, será necessário atentar para alguns cuidados metodológicos, considerando o fato de os inventários abarcarem apenas pessoas possuidoras de bens com algum valor de mercado, excluindo, portanto, aqueles que pouco ou nada possuíam. Observando o grau de concentração de renda e de riqueza na história da sociedade brasileira, o número de pessoas que escapou aos inventários não deve ter sido pequeno. Contudo, isso não significa dizer que por meio deles só é possível estudar as elites⁵⁰, visto que os grupos subalternos ou não possuidores de bens materiais estariam de fora de uma investigação mais densa. No caso do Brasil escravista, por exemplo, em geral a maior parte da riqueza inventariada pelos segmentos sociais mais abastados era constituída pelos escravos. Dentro dessa sociedade, os cativos eram os mais desprovidos de bens materiais e, no entanto, os inventários muito contribuem para analisar a história da escravidão tanto no período colonial como imperial.⁵¹

Os registros Jurídico-Cartoriais são documentos que com relação à tipologia, em muitos casos, apresentam semelhanças e são constituídos de documentos judiciais e extrajudiciais. As fontes judiciais são compostas de

⁴⁹ SOARES, Márcio de Sousa. Inventários 'Post-Mortem' como fonte de pesquisa histórica sobre Cantagalo (século XIX). *Curso de Capacitação* – Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-CAN), 2021(mimeo.).

⁵⁰ Considerando certa complexidade de ordem teórica em conceituar elite(s), tendo em vista a pluralidade e heterogeneidade das sociedades cantagalense e macaense no século XIX, optei por trabalhar, “grosso modo”, com a categoria geral “segmentos sociais mais abastados”. Cabe observar que juridicamente, a partir da década de 1870, a sociedade imperial se encontrava disposta, basicamente, de pessoas livres, libertos e escravos. Do mesmo modo, ao levar em conta as transformações ocorridas nas regiões estudadas nesse período, define-se como integrantes dos “seguimentos sociais mais abastados” a elite agrária (grandes produtores rurais), uma elite que agregava fortuna, prestígio; a elite política (composta por membros dos poderes local e regional), como também os comerciantes varejistas, prestadores de serviços (no caso médicos, advogados etc.) e os trabalhadores livres e libertos pelo próprio estatuto jurídico, os escravos. In: FRANCO, M. da Conceição V. *De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019, p. 179.

⁵¹ SOARES. *Op. cit.*, 2021 (mimeo.).

processos cíveis e criminais, e as extrajudiciais são formadas pelos serviços notariais e registros cartoriais diversos. Em ambos os casos, esses documentos podem nos revelar informações públicas de cunho jurídico, social, cultural, entre outros aspectos. A rigor, a documentação judiciária é composta por tratados jurídicos, normas, códigos, etc. Ainda é possível considerar que os registros cartorários são constituídos por ações tanto da esfera cível como jurídica de diversas naturezas. Incluso nessas tipologias documentais estão os testamentos e os inventários, e a execução de ambos era uma obrigatoriedade legal dos Juizes de Órfãos e a escrita uma atribuição de um tabelião. Pois, na concepção de David Gonzalez Cruz, “o testamento aparece como a escritura notarial por excelência para o estudo da religiosidade e dos costumes sociais”⁵². Também é verificável que não há uma fronteira muito rígida em considerar o testamento como uma documentação secular ou eclesiástica, pois, em muitos casos, ele vinha anexado aos assentos de óbitos.

As Ordenações do reino, ou seja, nesse caso, refiro-me às Ordenações Filipinas, determinavam os tipos de documentos escritos em cartórios notariais pelos quais se

farão todos os testamentos, ceidulas, codicilos, e qualquer outras uiltimas vontades, e todos os inventairios, que os herdeiros e testamenteiros dos defuntos e outras pessoas lhes quizerem mandar fazer; salvo os inventairios dos menores órfãos, pródigos ou desaisados onde houver escrivão de órfãos porque então os farai ele: e não houver tal escrivão, os farão os tabeliães do judicial.⁵³

A documentação notarial deveria ser lavrada “em livros com folhas numeradas” e, em se tratando dos “documentos avulsos, por documentos de escrivão do judicial. Ainda que o próprio escriba deixe lavrada sua fun-

⁵² CRUZ, David Gonzalez. *Escribanos y notarios en Huelva durante el Antiguo Regimen (1701-1800)*: La historia onubense en sus protocolos notariales. Sevilla: Vicerrectorado para los Centros Universitarios de Huelva, 1991. Apud SILVA, Aryanne Faustina da. A instituição do tabelionato na história e sua prática no Brasil Antigo. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Anpuh. Natal-RN: 22 a 26 de julho 2013.

⁵³ Apud BEZERRA, Mara Danusa. O documento notarial é oportunidade rara para a História – os documentos escritos pelos tabeliães das notas contam uma parte importante da história brasileira, pouco utilizada pelos historiadores. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano VI, n. 11, p. 184-185, out. 2020; ALMEIDA, Candido Mendes de (editor). *Codigo Philippino ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal*: recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I: Livros I e V. Rio de Tygraphia do Instituto Phylomatico, 1870.

ção de Tabela das Notas, do Judicial ou escrivão de Sesmarias na redação do documento”⁵⁴.

Enfim, os registros de hipotecas, protocolos, notas diversas, escrituras, registro de imóveis, procurações, execução de dez dias, penhor, crédito industrial, registros civis de nascimento, casamento e óbito, alforrias, processos diversos, proclamas, averbações, operações imobiliárias, auto de devassa, petições, termos de audiências, certidões, entre outras, de modo inclusivo, também pertencem às categorias de fontes jurídico-cartoriais e são de gêneros variados. Os acervos privados e jurídico-cartoriais são compostos basicamente por fontes de natureza qualitativa, mas se pode também formar bancos de dados a partir de determinadas fontes, sobretudo inventários *post-mortem*, testamentos, aspectos pontuais extraídos de periódicos, como fuga de escravos, etc.

Compõem o Acervo Digital e Físico do CMPD-CAN os seguintes fundos: da Câmara Municipal de Cantagalo; da Prefeitura Municipal de Cantagalo; da Serventia de Ofício Único de Cantagalo, da Maçonaria; da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento; da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia do Rio Negro – Euclidelândia; da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Constam também os fundos Jornalístico Histórico e diversos. A título de exemplo, observam-se as fontes que compõem os acervos da Paróquia do Santíssimo Sacramento e se encontram disponíveis para a pesquisa de forma digital no CMPD-CAN.

Os acervos eclesiásticos de Cantagalo já se encontram, em grande parte, digitalizados (sendo possível dispor para pesquisas). Também é constituído pelo acervo da Igreja Luterana de Nova Friburgo, no caso específico formado por assentos de batizados, óbitos e casamentos, pois a extensão do território da antiga Cantagalo incluía a região de Nova Friburgo, somando-se um precioso conjunto documental que cobre o final do século XVIII e todo o século XIX⁵⁵, como se pode verificar no Quadro 1.

⁵⁴ Idem. Ver também *Ordenações Filipinas*, v. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870, Livro I – Título LXXVIII – Dos Tabelliães das Notas – em qualquer cidade ou vila, p. 179.

⁵⁵ OLIVEIRA, Anderson José Machado de (coord.). Projeto: O Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-Cantagalo) e a preservação da memória local através das fontes eclesiásticas (séculos XVIII e XIX). *Apoio à Infraestrutura de Acervos – APQ4*. FAPERJ (mimeo.).

Quadro 1: Demonstrativo da documentação digital pertencente ao Fundo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo

| Tipo de documentação | Período | Quantidade | Acervo |
|--|----------------|-------------------|-----------------------|
| Livros de Batismo | 1792 a 1900 | 19 livros | Santíssimo Sacramento |
| Livros de Batismo | 1837 a 1903 | 8 livros | Santa Rita |
| Livros de Batismo | 1824 a 1890 | 11 livros | Igreja Luterana |
| Livros de Casamento | 1824 a 1904 | 6 livros | Santíssimo Sacramento |
| Livros de Casamento | 1852 a 1900 | 4 livros | Santa Rita |
| Livros de Casamento | 1824 a 1890 | 6 livros | Igreja Luterana |
| Livros de Óbito | 1824 a 1887 | 6 livros | Santíssimo Sacramento |
| Livros de Óbito | 1854 a 1892 | 10 livros | Santa Rita |
| Livros de Óbito | 1824 a 1890 | 3 livros | Igreja Luterana |
| Habilitações matrimoniais | 1800 a 1893 | 39 maços | Santíssimo Sacramento |
| Diversos: Livros de missas; licenças para ereção de capelas; autorização para celebração em capelas particulares | 1838 a 1872 | Diversas pastas | Santíssimo Sacramento |

Fonte: Projeto: O Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo (CMPD-Cantagalo) e a preservação da memória local através das fontes eclesiásticas (séculos XVIII e XIX).

Além das fontes paroquiais de batismo, casamento e óbito, os acervos eclesiásticos guardam outros tipos de fontes. Entre as várias fontes disponíveis nos nomeados fundos, podemos observar a relação dos Banhos Matrimoniais de Cantagalo, que abrangem 39 maços referentes aos anos de 1800 a 1893, somando um total de 1.669 processos.

A escolha por mencionar esses processos (todos encontram-se digitalizados) está no fato de esses, em parte, não estarem disponíveis à consulta em nenhuma paróquia pertencente à Diocese de Nova Friburgo/Rio de Janeiro. A Diocese de Nova Friburgo está sediada no município de Nova Friburgo, mas se situa na Província Eclesiástica de Niterói, e por esse motivo todos os processos de banhos matrimoniais, pertencentes – excetos os da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo – aos

acervos das demais paróquias da respectiva diocese, incluindo aqueles das paróquias macaenses, encontram-se no Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói. Soma-se a isso o fato de essa documentação ser, em grande parte, inédita, o que com certeza prioriza a sua preservação, e o incentivo ao acesso a ela permitirá conhecer melhor as estratégias matrimoniais, pois nesses proclames constavam questões como impedimento para o casamento ou uma suspeita de impedimento, dúvidas sobre viuvez, celibato, idade, origem, estatutos jurídicos dos contraentes, etc.

É importante destacar que o trabalho realizado pelo CMPD-CAN vai além da digitalização das fontes existentes em Cantagalo, pois recebem tratamento, catalogação, e a documentação original retorna para as suas instituições de guarda e o acervo digitalizado fica sob a guarda do CMPD-CAN e disponível para consulta pública. Dessa forma, o CMPD-CAN – por meio do projeto Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagalo e a preservação da memória local através das fontes eclesásticas (séculos XVIII e XIX) – vem contribuindo para a preservação da documentação original que foi recuperada, não havendo mais a necessidade de seu manuseio, já que o acesso a ela será feito por meio digital no CMPD-CAN.

No que diz respeito a Macaé e região, a documentação, já digitalizada, encontra-se, no caso dos registros paroquiais, disponível para consulta no Laboratório de Acervo e Documentação Histórica – LADOCH/Universo e no Solar dos Mellos-Museu da Cidade de Macaé. Ainda com relação aos assentos de batismos, casamentos e óbitos, foram contemplados os registros de 1795 até 2001 desses acervos. A exemplificação dos Registros de Batismo, Casamento e Óbito das freguesias macaenses pode ser observada a partir do Quadro 2.

Quadro 2: Registros de Batismo, Casamento e Óbito das Freguesias/Paróquias macaenses

| Paróquia de Nossa Senhora das Neves | | |
|--|--------------------------------|----------------|
| Tipo | Nº de Volumes de Livros | Período |
| Batismo | 26 | 1795-2001 |
| Casamento | 10 | 1848-2001 |
| Óbito | 8 | 1809-1888 |
| Batismo (1) | 1 | 1856-1860 |
| Óbito (1) | 1 | 1886-1892 |
| Subtotal: | 46 | – |

| Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu | | |
|---|--------------------------------|----------------|
| Tipo | Nº de Volumes de Livros | Período |
| Batismo | 32 | 1855-1952 |
| Casamento | 6 | 1848-1953 |
| Óbito (1) | 1 | 1879-1882 |
| Óbito | 6 | 1855-1900 |
| Subtotal: | 45 | |

| Igreja Matriz de São João Batista de Macaé | | |
|---|--------------------------------|----------------|
| Tipo | Nº de Volumes de Livros | Período |
| Batismo | 90 | 1812-2001 |
| Casamento | 22 | 1875-2001 |
| Óbito | 12 | 1817-1895 |
| Subtotal: | 124 | – |

| Paróquia de São José do Barreto⁵⁶ | | |
|---|--------------------------------|----------------|
| Tipo | Nº de Volumes de Livros | Período |
| Batismo | 4 | 1859-1909 |
| Casamento (1) | 1 | 1968-1903 |
| Óbito | 2 | 1868-1888 |
| Óbitos de filhos de mulher escrava nascidos depois da Lei de 1871 (1) | 1 | 1872-1888 |
| Subtotal: | 8 | — |

Fonte: AMANTINO, Marcia; GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia e Outros. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

O Quadro 2 demonstra a disponibilidade de fontes paroquiais de batismo, casamento e óbitos por freguesia macaense, o número de volumes, o período abrangido pela documentação. Contudo, é importante mencionar que, embora não tenha sido digitalizada a documentação eclesiástica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu, referente ao período de 1855 a 1952, encontra-se sob a guarda da Igreja Matriz de N. S. da Conceição no município de Conceição de Macabu/Região do Norte Fluminense. Isso devido ao fato de que, até o ano de 1855, a Freguesia de N. S. da Conceição de Macabu era parte integrante da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé. Após a criação da Vila em 1813, foi iniciado um processo de desmembramento das freguesias macaenses, que foi se consolidando no decorrer do século XIX, e em 1855 através do decreto de nº 812 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora de Conceição de Macabu. Além disso, há indícios de que existam fontes paroquiais nas Paróquias de Quissamã e em Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, que também integravam as freguesias macaenses.

Além dos assentos de batismo, casamento e óbito, os acervos eclesiásticos também guardam outros tipos de fontes, conforme expresso no Quadro 3:

⁵⁶ Os assentos de Batismos, Óbitos e Casamentos da Paróquia de São José do Barreto estão sob a guarda da Igreja Matriz de São João Batista de Macaé.

Quadro 3: Outras fontes eclesiásticas

| Igreja Matriz de São João Batista de Macaé | | |
|--|----------------|----------------|
| Documento | Volumes | Período |
| Livro de Inscrição dos Irmãos da Irmandade de São João Batista de Macaé | 1 | 1843-1860 |
| Livro de Relatórios dos Provedores da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé | 1 | 1869-1901 |
| Livro de Recibos Originais das Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé | 1 | 1879-1893 |
| Livro de Compromissos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé | 1 | 1894 |
| Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé | 1 | 1895-1901 |
| Livro de Registros das Posturas Circulares/Provisões do Governo | 1 | 1898-1954 |
| Livro de Matrícula da Associação da Doutrina Cristã da Matriz de São João Batista de Macaé | 1 | 1912 |
| Livro de Ata da Irmandade de São Benedito | 1 | 1913-1914 |
| Livro de Ata das Reuniões do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus | 1 | 1932-1933 |
| Livro de Crismas | 9 | 1955-2001 |
| Processos Matrimoniais | 21 | 1973-1994 |
| Livro de Primeira Eucaristia | 1 | 1983-2001 |
| Recibos | 2 | 1893-1995 |
| Comunicado mensal | 1 | 1990-1992 |
| Recibos de Notas Fiscais | 2 | 1993-1994 |
| Subtotal: | 45 | |

| Paróquia de Nossa Senhora das Neves | | |
|--|----------------|----------------|
| Documento | Volumes | Período |
| Livros de Atas | 3 | 1899-1956 |
| Livro da Irmandade de Santo Antônio/ Igreja de Santo Antônio, Glicério | 1 | 1894-1945 |
| Subtotal: | 4 | |

| Capela de São Sebastião do Sana | | |
|--|----------------|----------------|
| Documento | Volumes | Período |
| Escritura do Terreno da Capela do Sana, Freguesia do Frade | 1 | 1900 |
| Subtotal: | 1 | |
| Total | 1 | |

Fonte: AMANTINO, Marcia; GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia e Outros. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

Concernente à documentação à vista no Quadro 3, cabe enfatizar que somente uma fração foi digitalizada, mas parte significativa recebeu tratamento, catalogação e, no caso do acervo eclesiástico da Igreja Matriz de São João Batista, foi submetida a um processo de restauração. Atualmente, tanto essa documentação como a da Paróquia de N. S. das Neves (consideram-se aí a Igreja de Santo Antônio/Glicério e a Capela de São Sebastião do Sana, pertencentes à mencionada Paróquia) estão sob a guarda de suas respectivas paróquias. Associado a isso, um ponto fundamental sobre a documentação à disposição no Quadro 3 é a potencialidade desse acervo para o estudo sobre as irmandades macaenses, o que contribui e muito para a reconstrução da história das sociabilidades, hierarquias, etc. Segundo Anderson J. M. de Oliveira, no Oitocentos, mesmo diante de profundas ambivalências, as irmandades continuaram “a manter espaços de relevância enquanto instituições conformadoras de uma certa ordem social que, ao suprir o papel do Estado e da Igreja, continuava a dar destaque aos seus membros”⁵⁷.

Outrossim, para Macaé, as fontes de natureza jurídico-cartoriais são também de tipos variados e, como já citados para Cantagalo, há livros de registros de hipotecas, protocolos, notas diversas, escrituras, registros de imóveis, procurações, penhor, crédito industrial, registros civis de nascimento, casamento e óbito, processos diversos, proclamas, averbações, operações imobiliárias, entre outros. Os anos-limite para esse, composto por um conjunto documental pertencente aos Cartórios de 1º e 2º Ofícios de Notas), são 1830 e 1855. Há documentos atinentes à sede do município e

⁵⁷ OLIVEIRA, Anderson J. M. de. Devoção e Hierarquias Sociais: as irmandades e elite macaense no Oitocentos. In: AMANTINO, Márcia. RODRIGUES Claudia *et al.* *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 101-117.

aos distritos de Frade, Glicério, Sana, Córrego do Ouro, Cacheiros de Macaé, incluindo as localidades como Bicudas Grande e Pequena, Serra da Cruz, Bertioga, Pau Ferro, entre outras.

Ademais, ainda há fontes passíveis de digitalização no município de Conceição de Macabu, outrora distrito de Macaé. Observa-se ainda que essa documentação se encontra em processo de digitalização, e a documentação original encontra-se sob a guarda do Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé, órgão da Prefeitura Municipal.

Em relação ao volume dessa documentação, faço uso do levantamento realizado por Ana Lúcia Nunes Penha – Historiadora e Juliana Loureiro Alvim – Arquivista, realizado no ano de 2013 e que também consta no *Projeto Memórias: o Judiciário e o cotidiano na sociedade macaense* (não tenho conhecimento se o mencionado projeto ainda se encontra em andamento no Solar dos Mellos-Museu da Cidade de Macaé). De acordo com Penha e Alvim, a documentação jurídico-cartorial⁵⁸ “corresponde a 436 metros lineares (sem a contagem do acervo Solar)”, e somente uma parte desse acervo recebeu tratamento técnico⁵⁹ e que corresponde a “1.283 processos cuja data-limite referente ao período de 1821-1979 e que é parte que integra o acervo já higienizado, acondicionado e digitalizado ou em processo de digitalização”. Ainda existe uma documentação não acondicionada que se encontra sem mensuração, com datas-limites 1830-1970; assim como a existência de documentos não higienizados e não acondicionados e que também não foram mensurados e que “apresentam sinais de tratamento químico com substância não identificada, além de moderado estado de deterioração”⁶⁰.

Além da documentação citada, ainda existem acervos privados. Apesar de se encontrar dispersos, é importante mencioná-los; são 21 as coleções privadas localizadas na cidade de Macaé, nos distritos e nos municípios que foram distritos de Macaé, a exemplo de Conceição de Macabu, Quissamã, entre outros (ver Quadro 4).

⁵⁸ A pesquisadora Ana Lucia Nunes Penha identificou, no Tribunal de Pequenas Causas de Macaé/em 2001, processos pertencentes ao cartório do 1º e 2º Ofícios de Notas da Comarca de Macaé para o período dos séculos XIX e XX.

⁵⁹ Processo de higienização, acondicionamento e identificação da documentação.

⁶⁰ PENHA, Ana Lucia Nunes; ALVIM, Juliana Loureiro (elaboração). *Projeto Memórias: o Judiciário e o cotidiano na sociedade macaense*. Macaé: Solar dos Mellos-Museu da Cidade de Macaé, 2013.

Quadro 4: Acervos privados/macaenses

| Número | Coleção | Período |
|---------------|---|----------------|
| 1 | Família Olive Araújo Carneiro da Silva | 1841-1945 |
| 2 | Família Santos Gavinho | 1788-2000 |
| 3 | Historiador Antonio Alvarez Parada | 1864-1986 |
| 4 | Osmar Sardenberg | 1902-1993 |
| 5 | Instituto Histórico e Geográfico de Macaé | 1865-2000 |
| 6 | Livraria e Biblioteca Espírita Idalina Santos Meirelles | 1936-2000 |
| 7 | Sindicato Rural de Macaé | 1949-2001 |
| 8 | Sociedade Musical Beneficente Lira dos Compositores | 1920-1989 |
| 9 | Sociedade Musical Nova Aurora | 1888-2001 |
| 10 | Antenor Lima da Silva | 1890-1986 |
| 11 | Gildo Schueler Vieira | 1895-1907 |
| 12 | Ila Pinto Jaccoud | 1890-1945 |
| 13 | Izabel Tarcília Vieira Jaccoud Graveiro | 1860-1959 |
| 14 | Maria do Rosário de Souza Grey Tavares | 1981-2001 |
| 15 | Terezinha Maria de Jesus | 1889-1980 |
| 16 | Espaço Cultural Vovó Silvana | 1833-2000 |
| 17 | Audiovisual de Conceição de Macabu | 1860-1980 |
| 18 | Usina Victor Sence | 1903-1995 |
| 19 | Augusto Campos | 1927-1939 |
| 20 | Acervo da Usina Hidrelétrica de Glicério de Macabu | 1930-1970 |
| 21 | Coleção Marcelo Abreu | 1931-1955 |

Fonte: AMANTINO, Marcia; GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia e Outros. *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

Os acervos privados são compostos por uma documentação variada, abrangendo registros de memórias, diários, correspondências particulares, plantas, fotografias, registros poesias, álbuns, cartões de visita, cartões postais, honrarias, objetos tridimensionais, livros de atas, documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Macaé, coleções de periódicos e revistas, fitas K7, fitas VHS, livros-caixa, estatutos, balancetes, cartas de liberdade,

biografias, livros de notas e sisa paga, etc. “Os acervos privados são compostos basicamente por fontes de natureza qualitativa.”⁶¹

Portanto, todas as fontes acima descritas podem ser dispostas pelo método quantitativo e qualitativo e, no caso dos assentamentos paroquiais de batismo, casamento e óbito, seus conteúdos poderão ser inseridos em diferentes bancos de dados, utilizando programas como EXCEL (inclusive para organização dos acervos) e/ou ACCESS (Microsoft), e ainda poderão ser consideradas a utilização de fichas catalográficas (NOBRADE). Para os inventários *post-mortem*, no ACCESS também é possível seriar as tendências dos preços de produtos agrícolas, braças de terras, escravos, etc. no tempo e no espaço; se uma unidade de produção agrícola possui olarias, tenda de ferreiro e outros serviços; como resultado será possível também avaliar o grau de autonomia do estabelecimento em relação ao mercado de insumos, assim como pelo tipo e variedade da produção, entre outros muitos aspectos.

Diante dessa variedade de acervos existente em Cantagalo e em Macaé, cabe enfatizar mais um ponto fundamental para o estímulo às pesquisas com essas fontes: é a oportunidade ímpar de democratizar a pesquisa histórica no país e que também se justifica pela preservação do patrimônio histórico-documental de duas importantes regiões fluminenses.

Assim sendo, em termos espaciais, é imprescindível reconhecer a importância e a inserção dessas duas regiões no contexto histórico, sobretudo no período da economia cafeeira fluminense, pois – como se pode constatar –, além de no passado se constituírem como grandes extensões territoriais, especialmente durante o século XIX, concentraram, como as demais áreas fluminenses, grande afluxo populacional de imigrantes europeus e de povos de origem africana. Somando-se a isso, a utilização dessas diversidades de fontes, para estudo dessas duas regiões, poderá contribuir para ampliar os debates em torno da produção e do avanço do conhecimento histórico regional, de novas discussões historiográficas, de possibilidades sobre novas pesquisas referendadas em estudos históricos acerca de documentos, em muitos casos inéditos e que contemplam os vários aspectos da vida socioeconômica e cultural dos municípios de Cantagalo, Macaé e regiões circundantes no decurso de diferentes temporalidades.

⁶¹ Apud AMANTINO, Marcia; GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia *et al.* *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

Cantagalo e o Vale do Rio Paraíba e Macaé é o Rio

Nessa perspectiva, considero necessário acrescentar que Cantagalo pertenceu à região identificada como os Sertões do Leste ou de Macacu – posteriormente denominada de Sertões das Novas Minas de Cantagalo.⁶² Ocupada desde o século XVIII, em função da extração clandestina do ouro⁶³, constituía-se como uma grande extensão territorial e estratégica para a economia colonial.

Sheila de Castro Faria, ao tratar sobre a história de ocupação dessa região, identifica a existência de um mito de origem por essa área ter sido considerada como lugar “de garimpo ilegal de ouro, com um chefe ou líder que tinha uma alcunha curiosa: ‘Mão de Luva’”. Observa que até bem pouco tempo atrás pouco se sabia sobre a origem desse personagem. Seu nome era Manoel Henriques. No romance “Mão de Luva”, publicado por Acácio Ferreira Dias⁶⁴, consolidou-se uma memória romântica e espetacular do considerado “fundador” da cidade.⁶⁵ Além dessa narrativa, considerada fantástica pela autora, ela ainda salienta que Manoel Henrique (o dito Mão de Luva) era um indivíduo bem posicionado na hierarquia da sociedade do

⁶² FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-23, 2018. Indico também a leitura de CARDOSO, Vinicius Maia. *Pouco Conhecido, Montuoso e Emboscado Poder e Economia no Sertão do Macacu – 1750 a 1800*. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira/Universo, 2022 (Tese defendida no PPGH Universo).

⁶³ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

⁶⁴ Jornalista e político cantagalense que foi indicado por Getúlio Vargas para ocupar a prefeitura da então cidade de Cantagalo no período de 1930 a 1935.

⁶⁵ Manoel Henriques (Mão de Luva) “seria um nobre português (duque de Santo Tirso), apaixonado pela princesa D. Maria, filha do rei D. José I, e se aliou à família Távora na conspiração contra o rei em 1758. Os envolvidos foram enforcados a mando do já poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), mas o duque teria sido poupado, condenado somente ao desterro para o Brasil por interferência da princesa junto ao pai. Em seus últimos dias em Portugal, D. Maria teria ido ao calabouço onde o duque se encontrava e lhe dado um beijo na mão, motivo pelo qual passou a usar uma luva para manter a memória da amada. Foi assim alcunhado de “Mão de Luva” e assim referido em documentos da segunda metade do século 18 no Brasil. Dias ainda publicou outro romance sobre a saga do aventureiro Manoel Henriques intitulado “O Mão de Luva” (1953). Sobre esse mesmo assunto ver ainda o trabalho – sobre garimpeiros ilegais nas serras da Mantiqueira e dos Órgãos – do historiador Rodrigo Oliveira. Ver: OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *“Mão de Luva” e Montanha*: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII: Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

Brasil colonial, assim como outros que se dirigiram para os sertões de Macacu tanto nos anos anteriores à década de 1780 como nos seguintes. Foi tido pelas autoridades das colônias como líder do grupo de garimpeiros que ocuparam a região e a localização do garimpo considerado ilegal e “os caminhos que para lá levavam desconhecidos das autoridades coloniais”. Segundo a autora, não há indicação precisa do ano em que o referido grupo começou a faiscar ouro, mas as cartas trocadas entre as autoridades coloniais e as do reino fazem pressupor que foi entre 1765 e 1775.⁶⁶

Porém, entre os anos de 1778 e 1790 (especialmente a partir de 1783) foram realizadas “ações mais efetivas por parte dos governantes para desmobilizar a ‘rancharia’ de Manuel Henriques”, e a prisão do grupo ocorreu em 1786.⁶⁷

Todavia, na concepção de Sheila de Castro Faria, o ouro parece “ter sido uma das fontes de acumulação de capital para a formação das primeiras fazendas na região” de Cantagalo, e a sua extração foi além dos idos dos setecentos, atuando como chamariz para a ocupação dessa região. Apesar de *a posteriori* “a atividade econômica possível, revelada por alguns bens inventariados, tenha sido a produção de alimentos para o mercado interno e para a subsistência, com destaque para a criação de porcos, mas com o café ensaiando entrar em cena já naquele tempo”⁶⁸.

Claudia Chaves também aponta para a importância dessa região ao afirmar que, nas primeiras décadas do século XIX, essa área “foi extremamente frequentada por comerciantes mineiros”. Registra indícios da ligação entre as regiões das Minas Gerais e das Novas Minas de Cantagalo e indica um plano de desenvolvimento de comércio e produção para as duas regiões.”⁶⁹

Na época, ocorreu um crescimento expressivo na região, acompanhado pelas convenientes condições à expansão de lavouras, possibilitando

⁶⁶ FARIA. *Op. cit.*, p. 1-23.

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ *Ibidem.*

⁶⁹ Um plano de desenvolvimento de comércio e produção para as duas regiões, que foi enviado pelo Conselheiro Beltrão de Gouveia de Almeida ao Desembargador Procurador da Fazenda em 1808, no qual afirma que o “Vice-Rei do Brasil no ano de 1786 soube aproveitar as denúncias de garimpeiros ‘ilegais’ na região de Cantagalo para incentivar a agricultura na região”. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 241, doc. 31. Apud CHAVES, Claudia Maria das Graças. A construção do Brasil: projetos de integração da América Portuguesa. *Rev. hist.* (on-line), p. 135-157, 2002.

a inserção da localidade no conjunto das áreas produtoras de alimentos para o abastecimento do mercado interno da Capitania do Rio de Janeiro.⁷⁰ Um significativo indício disso foi a transformação da Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo da condição de encomendada à colada por meio do Alvará de 7 de outubro de 1806, o que indicava o reconhecimento pelo Estado da projeção socioeconômica da região.

A mudança na economia da região também foi observada por John Mawe em 1809, quando o viajante inglês recebeu autorização de D. João para visitar as jazidas de diamantes das Minas Gerais e do interior fluminense. Na viagem, Mawe constatou que a mineração se esgotara e que a atividade predominante no “arraial e distrito das Novas Minas de Cantagalo” era a agricultura.⁷¹

Ainda nos primeiros anos do século XIX, a região já ocupava uma área de quase seis mil quilômetros quadrados com um território que abrangia toda a vertente das serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, com uma dimensão que compreendia os atuais municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis⁷². Em pouco tempo, a localidade passou a auferir dízzimos crescentes e foi erigida à condição de vila em 9 de março de 1814 sob o título de São Pedro de Cantagalo. Apenas seis anos após a elevação do povoado à condição de vila, teve início o processo de desmembramento da região com a fundação da primeira colônia formada por colonos europeus não portugueses no Brasil: a colônia helvética de Nova Friburgo, instalada na fazenda do Morro Queimado. Por conseguinte, além de Nova Friburgo,

⁷⁰ Com relação à expansão da agricultura de alimentos para o mercado interno. Cf. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política o Brasil 1808-1842*, 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. p. 33-46; FRAGOSO, João; LORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c.1790 -c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 61-67.

⁷¹ MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: *Inventário de Fazendas, Fase III*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>. Ver também MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 33).

⁷² ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008. p. 66-68.

foram desanexados São José do Rio Preto, Sapucaia e Teresópolis, que passaram a integrar a jurisdição de Magé. Progressivamente, a partir de 1830, continuou o processo de desmembramento do Antigo Sertão das Novas Minas de Cantagalo com a criação de novos municípios durante todo o século XIX.

Levando em consideração que esse processo apresentou papel expressivo na formação de importantes municípios, que atualmente integram a mencionada região, é oportuna uma reflexão sobre o que isso significou para a compreensão da história da região. Situado na divisa com o estado de Minas Gerais, o atual município de Cantagalo talvez “seja um dos menos conhecidos pela historiografia brasileira no que se refere à sua posição no complexo cafeeiro do Vale do Paraíba”⁷³.

O Vale do Paraíba Fluminense foi marcado, na segunda década do século XIX, pela expansão da cultura do café. Contudo, o cultivo da “rubiácea”, como já mencionado, ainda disputou espaço com outras culturas de subsistência e com a cana-de-açúcar – principal gênero das exportações brasileiras até, pelo menos, a década de 1830.⁷⁴ Em Cantagalo, a produção cafeeira dinamizou-se por volta da década de 1820, alcançando posteriormente as localidades de Nova Friburgo, Aldeia da Pedra (atual Itaocara), Bom Jesus de Monte Verde (atual Cambuci) e São Fidélis de Sygmaringa.⁷⁵ O crescimento da localidade fez com que, em 1820, a Vila de São Pedro de Cantagalo reunisse três lojas de fazenda, mais de uma dezena de tabernas, uma estalagem e 28 engenhos de açúcar, além de uma população de 1.800

⁷³ FARIA. *Op. cit.*, p. 1-23.

⁷⁴ Para a década de 1820, os índices gerais eram: 27,8% açúcar, 21% algodão e 19,2% café. Na segunda metade do século XIX, os índices do café bateram 60% das exportações, e o vale do Paraíba tornou-se o maior exportador mundial do produto. Cf. SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Vassouras século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café*. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993.

⁷⁵ Neste parágrafo, os nomes das localidades foram mantidos nas formas como eram chamadas no século XIX. Nos casos em que houve grande alteração do nome original, foi feita a referência entre parênteses. Sobre a ocupação do Vale do Paraíba fluminense ver: SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Vassouras século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café*. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993. O processo de ocupação aqui explicitado pode ser fartamente analisado pelo pesquisador a partir dos mapas e das fichas catalográficas das fazendas disponibilizadas nos inventários do INEPAC.

peças livres e aproximadamente 2.700 escravos, além de uma produção de café que girava em torno de 100 mil arrobas.⁷⁶

Para uma maior compreensão sobre a rapidez do processo de expansão cafeeira na Bacia do Paraíba do Sul, é preciso que se tenha em mente dois aspectos importantes, a saber: primeiro, que esse processo está relacionado a um aumento da produção agrícola de exportação nas Américas, ocorrido na virada do século XVIII para o XIX (principalmente de gêneros como açúcar, algodão e café), devido às mudanças significativas na economia-mundo ligadas ao processo de industrialização da Europa e à revolução escrava de São Domingo⁷⁷; ainda segundo Rafael Marquese, no Vale do Paraíba fluminense, a expansão da economia cafeeira contou tanto com a existência de imensas porções de floresta virgem disponível como também com toda a infraestrutura montada anteriormente para a exploração aurífera – como vias de escoamento que foram abertas para esse fim, eficiente sistema de transporte por mulas, tráfico negreiro eficazmente estruturado entre os portos da África Central e do Brasil.⁷⁸

No Brasil, a expansão da economia cafeeira ocorreu concomitantemente à consolidação do Estado Imperial através de uma política de mútuos favorecimentos políticos e econômicos para a Região Centro-Sul. Em pouco tempo, novas e antigas fortunas foram erigidas no rastro do café. A acumulação de riquezas incrementadas pelo tráfico de escravos e pela exportação do café proporcionou a existência de imensas riquezas, como a de Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo, que em meados do século XIX era proprietário de duas dezenas de fazendas nas regiões de Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis, além de imóveis urbanos – como os pala-

⁷⁶ MORAES, Marieta Ferreira. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008. p. 116.

⁷⁷ “A colônia francesa respondia por parte significativa da produção desses gêneros tropicais que tiveram seus largos plantéis migrados para outras áreas de produção após a independência do Haiti. Por outro lado, a Revolução Industrial Inglesa e o novo ritmo de trabalho impulsionavam a popularização do açúcar na dieta do trabalhador, o aumento do consumo de bebidas estimulantes a exemplo do café e o crescimento da demanda de algodão para a indústria têxtil em expansão e tornavam a exportação desses produtos bastante lucrativa.” In: MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, missionários da mente-senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

⁷⁸ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 353.

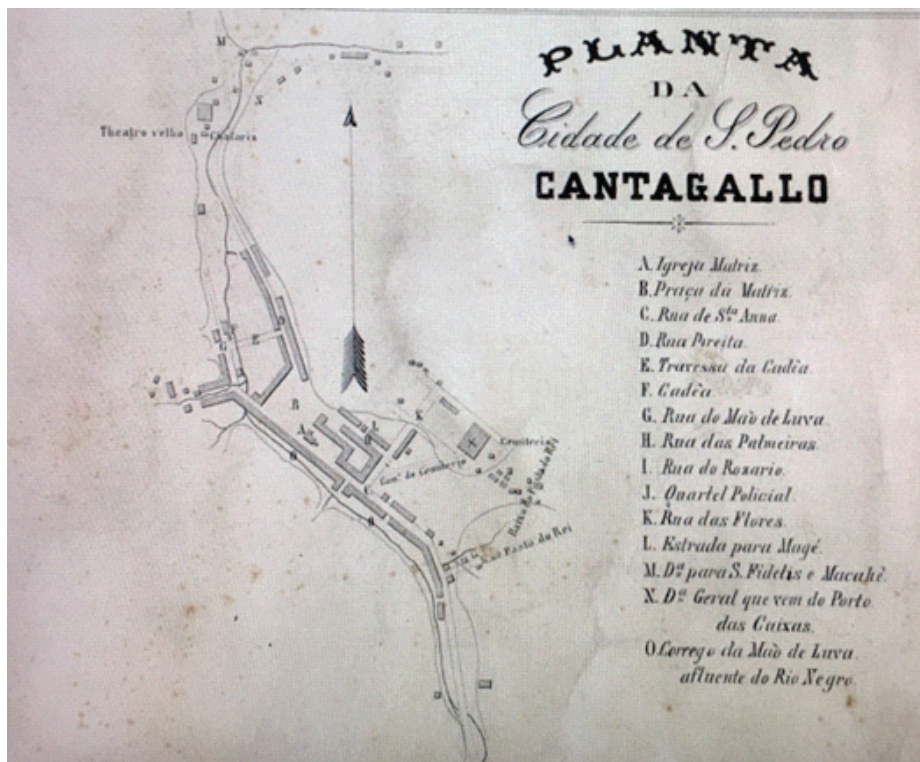
cetes Nova Friburgo (atual Palácio do Catete), localizado na Corte, e do Gavião em Cantagalo e uma estrada de ferro. Ou Antônio de Moraes, barão de Duas Barras, com um patrimônio superior a quatro mil contos de réis em 1872, certamente um dos mais significativos do Império para a época.⁷⁹

Cantagalo foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial de nº 965 em outubro de 1857. O processo de expansão urbana da cidade de São Pedro de Cantagalo foi planejado e projetado pelo engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, e pode-se observar o traçado urbano da Vila de São Pedro de Cantagalo quando foi transformada em cidade na planta a seguir.

O projeto urbano de Bellegarde apresentava uma grande rua que acompanhava o sentido do córrego da Mão de Luva – afluente do Rio Negro –, e que margeava a área central urbana com a Igreja Matriz. Somando-se as vias, junto ao Córrego da Mão de Luva, a rua principal chamada de Direita e o Caminho Geral rumo a Porto das Caixas e o Caminho para São Fidelis e Macaé e que também se dirigia ao interior; a rua de Santana, cortada por ruas transversais com ligações com o Caminho do Cemitério; paralela ao Caminho do Cemitério a Rua das Flores, etc. O projeto completava-se ainda com a criação da Praça da Matriz, colocada no centro da área urbanizada.

⁷⁹ MORAES, Marieta Ferreira. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008. p. 116.

Planta da Cidade de Cantagalo – 1858/1861⁸⁰



Fonte: Arquivo Nacional – Detalhe da Carta chorográfica da província do Rio de Janeiro: mandada organizar por decreto provincial de 30 de outubro de 1857, e pelo presidente da mesma província o Exmo. Sr. Conselheiro A. Nicolao Tolentino.

De certo modo, o advento do processo urbanístico de muitas vilas do interior fluminense deve-se aos desdobramentos do desenvolvimento econômico iniciado na primeira metade do século XIX.

Para o escritor cantagalense Clélio Erthal, essa ascensão de Cantagalo não foi uma resposta ao “crescimento urbano ou demográfico de um período considerado modesto, mas resultado do elevado nível sociocultu-

⁸⁰ Detalhe da Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro, confeccionada pelos engenheiros Pedro D'Alcantara Bellegarde e Conrad Jacob de Niemeyer – 1858/1861; as cartas originais apresentam a Província do Rio de Janeiro, na escala 130.000, emolduradas por 18 plantas das cidades mais importantes à época, escala 110.000. Apud MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: *Inventário de Fazendas*, Fase III. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>.

ral da comunidade e da expressiva produção dos seus cafezais”⁸¹. Nesse período, integravam o município as freguesias de Santa Rita do Rio Negro (atual distrito de Euclidelândia), de Monte Carmo e de Nossa Senhora da Conceição de Duas Barras do Rio Negro. Atualmente, o município abarca os distritos de Boa Sorte, Euclidelândia, Santa Rita da Floresta e São Sebastião do Paraíso.

Sheila de Castro Faria recorreu para avaliar o crescimento demográfico e a riqueza da região aos dados do censo de 1872, que 15 anos após ter sido elevada à condição de cidade apontava a existência de 29.453 habitantes em Cantagalo, dos quais 57% deles (16.805) eram escravizados. Com base no estudo de João Fragoso, a autora apresenta dados comparativos a partir dos quais se pode verificar que a “Paraíba do Sul, que era um dos municípios mais povoados do Vale do Paraíba fluminense e de elevada concentração de população cativa”, abrigava 37.461 habitantes, 46% deles escravizados, isto é, a Paraíba do Sul “concentrava uma proporção de escravizados menor do que a de Cantagalo”⁸². Sheila de Castro Faria adverte que em praticamente todas as pesquisas e trabalhos que tratam da história agrária do Vale somente alguns mencionam, de passagem, estudos sobre a produção cafeeira em Cantagalo; ela aponta algumas exceções, para as dissertações de Gelson Rozentino de Almeida e Eliana Vinhaes.⁸³ Reconhece que outros historiadores – ao estudarem a região – “nem mesmo identificam Cantagalo como pertencendo à macrorregião do Vale do Paraíba, mas como

⁸¹ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Esplendor do Café*. Niterói – RJ: Nitpress, 2008. p. 243.

⁸² FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. Apud FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018.

⁸³ Ver ALMEIDA, Gelson Rozentino de. *Hoje é dia de branco: o trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo (1870-1888)*. 1995. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995; VINHAES, Eliana. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. 1992. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Apud FARIA, Sheila de Castro. *Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018.

parte da região serrana, que tem o município de Nova Friburgo, hoje, como referência central”⁸⁴.

Em 1888, com a oficialização do fim do trabalho escravo, concomitante ao declínio da economia cafeeira na região e associado ao rápido esgotamento causado pela própria forma de cultivo dos cafezais – que, segundo Muro Leão Gomes, era um sistema baseado “na agricultura de roça e queima, porém realizada em grandes extensões de terras, muitas delas em encostas, o que levaria a uma rápida perda da fertilidade dos solos da região” –, o município de Cantagalo passou a vivenciar uma grave crise que seria “parcialmente superada nos primeiros anos do século XX com a pecuária leiteira”⁸⁵. Clélio Erthal também constatou que, no século XX, Cantagalo modelou-se aos novos tempos, estendendo novas fronteiras econômicas nos setores comercial, pecuário e mineral, transformando-se em uma “das mais importantes bacias leiteiras do Estado do Rio e num dos maiores parques cimenteiros do Sudeste do Brasil”⁸⁶. Atuam na área de exploração mineral – em 2008 – as indústrias cimenteiras Votorantim, Lafarge e Holcim, sendo elas responsáveis “por 8% da produção nacional e por 100% de todo cimento consumido no Estado do Rio de Janeiro”, segundo consulta ao site da Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Enfim, procurando identificar as proximidades geográficas, históricas e as singularidades entre duas importantes áreas cafeeicultoras fluminenses, é também justificável traçar uma breve reflexão sobre a história das terras que posteriormente seriam denominadas de Macaé.

As primeiras tentativas de colonização da região do Rio Macaé ocorreram por volta da segunda metade do século XVI como forma de controlar o contrabando do pau-brasil. Ao incorporar a região a seu projeto de colonização, a Coroa Portuguesa dava início à distribuição de sesmarias para as ordens religiosas e para particulares. O objetivo era, além de “estabelecer núcleos populacionais que pudessem desbaratar os contatos travados entre os estrangeiros e os indígenas”, conquistar os índios e torná-los súditos alia-

⁸⁴ FARIA. *Op. cit.*, p. 1-23.

⁸⁵ GOMES, Mário Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café*. Ocupação e a degradação ambiental da região de Canta Gallo, na província do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – UFRRJ, Seropédica/RJ, p. 17, 2004.

⁸⁶ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Esplendor do Café*. Niterói – RJ: Nitpress, 2008. p. 278.

dos da Coroa.⁸⁷ Devido a isso, e com base na análise de Márcia Amantino, pode-se constatar que a ocupação da Capitania da Paraíba do Sul, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, ocorreu em meio a inúmeros conflitos devido ao controle sobre terras e riquezas. Tensões que foram causadas pelo contrabando de madeira realizado por estrangeiros e também pela chamada “hostilidade” dos índios Guarulhos e pelo mal-estar existente entre religiosos e colonos.⁸⁸

Nos primórdios de sua história, Macaé integrou a Capitania de São Tomé, mais tarde denominada de Capitania da Paraíba do Sul; até o ano de 1813, grande parte de suas terras pertencia a Campos dos Goytacazes. A ocupação desse território identifica-se mais com as áreas do Recôncavo da Guanabara “do que com regiões limítrofes”⁸⁹. No caso do Recôncavo da Guanabara, assim que se estabeleceu a cidade do Rio de Janeiro⁹⁰, a sua área “foi povoada por fazendas e engenhos”⁹¹, podendo-se afirmar que, nas primeiras décadas do Seiscentos, em “apenas 17 anos” (entre os anos de 1612 e 1629) foram estabelecidos “35% de todos os engenhos existentes no recôncavo”⁹² no final do século XVII. Número que, para João Fragoso, “se confirma, apontaria para as primeiras décadas do Seiscentos como decisivas para a montagem da economia escravista e exportadora do Rio de Janeiro”⁹³.

⁸⁷ AMANTINO, Márcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: ocupação e povoamento. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia *et al.* *Povoamento, catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/UFF, 1986. p. 2. Apud FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

⁹⁰ Cf. ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008, p. 4; com relação à ocupação do Recôncavo da Guanabara ver: SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história*. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 3, n. 5, p. 51, jul./dez. 2013; BRAGA, Vitor Cabral. *Lugares para “bem morrer” no Recôncavo da Guanabara/RJ: Irmandades, ritos e tensões na geografia da morte (c.1720 a c.1800)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2015; SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA Nielson Rosa. *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2011; entre outros.

⁹¹ BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v. 1, n. 1, p. 7, 2006.

⁹² FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122.

⁹³ FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 45-122.

Esse vasto território fazia parte da Capitania de São Tomé e compreendia uma extensão de aproximadamente 30 léguas de terras, o que correspondia a 264 km, localizada entre as Capitánias de São Vicente e do Espírito Santo. Em carta de doação, de 10 de março de 1531, a Capitania de São Tomé foi concedida pela Coroa Portuguesa a Pedro de Góis da Silveira, que, segundo Pizarro, após residir na Capitania de São Vicente e em Portugal, só voltaria a povoar a “nova capitania” em 1550.⁹⁴

A região da Capitania de São Tomé era cortada por lagos e enseadas, situada entre o norte da Bahia da Guanabara e do Cabo Frio, estendendo-se até o Cabo de São Tomé, onde findava o seu território. No interior, observam-se as “serras dos Órgãos, Piratininga, Maricá e Muritiba, a 30 léguas da costa, entre os baixos de Pargos (Itapemirim) e o Rio Macaé”⁹⁵. Conforme apontado por Sheila de Castro Faria, em 19 de agosto de 1627, parte da donataria da Paraíba do Sul foi requerida e doada em instrumento de carta de sesmaria aos Sete Capitães – eram sete “nobres” proprietários de terras do Recôncavo da Guanabara e de Cabo Frio –, que atuaram junto à Coroa Portuguesa para a consolidação do processo de colonização naquelas regiões. Todavia, os Sete Capitães só tomaram posse judicial da capitania em 19 de abril de 1629 sob “a condição de pagarem foro aos donatários e dízimos à Ordem de Cristo, quando levantassem alguns engenhos”⁹⁶. Após repartirem as terras entre si, introduziram ali currais e, alguns anos depois, lavoura da cana-de-açúcar, atividades que inaugurariam a ocupação colonial e o povoamento da região. Ainda, de acordo com Sheila de Castro Faria, essa segunda tentativa de ocupação da região foi eficaz. Além disso, nem todos os capitães donatários lá se estabeleceram, pois alguns “permaneceram em seus engenhos na Guanabara e em Cabo Frio, ocupando a região pessoas dos mais variados graus de riqueza, na qualidade de arrendatários desses sesmeiros”⁹⁷.

Alguns anos após aquelas terras serem concedidas aos Sete Capitães, contudo, o general Salvador Correia de Sá e Benevides iniciava uma nova

⁹⁴ Ver ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Op. cit.*, p. 90; FÁRIA, Sheila de Castro. *Op. cit.*, p. 3.

⁹⁵ Mapa da Capitania de Pero de Góes de 1631. ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 235.

⁹⁶ CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Companhia, 1888. p. 201-223. Ver também ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Op. cit.*, p. 83.

⁹⁷ FÁRIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/UFF, 1986. p. 3.

etapa na história da ocupação dos Campos dos Goytacazes. Logo após ser nomeado pela primeira vez governador do Estado Rio de Janeiro – entre os anos de 1637 a 1643 –, Salvador Correia de Sá e Benevides, sob o pretexto de que as terras da Capitania da Paraíba do Sul não tinham sido doadas em regime de sesmarias aos Sete Capitães, ameaçava “devolvê-las ao domínio da Coroa Portuguesa”. Como solução, ele propunha aos capitães donatários uma nova divisão das terras, o que foi concluído com uma escritura de composição em 9 de março de 1648, data em que assumira a administração e o governo do Estado Rio de Janeiro pela segunda vez (no intervalo de janeiro a maio de 1648).⁹⁸ Consequentemente, por essa escritura as terras foram divididas em 12 quinhões e distribuídas em cotas de 4,5 para os sete capitães e seus herdeiros: 3 porções para os padres da Companhia de Jesus, 1 quinhão para o capitão Pedro de Souza Pereira, 0,5 para os frades da Ordem de São Bento e 3 cotas para o então governador e capitão-mor Salvador Correia de Sá e Benevides.

Quase todo o território da Capitania de São Tomé era composto por campos que foram usados, no primeiro momento de sua ocupação, para a implantação de currais. Assim, desde o rio Itabapoana (que era o marco divisório entre a Capitania de São Tomé e a do Espírito Santo) até o Macaé (que delimitava a Capitania de São Tomé com a do Rio de Janeiro), também se verifica a presença da Igreja Católica nesse instante da ocupação.⁹⁹

Nesse aspecto, é válido mencionar algumas formas pelas quais a Igreja Católica exerceu um influente papel na colonização efetiva da região norte da Província Fluminense por meio da atuação de algumas ordens religiosas e clérigos por conta de sua união com o Estado Português e, mais tarde, com o Império brasileiro. Ao incorporar esse território ao projeto de colonização, a Coroa Portuguesa dava início à distribuição de sesmarias para as ordens religiosas e para particulares. O objetivo era, além de “estabelecer núcleos populacionais que pudessem desbaratar os contatos travados entre os estrangeiros e os indígenas”, conquistar os índios e torná-los súditos alia-

⁹⁸ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit.*, p. 4-5; BICALHO, Maria Fernanda. Redesenhando fronteiras, ampliando jurisdições: O Rio de Janeiro no período filipino. *XVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH – Ceará, p. 3, 2013.

⁹⁹ A propósito, vale lembrar que no Brasil de maneira geral esse momento foi marcado pelo regime de união entre Estado e Igreja, que estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império português e posteriormente do brasileiro.

dos da Coroa.¹⁰⁰ Desse modo, em 1630, os jesuítas estabeleceram-se na “Terra Goitacá”, onde fundaram a Fazenda de Campos Novos, na povoação de Santa Helena do Cabo Frio, a de Santana, próximo ao rio Macaé e, a maior de todas, a de Campos dos Goytacazes, todas submetidas à administração do Colégio de Rio de Janeiro.¹⁰¹

A Fazenda de Campos Novos correspondia à sesmaria do aldeamento de São Pedro do Cabo Frio e recebeu essa denominação para diferenciá-la da Fazenda dos Campos dos Goytacazes. Possuía uma igreja consagrada a Santo Inácio (fundador da Companhia de Jesus e canonizado no ano de 1622), com altar central e laterais, crucifixos, objetos sagrados, pia batismal, paramentos para vestir as imagens e os celebrantes, alfaias, cortinas, etc. Segundo Amantino e Engemann, “sua produção, como era peculiar às fazendas jesuíticas, era voltada principalmente para a criação de gado e alimentos” e para extração de madeira, que era enviada para o Rio de Janeiro.¹⁰²

Na Fazenda de Macaé ou de Santana, os jesuítas criaram dois engenhos para a lavoura de cana: um perto da foz do Rio Macaé, próximo ao litoral, e outro na Fazenda de Imboassica. O primeiro ficava em torno da capela de Santana, e o segundo também possuía um oratório. Situada no topo do morro de Santana, tinha uma capela com a mesma invocação e servia como sede da mencionada Fazenda de Macaé. Em decorrência da expulsão da ordem do Brasil em 1759 e, subsequentemente, por ocasião do sequestro da Fazenda de Macaé, existia “na igreja de Santana pia batismal, sacrário, Santos óleos e paramentos”. Lamego complementa dizendo que no “adro” da capela de Santana “havia um cemitério dos escravos”¹⁰³.

Ao estudar o cotidiano dos homens que investiram na Capitania da Paraíba do Sul no século XVIII, Sheila de Castro Faria constatou que esse período foi o momento em que a citada região passou da atividade pecuária e da cultura de alimentos – atividades destinadas ao abastecimento do mercado interno – para a exportação da cana-de-açúcar. A proliferação

¹⁰⁰ AMANTINO, Márcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: ocupação e povoamento. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES Claudia *et al.* *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

¹⁰¹ SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945. t. VI, livro 1, cap. p. 1, p. 130.

¹⁰² AMANTINO Márcia; ENGEMANN, Carlos. A fazenda de Campos Novos e sua história – séculos XVII e XVIII. *XIV Encontro da Regional da ANPUH – Rio*, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁰³ LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. S/d, p. 58-59.

acelerada de engenhos no Setecentos e, como resultado disso, o crescimento demográfico da capitania aconteceram no contexto da decadência da produtividade do açúcar no Recôncavo da Guanabara e da transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, que provocaram uma maior dinamização da região. Somando-se a isso, a expulsão dos jesuítas em 1759 também contribuiu para a transformação dos pastos em canaviais.¹⁰⁴

Em 1785, os Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis apresentam a principal freguesia da região do rio Macaé – a de N. S. das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé – com pouco número de habitantes, que se encontravam dispersos e “pobríssimos”¹⁰⁵. Sheila de Castro Faria observa que, nesse período, a citada freguesia possuía “quarenta habitantes livres, 102 escravos, dois engenhos – produzindo somente cem arrobas de açúcar por ano – uma pequena colheita de grãos e pouca criação de gado, distribuídos por 12 unidades agrícolas”¹⁰⁶.

Quatorze anos depois, os relatos sobre a região descrevem uma situação bastante diferente. Segundo o padre Francisco dos Santos Pinto, na visita pastoral que realizou em 1799, a freguesia possuía cinco fazendas, apesar de ter descrito apenas quatro: Conceição dos Adoellas; Morro do Onça; Capitão Antônio José Lopes de Araújo; Manoel José da Costa Martingil e Atalaia. A partir daí, percebe-se um significativo crescimento na região em comparação com o relato feito por Couto Reis sobre o período anterior. Do mesmo modo, é possível constatar esse crescimento pela análise dos pedidos para constituição de oratórios particulares em algumas das fazendas da região. A existência desses oratórios indicava a projeção de seus proprietários, posto que eles deveriam ser autorizados pela autoridade eclesiástica, e uma das justificativas que mais apareciam nos textos dessas aprovações era viver “à maneira de nobres ou conforme as leis da nobreza”¹⁰⁷.

Sheila de Castro Faria afirma que, em 1799, a Freguesia de Neves “teve um aumento populacional excepcional” e transformou-se radicalmen-

¹⁰⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 327.

¹⁰⁵ REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. Coleção Fluminense, p. 51.

¹⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 327.

¹⁰⁷ CHAHON, Sérgio. *Aos pés do Altar e do Trono: as irmandades e o poder régio no Brasil: 1808-1822*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

te: de quarenta habitantes passou a ter 1.691 (um aumento de 4.227,5%) e de 102 cativos aumentou para 3.640 (em termos populacionais, a elevação foi de 3.568,6%). Outros dados significativos desse crescimento foi o aumento da população identificada por Couto Reys como branca, que saltou de 43% em 1785 para 63% em 1799.¹⁰⁸

Corroborando os dados apontados por Sheila de Castro Faria, Ana Lúcia Nunes Ferreira constatou que, no final do século XVIII, assim como Cantagalo, Neves despontava como área de atração populacional devido às convenientes condições para a expansão das lavouras de alimentos, fazendo parte do circuito de produção para o abastecimento do mercado interno. Através do porto de Imbetiba ou de Macaé eram escoadas as produções de açúcar e demais alimentos de Campos dos Goytacazes, do território macaense e, até mesmo, da região de Cantagalo. Citando dados de João Fragoso¹⁰⁹, a autora afirma que, somente em 1791, doze embarcações contendo açúcar, originadas de Macaé, entraram no Porto do Rio de Janeiro. Nesse período, ocorreu o processo de inserção da localidade no conjunto das áreas produtoras de alimentos para o mercado interno, tendo como base a mão de obra escrava a partir do final do século XVIII.¹¹⁰

No ano de 1813, Macaé passou da condição de arraial para a de Vila de São João de Macaé. Tal promoção vinha responder ao crescimento econômico da região. Em sua passagem pela região de Macaé em 1816, Saint Hilaire já sinalizava para o início da expansão do café na Vila de Macaé e arredores¹¹¹, o que se verificaria em fins da década de 1820, antecipando a maior proporção que a cultura cafeeira teria entre o final do século XIX e o início do século seguinte.¹¹²

Tal contexto aponta para a expansão econômica que, conjugada à igual expansão do sertão, certamente contribuiu para a criação da vila. A

¹⁰⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 327.

¹⁰⁹ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

¹¹⁰ FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2001.

¹¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹¹² FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 27.

partir da segunda metade do século XIX, deu-se um processo de expansão urbana da Vila de São João de Macaé. De certo modo, o advento do processo urbanístico macaense deve-se aos desdobramentos do desenvolvimento econômico iniciado na primeira metade do século XIX. Desde final do século XVIII, a economia macaense estava voltada para o comércio interno e a produção de alimentos. O adensamento demográfico da região foi impulsionado pela atração de população livre, que buscava condições favoráveis à expansão das lavouras de alimento.¹¹³ A agricultura cafeeira foi extremamente importante para a economia macaense durante todo o século XIX.

Desse modo, a partir da criação da Vila de São João de Macaé pode ter havido um deslocamento migratório da população livre para o centro urbano, o que não significou um aspecto que contribuiria para o esvaziamento do sertão macaense, pois grandes proprietários – como Visconde de Mauá, produtor de café, sócio majoritário da fazenda Atalaia e que detinha o maior número de escravizados na região até o ano de 1872, e como Barão da Povoação de Varzim, possuidor de inúmeras fazendas de café na Freguesia de N. S. das Neves – são exemplos de investidores influentes, mas que ali não residiam.

Só por essas rápidas menções, é possível constatar a importância de uma proposta de incentivo à utilização de uma diversidade de fontes e dados disponíveis a fim de auxiliar análises de natureza quantitativa e qualitativa e pesquisas voltadas, especialmente, para essas duas regiões. Em termos espaciais, é importante reconhecer a importância e a inserção dessas duas regiões no contexto histórico da economia cafeeira fluminense, pois – como se pode constatar –, além de no passado se constituírem como grandes extensões territoriais, especialmente durante os séculos XVIII e XIX, também concentraram, como as demais áreas fluminenses, grande afluxo populacional de imigrantes europeus e de povos de origem africana.¹¹⁴

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Sobre imigração em Cantagalo e Macaé, ver CAMARA, Marianny de Castro. *Investigando trajetórias, conhecendo a história* – O desenvolvimento da família suíça na Vila de São Pedro do Cantagallo, 1830-1885. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2020; BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da Independência*. 2. ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004; LIMA, Renata Azevedo. *Conflitos de terras e quilombos na colonização do Rio de Janeiro (1808-1831)*. Dissertação (Mestrado) – Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Também é preciso reconhecer a importância socioeconômica e cultural desses municípios para a compreensão da História Fluminense e suas fundamentais participações na receita do Império brasileiro. Diante de tal constatação, o incentivo ao desenvolvimento de pesquisa histórica sobre Cantagalo e Macaé ainda não aponta para conferir visibilidade histórica a esses municípios. Somando-se a isso, certifico também que as fontes sobre as duas regiões pouco receberam atenção de historiadores e demais pesquisadores.

É fundamental também reconhecer que ainda existem grandes lacunas e esquivos nas investigações sobre a história das regiões de Cantagalo e Macaé; e, por conta do desconhecimento historiográfico sobre Cantagalo, Sheila de Castro Faria constatou que “até mesmo erros iconográficos foram cometidos” e cita como exemplo o uso de uma imagem da Vila de Cantagalo – publicada no livro do suíço J. J. Tschudi pela Editora Itatiaia e pela Editora da Universidade de São Paulo em uma edição do ano de 1980 –, que foi indicada como sendo de Nova Friburgo.

Ainda sobre Cantagalo, a autora cita outro caso semelhante e que vigorou como verdade até bem pouco tempo, com relação a “uma fotografia da princesa Isabel e sua comitiva em um almoço que foi atribuída a uma possível visita dela aos campos da Guerra do Paraguai” – mais tarde se constatou que essa imagem era, na verdade, um registro de uma visita da princesa ao município de Cantagalo. Um equívoco que, para Sheila de Castro Faria, “configura o desconhecimento da região por parte de historiadores e editores”. A autora acredita que uma explicação possível para tais enganos está no fato de “a família Clemente Pinto, considerada uma das mais ricas famílias de fazendeiros do Império, ter recebido títulos de barão, conde e visconde de ‘Nova Friburgo’, o que poderia sugerir para os que não conheciam a região que suas terras estivessem em Nova Friburgo”. Isso não foi considerado pelos estudiosos da região e acrescenta ainda que a fazenda que abrigou a colônia de suíços – em Nova Friburgo (em 1819) – foi desmembrada do território da Vila de Cantagalo, mas as propriedades e sua produção “de café e as escravarias da família Clemente Pinto estavam em Cantagalo”. Do mesmo modo, constata-se que o município de Nova Friburgo, com temperaturas muito baixas, “não possuía condições climáticas adequadas para o cultivo da rubiácea” e que essas seriam “condições fatais para o cultivo do café”. De acordo com Sheila de Castro Faria, “a

posição destacada desses nobres, com riquezas originadas no comércio de grosso trato – particularmente no tráfico de escravos e na produção de café”, cuja concessão de títulos de nobres esteve vinculada ao termo do circunvizinho município de Nova Friburgo (que até o ano de 1819 pertencia à vila de São Pedro de Cantagalo) – esse foi um fator que pode ter “induzido o erro historiográfico”. Por fim, na atualidade, a importância demográfica e econômica de Nova Friburgo “sobrepunha a de Cantagalo”, tornando esse último desconhecido por muitos ou ao menos “considerado como uma extensão de Nova Friburgo”¹¹⁵.

No caso de Macaé, devido à escassez de estudos acadêmicos relativos aos séculos XVIII e XIX, é fundamental uma proposta de incentivo à produção historiográfica local e regional, pois ainda existem grandes lacunas nas investigações sobre a história de Macaé. Nesse sentido, oferecer possibilidades para incrementar novas pesquisas referendadas em estudos históricos de documentos inéditos, que contemplem os vários aspectos da sociedade macaense, é urgente. Por tudo isso, é premente dar ênfase às pesquisas que enfoquem estudos sobre a história de Macaé e que viabilizem a sua inserção nos anais da história do Norte Fluminense.

Creio que tal proposta faz parte de uma demanda ainda pouco explorada, e a produção desse material é inteiramente justificável pelo fato de pôr à disposição de estudiosos um campo rico para pesquisas que aprofundarão os estudos sobre as ligações históricas entre duas importantes regiões da Província Fluminense. Por fim, deve-se propor pesquisas temáticas com múltiplas possibilidades investigativas nos campos de histórias conectadas, história demográfica, história populacional, história econômica e agrária, história social, história da cultura imaterial e material, história regional e local, entre outras, e que possibilitem abordagens capazes de estabelecer conexões históricas regionais – sem ambições de análises planetárias, mas com uma rica possibilidade para tal.

¹¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018.

Povoamento, ocupação e sociedade

Tropas e tropeiros no sertão do Macacu na segunda metade do século XVIII: mercadorias, rotas e caminhos

Vitória Schettini

Dra. em Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ
PPGH/Universo
Bolsista Jovem Cientista Faperj

Vinicius Maia Cardoso

Dr. em História
PPGH/Universo

Introdução

O Sertão do Macacu foi, na segunda metade do século XVIII, região aurífera de exploração tardia na capitania do Rio de Janeiro, limitada a sul pelo rio Macacu, a norte pelo rio Paraíba do Sul, fronteira com Minas Gerais, a oeste pela Freguesia de Inhomirim (Magé), a leste por Campos dos Goytacazes e Macaé. De acordo com Mauro Leão Gomes, toda a grande área compreendida como Sertões do Macacu correspondia a “toda vertente interior das serras de Boa Vista, dos Órgãos, Macabu e Macaé, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados”, que, a partir de desmembramentos, “deu origem aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Macuco, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis”¹.

Nota-se, portanto, que Cantagalo, uma das freguesias contempladas nesta coletânea, fazia parte territorialmente do Sertão do Macacu, que, após

¹ GOMES, Mauro Leão. *A região das minas do Canta Gallo ou sertões do Macacu, da província do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004, p. 16.

vários processos de divisão, deu origem à Vila de São Pedro do Cantagalo. Por isso, voltamos no tempo a fim de compreender a organização social e econômica dessa região antes de sua emancipação da Vila de Santo Antônio de Sá, ocorrida no ano de 1814, com o objetivo principal de entender a circulação das tropas e dos tropeiros que circulavam pela região em finais do século XVIII. A preocupação em problematizar quem eram esses grupos que andavam pela região foi originada de uma reflexão conjunta dos autores que buscam entender a presença de tropeiros em regiões vizinhas: um analisando os tropeiros e canoieiros para o sertão macacuanu e o outro trazendo as tropas e o perfil econômico de alguns desses personagens para o Sertão Leste da Mata mineira. Portanto, regiões fronteiriças e que possuíam uma rede de circulação de mercadorias, seja subindo ou descendo a Serra com destino ao Norte Fluminense ou ao Recôncavo da Guanabara.

A proposta é realizar um estudo sobre os tropeiros que circulavam por esse sertão por ser estratégico para esse tipo de comércio e tentar entender os caminhos, as rotas e as mercadorias transportadas. Para a análise, estarão sendo usadas anotações sobre os Rendimentos dos Contratos das Entradas e a relação das tropas que eram remetidas no caminho de Minas para os transportes das Minas Novas de Canta Galo. Essas fontes fazem parte de um bloco de Correspondências e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro, em que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza no Rio de Janeiro nos anos de 1786 a 1790.²

As matas, o relevo serrano e a possibilidade de cultivo na região possibilitavam a aquisição de fortunas e a construção de uma base econômica que serviria de grande atrativo para aventureiros em busca de explorações. Atrelada à ocupação e ao desenvolvimento econômico estava o transporte das mercadorias, bem como sua modernização, além do desenvolvimento de implementos agrícolas. Nesse sentido, o tropeirismo teve uma função importante no transporte de alimentos. Homens que adentravam as picadas feitas entre florestas e montanhas com a função de transportar os mais variados produtos foram imprescindíveis para a consolidação econômica de uma região que era reservada aos indígenas, aos animais e à floresta densa.

² A partir desse ponto, visando à simplificação do texto, a fonte quando citada será denominada apenas como “Correspondência”.

A exploração do Sertão do Macacu tem início após notícias dadas por um índio que trouxera amostras de ouro colhidas no sertão a Maurício José Portugal, morador nas Cachoeiras de Macacu, que pediu licença ao governador interino do Rio de Janeiro no ano de 1763, depois do falecimento do conde de Bobadela, para ir fazer um Descobrimento no referido Sertão.³ A junta do governo interino da recente capital da Colônia na cidade do Rio de Janeiro, criada após a morte de Bobadela, autorizou então Maurício José Portugal a minerar no Sertão do Macacu. Com a chegada, ainda em 1763, do primeiro vice-rei do Brasil, o conde da Cunha, esse informou a Lisboa sobre a autorização dada. Em 1765, escreveu a ele o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estranhando a autorização e comunicando o descobrimento do ouro que alguns moradores da Vila de Santo Antônio de Macacu haviam feito no sítio da Serra dos Órgãos com permissão do Intendente Geral da Capitania. Foi então determinado vedar o descobrimento com toda a força e o mandasse vigiar por Ministros e Oficiais Militares. Determinou então sua Majestade que se proibisse da maneira mais veemente, pois se tratava de um descobrimento, ordenando que se extinguissem até as memórias do que se intentou, aplicando-se a isso todos os meios praticáveis.⁴

O conde da Cunha então arrasou todas as fazendas e ocupações que havia no Sertão. Em 1786, estando no cargo o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em combinação com o governador da capitania de Minas Gerais, mandou prender os contrabandistas e procedeu a uma ação inversa: a ocupação do Sertão do Macacu, a qual aparece tratada nas fontes aqui utilizadas.

Por tratar-se de região a ocupar, o Sertão do Macacu apresentou um conjunto complexo de situações na busca desse objetivo. Como região ainda não ocupada por homens brancos, era por trilhas – e não estradas – que trafegavam indígenas e contrabandistas. Porém, antes mesmo do início de sua ocupação, eram os escravos e não as bestas muares os designados a transportar as cargas de alimentos, como farinha, feijão e carnes para o

³ 1785, Janeiro 8 [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro ao [vice-rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012.

⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Vice Rei Conde da Cunha. Rio de Janeiro. 06.07.1781. Doc. 2. In: Correspondência..., 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Manuscritos – 09,03,017-021.

abastecimento dos militares e dos que iam aos poucos se estabelecendo como mineradores ou agricultores. Em carta de 12 de julho de 1786, no começo das ações de ocupação, o tenente-coronel Manoel Soares Coimbra informava ao vice-rei que ordenara ao capitão-mor de Macacu o envio de escravos até o lugar chamado “do Canta Galo no Novo Descobrimento” e sem perda de tempo deveria avisar ao Capitão Mor da Vila de Macacu para que, com a maior brevidade, remetesse os escravos que estavam na listagem.⁵ Assim que chegassem, Soares Coimbra deveria seguir para o Sertão, pois não tinha outra coisa a fazer: os escravos eram os únicos condutores de que poderia se valer nesses caminhos.⁶

Como consta, o trânsito por esses sertões era complexo e envolvia uma série de interesses, tal como apontado acima. Aprofundar no entendimento dessas passagens, tendo as tropas e os tropeiros como ponto de referência, pode ser uma das formas de melhor entender esse Sertão. Mesmo distantes das efervescências da Corte, foram as tropas que permitiram os primeiros passos para o desenvolvimento econômico da região. É delas que trataremos a seguir.

As tropas, os tropeiros e o material transportado

Transitar por trilhas em meio às matas, às montanhas e pelas intempéries da natureza não era tarefa muito fácil. Os riscos a que esses aventureiros estavam sujeitos ao circular por esses caminhos eram registrados nos documentos, nos relatos de viajantes e na historiografia. Os perigos iam desde as condições geográficas acidentadas do território até as ciladas de roubos e de assassinatos⁷ e, apesar das dificuldades encontradas e um reduzido tráfego fluvial, a melhor forma de dinamizar o comércio local via ter-

⁵ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Registro da Fazenda do Cônego. 12.07.1786. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – 09,03,017-021.

⁶ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Registro da Fazenda do Cônego. 12.07.1786. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – 09,03,017-021. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – 09,03,017-021.

⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista. Francisco Garcia de Mattos – Um tropeiro da Mata mineira. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas. Conservatória, 2005. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas*, p. 2, 2005.

restre se encontrava nos lombos das bestas, pois as cachoeiras dos rios dificultavam o transporte, sem contar com as cheias que poderiam modificar o percurso dos rios, gerando outros transtornos. Os lombos dos animais seriam uma alternativa viável para transportar mercadorias, que marcariam de vez o processo inicial do escoamento da produção agrícola da região. Porém, conforme a estação do ano, maiores ou menores eram as dificuldades encontradas para cruzar esses caminhos, principalmente na estação das águas, que gerava fortes tempestades e inundações.⁸

Paulo Mercadante⁹ reforça a argumentação ao afirmar que eram nos lombos das tropas que a Mata mineira encaminhava o açúcar, o fumo, o toucinho e o milho e recebia de volta o sal de Magé. Havia também armas, munições, botas e ferramentas para os homens. Para sinhás encontravam-se veludos, sedas, botinas de duraque e artigos de luxo, além do algodão em tecidos, o chá e bugigangas. Tanto saíam quanto entravam produtos. Os artigos transitavam criando um intercâmbio e redes, o que poderia gerar um elo comercial, social e político. Essas trocas interligavam Minas à Corte, cruzando as trilhas advindas de Campos dos Goytacases, Macaé, Santo Antônio de Sá, Itaperuna, Italva, Paraibuna, Vale do Paraíba fluminense e outras diversas localidades.

Maria Sylvia de Carvalho Franco¹⁰ considera o tropeirismo como uma forma de oportunidade a *homens pobres livres* para projetar-se no sistema social. Muitas vezes, escravos livres e homens pobres usavam o tropeirismo como forma de enriquecimento. Para Mafalda Zemela¹¹, os tropeiros eram conhecidos como pessoas condutoras de animais, a grande maioria deles proprietários e, em alguns casos, um condutor contratado, o que geraria renda e relações sociais. Alcir Lenharo¹² argumenta que esse grupo não

⁸ GUIMARÃES, Elione Silva. Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista. Francisco Garcia de Mattos – Um tropeiro da Mata mineira. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas. Conservatória, 2005. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas*, 2005.

⁹ MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste*. Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 45.

¹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 12-25.

¹¹ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 37.

estava só; eram constituintes da parte da estrutura social, uma vez que laços de parentesco eram imprescindíveis para que o comerciante estruturasse sua rede de negócios. Seria um ponto de apoio para se firmar na praça comercial. Eram constantes, para Lenharo, casos de famílias inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que as beneficiavam conjuntamente. O autor é enfático ao assegurar que

O grosso da produção que abastecia o mercado provinha de áreas distantes. Os cereais eram geralmente produzidos no litoral e comercializados através de cabotagem. Já o gado, porcos, carneiros e galinhas, além do toucinho e queijos, provinham do interior através do comércio de tropas¹³.

Obviamente, nas rotas comerciais a presença de atravessadores já se fazia presente como forma de obter preços mais baixos ou mesmo ter acesso a algumas regalias, ocasionadas pelo comércio que se organizava. A atividade tropeirística era utilizada como um trampolim para a mobilidade social, o que mostra a importância da atividade para o crescimento social e econômico daqueles que nessa atividade se aventuraram. O interior macacuano não estava isento das atividades comerciais instituídas via tropeiros, pois foram eles que dinamizaram a economia de subsistência, que acabou por se tornar, antes e depois da abertura das estradas de ferro pelo governo imperial, uma das maiores e melhores formas de comércio e de enriquecimento pessoal.

Certamente os condutores dos animais tinham um papel preponderante nesse tipo de economia, mas também aqueles que conduziam as mercadorias, que tinham a função de levar nas costas o peso dos produtos transportados: o muar, que era o veículo de transporte utilizado pelo tropeiro. Esse animal é um híbrido originado de cruzamentos de espécies diferentes, resultando do acasalamento entre equinos e asininos, ou seja, entre o jumento e a égua ou entre o cavalo e a jumenta. Geralmente, dá-se preferência a esse último por suas qualidades de resistência, capacidade de carga e disciplina.¹⁴

¹³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 36.

¹⁴ CASTRO, Evandro Carlos Guillhon de. *Tropeiros em Mariana oitocentista*. Belo Horizonte: Fino traço – ARGUMENTVM, 2002. p. 15-25.

Segundo Ronan José Rodrigues Pires, esse animal é conhecido por vários nomes: “besta, mula, burro e vários outros sinônimos”. E complementa: “O muar é dotado de muita inteligência, sabe dosar e regular suas forças durante o trabalho, sua estrutura corporal é proporcional, o que permite uma maior capacidade de carga e transporte. Adapta-se, pois, a longos trajetos e grande peso”¹⁵.

Essas tropas eram organizadas de formas variadas de acordo com os interesses envolvidos. Alípio Goulart informa que elas se constituíam das bestas e dos burros com seus paramentos, além do tropeiro, dos camaradas, do cozinheiro, do arrieiro e, em alguns casos, do cão. Mas quem de fato comandava a tropa era o arrieiro, um dos homens de confiança do tropeiro. O tropeiro era uma pessoa extremamente versátil, conhecedora dos caminhos e dos animais, que deveria saber desde o cortar a crina, o ferrar e o cuidar dos medicamentos dos animais.¹⁶ Portanto, para ser um bom tropeiro e engajar no comércio entre Minas e regiões fronteiriças, ter experiência e possuir bons animais poderia ser uma condição para que as tropas pudessem durar e gerar lucros.¹⁷

A quantidade de animais por lotes podia variar, mas geralmente possuía de sete a onze bestas, que seriam guiadas por um animal mais dócil; logo após, vinha a madrinha e, puxando esse primeiro pelotão, aparecia o contra-guia, para então seguir as bestas de forma enfileirada e carregadas, não estando nenhuma delas amarradas uma à outra. O fato é que o tropeirismo foi de vital importância para o escoamento de gêneros básicos, ou seja, o crescimento da economia de exportação era acompanhado pelo setor de produção de alimentos, o que aumentava a necessidade de transporte e, automaticamente, fazia de todos os envolvidos no processo consumidores dos alimentos transportados. Portanto, além de produtores e responsáveis por escoar a produção, todos aqueles que se aventuravam na arte de organizar tropas e todos os submergidos no comércio tropeirístico eram também consumidores de seus próprios produtos, dinamizando a produção e o comércio.

¹⁵ PIRES, Ronan José Rodrigues. *Tropeiros oitocentistas em São Paulo do Muriaé*. Trabalho de Conclusão de Curso. Fafism, 2008, p. 13.

¹⁶ GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

¹⁷ GUIMARÃES, Eliane Silva. Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista. Francisco Garcia de Mattos – Um tropeiro da Mata mineira. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas, 2005, Conservatória. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas*, p. 11, 2005.

Segundo Cláudia Maria das Graças Chaves, “não existe uma descrição das tropas de muares no século XVIII, mas acreditamos que elas não deviam ser muito diferentes das tropas encontradas pelos viajantes no decorrer do século XIX, exceto talvez quanto ao seu tamanho”¹⁸. Para referenciar sua afirmativa, cita Saint-Hilarie:

As tropas um pouco consideráveis são divididas em lotes de sete animais, e cada um é confiado à guarda de um negro ou mulato que, caminhando na retaguarda do cargueiro de que está encarregado, os incita e dirige por meio de gritos ou por assobio bastante brando. Costuma-se carregar cada besta com oito arrobas, e, para não feri-los, iguala-se a carga com maior cuidado.¹⁹

Se havia essa rígida divisão de sete animais para cada membro das comitivas, como menciona o viajante, não nos é possível afirmar tal condição para o Sertão do Macacu, muito embora existam algumas descrições dessas tropas de muares nas Correspondências analisadas, uma para o ano de 1786 e mais duas para o ano seguinte, inclusive no Rendimento do Contrato de Passagem para o Sertão das Novas Minas de Macacu para o ano de 1787, o que nos aponta para possíveis modelos desses grupos. A partir das Correspondências, detectamos uma tropa pertencente à Fazenda Real, oriunda da ex-fazenda jesuíta de Santa Cruz na capitania do Rio de Janeiro, tangida pelo arreador Pedro da Costa e mais seis escravizados. Foi possível fazer essa identificação devido à “Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade”, junto à carta escrita pelo capitão-mor da vila de Macacu, Joaquim José da Fonseca, ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa em 13 de dezembro de 1786, informando da chegada da referida tropa àquela vila.²⁰

Segundo essa Relação, vieram nessa tropa saída de Santa Cruz 40 bestas, todas “ferradas dos 4 pés e marcadas com a marca [*marca da Fazenda Real*] na picanha”. No comando geral da tropa estava um branco de nome João Martins. Junto ao arreador estava Pedro da Costa, que levava de vestuário “um casacão de encerado forrado de baeta nova, 1 Calção de pano

¹⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999. p. 50.

¹⁹ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 41.

²⁰ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência [...] 1786-1790. 5vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

azul novo, 2 Camisas de algodão e 1 Bombacha do mesmo por ter outra em bom uso”. Seis escravos “para ajudarem a arrear a tropa”: “José Joaquim leva de vestiário 2 Camisas, 2 bombachas de pano de algodão, 1 jaleco de baeta e 2 ditos para se cobrir”, Francisco de Arruda, Patrício Moreira, Ricardo David, Manoel do Rosário e Thomé Fernandes, que também traziam o mesmo conjunto de vestimentas. Vieram juntas com a tropa 40 cangalhas, todas “com rabichos, retrancas e peitorais de sota, tudo com suas fivelas e esteiras forradas de pano de algodão novo com suas cilhas de couro”. Ainda é descrita na “Relação” uma série de equipamentos:

13 arriatas de couro, 11 cabrestos de couro, 40 pares de bruacas, 48 sacos de pano de algodão de 2 varas cada um, 40 ligares para cobrir as cargas das chuvas, 40 embornais de pano de algodão para as bestas comerem milho, 1 machado novo, 1 tacho de cobre novo, 1 facão, 1 caldeirão de cobre, 1 martelo de atarracar e 1 de ferrar, 1 puxavante, 1 torques, 1 bigorna, 1 tesoura de aparar crinas de bestas e capim das cangalhas, 2 agulhas de coser esteiras das cangalhas, 1 agulha grande atalhar as cangalhas, 1 ferro de dar fogo, 7 facas flamengas, 500 cravos de sobressalente, 2 vasadores.²¹

Ao que parece, a designação das bestas “completas”, referia-se a todo o implemento necessário para transportar e proteger as cargas até o Sertão do Macacu, além de gêneros para consumo animal e humano: “10 alqueires de milho” para a alimentação dos animais e mais “87 e meio alqueires de feijão para entregar fora do gasto”, ou seja, alimentar os homens da tropa. Com pesquisa voltada para o posterior século XIX, Vitória Schettini confirma esse aspecto, como apontado acima:

além de produtores e responsáveis em escoar a produção, todos aqueles que se aventuravam na arte de organizar tropas, e todos os submergidos no comércio tropeirístico, eram também consumidores de seus próprios produtos, dinamizando a produção e comércio, mesmo entendido como uma produção simples, se comparada a outros locais do Brasil Império.²²

Um dado na “Relação” confirma a origem da tropa, já que “6 meadas de barbante grosso que leva de sobressalente para amarrar os malhetes

²¹ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência... 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

²² Andrade, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé*. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade/CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011, p. 93.

das cangalhas pelo caminho não vieram por se ter gasto e o resto ficar em S. Cruz por esquecimento”²³. O ofício de arreador devia ser importante, pois era responsável por cuidar e ferrar os animais. Tanto que a condição de escravo do arreador da tropa de Santa Cruz, Pedro da Costa não impediu que fosse tratado com deferência por parte do próprio vice-rei em carta escrita por ele ao capitão-mor da vila de Macacu em novembro de 1786, a qual acompanha a relação do que veio na tropa.

A segunda relação descrita nessa fonte menciona as duas outras tropas: uma de José Roiz da Cruz e outra de José de Oliveira, que “por Ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Vice Rei vieram remetidas do caminho de Minas para serem ocupadas nos transportes das Minas novas do Canta Galo e chegaram a esta Vila [de Macacu] no dia 10 de Fevereiro de 1787”²⁴. O arreador da tropa de José Roiz era Francisco José Alvez, “homem branco e solteiro”, acompanhado de “6 escravos para o ajudarem: Joaquim crioulo, Antônio, Gaspar, Joaquim, Roque e Francisco”. Trouxe 30 bestas, “ferradas dos quatro pés”, com as respectivas 30 cangalhas “com rabichos, peitorais de sola, fivelas e esteiras de aniagem”, 30 sobrecargas e 30 cabrestos. Na ferragem, “quatro dúzias de ferraduras atarracadas e mil cravos”. Como ferramentas, um conjunto bem similar ao mencionado para a tropa de Santa Cruz: “uma bigorna de atarracar cravos, um martelo para o mesmo, outro dito de ferrar, um puxavante, uma torquês, um (ilegível) para sangrar, três alegas, um caldeirão de cobre e uma colher de ferro”. Além disso, veio junto “1 besta de sela aparelhada”²⁵. Na tropa de José de Oliveira, o arreador também era homem branco e solteiro, de nome Joaquim dos Santos Rodrigues, acompanhado de três escravos: Manoel, Joaquim e João. A tropa veio com 14 bestas e as respectivas cangalhas, sobrecargas, embornais de aniagem e cabrestos. Trouxe para substituição duas dúzias de ferraduras atarracadas e duzentos cravos. Como ferramentas, “uma bigorna de atarracar

²³ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência... 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

²⁴ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência... 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

²⁵ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência... 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

cravos, um martelo do mesmo, um puxavante, uma torquês, um martelo de ferrar e uma asogra”²⁶. Veio também junta “1 besta de sela aparelhada”²⁷.

Fazendo parte deste compilado de correspondências, encontram-se os Rendimentos do Contrato de Passagem para o Sertão das Novas Minas de Macacu, ou seja, as remessas pagas nas paragens para cruzar os sertões, o que nos permitiu analisar alguns desses tropeiros e suas tropas que passavam por esses caminhos. A fonte traz-nos descrições sobre os tropeiros, as mercadorias transportadas, os escravos, os animais e seus respectivos valores. Numa dessas compilações feitas, encontramos a descrição de vários animais, entre eles 103 bestas sadias e 6 doentes, pertencentes a cinco proprietários, 27 delas pertencentes a Sua Majestade, 24 delas propriedade de Francisco José Alvez, 23 que estavam em poder de Matheus Pinto, 15 de Antônio José de Castro e 14 de Joaquim dos Santos Roiz. Das bestas doentes, 2 pertenciam a Sua Majestade e 4 a Francisco José Alvez.²⁸

Conforme consta no Quadro 1, entre janeiro e fevereiro de 1787 passaram pela portagem José Francisco, Manoel Francisco, Antônio Ferreira, José Francisco de Miranda, Manoel Mendes Salgado, Francisco Gonçalves, Manoel Esteves dos Santos, Ventura da Silva Fortuna, João Ferreira Braga, Bento Rodrigues, Antônio do Amaral, Francisco da Silva, Manoel Marques, Manoel Francisco Guimarães, Manoel Domingues e Manuel Antunes. São designados alguns itens, como carga molhada, arrobas a seco, escravos, bestas/cavalos e pessoas. Alguns tropeiros pagaram pedágio para todos os itens, outros apresentaram apenas alguns deles.

Antônio Ferreira, Francisco da Silva, José Francisco e Manoel Francisco passaram pela paragem por duas vezes nos meses descritos e apresentaram a carga e os componentes de forma diferenciada. Antônio Ferreira, por exemplo, declara 3 escravos e apenas uma besta em uma das passagens para o sertão e em outra oportunidade informa possuir 20 animais, além de 10 pessoas que estavam em sua companhia. Francisco da Silva declara, primeiramente, ter consigo 20 escravos e posteriormente paga um rendimento oriundo de 80 bestas e 60 pessoas. José Francisco também vai na mesma direção

²⁶ Ignoramos o que seja esse equipamento.

²⁷ Relação da Tropa de Bestas, escravos e mais pertences que acompanham a mesma Tropa pertencente a Sua Majestade. 13.12.1786. Correspondência... 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

²⁸ Relação das Bestas que tem cada uma das Tropas de seus respectivos donos prontas e doentes (bitona 00337).

ao pagar os rendimentos com perfis diferenciados. Numa das travessias, é declarado um valor correspondente a 18 escravos e 10 bestas e, em outro momento, 40 bestas e 30 pessoas. Chama-nos a atenção o volume de bestas declaradas por Manoel Francisco. Por uma vez, ele afirma possuir 9 escravos e 5 bestas e, na outra portagem, ele informa um volume significativo de bestas, somando-se um total de 400 delas, além de ser acompanhado por 80 pessoas.

Quadro 1: Rendimento das Passagens para o Sertão das Novas Minas de Macacu²⁹

| Nomes | Carga molhada | Arrobas seco | Escravos | Cavalos bestas | Pessoas |
|----------------------------|---------------|--------------|----------|----------------|---------|
| Antônio do Amaral | 0 | 200 | 2 | 0 | 0 |
| Antônio Ferreira | 5 | 200 | 3 | 1 | 0 |
| Antônio Ferreira | 0 | 0 | 0 | 20 | 10 |
| Bento Rodrigues | 40 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Francisco da Silva | 0 | 0 | 20 | 0 | 0 |
| Francisco da Silva | 0 | 0 | 0 | 80 | 60 |
| Francisco Gonçalves | 10 | 200 | 10 | 5 | 0 |
| João Ferreira Braga | 10 | 400 | 9 | 5 | 0 |
| José Francisco | 20 | 800 | 18 | 10 | 0 |
| José Francisco | 0 | 0 | 0 | 40 | 30 |
| José Francisco de Miranda | 0 | 0 | 40 | 20 | 0 |
| Manoel Antunes | 60 | 0 | 40 | 0 | 0 |
| Manoel Domingos | 5 | 0 | 10 | 1 | 0 |
| Manoel Esteves dos Santos | 20 | 100 | 0 | 4 | 0 |
| Manoel Francisco | 10 | 400 | 9 | 5 | 0 |
| Manoel Francisco | 0 | 0 | 0 | 400 | 80 |
| Manoel Francisco Guimarães | 0 | 0 | 0 | 40 | 20 |
| Manoel Marques | 0 | 0 | 0 | 20 | 8 |
| Manoel Mendes Salgado | 0 | 100 | 6 | 10 | 0 |
| Ventura da Silva Fortuna | 10 | 400 | 40 | 0 | 0 |

Fonte: Rendimento do Contrato das Passagens. Bitona 00411 – Documento 210 e Bitona 00407 a 00410 – Documento 207.

²⁹ O Quadro 1 foi confeccionado tendo por base dois documentos; esclarecemos que em um deles os escravos são notificados e no outro é usado o termo “pessoas”. Assim, acreditamos que muitas dessas “pessoas” poderiam ser de escravos que estariam cruzando a Serra para ser vendidos em Minas ou mesmo em regiões próximas.

A partir dessas declarações e pagamentos de rendimentos feitos por aqueles que transitavam os sertões, afirmamos que existia um comércio não apenas de cargas molhadas e arrobas secas, equivalentes a gêneros variados como também de produtos cultiváveis, carnes, sal, até instrumentos para minimizar as dificuldades encontradas nas viagens e produtos de primeira necessidade e inclusive medicamentos, cravos, pregos, ferraduras, etc., além de animais, de forma a aproveitar a travessia para aumentar os rendimentos.

Mesmo que a fonte não especifique o que seriam essas cargas molhadas e arrobas secas, a historiografia ajuda-nos a entender os produtos que adentravam pelo Sertão para garantir o projeto de ocupação. Eram remédios, azeite, fumo, ferramentas, utensílios e os imprescindíveis alimentos para todos, fossem livres ou cativos. Farinha, feijão, arroz e milho vieram por certo das regiões no entorno do Sertão, ou seja, das vilas e freguesias existentes no Distrito de Macacu, o que se confirma pelos dados apresentados nas Relações Parciais enviadas ao Marquês de Lavradio no ano de 1778. De acordo com o documento, o distrito de Macacu produziu 28.500 alqueires de farinha, 2.900 de feijão, 2.480 de milho e 9.600 de arroz num total de 43.480 alqueires. A farinha de mandioca, gênero principal para o consumo humano na época, teve a primazia com 65,5% da produção.³⁰ Tomada uma relação de compra de gêneros existentes na fonte sobre o Sertão, de dezembro de 1786, foram adquiridos no distrito de Macacu 2.100 alqueires de farinha (cerca de 27 toneladas).³¹ Em relação ao alimento para os muares, é possível mencionar a carta do capitão Francisco José Vieira ao vice-rei em junho de 1787, comunicando que, para suprir a falta de milho nos Distritos de Macacu e Tapacorá, deveria recorrer a Manoel da Silva Figueiredo, que morava na Paraíba e tinha “mais de mil alqueires para vender” e que junto a ele moravam “Antônio da Costa e o Alferes João Dias de Almeida, que possuía mais milho para vender”, o que se poderia facilmente ser conduzido nos barcos vindos das

³⁰ Relações Parciais Apresentadas ao Marquez de Lavradio, 08 de outubro 1778, p. 289-295. As 9,55 arrobas equivalem a 143.325 kg, que divididos pelo índice 30,225 equivalem a 4.741 alqueires.

³¹ Relação das farinhas que adquiri por este Distrito... Correspondência... 02.12.1786. 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021.

Fazendas para as Minas, podendo voltar descarregados, ficando dessa forma remediada a falta do produto.³²

Mas quais seriam os trajetos feitos pelas bestas para transportar mercadorias e pessoas e quais os locais de pousio, seja para descanso, seja para pagamento das passagens? É o que trataremos a seguir.

Rotas, caminhos e paragens do sertão

Nesses circuitos econômicos ligados ao abastecimento do Sertão do Macacu, além dos produtos apontados, o gado para corte tinha sua função. Por carta se teceram considerações nesse sentido com o tenente-coronel Soares Coimbra, então comandante geral das tropas militares no Sertão do Macacu, informando ao vice-rei Luiz de Vasconcelos que um bom caminho para introduzir gado no Sertão seria “pela Picada de Macaé ou por aquela que das três cruzeiras vai ter a Inhomirim [em Magé] e ao lugar chamado as Cebolas”. Para ele, “o melhor caminho para introduzir o gado era a Estrada geral, que segue de Cachoeira a esta lavra [de Cantagalo]”, e explicou ao vice-rei que o gado “que vem de serra acima se vende muita parte deles em Guapi, Guapimirim, Magé, e porto da aquela Costa até Macacu e Tapacorá sem dificuldade se podem conduzir destes Distritos [...] até a Cachoeira”³³.

Em relação ao uso de escravos para o transporte de gêneros, essa medida trazia ao menos duas situações: o abastecimento dos próprios escravos que conduziam as cargas e também que muitos desses escravos eram tomados “emprestados” dos lavradores fixados nas áreas colonizadas próximas ao Sertão. Esse problema a se resolver por parte das autoridades aparece em carta de setembro de 1786, dirigida pelo vice-rei ao capitão-mor de Macacu, Joaquim José da Fonseca, com recomendações daquele para aliviar os moradores em seus escravos fornecidos assim que a estrada estivesse boa para muares, o valor dos “fretes” das bestas, remessa de dinheiro para pagar os tropeiros, os quais tiveram prioridade. Contudo, reco-

³² Carta do capitão Francisco José Vieira ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Arraial do Cantagalo. 12.06.1787. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – 09,03,017-021344.

³³ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Novas Minas do Cantagalo. 22.09.1787. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – julho, 03,017-021.

mendou a Soares Coimbra cuidados com dolos que aumentassem o custo dos serviços contratados.³⁴

Uma passagem existente na “Correspondência [...]” ajuda a buscar definir, ainda que de forma um tanto aproximada, as localizações dos pontos de passagem das tropas de muares, bem como a fixação de contingentes militares. Em carta do vice-rei Luis de Vasconcelos, dirigida ao tenente-coronel Soares Coimbra acerca das conduções de gêneros para o Sertão, o mesmo escreveu:

[...] os transportes podem ficar mais cômodos sendo feitos em canoas até o Sítio da Cachoeira ou até o primeiro Paiol da Entrada do Mato: devo dizer-lhe que segundo o Aviso que me fez, ainda que sem a devida distinção e clareza, o Capitão Mor da Vila de Macacu estava muito bem persuadido de que as referidas conduções se haviam feito ou se pretendiam fazer em Canoas até o sobredito sítio da Entrada do Mato, em consequência das ordens que V. Mercê lhe havia dirigido.³⁵

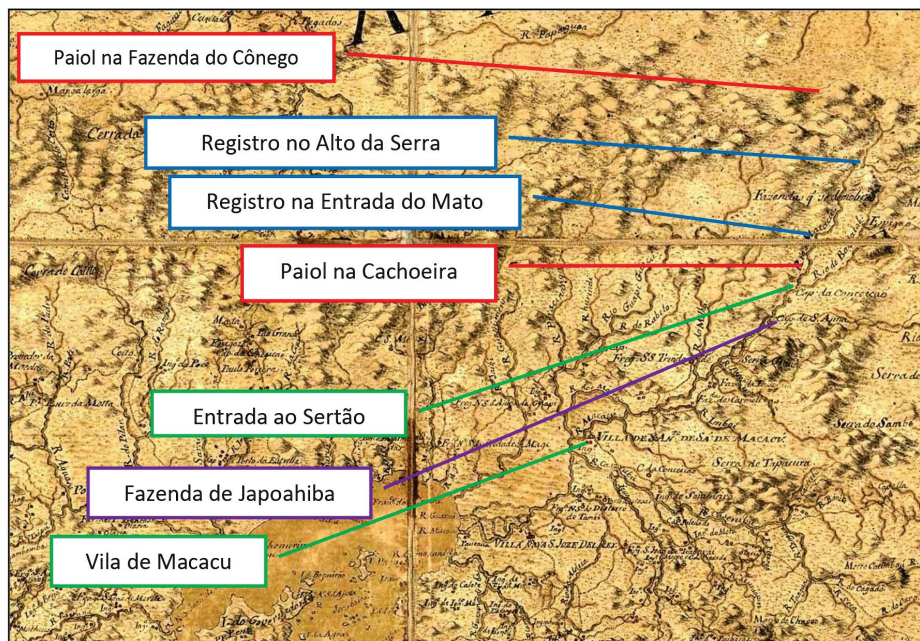
Portanto, parece certo afirmar que o “Sítio da Cachoeira” e o “Paiol da Entrada do Mato” constituíam os limites à navegação e o início do uso mais específico da estrada como acesso ao interior do Sertão do Macacu. As demarcações de locais na Figura 1 e no Quadro 2 deram-se no sentido da vila de Macacu para o interior do Sertão. Embora não esteja clara a distinção de localização entre o que fossem a “Entrada ao Sertão”, “o Registro da Entrada do Mato” e o “Paiol da Cachoeira”, arrisca-se a suposição de que a “Entrada ao Sertão” se trata da atual localidade hoje conhecida no município de Cachoeiras de Macacu como bairro do “Porto do Taboadó”, onde o rio Macacu tinha possivelmente o fim de sua navegação face o início de seu trecho de serra. Já o mencionado “Registro da Entrada do Mato”, localizado após o “Paiol na Cachoeira”, que indica ser a própria situação da cidade de Cachoeiras de Macacu, possivelmente se refere a uma localidade hoje existente na periferia dessa cidade, chamada “Boca do

³⁴ Carta do vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa ao capitão-mor da vila de Macacu, Joaquim José da Fonseca. Vila de Macacu. 04.09.1786. In: *Correspondência... 1786-1790*. Manuscritos – 09,03,017-021.

³⁵ Carta do Vice-Rei Luís de Vasconcelos Souza ao Tenente-Coronel Manoel Soares Coimbra. Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (01, 187, 182).

Mato”³⁶, cuja similaridade no nome induz tal associação. Se essa suposição for correta, teríamos as seguintes demarcações.

Figura 1: Paióis e registros no caminho em direção ao Sertão do Macacu, partindo da Vila de Santo Antônio de Sá (Vila de Macacu)



Fonte: ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5.

A figura acima traz, portanto, a posição aproximada de paióis e registros no caminho em direção ao Sertão do Macacu, partindo da Vila de Santo Antônio de Sá (Vila de Macacu). Os registros eram locais, onde se faziam a fiscalização das entradas e a cobrança dos rendimentos acima apresentados. Esse caminho possuía outros pontos de referência, os quais não foi possível demarcar com clareza. Nesse sentido, segue o Quadro 2, que foi construído com base nas fontes com a denominação e trajetos desses locais.

³⁶ Atravessando a localidade de Boca do Mato, encontra-se trecho da estrada que cortava a serra e adentrava o Sertão do Macacu, chamada pela tradição popular de “Estrada do Imperador”.

Quadro 2: Relação das marchas e das distâncias da Vila de Macacu até o sítio Cantagalo. Medida dos trajetos em léguas

| | Trecho | Distância em léguas |
|-----------------|--|----------------------------|
| 1 ^a | Da Vila de Macacu à Fazenda de S. Anna | 5 |
| 2 ^a | Da Fazenda de S. Anna ao Paiol da Cachoeira | 2 |
| 3 ^a | Do Paiol da Cachoeira ao Registro Auxiliar na entrada do mato ½ dali e a posse dos Índios 1 e ao todo | 1 ½ |
| 4 ^a | Da Posse dos Índios ao pé da Serra | 1 ½ |
| 5 ^a | Do pé da Serra ao alto da mesma Serra | 1 ½ |
| 6 ^a | Do alto da Serra ao Rancho da Taquara | 1 ½ |
| 7 ^a | Do Rancho da Taquara à Fazenda do Cônego | ½ |
| 8 ^a | Da Fazenda do Cônego ao Rio Grande | 3 |
| 9 ^a | Do Rio Grande a Santa Teresa | 2 ½ |
| 10 ^a | De Santa Teresa a Rancharia de Boaventura Paes | 2 |
| 11 ^a | Da Rancharia ao Queimado | ½ |
| 12 ^a | Do Queimado ao Rancho de José Lopes, onde se faz outro para Pouso 1 e ½ e dali ao Guaxinis o mesmo e ao todo | 3 |
| | Dos Guaxinis ao Marco dos Índios | ¾ |
| | Do Marco dos Índios a Lavra dos Lopes | 1 ½ |
| | Da Lavra dos Lopes ao Sítio do Cantagalo | ¾ |
| | Total das léguas | 27 ½ |

Fonte: Relação das marchas que se fizeram em cada um dia e das distâncias que julgo haver da Vila de Macacu até o Sítio do Canta Galo.³⁷

Todas essas medidas de demarcar os pontos de controle dependiam de um fator preponderante para sua eficiência: a existência de estrada para o trânsito de pessoas e produtos. Numa carta do vice-rei Luis de Vasconcelos Sousa ao capitão-mor da Vila de Macacu, Joaquim José da Fonseca, de 04 de setembro de 1786, aquele informa acerca de sua disposição de utilizar estrada para a entrada das tropas de muares.

³⁷ Relação das marchas que se fizeram em cada dia e das distâncias que julgo haver da Vila de Macacu até o Sítio do Canta Galo. Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Novas Minas do Cantagalo. 22.09.1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.): Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (01,62,68).

Desejando o mais cedo que for possível aliviar os moradores desses Distritos do incômodo que sentem da falta do Serviço dos Escravos com que têm sido obrigados a contribuir para o transporte das munições e mantimentos necessários para o interior do Sertão, que até agora não podia por outro modo efetuar-se: e supondo que a estrada que mandou abrir o Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra já pode admitir passagem de Bestas, faço marchar os Tropeiros Antônio José de Castro e Matheus Pinto, o primeiro com dezesseis Bestas e o segundo com dezoito, para as quais V. Mercê destinará algum pasto em lugar aonde fiquem comodamente [...]»³⁸.

Antes, portanto, de existir estrada, por onde pudessem passar as tropas de muares dos tropeiros, as cargas eram transportadas por escravos, muitos dos quais obtidos dos moradores da região de Macacu, o que por certo trazia problemas para a Coroa. Esse recurso de mão de obra escrava não se resumiu, contudo, ao transporte por terra, nas costas de cativos, dos gêneros necessários. O uso de canoas foi, além dos braços escravos e dos animais de carga, recurso para transporte de produtos para o interior do sertão. Para movimentar canoas, precisava-se de um “patrão”, uma espécie de chefe dos remeiros, ou seja, dos que deveriam remar e conduzir canoas. À solicitação de escravos para esse serviço nos Sertões do Macacu a resposta do tenente-coronel Soares Coimbra ao vice-rei foi:

será muito difícil acharem-se negros para este serviço como se experimenta agora, que dando aqueles moradores as suas Canoas para as conduções repugnam em dar os Escravos Remeiros pela falta que lhe fazem para o trabalho das suas lavouras, querendo mais bem servir com as Canoas de graça do que com os escravos por utilidade.³⁹

Aos poucos, porém, essas estradas foram sendo abertas e melhoradas, muitas vezes debaixo dos reclames dos homens para as quais elas se destinavam em especial: os tropeiros. As tropas de bestas muares viriam, portanto, resolver problemas no abastecimento, como a dispensa dos escravos tomados aos lavradores, mesmo sabendo que, em alguns locais, esses

³⁸ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Novas Minas do Cantagalo. 23.02.1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.): Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (01,181,74).

³⁹ Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Minas Novas do Cantagalo. 17 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (1,96,106).

escravos eram “presenteados” com a função de arrieiro a partir do uso dos animais como meio de transporte.⁴⁰

Como visto acima, no Sertão do Macacu houve a combinação de tropas com bestas muares do Erário Público e de tropeiros particulares. Tal situação, para um e outro caso, aparece em carta de fevereiro de 1787 do então tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, comandante no Sertão, ao vice-rei. Escreveu sobre o incorporar “os Escravos e Bestas de Sua Majestade com as dos Tropeiros Antônio José e Matheus Pinto”, buscando realizar as ordens do vice-rei. Para isso, já avisara o capitão-mor da vila de Macacu que pretendia ele próprio fazer recomendação aos ditos tropeiros, assim como aos de Sua Majestade, para que fosse dividida a sobrecarga entre as bestas e o mesmo deveria ocorrer entre os escravos.⁴¹

Na documentação, por várias vezes aparecem notas, recomendações de melhorias e solicitações de abertura de novas estradas no interior do Sertão do Macacu na busca de possibilitar a entrada e saída dos gêneros necessários. A principal via de acesso ao Sertão, a estrada que vinha da Vila de Macacu, passava pela Cachoeira e adentrava o interior, chamada de Estrada Geral: “o melhor caminho para introduzir o Gado era a Estrada geral, que segue de Cachoeira até esta Lavra [de Cantagalo]”⁴². Essa estrada foi objeto de constantes reformas devido à ação das chuvas e ao uso contínuo. Era tão importante que melhorias buscavam ser implementadas, tais como a feitura de uma ponte no rio que atravessava a estrada que vinha da Vila para a Cachoeira. Obra que foi logo executada.⁴³

⁴⁰ Para maiores detalhes, ver: GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1828). Elione Silva Guimarães. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

⁴¹ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Novas Minas do Cantagalo. 23.02.1787 Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. Manuscritos – 09,03,017-021. 5 vol. (1.338 p.): Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (1,96,106).

⁴² Carta do tenente-coronel Manuel Soares Coimbra para o vice-rei Luís de Vasconcelos Sousa. Minas Novas de Cantagalo. 22 de setembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. 5 vol. (1.338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (01, 59, 67).

⁴³ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Cantagalo. 11. 01.1787 Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente-geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786-1790. Manuscritos – 09,03,017-021. 5 vol. (1.338 p.): Cópia. Localização: Manuscritos – 09,03,017-021. (02,306,55).

Contudo, os tempos passariam, e no século XIX a região seria atravessada pelo melhoramento da estrada de ferro no contexto do crescimento da agricultura cafeeira em Cantagalo. Segundo Marcos de Brito Monteiro Marinho e Rodrigo Marins Marretto, com a desagregação da mineração e a prisão dos contrabandistas, a região passou a ser predominantemente uma área agrícola, e o café assumiria papel de destaque, tendo dois períodos de grande importância: o período de auge, que vai de 1851 até o início de 1870, e o período de grandeza, abordando as décadas de 1870 e 1880.⁴⁴

Pari passu, o transporte das toneladas de café produzidas em Cantagalo se veria frente a um sistema viário que se mostraria absolutamente ineficiente para o transbordo do volume de mercadorias e de pessoas que agora se relacionavam ao crescimento urbano na região. Ajudada pelos avanços tecnológicos mundiais das indústrias, a estrada de ferro viria suprir essa deficiência. O trem de carga, meio de transporte barato, de grande capacidade de carga e muito mais rápido, assumiria essa franja pioneira. Porém,

as ferrovias não tinham capacidade de gerar um processo de produção novo [...]. [...] elas consistiam antes de tudo num aperfeiçoamento tecnológico exigido pela própria natureza de um processo de produção determinado e a elas preexistentes. Mas por um período inicial possibilitou que alguns lavradores em condições melhores pudessem contar com uma facilidade que assegurava o escoamento da produção agrícola e mercantil.⁴⁵

Apesar de as linhas férreas estarem ligadas diretamente a um produto novo, exigido pela própria natureza, essas estradas cresceram sem um plano político melhor organizado, ligadas, muitas vezes, a pequenas empresas. O primeiro ato referente à Estrada de Ferro de Cantagalo foi o contrato assinado com a Província do Rio de Janeiro, atendendo à proposta feita pelo Visconde de Barbacena referente à organização de uma sociedade anônima que se encarregasse de construir, conservar e custear uma es-

⁴⁴ MARINHO, Marcos de Brito Monteiro; MARRETTO, Rodrigo Marins. Escravidão e inovação tecnológica na cafeicultura da Vila de São Pedro de Cantagalo (c.1850 -c .1880). *9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis/SC, p. 2, maio/2019. Disponível em: ESCRAVIDÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA CAFEICULTURA DA VILA DE SÃO PEDRO DE CANTAGALO (C.1850-C.1880) – PDF *Free Download* (docplayer.com.br). Acesso em: 30 jul. 2022.

⁴⁵ CARRARA. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, n. 2. Mariana: NHED/UFOP, 1999. p. 21.

trada apropriada ao trânsito de carros de quatro rodas desse Porto das Caixas, em Itaboraí, até a Vila de Nova Friburgo e Cantagalo. Tal sociedade foi efetivamente incorporada e com seus estatutos aprovados pelo Decreto Imperial nº 1.809, de 23 de agosto de 1857, mas o contrato, entretanto, não foi cumprido.

Com isso, a concessão foi transferida ao Barão de Nova Friburgo, Antonio Clemente Pinto e outros, que, em 8 de julho de 1857, assinaram contrato com a Província do Rio de Janeiro, sendo incorporada nova sociedade anônima, denominando-se Sociedade Anônima Estrada de Ferro de Cantagalo, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto Imperial nº 1.997, de 21 de outubro de 1857.

Os trabalhos foram iniciados em 8 de novembro de 1857, conforme anotou o presidente da Província do Rio de Janeiro, Antônio Nicoláo Tolentino, no Relatório da Província daquele ano: “No dia 8 de novembro do ano findo, assisti à inauguração dos trabalhos desta estrada, que continuam com bastante celeridade”⁴⁶. O momento da inauguração da ferrovia chegou a ser comentado em capa de jornal da época.⁴⁷

A estação da Cachoeira, situada em uma bella planicie na raiz da serra de Nova Friburgo, é um grande edificio de construcção singela, onde no entanto forão respeitadas aas regras da arte e os preceitos da hygiene. SS.MM.II. forão ali recebidos pelo presidente e membros da Câmara Municipal de Santo Antônio de Sá, pelo Sr. Whitaker, engenheiro da companhia e por muitos moradores do lugar, que manifestavão em repetidas aclamações o seu jubilo pela presença das augustas pessoas, e a fé que lhes merece o novo melhoramento da provincia. Na Cachoeira foi maior a demora. SS.MM.II. dignarão-se aceitar o bem servido copo d’água que alli fôra preparado; e os convidados encontrarão no salão dos passageiros profusas bandejas de doces e diversos refrescos. A banda marcial, que durante a viagem executou festivas peças de musica, tocou na estação até a volta do primeiro trem. O segundo chegou meia hora depois, levando o resto dos convidados.⁴⁸

⁴⁶ Cf. SILVA, Marcelo Werner da. A implantação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro: 1854-1898. *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall3/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/08.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

⁴⁷ Cf. Gazetilha. *Jornal Commercio*, edição nº 114, ano XXXV, de 24 de abril de 1860 (terça-feira). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em *Jornal do Commercio* (RJ) – 1860 a 1869 – DocReader Web (bn.br). Acesso em: 30 jul. 2022.

⁴⁸ Gazetilha. *Jornal Commercio*, edição nº 114, ano XXXV, de 24 de abril de 1860 (terça-feira). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em *Jornal do Commercio* (RJ) – 1860 a 1869 – DocReader Web (bn.br). Acesso em: 30 jul. 2022.

A partir do dia 27 de abril, foi aberta a estrada de ferro de Cantagalo ao trânsito público, e já as mercadorias, que subiam pelo rio Macacu, vindas do Rio de Janeiro, eram descarregadas no Porto do Sampaio, percorriam um pequeno trecho por estrada de rodagem até Porto das Caixas. Desse ponto eram embarcadas no trem até Cachoeiras, onde eram então desembarcadas e subiam a serra em lombo de animais. Restava concluir o trecho até Nova Friburgo e vencer o maior dos desafios: os aclives pronunciados da Serra dos Órgãos, até aquela data vencidos somente por homens, cavalos e mulas.⁴⁹

Os trens, assim como os muares, deveriam escolher o melhor caminho para transpor o desafio das subidas íngremes e das curvas fechadas. Novos ramais foram construídos, novos desafios foram enfrentados, que foram resolvidos, em sua maioria, de forma privada, sem qualquer participação de órgãos centrais. Como apontado pelo Barão J. J. von Tschudi, Cachoeira, que fora antigamente uma pobre aldeia, cresceu, novas casas mais leves foram construídas, grandes vendas foram notadas, assim como muitos armazéns. Cantagalo, de acordo com o autor, mostrava sua força ao receber diariamente de 500 a 600 sacas de café, que eram remetidas para o Rio de Janeiro. A estrada de ferro então poderia significar para eles economia de tempo e dinheiro.⁵⁰

Algumas considerações

As considerações tecidas neste trabalho sobre as tropas e os tropeiros, o seu transitar e as mercadorias carregadas permitem-nos afirmar que o uso dos animais representou um dos principais meios de transporte no período recortado e possibilitou o desenvolvimento da economia da região, pelo menos até a chegada da estrada de ferro. A princípio, esse trânsito comercial era feito nas costas de escravos e posteriormente foi dinamizado pelo uso dos animais. Produtos comerciais iam e vinham, subiam e desciam mon-

⁴⁹ Cf. MELNIXENCO, Vanessa Cristina. A Estrada de Ferro de Cantagallo (1857-1873). *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG, 2014. Disponível em Vanessa Cristina Melnixenco (1).pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

⁵⁰ TSCHUDI, Barão J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

tanhas. Trilhas eram feitas, rotas eram modificadas e solidificadas, novos contatos e novas redes eram estabelecidos.

Com certeza, a atividade tropeirística não foi uma atividade muito fácil, pois a caminhada era longa e as dificuldades eram enormes, mesmo que fossem dirigidas por homens acostumados aos caminhos e aos riscos. Medicamentos, mantimentos variados, ferraduras, roupas (mesmo que poucas), cravos, pessoas, escravos (sãos e doentes) possuíam seu valor econômico, permitindo gerar rendas e divisas.

Porém, quanto maior o aumento do trânsito de pessoas e dos negócios, maiores seriam os problemas enfrentados. Na busca de ocupar o Sertão do Macacu no século XVIII, visando ao controle da produção aurífera e possibilitar a criação de, primeiramente, o Arraial de Cantagalo, o qual se tornaria o município de Cantagalo, o vice-reinado da capitania do Rio de Janeiro, às expensas da Fazenda Real, destinou um grande volume de recursos. Através da contratação de tropeiros particulares, dentre os quais alguns aparecem neste capítulo, que utilizaram bestas muars de sua propriedade, além das centenas disponibilizadas a eles pelo próprio Erário Público, carregaram para o interior do Sertão do Macacu um sem-número de artigos, impulsionando o comércio, abastecendo os residentes no sertão e as tropas alojadas nos pousos, registros e guardas.

Nesse sentido, a atividade tropeirística foi de grande importância para fixar as populações, as quais, no século XIX, irão se ocupar da nova atividade econômica: a produção cafeeira. Essa, a exemplo da presença do barão de Nova Friburgo, trouxe consigo a necessidade da implantação do ramal ferroviário da estrada de ferro de Cantagalo.

Por certo, a maior facilidade de transporte e volume de gêneros, proporcionada pela ferrovia, impactou a atividade dos tropeiros. Ferrovia contra a qual as mulas, que antes haviam sido a solução viável para ampliar o transporte de gêneros feito através da força física de cativos, não podiam competir. Da mesma forma, a ferrovia liquidou o transporte de pessoas e o comércio feito através das vias fluviais nas áreas mais baixas do vale do Macacu.

O cotidiano dos jesuítas e de seus escravos em Macaé no século XVIII

Marcia Amantino

Dra. em História Social
PPGH-Universo/UERJ

Introdução

Este texto tem como principal objetivo analisar o cotidiano dos inacianos e da população escrava de uma fazenda da Companhia de Jesus na região de Macaé, denominada de Santana de Macaé, localizada no norte da capitania do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII. Para tanto, utiliza como fontes principais os autos de inventários e sequestro da propriedade realizados nos anos de 1759 e 1776 em decorrência da ordem de expulsão desses religiosos do império português, decretada em 3 de setembro de 1759 por D. José I e seu secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo. Outras fontes utilizadas para conhecer um pouco mais o cotidiano dos padres na região e de seus escravos também serão utilizadas, de maneira pontual, visando descortinar a sociedade de Macaé na segunda metade do século XVIII e suas relações com os religiosos inacianos.

Desde que a Companhia de Jesus foi reconhecida em 1540 pelo papa Paulo III, inúmeras vezes levantaram-se contra ela por vários motivos.¹ Ao chegarem à América portuguesa em 1549, as atitudes não foram muito diferentes e esses religiosos foram alvo de críticas por causas variadas, entre elas, o controle que mantinham sobre a população indígena e sobre as terras. A situação tensa entre os religiosos e a coroa portuguesa foi se deteriorando com o passar do tempo e com as mudanças nas políticas interna e

¹ MARTÍNEZ, Doris Moreno. Las almas de la Compañía de Jesús en el siglo XVI: ecos alumbrados. COELLO, Alexandre; BURRIEZA, Javier; MARTÍNEZ, Doris Moreno. *Jesuítas e Impérios de Ultramar*, siglos XVI-XX. p. 201-222. Madrid: Sílex Universidad, 2012. p. 203.

externa da monarquia. Na segunda metade do século XVIII, apresentava-se insustentável para os interesses dos inicianos.

A primeira coroa europeia a iniciar críticas contumazes e sistemáticas contra a Companhia de Jesus foi a portuguesa e o início dessa campanha pode ser marcado com a ascensão ao trono de D. José I no ano de 1750. Esse monarca tinha a incumbência de transformar Portugal em um reino moderno, com uma economia mais estável e livre de concepções consideradas à época como atrasadas. Para isso contou com o trabalho de seu secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro conde de Oeiras e depois marquês de Pombal.²

Rapidamente, a Companhia de Jesus foi identificada pelas novas políticas governativas como um impedimento ao progresso da sociedade portuguesa, pois mantinha elevados níveis de riqueza e de poder sobre os nobres e o rei, controlando a educação e, portanto, formando a elite portuguesa segundo seus parâmetros. José Eduardo Franco intitulou a política contrária aos inicianos de “antijesuítica” e, de acordo com o autor, tratou-se de uma sistemática propaganda contra os interesses da Companhia junto à sociedade.³ Stefan Gatzhammer percebeu o antijesuitismo de uma maneira diferente. Para ele, esse sentimento e suas práticas não foram criados por Pombal ou mesmo pelos homens do século XVIII. Ele estava ligado ao surgimento da própria Companhia. Tratava-se de “uma consciente e hostil atitude básica contra a Companhia de Jesus” e era um fenômeno “amplo... complexo e amplamente difundido”⁴.

Seja como for, para dar prosseguimento aos novos projetos políticos e econômicos do império, Sebastião José de Carvalho e Melo buscou eliminar o poder daqueles que se mostravam capazes de lhe exercer oposição e, para isso, lançou mão de uma política de aniquilação de parte da nobreza e da influência dos padres jesuítas na sociedade portuguesa.⁵

² MAXWELL, Kennedy. *Marquês de Pombal: o paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

³ FRANCO, J. E. *O Mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006. vol. 1.

⁴ GATZHAMMER, S. 1993. Antijesuitismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780). *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 5, p. 160.

⁵ FRANCO, J. E. O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX). In: VOGEL, Chistine. *Guerra aos jesuítas: a propaganda antijesuítica do marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

No dia 3 de setembro de 1759, o rei D. José I assinou a ordem de expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de todo o seu império, coroadando sua política de confronto com esses religiosos. As justificativas foram variadas, e não caberia analisá-las neste texto.⁶ Neste momento, interessa mais para os objetivos deste capítulo indicar que, em decorrência dessa determinação real, todas as regiões do império receberam ordens para que prendessem os religiosos da Companhia de Jesus e que seus bens fossem confiscados após a elaboração de minuciosos inventários e sequestros de tudo o que fosse encontrado em suas casas, residências, colégios, aldeamentos e fazendas.⁷

Na capitania do Rio de Janeiro, os inacianos possuíam os engenhos Velho e o Novo, as fazendas de São Cristóvão, de São Francisco Xavier, da Papucaia, de Campos Novos, de Campos dos Goitacazes, de Santa Cruz e de Macaé, e tudo foi sequestrado e confiscado para a coroa. Essas propriedades foram inventariadas por diferentes desembargadores e, por meio de seus relatórios, pode-se conhecer um pouco mais a respeito do cotidiano econômico da Companhia de Jesus nas diversas regiões onde viviam no império português. Além disso, os autos de sequestro e inventários são fontes riquíssimas para compreender um pouco acerca das estruturas agrárias administradas pelos inacianos e como eram as relações estabelecidas com a população imediatamente limítrofe ou que vivia dentro dessas propriedades.

Apesar de terem sido elaborados por variados desembargadores, os inventários possuem uma certa padronização. Inicialmente, apresentam as ordens reais de sequestro e confisco, depois a determinação do governador para que um desembargador específico se dirigisse à propriedade e concretizasse a ordem real. A partir daí, o funcionário iniciava o inventário registrando os bens encontrados, especificando os locais onde foram achados. Normalmente, a autoridade começava pela casa dos padres e nela indicava os móveis, roupas de cama, utensílios de cozinha, alimentos na dispensa, itens pessoais dos religiosos e outros objetos. Quando a casa tinha bibliote-

⁶ ALDEN, Dauril. Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil: notícia preliminar. In: *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750*. California: Stanford University Press, 1996.

⁷ AMANTINO, Marcia. A expulsão dos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. *R.IHGB*, v. 443, p. 169-191, 2009.

ca e botica, os livros, remédios, potes, plantas e o que mais fosse encontrado eram anotados. Os objetos localizados nas boticas recebiam um valor de acordo com suas características. Depois, o inventariante listava as estruturas externas à casa. Em praticamente todas havia uma olaria, uma carpintaria, uma ferraria e, no caso dos engenhos, uma casa de purgar o açúcar e suas respectivas oficinas e ferramentas. Nesse momento, eram feitas também as listagens dos escravos, dos animais da fazenda e das plantações colhidas e a colher no futuro e eram indicados os valores de cada um desses itens. As igrejas e seus objetos litúrgicos eram inventariados também, mas apenas para saber o que tinha. Pela lei real, todos os objetos litúrgicos pertenciam ao povo da localidade, e os bispos deveriam enviar padres para dar continuidade às práticas religiosas nesses edifícios. Quase sempre o inventário terminava com a entrega dos bens a um homem de destaque na região a fim de que ele administrasse, controlasse e prestasse conta dos bens ao governador assim que fosse chamado para tal.

As fazendas jesuíticas em Macaé e sua documentação

A região norte da capitania do Rio de Janeiro era, desde o final do século XVI, constantemente assolada por embarcações estrangeiras em busca de pau-brasil e de trocas de outros produtos com grupos indígenas e mesmo com moradores. Para tentar evitar isso, foi erigido no litoral dessa região o aldeamento de São Pedro do Cabo Frio em 1617. Após esses indígenas terem matado e dispersado um numeroso grupo de holandeses em 1630, demonstrando que a tática de povoar a região com indígenas catequizados pelos jesuítas era um mecanismo poderoso de proteção do litoral, os religiosos pediram mais duas sesmarias na região para aldear mais nativos que estavam ainda dispersos e, segundo eles, com isso o controle sobre todo o território estaria assegurado.⁸

⁸ AMANTINO, Marcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: ocupação e povoamento. In: AMANTINO, Marcia; RODRIGUES, C.; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé* (séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. v. 1, p. 44-45.

Portanto, os jesuítas estabeleceram-se na região após o ano de 1630, e as sesmarias recebidas estavam localizadas entre os rios de Macaé e o das Ostras.⁹ Apesar de a origem das terras jesuíticas em Macaé estar associada à solicitação feita pelos inacianos para aldear outros grupos indígenas, isso nunca aconteceu. Os padres usaram as terras para estabelecer seus currais de gado e, depois, seus engenhos de cana-de-açúcar, utilizando, assim como os demais colonos, da mão de obra de indígenas que foram escravizados durante as constantes guerras movidas contra numerosos grupos.

Com relação aos índios que viviam na região, principalmente os Guarulhos, desde o final do século XVII se tinham notícias dos ataques constantes que eles faziam aos moradores e colonos na tentativa de proteger seus territórios e vidas. No ano de 1735, os moradores queixaram-se, alegando que os ataques haviam crescido muito, e a autoridade da capitania decretou guerra justa contra o grupo sob a alegação de que eles impediam a colonização e a produção.¹⁰ O governador do Rio de Janeiro, José da Silva Paes, deu instruções para que Manuel Nunes, que era um índio Tapijara e mateiro, levasse em sua companhia rumo às matas da região as pessoas que julgasse necessárias para atacar as aldeias dos índios. Sua ordem era que ele fosse “buscar o gentio Guarulhos e seus confederados nas suas aldeias” e para isso deveria contar com o apoio dos “índios das nossas [aldeias]”. O objetivo da expedição era muito claro: os índios deveriam ser reduzidos “por força à nossa obediência”. Caso houvesse resistência, seria “lícito lhe fazer toda a hostilidade e usurpando-lhe as suas vivendas até os cativar e os conservarão cativos os que por força de armas sujeitar”. Com essas atitudes, acreditava-se resolver alguns pontos na região: acabariam as desordens promovidas pelos índios, os colonos poderiam desenvolver seus cultivos com tranquilidade e ainda teriam mão de obra indígena escrava, isso em pleno século XVIII, quando o tráfico negreiro africano na capitania do Rio de Janeiro já estava consolidado.

Os Guarulhos que restaram foram aldeados pelo padre secular, presbítero do Hábito de São Pedro, Antonio Vaz Pereira, que, em 1747, criou o

⁹ LAMEGO, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, IBGE, n. 11, p. 56, 1958.

¹⁰ AMANTINO, Marcia. As Correrias dos Guarulhos em Macaé, Rio de Janeiro, século XVIII. *Revista Ultramares*, n. 5, v. 1, p. 78-98, jan./jul. 2014.

aldeamento de Santa Rita do Sertão do rio Macaé. Esse padre e os inacianos tiveram várias refregas, que só terminaram com a expulsão dos últimos em 1759. O presbítero chegou mesmo a enviar a Lisboa uma carta denunciando os desmandos dos jesuítas na região e o tratamento cruel que eles dispensavam a negros e indígenas, dificultando assim o processo de catequização levado a cabo por ele. Afirmou em sua carta que muito mais teria feito, mas os jesuítas, “com o mau tratamento dos índios domésticos, castigando-os rigorosamente, servindo-se deles sem lhes pagarem... assombram os dos Sertões para não quererem todos vir viver entre os brancos”¹¹.

Nas terras jesuíticas de Macaé, os padres estabeleceram quatro currais na grande região que ia desde Macaé até Campos dos Goitacazes: eram eles Goitacazes, Maquié, Maicaxá e Ponta de Búzios.¹² O de Macaé tinha também a função de ser um espaço destinado a descanso do gado que saía da propriedade inaciana em Campos dos Goitacazes em direção à cidade do Rio de Janeiro. Apenas a partir de 1737, esses religiosos começaram a erigir dois engenhos: um distante cerca de dois quilômetros da foz do rio Macaé, chamado de Fazenda de Macaé ou de Santa’Ana, por causa da igreja dessa devoção que erigiram ao lado da sede do engenho no alto do morro e o segundo, denominado de Imboacica, próximo à lagoa desse nome.¹³

De acordo com Alberto Lamego, os jesuítas usavam como mão de obra nesses estabelecimentos os indígenas Goitacás e os mamelucos que viviam no arraial e que eram governados por Domingos Leal.¹⁴ Ainda, conforme visto anteriormente, era muito provável que Guarulhos também fossem utilizados como mão de obra escravizada.

Ainda segundo esse autor, em 11 de fevereiro de 1751, foi feito um inventário das terras e bens pertencentes à Companhia de Jesus, e por esse documento sabe-se que as terras onde se situavam os dois engenhos possuíam 15 mil braças, mas que os padres ainda tinham uma outra porção, que havia sido doada por Thomás de Carvalho com 1.500 braças ao norte

¹¹ AMANTINO, Marcia. Exposição do Padre Antonio Vaz Pereira acerca da degradação dos Índios do aldeamento de S. Lourenço e de S. Pedro. *R.IHGB*, v. 437, p. 321-332, 2007.

¹² LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. VI, p. 84.

¹³ CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Thomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro e Comp., 1888. p. 333; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. VI, p. 92.

¹⁴ LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*, p. 56.

do rio Macaé. Consta ainda no documento que os inacianos mantinham nesse momento 240 escravos em suas duas propriedades e muito gado.¹⁵

Para os objetivos deste texto, serão utilizados dois documentos visando conhecer alguns aspectos dessas fazendas: o primeiro é uma cópia do auto de sequestro da fazenda de Macaé, ocorrido em 1759. Infelizmente, o inventário original ainda não foi localizado, mas o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro tem uma cópia.¹⁶ Esse documento tem uma peculiaridade que o diferencia dos demais inventários feitos nas fazendas e propriedades dos padres inacianos na capitania do Rio de Janeiro. Lamentavelmente, não há na documentação a listagem dos escravos da fazenda, apesar de as ordens do governador ao desembargador fazerem referência explícita aos escravos, “inventariando tudo o que achar na residência dos padres e nas ditas fazendas tanto de bens móveis como de raiz rendas ordinárias e pensões e escravos e gados”¹⁷. Não se sabe se ela se perdeu, se não foi copiada por algum motivo ou se realmente não foi feita. De qualquer forma, o documento fornece preciosas informações sobre a igreja e seus paramentos religiosos, bem como sobre as variadas oficinas da fazenda, o engenho de cana-de-açúcar e sobre a botica e a biblioteca.¹⁸

A fazenda foi inventariada pelo desembargador da relação da cidade do Rio de Janeiro, João Cardoso de Azevedo, professo na Ordem de Cristo, no dia 12 de dezembro de 1759, após ter recebido ordens do governador da capitania, Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela. Apesar de o documento do governador indicar que, se houvesse pessoas interessadas em arrendar a fazenda ou partes dela, deveriam procurar o tribunal de relação da cidade, não há notícias de que tal tivesse ocorrido. Durante 17 anos, a

¹⁵ Este documento foi citado por LAMEGO, Alberto. *Macaé a luz de documentos inéditos*, p. 56 e por CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos*, p. 339. Entretanto, a suposta doação não consta no livro de tomo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro.

¹⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. AGCRJ. Cópia autentica dos Autos de sequestro da fazenda de Macahé dos pdes jesuítas da capitania do Rio de Janeiro. 1759 (1º Fascículo). 24 páginas de numeração manuscrita. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Cod. 40-2-21-A.

¹⁷ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. AGCRJ. Cópia autentica dos Autos de sequestro da fazenda de Macahé.

¹⁸ AMANTINO, M. Auto de sequestro e inventario que Dor João Cardozo de Azevedo Desembargador dos Aggravos da Rellação do Rio de Janeiro mandou fazer em virtude da ordem abaixo copiada da fazenda de Macaé que tem os pes da Comp. do Collegio da mesma Cidade no caminho que vai para os lados denominados Campos dos Goytacazes. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-2, 2009.

fazenda ficou sob o domínio régio, administrada provavelmente por funcionários escolhidos pelas autoridades locais, como foi o caso da fazenda de Santa Cruz.¹⁹ Infelizmente, pouco ou quase nada se sabe sobre esse período em que a fazenda de Santana de Macaé ficou sob a administração dos funcionários reais.

A segunda metade do século XVIII foi marcada por mudanças na economia, na sociedade e na política luso-brasileira. Tentando encontrar formas para sanear as dívidas de Portugal, torná-la uma monarquia mais conectada com o restante da Europa e com isso mais eficaz na concorrência com as demais economias, o reinado de D. José I estabeleceu determinações para que a América portuguesa pudesse tornar-se ainda mais lucrativa para o império. Para isso, contou com o envio de governadores e vice-reis militares e alguns ligados ao mundo das letras. Todos tinham a incumbência de incentivar novas produções, desenvolver formas mais eficientes de arrecadação fiscal, controlar o contrabando e gerar lucros, acabando com os desperdícios e controlando os gastos.²⁰

O vice-rei marquês de Lavradio foi um destes letrados e que teve também a incumbência de resolver o que fazer com as propriedades jesuíticas que ainda estavam sob o controle do tesouro régio e que davam todos os tipos de prejuízos, pois as reclamações eram variadas. Uma das alegações era a de que os administradores cometiam toda sorte de desmandos, desviando a produção e os escravos para suas próprias terras, informavam aos superiores sempre números menores do que a produção verdadeira, enfim, roubavam o tesouro régio. Muitos alegavam, inclusive, que na época dos inicianos os escravos trabalhavam com afinco e que agora, longe de um senhor, cometiam todos os tipos de tropelias, fugiam, recusavam-se a obe-

¹⁹ CORREA, J. B. *Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Salgado de Oliveira, 2016; COSTA, Thales Gustavo Tardivo. *Entre administradores, juntas e vice-reis: uma trajetória administrativa da real fazenda de Santa Cruz*, RJ, 1760-1804. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

²⁰ HESPANHA, Antonio Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1, p. 148; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. *O Brasil colonial*, v. 3, p. 307-338.

decer e a trabalhar, causando também prejuízos. A solução para tudo isso era a venda urgente dessas terras. Assim, em 28 de agosto de 1770, o rei D. José I ordenou que todos os bens que haviam sido dos inacianos fossem leiloados, pois, segundo lhe constava,

Todos os sobreditos bens se vão deteriorando cada dia mais pela negligência dos administradores e cobiça dos rendeiros e pela outra parte faltando nas ditas fazendas administradores dignos de confiança e Ministro zeloso que deixe de vigiar como deve no procedimento daqueles.²¹

Dessa forma, em 18 de fevereiro de 1771, em resposta às determinações reais, o marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, escreveu ao desembargador Joaquim Alves Munis, ordenando que fosse avisado a todos os ministros que estivessem encarregados da administração dos bens confiscados da Companhia de Jesus que os vendessem.²² Apesar dessa ordem, a propriedade de Santana de Macaé só foi novamente inventariada em 1775, e, a partir do que foi registrado pelo juiz de fora Jorge Brito Machado Cardoso, pode-se ter uma ideia de como estava organizada aquela pequena parcela da sociedade rural da América portuguesa.

Essa segunda fonte intitula-se “Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776”, e nela consta também o traslado de inventário e sequestro da Fazenda de Santana de Macaé. O curioso é que a fazenda não era mais jesuítica há alguns anos, mas o próprio documento oficial assim a denominava. Por meio dele confirma-se que a propriedade tinha ao todo 15 mil braças, cerca de 33.000 m² e mais alguns alqueires. Nessa extensão, eram produzidas cana-de-açúcar, mandioca, criava-se gado e explorava-se a madeira das matas. Havia também uma ferraria, uma carpintaria, muito material de cobre e prata, uma casa de vivenda, senzalas, uma casa de caldeira de purgar e outra de fazer aguardente, uma biblioteca na casa principal, uma botica e uma igreja com móveis e objetos sagrados. Além disso, nesse documento foram registrados os escravos da fazenda, agora

²¹ Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

²² Arquivo Nacional – Carta do Marquês de Lavradio ao desembargador chanceler Joaquim Alves Munis, ordenando que fosse avisado a todos os ministros que estivessem encarregados da administração dos bens confiscados da Companhia de Jesus que vendessem tais bens, 18 de fevereiro de 1771. Registro da correspondência do Vice-Reinado com diversas autoridades, Secretaria de Estado do Brasil, 1769-1771. Códice 70, volume 5, p. 163.

não mais jesuítica. Tudo foi avaliado em trinta contos, setecentos e setenta mil e vinte e três réis.²³

Essa documentação permitiu que, no ano seguinte, a fazenda fosse arrematada em praça pública no Rio de Janeiro pelo mestre caldeireiro Gonçalo Marques de Oliveira pelo valor de 31:302\$023 réis.

A escravaria da Fazenda de Santana de Macaé

A fim de conhecer um pouco mais sobre a escravaria que vivia na Fazenda de Santana de Macaé, serão utilizadas informações provenientes dos dois conjuntos documentais descritos acima. O objetivo principal é analisar a estrutura da fazenda, a fim de identificar sua escravaria e as relações sociais e cotidianas travadas em dois momentos específicos: o primeiro remonta ao período da administração dos padres jesuítas e o segundo a quando a propriedade já pertencia ao erário régio e era administrada por funcionários leigos. Portanto, grande parte da escravaria que ali morava vivenciou dois momentos diferentes na administração da propriedade, e suas vidas acabaram também sendo influenciadas pelas mudanças.

Ao inventariar todos os objetos localizados na igreja e na casa dos padres, o desembargador João Cardoso de Azevedo, no primeiro inventário de 1759, incluiu em sua lista, dentre inúmeros outros objetos, informações que diziam respeito diretamente aos escravos da fazenda. Eram os utensílios usados para castigar os que fossem pegos em algum delito. Ele registrou “um tronco onde se prendem os escravos da dita fazenda”, “um ferro de pescoço com um gancho” e “uma corrente de ferro com argola de pé”. Os dois últimos objetos estão ligados diretamente às fugas dos escravos, informando que, mesmo nas escravarias dos religiosos, sempre tida pelos contemporâneos como mais controladas e obedientes, os problemas ocorriam e as fugas podiam ser alternativas. O cativo, ainda que sob o comando de religiosos, tinha seus limites.

Se, por um lado, esse inventário não fornece a informação sobre quem eram esses escravos, pode-se buscar ajuda nas informações fornecidas pelos

²³ Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

próprios padres inacianos. Em 1743, o engenho de Macaé apareceu pela primeira vez nos catálogos breves, constando ter 33 escravos.²⁴ Como os jesuítas possuíam na capitania do Rio de Janeiro nesse mesmo momento um total de 2.337 escravos, Macaé era responsável por apenas 1,41% da escravaria inaciana.²⁵ Em 1757, último catálogo breve e trienal enviado a Roma antes da expulsão, o engenho já contava com 60 escravos para suas atividades, perfazendo um total de 2,29% dos cativos na totalidade que pertenciam à Companhia de Jesus na capitania.²⁶ A participação dos escravos inacianos de Macaé no montante da escravaria que eles possuíam na capitania do Rio de Janeiro era bastante pequena. Essa informação, associada ao fato de que a estrutura agrária de Macaé só tenha aparecido nos relatórios feitos pelos próprios jesuítas a partir de 1743, leva-nos a crer que Serafim Leite tinha razão ao indicar que o engenho ainda estava sendo construído em 1757, pois, de acordo com os relatórios enviados a Roma, a fazenda ainda dava “pouco lucro, consistia em madeira, de que era abundante e própria para construções navais e edifícios, em peixe seco, em alguma farinha e em gado, então quase nenhum”²⁷. Essas informações levam ao questionamento do número de 240 escravos indicados por Lamego e Carvalho para o ano de 1751, visto anteriormente.

²⁴ Os catálogos eram relatórios feitos pelo padre provincial a partir de dados remetidos por cada reitor dos colégios e das residências e enviados ao padre geral, dando conta de todos os membros da Companhia de Jesus. O objetivo dos catálogos era não apenas conhecer todos os membros da Companhia distribuídos pelos quatro cantos do mundo, mas também colocar cada um exercendo atividades compatíveis com suas aptidões e características. Além disso, serviam também para apoiar as decisões dos superiores na hora de propor a subida de um membro na hierarquia interna da ordem. Por isso, ao lado de informações mais genéricas sobre cada indivíduo, como nome, idade, proveniência, data em que entrou na Companhia de Jesus, o que estudou, havia também informações sobre seu estado de saúde, aptidões, caráter e as suas capacidades intelectuais e físicas. Segundo Charlotte de Castelnu-L'Estoile, “os catálogos são justamente os principais instrumentos de uma ‘política de pessoal’ que se pretende racional e eficiente para melhor atingir os objetivos religiosos da Companhia”. Cf. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006. p. 187-213.

²⁵ Arquivo Romanum Societatis Iesu – ARSI. *Catalogus Primus ex Triennialibus – Provincia Brasilica – 1701-1757 – Catálogos breves, 1743*, p. 337.

²⁶ Arquivo Romanum Societatis Iesu – ARSI. *Catálogos breves e trienais, 1757*, p. 437v. Os catálogos breves e trienais eram produzidos nos colégios a partir de informações enviadas por cada um dos religiosos que estavam administrando fazendas, engenhos, casas e aldeamentos. O reitor, responsável pelo colégio, sintetizava as informações e enviava ao superior em Roma, a fim de que houvesse um controle sobre todas as atividades, como pessoais, religiosas e econômicas.

²⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. VI, p. 92.

Quadro 1: População escrava das fazendas/engenhos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro em 1738, 1743, 1757 e 1759

| Fazenda/engenho | 1738 | 1743 | 1757 | 1759 |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Colégio | – | – | – | 41 |
| Faz. Santa Cruz | – | 750 | 740 | 1016 |
| Eng. São Cristóvão | – | 250 | 235 | 329 |
| Eng. Novo | – | 200 | 148 | 319 |
| Eng. Velho | – | 216 | 200 | 285 |
| Faz. Campos Novos | – | 163 | 190 | 190 |
| Faz. Papucaia | 216 | 225 | 223 | 315 |
| Faz. Campos dos Goitacazes | – | 500 | 820 | 681* |
| Faz. Macaé | – | 33 | 60 | 111* |
| Faz. Saco de São Francisco | – | – | – | 53 |
| Total | 2.340 | 2.337 | 2.616 | 3.340 |

Fontes: Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus. Provincia Brasilica – 1701-1757 – Catálogos breves e trienais – 1701-1736, Br. 6/II Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760 – maço 2038, cx. 1978. Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho; de São Cristóvão; da Fazenda de Santa Cruz. No Arquivo do Ministério da Fazenda. Códice 81.20.16. Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759; Códice 81.20.16. Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão *Arquivo Ultramarino, RJ, avulsos. Resumo geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América, 1759, cx. 16, doc. 1472.

Conforme visto no quadro acima, sabe-se que a fazenda de Macaé em 1759, no momento da expulsão dos jesuítas, possuía 111 indivíduos, mas, infelizmente, o documento de onde foi retirado esse total não traz nenhuma outra informação sobre eles.²⁸

O próximo relato sobre a quantidade de escravos dessa fazenda remonta ao ano de 1776, mas já sob a administração leiga. Dezessete anos haviam passado desde que os padres haviam sido presos e expulsos de Por-

²⁸ Arquivo Ultramarino, RJ, avulsos. Resumo geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América, 1759, cx. 16, doc. 1472.

tugal e de seus domínios, e isso para os escravos que haviam pertencido à ordem significou mudanças expressivas em suas vidas. Provavelmente, circulava entre eles a informação de que um novo inventário ocorreria e que a razão para isso era a determinação real de que as antigas propriedades inacianas fossem vendidas de uma vez por todas. Essa notícia deve ter provocado entre a escravaria bastante receio e apreensão, pois as famílias unidas por tantas gerações poderiam ser separadas em caso de compra por senhores diferentes. Afinal, isso tinha acontecido entre os anos de 1761 e 1762 com os escravos que viviam na fazenda de São Cristóvão, também ex-jesuítica. Seus companheiros foram leiloados na praça comercial do Rio de Janeiro, e membros de famílias foram separados, crianças foram compradas sem seus pais, maridos foram separados de suas mulheres e alguns, por ter relações sociais com pessoas livres, foram comprados e imediatamente libertados.²⁹

O novo inventário de 1776 demonstrou que viviam 217 escravos nas terras que haviam pertencido à Companhia de Jesus em Macaé (esse número quase dobrou desde 1759). Apesar de estarem vivendo sob a administração leiga todo esse período, esses escravizados ainda mantinham características sociais que remontavam ao período anterior, quando eles tinham os padres inacianos como cuidadores de seus comportamentos coletivos. De alguma forma, a diferença entre os sexos estava equilibrada³⁰, ainda que entre as faixas etárias houvesse desequilíbrio. Dos 217 escravos, 112 eram homens (51,61%) e 105 eram mulheres (48,39%).³¹

A grande consequência da política demográfica inaciana, mantendo o número equilibrado entre homens e mulheres e incentivando os casamentos, foi que dezessete anos após sua saída da propriedade percebe-se que 56,1% da escravaria estavam com idades que variavam de 11 a 50 anos, ou

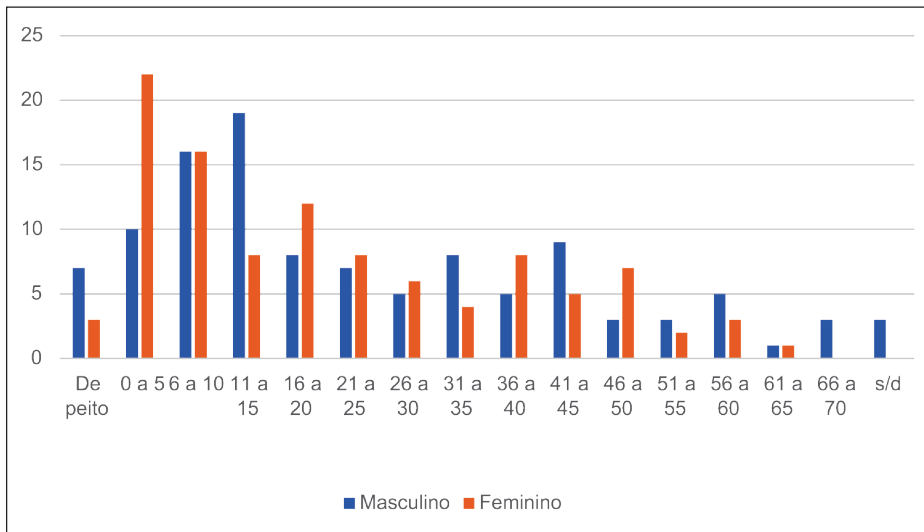
²⁹ AMANTINO, Marcia. A fazenda jesuítica de São Cristóvão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças – Rio de Janeiro, século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; AMANTINO, Marcia. *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. v. 1, p. 139-164; AMANTINO, Marcia. Os escravos da fazenda de São Cristóvão e seus leilões, Rio de Janeiro, 1760-1761. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, p. 536-547, 2018.

³⁰ O equilíbrio sexual entre os sexos era constante nas fazendas inacianas da capitania do Rio de Janeiro.

³¹ Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

seja, em idade produtiva. Conseqüentemente, esse grupo foi melhor avaliado de uma maneira geral. Em seguida, em termos de quantidade, vinham os que tinham meses de vida até os dez anos, compondo 34,1% do total. Por último, com 9,8% estavam os que tinham mais de 51 anos. Ainda assim, alguns deles, por ter um ofício especializado, receberam avaliações altas, como João Gonçalves, crioulo e barqueiro, de 55 anos, que foi avaliado em cem mil réis, ou o mestre carpinteiro de 60 anos, que também foi avaliado pelo mesmo valor.

Gráfico 1: Distribuição sexual e etária dos escravos de Macaé, 1776



Fonte: Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

Os escravos dessa propriedade organizaram-se social e afetivamente de maneiras variadas e bastante eficazes. Entre os 217 escravos, 205 estavam ou estiveram envolvidos em alguma forma de arranjos familiares (94,5%). Assim como no tempo da administração realizada pelos iniciais, a maior parte dos cativos estava organizada em 28 famílias nucleares, formadas pelo pai, pela mãe e seus filhos. Nesse grupo foram inseridas as famílias de viúvos ou viúvas e seus filhos. Quatro outras famílias eram formadas apenas pelo casal. Eram normalmente casais jovens e que ainda não

havam gerado descendência. O interessante desse grupo é identificar que entre os homens a idade média era de 27 anos e meio, mas entre as mulheres essa média caía para 19 anos. Essa média poderia, quem sabe, indicar um padrão de idade para as mulheres se casarem nessas propriedades que, um dia, haviam pertencido à Companhia de Jesus.

Onze famílias foram identificadas como extensas, pois, além do núcleo original formado pelos pais e seus filhos, havia também a presença de outros membros. Em quatro delas foi anotada a existência de crianças órfãs; duas mantinham agregados, que podiam ou não ser parentes, mas a fonte não indica, e cinco possuíam netos, ou seja, já era a terceira geração da família. Em nenhum desses cinco casos houve a indicação dos nomes dos pais. A média da idade das mães era de 20 anos. Não há como saber o motivo real de as crianças serem anotadas sem o pai, mas algumas inferências podem ser feitas. A primeira é que realmente essas mulheres podiam ser mães solteiras, já que os padres e sua moral cristã não estavam mais no controle da escravaria e o casamento podia não ser mais visto como solução para as mulheres sozinhas e com filhos. A segunda possibilidade é que os pais dessas crianças tivessem sido vendidos, fugidos ou ainda que fossem de outras fazendas. Exemplos desse movimento de pessoas são os casos de Anastácio Nunes e Jacinto, ambos crioulos casados que foram inventariados em Macaé, mas que disseram ser da fazenda de Santa Cruz. Verônica, mãe de três filhos, declarou ser casada com Damázio, escravo que estava “ausente na fazenda”.

Por último, deve-se observar os casos em que os escravos foram identificados como “sozinhos”, portanto sem ligações familiares. Nesse grupo estariam 13 pessoas. Entretanto, ao se analisarem mais detidamente esses casos, percebe-se que, na realidade, dois cativos eram casados em outra propriedade (os casos de Anastácio Nunes e Vicente); um homem era doente e estava na casa de Venâncio e Lucrecia, podendo, quem sabe, ser pai de um deles; e havia uma mulher viúva sem indicação de filhos. Todavia, se, porventura, ela tivesse filhos em idade adulta e eles fossem casados, não apareceriam junto dela. Desse grupo pode-se inferir que, aparentemente, sozinhos na fazenda estavam apenas 10 pessoas. Pelo menos foi isso que o inventariante percebeu.

Para a maior parte dos escravos, não houve a indicação de suas qualidades/cores de suas peles ou fenótipo, totalizando 89 indivíduos em rela-

ção aos quais não é possível saber suas características físicas (41,01%). Todo o restante dessa população foi classificada como sendo mestiça (cabras, crioulos, mulatos e pardos). Assim como em outras propriedades inicianas não houve a indicação da existência de escravos africanos, sugerindo que, mesmo após a saída dos padres, continuaram com a mesma política de reprodução da escravaria de forma endógena por meio do nascimento de crianças provenientes das famílias escravas. Isso significa que o tráfico negreiro não era a alternativa para a manutenção dessas escravarias, e isso ocorreu em praticamente todas as propriedades jesuíticas na capitania do Rio de Janeiro.³²

Os escravos dessa fazenda foram avaliados de formas bastante diferentes. Alguns considerados velhos demais ou com problemas de saúde muito evidentes sequer receberam valores, como Romualdo, que tinha 35 anos, mas era “incapaz” e estava com “uma doença em uma cama”. O mesmo aconteceu com a crioula Julia, solteira, de 30 anos, que era “incurável de um pé e uma perna”. Domingos, que estava exposto na casa dos órfãos, também não foi avaliado por ter “uma ferida em uma das pernas”. Cristóvão, classificado como “decrépito”, também não foi. Dos que receberam avaliações, os valores também flutuaram significativamente. No grupo masculino, o mais barato custava 4 mil réis e o mais caro, 150 mil réis. Entre as mulheres, as mais baratas valiam 10 mil réis e as mais caras, 64 mil réis. Como para as mulheres não há a indicação de que fossem escravas especializadas em algum ofício, imagina-se que as diferenças entre elas, no tocante aos valores, ocorria por motivos ligados à idade e à capacidade de reprodução. Para os homens, percebe-se que os mais valorizados eram os especializados. O escravo melhor avaliado foi o crioulo João Teixeira, de 50 anos e mestre de açúcar, por 150 mil réis; os três barqueiros que viviam na propriedade foram avaliados entre 100 e 120 mil réis, valores também dados aos que conheciam os ofícios de carpintaria, ferraria e de pedreiro. O curioso é que o feitor da fazenda, o pardo Izidoro, em teoria o homem responsável pela disciplina dos escravos, foi avaliado em 80 mil réis e só tinha 35 anos. A propriedade, além desses homens especializados, possuía também um boticário chamado Felipe Santiago com 70 anos, avaliado em

³² AMANTINO, Marcia. Reprodução endógena e mestiçagens dos escravos nas fazendas jesuíticas na capitania do Rio de Janeiro, 1759-1779. *Revista História e Cultura*, Franca/SP, v. 3, n. 2, p. 250-273, 2014.

apenas 20 mil réis, provavelmente por sua elevada idade, e o tecelão de algodão, o crioulo José, com 30 anos, avaliado em 76 mil e oitocentos réis.

Tendo relação direta com os preços das avaliações recebidas por cada um dos escravos estavam as suas condições físicas. Por isso o inventariante foi cuidadoso em registrar os males que acometiam parte da escravaria e que faziam seus valores caírem em comparação aos demais. Além dos casos já citados dos escravos que não receberam valor algum, havia também os que estavam doentes, mas ainda assim poderiam, segundo a lógica da época, gerar algum dinheiro – caso fossem vendidos. Esses indivíduos estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 2: Valores dos escravos com condições físicas comprometidas

| Nome | Idade | Preço | Particularidade |
|-----------|-------|---------|---|
| Silvestre | 45 | 10\$400 | Tem uma perna com ferida incurável e inchada uma outra |
| Esmenia | 07 | 12\$800 | Tem moléstia e boba e panos |
| Paulo | 16 | 12\$800 | Em casa de Amado e Elencia sem vista de um olho e com uma venda grande no outro |
| Domícia | 55 | 19\$200 | Tumor na barriga à vista |
| Beatriz | 10 | 20\$000 | Com lombinho grande nas costas |
| Nazaria | 10 | 25\$600 | Com defeito na perna esquerda |
| Cornélio | 60 | 25\$600 | Achacado |
| Miguel | 30 | 38\$400 | Mal-feito dos pés |

Fonte: Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

Os escravos da fazenda de Sant’Anna de Macaé foram arrematados no ano seguinte à elaboração do documento analisado junto com a propriedade e tudo o que havia nela pelo mestre caldeireiro de açúcar Gonçalo Marques de Oliveira com ordens expressas de que o que se encontrasse a mais em termos de escravos, gados e lavouras do que o registrado no auto de inventário ficasse por conta dos que tivessem morrido. Além disso, foi solicitado ainda ao arrematante que, “havendo algum escravo que sejam oficiais ou aprendizes ocupados nas fábricas reais, querendo-os a Junta para o real serviço, ficam excluídos desta rematação e venda, descontando-se do

seu preço a importância das suas respectivas avaliações que tiveram no inventário”³³.

Toda a documentação analisada permite perceber que não apenas a Companhia de Jesus faz parte da história da região, conhecida hoje como Macaé, mas também seus escravos contribuíram para a construção desse espaço e, quando os padres foram expulsos, foram eles que continuaram a trabalhar nessas terras, ajudando a consolidar a economia local.

Um pouco mais sobre o cotidiano dos inacianos em Macaé

Além dos indígenas que viviam na região atacando os moradores ou vivendo nos aldeamentos de forma pacífica, no final do século XVIII, Macaé, assim como inúmeras outras regiões da América portuguesa, tinha uma população cativa numericamente muito próxima à livre. Entre os anos de 1779 e 1789, foi feito um levantamento populacional e econômico da capitania do Rio de Janeiro para auxiliar o governo do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos. Por meio dele, sabe-se que a Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita possuía 486 homens livres e 424 mulheres nessa condição social. Quanto aos escravos, a população era de 495 homens e 361 mulheres.³⁴ A diferença entre os grupos era de apenas 54 pessoas livres. Todavia, há que se inserir nesse grupo considerado como sendo de livres os forros e forras, com passados e relações sociais ligadas à escravidão. Além do que não há indicação no documento se os índios aldeados foram contabilizados no cômputo dos livres.

O cotidiano na velha Macaé deveria ser bastante instável socialmente, e a presença dos elementos negros e indígenas, considerados inferiores e perigosos, mantinha a população sempre alerta. Mas eles não eram os únicos a provocar distúrbios na região.

Dezoito anos após a expulsão dos jesuítas do império português, as autoridades ainda continuavam recebendo pedidos e queixas dos mora-

³³ Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro. Rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de dez de julho de 1775. Códice 81.20.23.

³⁴ Memórias públicas e econômicas da cidade do Rio de Janeiro de S. Sebastião pra uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos annos 1779 até o de 1789. RIHGB, T. 47, v. 68, pt. 1, p. 27-51, 1884.

dores com temáticas envolvendo a sua presença na região. Sebastião da Cunha Coutinho Rangel e João Correia Lima foram dois moradores que escreveram à rainha D. Maria I pedindo que ela autorizasse a continuação do cultivo de suas terras às margens do rio Macaé. Explicaram os dois produtores que, no passado, receberam por carta de sesmaria o direito a essas localidades porque estavam devolutas, mas tempos depois os inacionos as tomaram deles. Quando houve a ordem de sequestro e expulsão, tais terras teriam sido também confiscadas. Apresentando variados documentos e principalmente as cartas de sesmarias, os solicitantes conseguiram que a rainha desse a autorização para que eles voltassem à posse original.³⁵

A situação tensa no cotidiano dos moradores livres ou cativos de Macaé e os padres da Companhia de Jesus começou a aparecer com mais destaque no processo de expulsão desses do império português. Além desses dois pedidos feitos à rainha para continuar produzindo em suas próprias terras tomadas pelos jesuítas e da carta de representação do padre Antonio Vaz Pereira já citada, há outros documentos que comprovam os conflitos, as posturas tomadas pelos padres e suas relações com a população e com sua escravaria. Antonio Vaz Pereira citou nominalmente o padre José dos Reis, um dos administradores da fazenda de Santana, como sendo um réguo, perturbador do sossego dos povos, violento no trato com os indígenas e com os escravizados.

Esse religioso apareceu pela primeira vez no catálogo de 1757, momento em que foi registrado como um coadjutor espiritual administrando a fazenda. Nesse catálogo, o superior informava que ele era um religioso de

³⁵ AHU-Rio de Janeiro, avulsos. Requerimento de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel à rainha [D. Maria I], solicitando autorização para continuar a cultivar as terras situadas no lugar de Biriri nas margens de rio Macaé, distrito de Vila de São Salvador dos Campos de Goitacazes, e que lhe foram atribuídas por carta de sesmaria por estar devolutas, mas lhe tendo sido tomadas pelos jesuítas, lhe foram posteriormente sequestradas, como o foram todos os bens pertencentes aos padres jesuítas, pedindo agora a confirmação de sua sesmaria. 6 de maio de 1777, cx. 112, doc. 32; cx. 114, 10; Requerimento de João Correia Lima à rainha [D. Maria I], solicitando autorização para continuar a cultivar as terras situadas no lugar de Poço das Tariras nas margens do rio Macaé, distrito de Vila de São Salvador dos Campos de Goitacazes e que lhe foram atribuídas por carta de sesmaria, por estar devolutas, mas lhe tendo sido tomadas pelos jesuítas, lhe foram posteriormente sequestradas, como o foram todos os bens pertencentes aos padres jesuítas, pedindo agora a confirmação de sua sesmaria. 6 de maio de 1777, cx. 112, doc. 34; cx. 114, 11.

inteligência, prudência e julgamento considerados módicos. Sua saúde era boa, e seu caráter, colérico.³⁶

Na América portuguesa, normalmente eram os coadjutores espirituais os responsáveis por administrar as propriedades rurais que pertenciam à Companhia de Jesus.³⁷ Talvez devido à importância que tais propriedades tinham no projeto missionário, era importante que à sua frente estivessem homens com capacidades mais refinadas do que as dos coadjutores temporais. Entretanto, também não adiantava colocar os professos de quarto grau porque esses eram muito mais capazes nos colégios do que lidando com terras, animais e escravos. As propriedades jesuíticas, espalhadas por diferentes regiões na América portuguesa, deveriam produzir em níveis satisfatórios para manter o projeto missionário e para isso precisavam contar com bons administradores, além de boas condições da terra e da existência de uma escravaria dócil e controlada. Mas nem sempre essas condições eram reais. Poucos eram os jesuítas que tinham conhecimento sobre o campo, sobre a produção e sobre o manejo das terras e das gentes, e por isso muitos não conseguiam fazer os engenhos darem os lucros que deveriam. Alguns entravam em tristeza profunda devido ao isolamento em que viviam e solicitavam insistentemente para que fossem retirados das fazendas e levados de volta aos colégios. Outros acabavam se relacionando com mulheres, passando a viver em pecado de acordo com os dogmas religiosos que deveriam professar. Parte desse grupo, por outro lado, adaptava-se tanto à vida no campo, que se tornava régulo e

³⁶ ARSI. Arquivo Romanum Societatis Iesu. Catalogus Primus ex Triennialibus – Provincia Brasílica – 1757.

³⁷ Segundo as Constituições da Companhia de Jesus, os coadjutores, ou seja, os auxiliares, os cooperadores, dividiam-se em dois blocos: os temporais e os espirituais. Ambos só alcançariam esse nível após dois anos de provas e experiências no seio da Companhia. Se acaso tivessem entrado como escolásticos, deveriam esperar mais um ano. Ao final desse tempo, deveriam, caso fossem aprovados, fazer os três votos (obediência, pobreza e castidade). Eram votos públicos, mas não solenes. Tornavam-se membros permanentes da Companhia como coadjutores formados, mas, caso os superiores assim definissem, poderiam ser desligados. Os coadjutores temporais não recebiam “as ordens sacras, mas com letras ou sem elas, podem ajudar nas necessárias atividades exteriores”. A eles cabiam as tarefas consideradas mais humildes, como cuidar da portaria, da dispensa, das oficinas e, em teoria, das fazendas. Já os coadjutores espirituais eram “sacerdotes com suficiente instrução intelectual para ajudar nos ministérios espirituais”. In: LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 67.

temido na região.³⁸ Parece que o padre jesuíta José dos Reis é um exemplo dessas duas últimas posturas.

Segundo o padre Vaz Pereira, além de destratarem os indígenas, os inacianos em Macaé também mantinham conflitos com os moradores, e em sua carta/representação ele descreveu as atitudes do padre José dos Reis: mandava bater naqueles que não obedeciam às suas ordens, ateava fogo nas casas, confiscava madeiras sob o pretexto de que as mesmas haviam sido retiradas das terras da fazenda e espancava cruelmente os índios e os negros que trabalhavam sob seus domínios e, em alguns casos, até mesmo os escravos de outros senhores e, às vezes, homens livres.³⁹

Como resultado da exposição feita pelo padre, no dia 31 de janeiro de 1758, Thomé Joaquim da Costa Corte Real, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, escreveu uma carta ao governador da capitania do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade, ordenando-o, em nome do rei, entre outras coisas que repreendesse e embarcasse para o reino os padres José dos Reis e Manoel de Andrade⁴⁰. Quanto às aldeias que tiveram problemas com os jesuítas, deveriam receber párocos.⁴¹

O curioso é que, em nenhum momento, o denunciante Vaz Pereira fez qualquer menção às práticas afetivas ou sexuais do padre jesuíta. Todas as suas denúncias diziam respeito ao tratamento dispensado aos índios, aos escravos e aos moradores, à usurpação de terras e ao exercício de poder por parte do inaciano. Mas, cruzando esse documento com as denúncias de uma devassa realizada na capitania entre os anos de 1760 e 1761, que tinha a função de verificar os comportamentos dos inacianos, é possível entender algumas questões.

As devassas realizadas na cidade do Rio de Janeiro e na região de Campos dos Goitacazes fazem parte de um contexto mais amplo, voltado

³⁸ Sobre as dificuldades encontradas pelos administradores nas fazendas e engenhos ver ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos*. O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004. p. 225-288.

³⁹ Essa narrativa sobre o padre Antonio Vaz Pereira e suas milícias já foi trabalhada por mim no texto "Macaé nos séculos XVII e XVIII: catolicismo e povoamento", publicado em AMANTINO, M. *et al.* *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé, séculos XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

⁴⁰ O padre Manoel de Andrade era o administrador de outra fazenda jesuítica localizada perto de Macaé: a de Campos Novos.

⁴¹ Carta de Thomé Joaquim Costa Corte Real ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, José Antonio Freire de Andrade, em 31.1.1758. IHGB, Arq. 1,3,8. p. 186v.

para difamar a imagem da Companhia de Jesus no império português. Elas estão ligadas diretamente à decisão do papa Benedito XIV de realizar a reforma da ordem, implementada por pressão do rei D. José I, de Portugal. Por meio de muitos documentos enviados pela monarquia lusa ao papa, o rei conseguiu convencer a autoridade máxima da Igreja de que a ordem inaciana estava atuando completamente fora de suas atividades religiosas, envolvendo-se em todos os tipos de negociações comerciais, políticas e econômicas. O resultado foi que, no dia 1º de abril de 1758, o papa Benedito XIV, por meio da breve *In Specula Supremae*, ordenou que a Companhia de Jesus deveria ser avaliada e passar por grandes modificações para que pudesse continuar existindo, ou seja, deveria sofrer uma reforma.⁴² O breve determinava que o religioso escolhido para realizar a reforma da Companhia de Jesus em Portugal e seus domínios fosse o cardeal Francisco Saldanha. Entretanto, o cardeal tinha poderes para escolher outros religiosos em cada parte do império para que eles fizessem a reforma nas localidades onde viviam. Assim, para a capitania do Rio de Janeiro foi escolhido o bispo beneditino D. Antonio do Desterro. Como os padres foram acusados de estar praticando todos os tipos de comércio e excessos, foi determinado que se abrissem devassas para apurar os fatos. O bispo D. Antonio do Desterro interrogou, por meio de seu secretário, 43 pessoas entre os meses de janeiro e fevereiro de 1760 e que viviam na cidade do Rio de Janeiro.⁴³ Em agosto de 1760, o cardeal Saldanha nomeou o vigário Antonio Esteves Ri-

⁴² Os breves papais podem ser entendidos como um dos mecanismos de exercício de poder e de busca da unidade cristã. Eram “respostas” dos papas aos problemas religiosos e morais que surgiam na cristandade. Foram várias as razões para a decretação desse breve, e todas elas apontaram para os conflitos que há anos vinham ocorrendo entre os religiosos e diferentes instâncias do poder e ainda entre eles e os moradores do reino ou das áreas de conquistas e também para a prática de comércio variado adotada pelos religiosos. Breve de 1 de abril de 1758 pelo qual o santo padre Benedicto XIV sobre as instâncias de el rei fidelissimo, conteúdas nas duas cartas acima indicadas constituiu o eminentíssimo e reverendíssimo cardeal Saldanha, visitador e reformados geral da Companhia de Jesus nesses reinos de Portugal e dos Algarves e todos os seus domínios. Roma, em Santa Maria Maior, debaixo do anel do pescador, em 1 de abril de 1758 e decimo oitavo de nosso pontificado. In: SORIANO, Simão José Luz. *História do reinado de el-rei Dom José e da administração do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867. v. 2, p. 371.

⁴³ AHU. Ofício do ouvidor geral e desembargador da relação do Rio de Janeiro, Gonçalo José Brito Barros, ao secretário de estado do reino e mercês, conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, remetendo processo de devassa tirada ao confisco dos bens dos padres da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro. Cx. 67, doc. 65, 66; cx 68, doc. 21. Doravante, esse documento será identificado apenas como Devassa do Rio de Janeiro.

beiro, responsável pela igreja de Nossa Senhora da Vila de Guarapari e comissário do Santo Ofício, para realizar a devassa na região norte da capitania. O cardeal informava que, pelo bispado do Rio de Janeiro ser muito grande e devido às doenças do bispo do Desterro, seria necessário que ele realizasse a devassa e depois a encaminhasse ao bispo para que esse lhe remetesse toda a documentação. Este mesmo vigário também deveria realizar a devassa na capitania do Espírito Santo.⁴⁴ A devassa realizada em Campos dos Goitacazes, região norte da capitania, foi iniciada em 3 de setembro de 1761, exatamente dois anos após a ordem de expulsão dos jesuítas, e ouviu 34 testemunhas.⁴⁵

As devassas eram compostas por oito perguntas, que deveriam ser feitas aos depoentes nas diferentes capitanias na América portuguesa. Não se sabe se ela foi elaborada no reino ou se algum bispo nas terras da conquista teria sido o responsável pela escolha das perguntas, que envolviam vários aspectos sobre o cotidiano dos padres e de suas relações sociais, econômicas e políticas.⁴⁶ Elas eram feitas de maneira a direcionar a resposta, não permitindo muita liberdade para os depoentes. O interrogatório era, portanto, direcionado para a obtenção de determinadas respostas. Não se pode perder de vista que, como em qualquer depoimento, as respostas eram anotadas por alguém que, na ânsia de registrar o dito de forma coerente e

⁴⁴ Esse mesmo religioso ficou responsável por realizar a devassa na capitania do Espírito Santo, onde no período de maio a agosto de 1761 interrogou 63 testemunhas. Cf. SANTOS, Estilache Ferreira dos. *Uma devassa contra os jesuítas do Espírito Santo (1761)*. Vila Velha, 2014 e AHU, Rio de Janeiro. Maio, 28, Vila de Nossa Senhora da Vitória. Auto de Devassa feito pelo comissário do Santo Ofício e vigário colado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Guarapari, Bispado do Rio de Janeiro, Antônio Esteves Ribeira, ao procedimento, vida e costumes dos religiosos da Companhia de Jesus na comarca do Espírito Santo. Cx. 17, doc. 1530.

⁴⁵ AHU, Rio de Janeiro. Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], Conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo o traslado da devassa relativa ao confisco dos bens dos padres jesuítas. 5 de Julho de 1762. 5Cx. 65, doc. 6139. Doravante, Devassa de Campos dos Goitacazes.

⁴⁶ O padre jesuíta José Caeiro cita em sua obra a chegada da ordem de reforma em Goa. Contudo, em momento algum, relatou a existência e devassas ou de temas ligados a ela. As exceções foram a preocupação do arcebispo de Goa com a possível prática de atitudes contrárias aos mandamentos da Igreja e, nesses casos, a população deveria denunciar ao Santo Ofício o comércio exercido pelos inacionos e a ordem para que todos os padres que não tivessem o quarto voto fossem despedidos à força da Companhia, coisa que o arcebispo e nenhuma outra autoridade procurou colocar em prática. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal* (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936. p. 707-709.

no formato legal, poderia acabar por alterar o relato, ainda que sem intenção. Além disso, as perguntas também poderiam condicionar as respostas e a construção do discurso.⁴⁷

Não interessa para os objetivos deste texto e seria de qualquer forma impossível identificar se o padre José dos Reis cometeu os atos de que foi acusado. A intenção é demonstrar como determinadas temáticas e denúncias tiveram força na segunda metade do século XVIII para acabar com a imagem positiva que os padres inacianos ainda poderiam manter em determinados grupos sociais e justificar sua expulsão do império.

Algumas testemunhas das devassas feitas na cidade do Rio de Janeiro e em Campos dos Goitacazes informaram que, quando o padre administrador da fazenda de Santana, José dos Reis, colocou-se a caminho do Rio de Janeiro para ser depois enviado a Lisboa, obedecendo às ordens do secretário de Estado, duas mulheres brancas, casadas e que eram suas comadres de nomes Cecília de Melo e Maria Clara, acompanharam-no até o rio São João, distante de Macaé oito léguas. De acordo com as testemunhas, elas viviam amancebadas com o padre e, além disso, ele teria um filho com uma escrava da fazenda de nome Maria Correia.⁴⁸

Gonçalo Pacheco Rocha foi outra testemunha que relatou o cotidiano do jesuíta em Macaé. De acordo com suas informações, o padre Reis, devido à sua relação com uma de suas comadres, havia mandado dar “rigorosos castigos em alguns escravos da mesma fazenda e fazendo outros distúrbios nos moradores da dita paragem de Macaé, e era tido e havido por revoltoso”⁴⁹. Antonio Cardoso de Melo forneceu mais detalhes sobre essa história. Disse ele que uma escrava da fazenda havia feito comentários sobre o relacionamento do padre com uma de suas comadres; em represália, o religioso ordenou que ela fosse amarrada em um carro que passou pela rua das casas dos escravos e, durante o percurso, foi açoitada por outro cativo da mesma fazenda, que gritava todo o tempo: “Justiça que manda fazer o padre superior desta fazenda a uma mulher preta, nomeando-a pelo

⁴⁷ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 9-20, set. 90/fev. 91.

⁴⁸ Devassa de Campos dos Goitacazes, testemunha Manoel Barbosa Viana, 22 de setembro de 1761.

⁴⁹ Devassa de Campos dos Goitacazes, testemunha Gonçalo Pacheco Rocha, 15 de setembro de 1761.

seu nome, por blasfemadora da santa roupeta da Companhia”⁵⁰. João Fernandes da Costa contou mais alguns detalhes sobre esse episódio. A testemunha afirmou que por causa das duas mulheres o padre havia mandado queimar a casa de um morador de Macaé e espancar seu dono. Sobre o castigo da escrava, disse que ocorreu “ao som de uma caixa de guerra com um pregão público à imitação das justiças de Sua majestade”⁵¹.

Pode-se afirmar que as devassas analisadas fizeram parte da montagem de uma imagem negativa dos padres inacianos. Isso não significa que os temas tratados fossem necessariamente verdadeiros ou falsos. Não apenas nesse caso do padre José dos Reis, mas também em outros chama a atenção o fato de que testemunhas que viviam em localidades diferentes declaravam histórias muito parecidas sobre o cotidiano dos religiosos e de suas relações com a sociedade. Entretanto, essas histórias, em sua totalidade muito ruins para os padres, só vieram ao conhecimento de todos quando já estava deflagrada uma política de aniquilação dos mesmos pela coroa. Logo, não podem ser vistas de maneira isenta.

Portanto, tudo o que foi apontado na documentação produzida pelas autoridades na segunda metade do século XVIII remete à propaganda anti-jesuítica empreendida pela política de D. José I, mas também denunciava longos e intermináveis problemas envolvendo, de um lado, os interesses inacianos e, de outro, os dos moradores. No meio das disputas estavam a apropriação de terras e o controle sobre a mão de obra feita pelos jesuítas ao longo de muito tempo, bem como o foro que os colonos precisavam pagar para ter acesso a porções de terras que eram administradas pelos padres, mas que, naquele momento de fraqueza da ordem, havia uma real possibilidade para que os moradores se livrassem deles. No momento da crise de poder dos jesuítas, quando já não tinham mais o apoio incondicional que sempre receberam das autoridades, a população pôde finalmente expor suas queixas e demonstrar como os religiosos não respeitavam os costumes e mesmo as ordens reais e religiosas. Apesar de todas as ressalvas, essa documentação, incluindo os inventários e autos de sequestros dos bens

⁵⁰ Devassa de Campos dos Goitacazes, testemunha Antonio Cardoso de Melo, 16 de setembro de 1761.

⁵¹ Devassa de Campos dos Goitacazes, testemunha João Fernandes da Costa, 16 de setembro de 1761.

inacianos, permite compreender um pouco mais sobre o cotidiano em suas propriedades. Por outro lado, a documentação, analisada em suas entrelinhas, permite também identificar as diferentes estratégias utilizadas pelas comunidades escravas que pertenceram à Companhia de Jesus em Macaé.

Em torno dos cemitérios da antiga Macaé

Maria da Conceição Vilela Franco

Dra. em História Social/Unirio
Pós-Doutoranda/ PPGH-Universo

Claudia Rodrigues

Professora do Departamento de História e do Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro/Unirio

O espaço dos mortos: gestos e ritos em torno da morte na antiga Macaé

Amigo José Luis

Morreu a filha do nosso amigo Campos ontem e tem de ser sepultada hoje no cemitério de Santana, às 5 horas, consta-me que ela era irmã de Santana, a ser irmã manda ordem já ao andador para ele mandar trazer tochas, opas, cruz e tudo o mais que é preciso para estes atos, e caso ela não seja irmã dá ordem ao mesmo andador para mandar abrir cova e mandar vir 50 tochas, que eu pago tudo o que for, e mandarei a carroça buscar isto, deve ser já, e te peço para convidar os teus amigos para o enterro.

O teu amigo irmão.

Ribeiro

Em 27 de dezembro de 1871".¹

A correspondência do Comendador Manoel Pinto Ribeiro de Castro, influente fazendeiro em Macaé, a José Luís Gonçalves, provedor da Confraria de Santana, para tratar do sepultamento da filha de Manoel Fernandes da Silva Campos, o Barão de Povoá do Varzim, é um exemplo oportuno para apresentar uma análise geral da importância histórica da morte, dos ritos fúnebres, dos atos de enterramentos, local de sepulturas, cemitérios e demais ritos fúnebres no passado macaense.

¹ Acervo Coleção Dona Rosa Joaquina/Macaé. Ao transcrever o documento, minha opção foi pela atualização da grafia original.

Nesse aspecto, é importante considerar que em Macaé as atitudes perante a morte, seus rituais e simbolismos eram desdobramentos de uma construção sociocultural e religiosa, que, nesse documento, diz respeito à elite macaense. Porém, vale ressaltar que as atitudes acerca da morte nessa sociedade se configuravam sequentes à constituição de gestos e ritos evidentes nas práticas e representações das diversas camadas sociais. As cerimônias de enterramentos eram prestimosas não só para as elites, mas para qualquer pessoa. No entanto, a opulência da cerimônia de acompanhamento para o préstito fúnebre era um ato auferido especialmente às camadas mais abastadas da sociedade da antiga Macaé.

Como perceptível na mencionada missiva do Comendador Manoel Ribeiro de Castro, as cerimônias e ritos fúnebres também expressavam um acontecimento social. Naqueles tempos, em que pesem as diferenciações na maneira pela qual se dava a realização das cerimônias de enterramento, em consequência das condições socioeconômicas do morto e de seus familiares, “os funerais e o momento da morte eram ocasiões que, dificilmente, passariam despercebidas pelas pessoas”. A realização dos ofícios fúnebres, dos cortejos noturnos sob a luz de tochas, do acompanhamento com cruces, ou seja, da opulência dos funerais, poderia ser expressa tanto na quantidade de pessoas a acompanhar o cortejo como também nesses aparatos e demais preparativos. “Mas até mesmo os funerais de um indivíduo comum, cuja morte fora comum, tinham um aparato festivo.”²

A opulência de certos funerais da elite pode ser constatada a partir de outro exemplo. Trata-se do anúncio do jornal macaense, *O Constitucional*, para propagar a oficina do armador de enterros, Lucas Antônio de Lima Vieira, publicado no ano de 1886:

nos misteres de sua profissão com esmero e barateza.
Arma igreja, eça, mausoléus, catacumbas e covas. Faz caixões para todos os preços e se presta aos serviços de funerais.
Incumbe-se de enterros perante as irmandades e o Reverendo Vigário.
Esta casa é a única que está em condições de *armar igrejas com grande luxo e preparar funerais de primeira ordem*, visto que possui grande material [grifo nosso]³.

² RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 222.

³ Acervo do Centro de Memória Antônio Alvarez Parada. *O Constitucional*, 11/11/1886 [grifo nosso].

É interessante observar nesse anúncio o caráter socioeconômico que envolvia os preparativos e cortejos dos funerais em Macaé. Mesmo tendo de expressar toda a pompa, a oferta de aparatos fúnebres tendia a satisfazer, além da elite, também as camadas menos abastadas.

A partir de evidências, como a referida acima, o pretense aqui é buscar nos espaços dedicados aos mortos e nas atitudes diante da morte elementos para apreender as várias formas representativas de construção desses espaços. Esses elementos estavam presentes nos aspectos simbólicos, no imaginário local, nos cemitérios e sepulturas que são contemplados em sua arte tumular, epígrafias, epitáfios, etc. Eles são formas de representações que certamente são capazes de identificar uma íntima e profunda relação dos macaenses e das demais localidades brasileiras da época com a morte, seus gestos e ritos.⁴

Destarte, a correspondência enviada pelo Comendador Ribeiro de Castro ao Provedor da Irmandade de Santana e o anúncio de *O Constitucional* explicitam a preocupação da sociedade macaense oitocentista em relação ao tratamento dado à morte, aos rituais fúnebres e, principalmente, ao ato de sepultamento.

Em termos teóricos, o tratamento dado à morte, aos gestos e ritos de passagem para o além na sociedade ocidental – e aqui exemplificada no gesto do Comendador Ribeiro de Castro e no referido periódico –, segundo Michel Vovelle, é um indicador de que, ao longo do tempo, a morte e as suas representações “estão imersas em um contexto ou em banho cultural que é propriamente o tecido da História”⁵. Com relação à história da morte e suas representações, Mary Del Priore aproxima-se da asserção de Vovelle ao afirmar que os “historiadores estimam que a evolução das atitudes e representações frente à morte inscreve-se nas mutações gerais ideológicas, políticas, culturais, etc., das sociedades”⁶.

Ainda na mesma perspectiva teórica, João José Reis, para entender as atitudes da sociedade baiana do século XIX em relação à morte e aos

⁴ A esse respeito ver REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos* e outros.

⁵ VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁶ PRIORE, Mary Del. *Morte: vasto continente. Navegação de cabotagem faz ver diferentes paisagens*, 2006 (mimeo.).

mortos, analisa o episódio que ficou conhecido como revolta da “Cemite-rada”, quando em 1836 uma multidão destruiu o cemitério do Campo Santo em Salvador. Inaugurado três dias antes, esse cemitério fora construído por uma empresa privada que obtivera do governo baiano o monopólio dos enterros na cidade. Até aquela data, as pessoas eram enterradas nas igrejas, costume considerado essencial para a salvação das almas. Ao se revoltarem contra o monopólio do cemitério por empresários, uniam-se em defesa de uma vida melhor no outro mundo, pois para eles o cemitério deveria ser administrado por uma instituição religiosa.⁷ Na perspectiva de João José Reis, as atitudes diante da morte representavam para aquela sociedade uma forma de vivência social e religiosa.

Os elementos básicos das atitudes e representações católicas diante da morte no Rio de Janeiro foram herdados das práticas, representações e recomendações diante da morte, do morrer e do além-túmulo que foram influenciadas, por séculos, pela Igreja católica desde a antiguidade tardia ao século XVIII. Foram legadas à sociedade carioca como representações da “boa morte”. Tais estruturas partem da constatação de que no Rio de Janeiro o controle do morrer nos séculos XVIII, e em parte do século XIX, era exercido pela Igreja, que utilizava a chamada “pedagogia do medo” para convencer os fiéis a seguir os ensinamentos católicos sob a ameaça da condenação eterna da alma após a morte.⁸

Ao longo da história, a morte também se constituiu como um fator sociocultural e religioso, presente em diversas sociedades no Ocidente, (re)produzindo representações imateriais e materiais, gestos e ritos inseridos no tratamento dispensado a ela pelas sociedades ocidentais ao longo do tempo. Segundo Georges Duby, no período medieval, os gestos e rituais gerados acerca da morte eram compartilhados em grandes cerimônias públicas; os homens da Idade Média, envolvidos pela subjetividade da morte, “sabiam da sua chegada, pressentiam sua vinda, tinham visões que anunciavam sua morte”⁹.

⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 49.

⁸ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

⁹ DUBY, Georges. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 1986.

Já em uma perspectiva antropológica, José Carlos Rodrigues caracteriza a vivência social em torno da morte como algo excludente de desigualdades; na sua concepção, “a morte iguala a todos, ricos e pobres, homens e mulheres. Para mais adiante dela o além: um mistério, uma incerteza, um tabu”. Ainda segundo esse autor, mais do que uma vivência social, “a consciência da morte é uma marca da humanidade”¹⁰.

Entretanto, para pôr à vista a questão da sociabilidade produzida pela morte e das atitudes humanas diante dela, é importante recorrer, mais uma vez, ao trabalho de João José Reis com relação à morte e aos mortos. O autor destaca o papel das irmandades na Bahia e a importância social dessas instituições religiosas acerca da morte, assim como a assistência prestada aos defuntos enquanto uma forma de vivência social e religiosa. Contudo, por ser estabelecida em uma ordem escravocrata, em seu interior se teciam solidariedades fundadas em hierarquias sociais, nas quais a atuação dessas associações, mesmo na assistência aos defuntos, expressava diferenciações sociais na hora da morte.¹¹

Com base nas concepções dos autores acima mencionados, pode-se também verificar que em Macaé a construção de representações, a geração de gestos e ritos acerca da morte estiveram historicamente vinculados ao desejo da pessoa de ter uma “boa morte”. Tal caráter vinculava-se especialmente ao momento derradeiro e ao local de enterramento dos mortos. A partir disso, procuramos identificar os antigos cemitérios macaenses, suas origens e localizá-los historicamente, situando-os no sertão e no litoral.

Sepulturas e túmulos como objetos de investigação histórica

Os primeiros núcleos de povoamento, as vilas e as cidades foram locais que marcaram o processo de ocupação portuguesa em diferentes regiões na colônia brasileira. E assim, durante o período colonial, oratórios privados, ermidas ou capelas foram lugares destinados às orações diárias, ladainhas, novenas e festas devocionais, isto é, constituíam espaços para a celebração dos sacramentos. Casamentos, batismos e exéquias deveriam ser realizados no templo e ser registrados nos livros das paróquias. Para

¹⁰ RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

¹¹ REIS, João José. *A morte é uma festa*, 1991.

isso, necessitavam da presença de um sacerdote, que dependia principalmente da capacidade dos colonos para sustentá-lo, de modo que a sua presença girava em torno dos senhores de engenhos e de terras com mais possibilidades para tal fim.¹²

Por outro lado, os colonos estabelecidos na América portuguesa demonstravam um enorme cuidado com a morte devido à preocupação com o enterramento cristão e a salvação da alma. Desse modo, atrás de uma capela que vingava estava um grupo de colonos interessados em ser enterrados como cristãos, um senhor de engenho preocupado com a salvação de sua alma ou um bandeirante que queria ter reconhecido o seu arraial junto às instâncias do poder temporal. Havia uma relação entre a constituição de capelas, as doações de terras e as obrigações de missas para o seu fundador.¹³

No processo de ocupação da terra no período colonial, o cuidado com o “bem morrer” e a proximidade das relações entre vivos e mortos foram elementos que contribuíram para o assentamento de colonos e o início da expansão urbana em várias regiões. A preparação para a morte significava para os católicos “acertar as contas com Deus para que, no momento do Juízo, não houvesse empecilho à salvação de sua alma”¹⁴. Sendo esse o sentido da redação do testamento contendo os pedidos de intercessão, os arrependimentos das faltas cometidas, os pedidos de sufrágios em intenção da alma, o estabelecimento de esmolos, legados pios e orientações sobre os funerais (mortalhas, missas de corpo presente, local de sepultura, etc.) e, após a morte, a realização de ritos apropriados à ocasião (alguns deles em cumprimento às solicitações testamentárias), tais como: administração dos “últimos sacramentos”, vestimenta da mortalha, encomendação da alma, cortejo fúnebre, acompanhamento e sepultamento em campo santo.¹⁵

¹² TORRES-LONDOÑO, Fernando. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997; NEVES, Guilherme Pereira das. “Mesa de Consciência e Ordens”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000; NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

¹³ TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Op. cit.*, 1997.

¹⁴ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*, 2005.

¹⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa*; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos e outros*.

Renato Cymbalista observa que, se procurarmos buscar “as origens das relações entre vivos e mortos nas cidades paulistas, não podemos sequer afirmar que os vivos chegaram antes”. Para ele, a fundação das cidades de Itu, Campinas e Limeira serve de exemplo para mostrar “que na colonial São Paulo mortos e vivos podem ter trabalhado em conjunto para que a urbanização se viabilizasse”. Apesar de trabalhar com a ideia de que a cidade de Campinas surgiu da rogativa de homens simples e anônimos “que evocam a presença dos mortos como argumento para que, sobre o cemitério bento já existente, se instalasse a capela de que tanto precisavam”; sob o argumento de livrá-los do pecado, ele também considera que erigir uma freguesia significava a possibilidade de crescimento e desenvolvimento urbano. Nesse sentido, a crença desses homens era de que “juntamente com o pároco e as missas viriam os encontros, as trocas, a possibilidade de instalação de casas, comércio e serviços no patrimônio da capela solicitada”¹⁶.

Os elementos fornecidos por Cymbalista, mesmo sendo referentes à fundação das cidades paulistas, podem fornecer-nos dados para a compreensão do início da expansão urbana em várias regiões brasileiras durante o século XIX. No final desse mesmo século, devido às transformações urbanísticas, os cemitérios passaram a se constituir como “um objeto arquitetônico e urbanístico” que transformaria a inclusão dos mortos nas cidades dos vivos¹⁷, provocando mudanças de comportamento dos vivos em relação aos mortos.

Além da importância dos cemitérios enquanto objeto arquitetônico e urbanístico, a sepultura também se cristalizou como uma forma de bem morrer. Isso pode ser verificado na expressão literária do “memento”¹⁸ por ocasião do falecimento do autor destes versos:

¹⁶ CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos Vivos*: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Memento é o nome dado à invocação de orações por interseção aos mortos. “Oração latina, que começa por esta palavra, a qual significa lembra-te; diz-se pelos defuntos.” Cf. SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa recopilado por vocabulários impressos até agora, e nesta edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa: Tip. Lacerdina, 1813.

A agonia final não me amedronta,
Preço será da eterna liberdade!
A morte é um grande dia que desponta,
E a Campa é a porta da imortalidade!¹⁹

Tais versos referem-se a J. Xavier da Silveira Junior, que foi poeta, escritor e militante da campanha abolicionista, nascido em São Paulo no ano de 1864 e tendo falecido no Rio de Janeiro em 1912.²⁰ Escritos na primeira década do século XX, demonstram uma especial atenção com o ato de enterramento. Ainda que “o show dos funerais estivesse no cortejo e não na inumação propriamente dita”, suas palavras indicam que a sepultura era vista como a “porta da imortalidade”²¹.

Segundo Philippe Ariès, desde a Roma antiga, “cada indivíduo, às vezes mesmo um escravo, tinha um local de sepultura (*loculus*) e que esse local era frequentemente marcado por inscrições”. No início da era cristã, túmulo e inscrição marcariam o desejo de individualizar, perpetuar e preservar a memória do morto. Entre o século V e a primeira metade da Idade Média, os cemitérios eram “um acúmulo de sarcófagos de pedra, às vezes esculpidos e quase sempre anônimos”. Nesse período, com o fim das inscrições e ornamentos, as sepulturas perderiam o caráter de individualização. Entretanto, a partir do século XII, as inscrições reapareceriam sobre as sepulturas de “personagens ilustres (santos ou similares)”. A partir de então, as inscrições e os ornamentos tumulares passariam a expressar sentimento e evocação religiosa, uma evolução que daria à arte funerária “uma maior personalização até o início do século XVII, e o defunto pôde ser, então, duplamente representado sobre o túmulo: jazendo e orando”²².

Placas e murais, que traduziam um desejo frequente de cada vez mais individualizar o morto, foram muito frequentes nos séculos XVI, XVII e XVIII, revestindo quase todas as igrejas no Ocidente cristão. Na concepção de Ariès, essas eram expressões que traduziam a vontade de individualizar o lugar da sepultura e de perpetuar nela a memória do morto. Após o sécu-

¹⁹ Acervo Colleção Dona Rosa Joaquina/Macaé. Versos de autoria de J. Xavier da Silveira Junior. Memento impresso com a lembrança para orações pelo seu falecimento, enviado à família do amigo macaense Barão da Povoa de Varzim [grifo meu].

²⁰ ANDRADE, Edson de Andrade. Gente que é Dinheiro. *Ventura Cultural*, n. 39, 2002.

²¹ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos*, 1997.

²² ARIÈS, Phillipe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

lo XVIII, as inscrições tumulares foram cada vez mais numerosas, especialmente nas cidades, onde as elites²³ da época empenhavam-se, “por sua vez, em sair do anonimato e em conservar a sua identidade após a morte”. Mesmo não sendo esse o único meio de perpetuar a “lembrança do morto”, as inscrições e as placas tumulares serviam para “evocação da identidade do defunto e não para o reconhecimento do lugar exato da colocação do corpo”²⁴.

Como expresso nos versos de J. Xavier da Silveira Junior, as sepulturas representavam o cuidado com o corpo morto associado à preocupação com o destino da alma após a morte ou com uma boa passagem para o além. Para isso, era necessário que o corpo defunto estivesse preservado à espera do Juízo Final, ou seja, as sepulturas eram igualmente uma forma de “bem morrer”. No Ocidente cristão, essa crença foi responsável pelos sepultamentos intramuros ou *ad sanctos*, próximos aos altares dos mártires e santos católicos.

Assim sendo, é possível considerar que a transferência dos enterramentos para o adro das igrejas – uma vez que em seu interior não havia monumentos fúnebres erguidos (ou sinais exteriores sobre a sepultura) – possibilitou o aparecimento dos túmulos (no sentido de monumentos) destinados à perpetuação, à conservação e à evocação da lembrança do defunto e de sua identidade. A partir de então, os cemitérios e seus túmulos tornaram-se espaços de construção da memória e instituíram-se como guardiães de um rico acervo de arte, memória e história.

Em Macaé, os elementos que nos fornecem artefatos funerários existentes nos cemitérios revelam a sua importância como instrumento de interpretação da História. A arquitetura dos cemitérios macaenses reserva informações sobre a ocupação portuguesa de fins do século XVIII, sobre os movimentos de imigração suíça, alemã e italiana durante o século XIX e dos japoneses nos primeiros anos do século XX (ver Imagem 1).²⁵ Lápides,

²³ Consideramos oportuno atentar para o fato da existência de certa complexidade, de ordem teórica, em conceituar elite(s), tendo em vista a pluralidade e heterogeneidade da sociedade macaense na segunda metade do século XIX.

²⁴ ARIÈS, Phillipe. *História da Morte no Ocidente*, 2003.

²⁵ A história dos imigrantes japoneses em Macaé data de 1906 e é anterior à vinda do Kasato Maru em 1908 (o Kasato Maru é considerado o navio que trouxe a primeira leva de imigrantes japoneses para o Brasil). “Embora não tenham permanecido nas atividades agrícolas, por aqui

epígrafes e iconografias desses cemitérios são representações que foram produzidas e reproduzidas nas diversas dimensões do cotidiano dos macaenses ao longo do tempo. Portanto, o universo funerário existente nos referidos cemitérios é elemento significativo para uma investigação histórica, pois esses são espaços agregadores da cultura material e imaterial capazes de perpetuar, manter, recuperar e preservar um acervo representativo da memória e da história dessa sociedade.

Imagem 1: Túmulo de Yamagata e esposa – Cemitério da Confraria de Santana



Fotografia: Conceição Franco.

deixaram marcas e suas histórias fazem parte desse município.” *Apud* INOUE, Mariléia Franco Marinho. *No outro Lado Nasce o Sol: a História dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2002.

Fontes manuscritas, impressas, inscrições em lápides e demais elementos decorativos dos cemitérios existentes na cidade e na zona rural de Macaé trazem novas possibilidades para uma releitura do contexto histórico e das diferentes relações estabelecidas no seio da sociedade macaense entre o último quartel do século XVIII e o início do século XX, como se pode identificar na iconografia da sepultura representada na Imagem 2 (a seguir), localizada no cemitério da Irmandade de Santo Antônio, pertence ao glicerense Honório Souza, morto pelas forças do exército em 1910. Acusado pelo assassinato do jovem e militante político Argeo Victor Hugo Brazil, morador do distrito do Sana e que foi vítima de uma emboscada das tropas federais após a derrocada do governo de Alfredo Backer. Honório morreu após levar quinze tiros, os quais estão representados pela iconografia gritante na sepultura através das quinze incrustações no túmulo onde repousa anonimamente.²⁶

Imagem 2: Sepultura de Honório Souza – Cemitério da Irmandade de Santo Antônio



Fotografia: Rogério Piccioli Queiroz.

²⁶ A observação sobre o anonimato deve-se ao fato de não haver qualquer tipo de inscrição sobre seu túmulo que identifique sua sepultura. Apenas soube de quem se tratava pela tradição oral e ao buscar informações nos jornais da época. Tratando-se, a meu ver, de mais um exemplo – juntamente com o caso de Motta Coqueiro – de uma memória que se procurou – e conseguiu – esquecer.

Cemitérios e sepulturas na antiga Macaé

Na Macaé do período colonial, ainda prevalecia o costume de enterrar os mortos no âmbito das igrejas. No final do século XVIII, os sepultamentos eram realizados no interior e no adro da igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, da capela de Santana da antiga Fazenda dos Jesuítas e da capela de São José do Barreto e também nos cemitérios privados localizados nas fazendas. Tais igrejas e seus entornos representaram os primeiros locais de sepultamento no território macaense.

No período que vai de 1798 a 1807²⁷, por exemplo, com base em dados disponíveis nos assentos de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, percebe-se que 82,2% dos sepultamentos eram feitos dentro e no adro da Matriz de Neves, enquanto no interior e no adro da Capela de Santana ocorreram somente 4,85% dos sepultamentos. Esses dados confirmam a projeção do interior/sertão sobre o litoral até a criação da vila de São João de Macaé.

Tabela 1: Locais de sepultura entre 1798-1807 na Freguesia de N. Sra. das Neves

| Ano | NEVES | | | | SANTANA | | | | OUTRA | | S/REF. | | TOTAL | |
|--------------|----------|------|------|------|----------|------|------|-----|-------|-----|--------|------|-------|-----|
| | Interior | | Adro | | Interior | | Adro | | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1798 | - | - | 9 | 100 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | 100 |
| 1799 | 2 | 8.7 | 17 | 74.0 | - | - | 1 | 4.3 | - | - | 3 | 13.0 | 23 | 100 |
| 1800 | 3 | 10.7 | 24 | 85.7 | - | - | - | - | - | - | 1 | 3.6 | 28 | 100 |
| 1801 | 1 | 5.9 | 14 | 82.3 | - | - | 1 | 5.9 | - | - | 1 | 5.9 | 17 | 100 |
| 1802 | 1 | 1.9 | 30 | 56.6 | 6 | 11.3 | - | - | - | - | 16 | 30.2 | 53 | 100 |
| 1803 | 1 | 2.1 | 40 | 85.1 | 1 | 2.1 | - | - | 1 | 2.1 | 4 | 8.5 | 47 | 100 |
| 1804 | - | - | 23 | 100 | - | - | - | - | - | - | - | - | 23 | 100 |
| 1805 | 7 | 29.2 | 16 | 66.7 | - | - | - | - | - | - | 1 | 4.2 | 24 | 100 |
| 1806 | 1 | 3.4 | 27 | 93.1 | 1 | 3.4 | - | - | - | - | - | - | 29 | 100 |
| 1807 | 2 | 5.7 | 24 | 68.6 | 4 | 11.4 | - | - | - | - | 5 | 14.3 | 35 | 100 |
| Total | 18 | | 224 | | 12 | | 02 | | 1 | | 30 | | 288 | |

Fonte: Acervo da Paróquia de N. S. das Neves – Livro de Registros de óbitos de escravos e forros da Freguesia de N.S. das Neves e Santa Rita/Macaé, RJ: 1798-1807.

²⁷ Esses dados servem apenas para uma verificação dos momentos que antecederam a criação da vila de São João de Macaé em 1813 e para a comparação dos sepultamentos no interior e na cidade/litoral.

É importante frisar que os índices referentes ao número de sepultamentos ocorridos na região de Macaé e contidos nos óbitos de Neves entre os anos de 1798 a 1807 referem-se aos enterramentos ocorridos no sertão e no litoral. Se os registros fazem referência aos sepultamentos ocorridos na capela de Santana é porque, nesse período, ela era filial²⁸ da Freguesia de Nossa Senhora das Neves.

Os dados expostos na Tabela 1 não só podem confirmar aquela conjectura de Sheila de Castro Faria sobre o aumento da população livre e de cativos na região da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em fins do século XVIII, como também nos levarão a presumir que, nesse período, a freguesia em questão apresentava um índice populacional superior ao da planície litorânea, onde posteriormente seria fundada a Vila de São João de Macaé. É interessante, entretanto, ressaltar que dados como esses, além de atestar o fim do ciclo da vida, representando a imobilidade dos mortos perante os vivos, também são capazes de fornecer informações sobre a mobilidade dos vivos, contribuindo para estudos de natureza demográfica. Passo a seguir a apresentar os locais de sepultamentos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves.

Até o ano de 1853, os assentos de óbitos indicam que os sepultamentos ocorridos na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé foram feitos no interior ou em torno da matriz paroquial. A partir desse período, aparecem referências a outros cemitérios, em sua maioria particulares, localizados majoritariamente em fazendas. O fato de aparecerem essas referências não implica a existência de cemitérios públicos extramuros naquele período, pois eles só começaram a ser referidos a partir de 1865. Até essa década, as transformações urbanas iniciadas na capital do Império a partir de 1830 – causadas pela difusão da campanha médica higienista, que introduziu novos hábitos na condição de enterrar os mortos²⁹ – parecem não ter tido influência sobre o Sertão do Rio Macaé até a década de 1860.

²⁸ A capela de Santana representava um núcleo de vivência do catolicismo na localidade, ainda que não se constituísse em uma igreja paroquial.

²⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa*; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos e outros*.

Talvez isso se deva ao fato de que a reforma cemiterial ou a criação de cemitérios extramuros tenha ocorrido predominantemente em situação de urbanização, de crescimento demográfico e de conjunturas epidêmicas a partir das análises de Rodrigues e João José Reis.³⁰ Ao que tudo indica, apesar de não terem existido cemitérios públicos extramuros no sertão de Macaé até a década de 1860, as referências ao termo particular diziam muito mais respeito a uma condição de cemitério privado das fazendas do que a uma necrópole de natureza pública e extramuros.

A primeira referência a um cemitério particular, anterior ao período de 1853, foi explicitada na narrativa do Bispo do Rio de Janeiro por ocasião da visita pastoral ao sertão do rio Macaé no ano de 1812: “(...) deixei Provisão para Pia batismal, e Cemitério no Oratório do Capitão Antônio José Lopes no distrito do Rio de São Pedro³¹, Vid. o Livro da Visita”³². Entretanto, os óbitos não fazem menção a esse cemitério. O primeiro cemitério particular a ser mencionado nos assentos de óbitos dessa freguesia é o da fazenda de José Domingues de Oliveira Maia, exatamente no ano de 1853.

Além de fornecerem dados sobre o cemitério da igreja matriz de Nossa Senhora das Neves, os registros de óbitos também trazem informações sobre o estabelecimento de novos locais de sepultamentos na região. Entre os anos de 1853 a 1889, eles já somavam 19 cemitérios. Os novos locais de sepultamento, mesmo que pertencentes às fazendas, ainda eram tidos como campos santos, segundo a doutrina católica, por estarem sob a jurisdição da Igreja Católica, e necessitavam de bênção da autoridade eclesiástica da região para entrar em funcionamento. A partir de 1873, alguns desses cemitérios passaram a ser identificados como públicos e submetidos à gerência e ao controle da Câmara Macaense, responsável pela manutenção e limpeza deles (ver Quadro 1).

³⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos Vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

³¹ A localização do distrito do Rio de São Pedro possivelmente é uma referência ao local que atualmente recebe a denominação de Glicério. O rio São Pedro é o maior afluente do Macaé. Nasce pelo encontro de vários riachos com nascentes na serra de Crubixais em Glicério (4º distrito de Macaé).

³² Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Visitas Pastorais – VP. 12.

Quadro 1: Cemitérios existentes no sertão macaense entre os anos de 1853 e 1900

| CEMITÉRIOS | LOCAL | DATA | IDENTIFICAÇÃO |
|---------------------------------------|-----------------|------|-----------------------------|
| Major José Domingues de Oliveira Maia | Cachoeiros | 1853 | Particular |
| Faz. de João Lourenço Sardenberg | Cachoeiros | 1859 | Particular |
| Faz. do Lírio | Cachoeiros | 1859 | Particular |
| Charrex de João José Charrex e irmãos | Serro Frio | 1862 | Particular |
| Serro Frio | Serro Frio | 1865 | Público |
| João de Oliveira Pratis | Sana | 1869 | Particular. Público em 1871 |
| Maximiano José da Costa | Bicuda Pequena | 1872 | Particular. Público em 1875 |
| Frade | Frade | 1872 | Público |
| Irmandade do Santíssimo Sacramento | Cachoeiros | 1872 | Irmandade do SS. Sacram. |
| Carreira Comprida | Córrego do Ouro | 1873 | Particular |
| Faz. da Bertioğa | Macabu | 1873 | Particular |
| Manoel José Nogueira | Cachoeiros | 1873 | Particular |
| Cachoeiros | Cachoeiros | 1875 | Público |
| Francisco Dias | Cachoeiros | 1879 | Particular |
| Vargem Alta | Goiabal | 1879 | Público |
| Henrique Stutz | Sana | 1881 | Público |
| Duas Barras | Glicério | 1884 | Público |
| Shueller | Sana | 1885 | Público |
| Bom Sucesso | Sem informação | 1886 | Sem informação |
| Pimentas | Sem informação | 1886 | Sem informação |
| Santo Antônio | Glicério | 1899 | Particular |
| Barra do Sana | Sana | 1900 | Público |

Fontes: Arquivo da Paróquia de N^a. S^a. das Neves – Livro Óbito n^o 2 (1847-1859), Livro Óbito n^o 3 (1859-1862), Livro Óbito n^o 4 (1862-1864), Livro Óbito n^o 5 (1864-1870), Livro Óbito n^o 6 (1870-1879), Livro Óbito n^o 7 (1872-1888); Acervo do Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé – Livro do Relatório dos Trabalhos Municipais durante a vigência de 1900.

A Câmara de Macaé, por sua vez, contratava serviços de terceiros para os cuidados com os cemitérios sob a sua responsabilidade, conforme atesta o recibo passado pelo pagamento de despesa com o cemitério identificado como “de Neves” e assinado pelo Sr. José Gomes Barreto:

recebi do Sr. João de Almeida Silva Procurador da Câmara Municipal a quantia de 56\$000 importância das despesas que fiz com o cemitério de Neves a meu cargo nos meses de outubro, novembro e dezembro no quarto trimestre de 1875. Macaé, 1 de fevereiro de 1876³³.

³³ Arquivo da Câmara Municipal de Macaé/Livro de Escritura Diversas 1876.

O texto não deixa claro de qual cemitério se tratava, indicando apenas a sua localização no sertão. Ao contrário dos cemitérios localizados na planície litorânea, majoritariamente propriedades de irmandades religiosas, como analisaremos adiante, no sertão de Macaé somente dois foram mencionados como pertencentes a associações religiosas, a saber: o Cemitério do Santíssimo Sacramento de Cachoeiros de Macaé, na Freguesia de Neves, e o de Santo Antônio, em Glicério. O último edificado já no período republicano.

O referido cemitério da irmandade do Santíssimo Sacramento foi edificado pelos membros da Mesa Administrativa em exercício no ano de 1872. Através do requerimento disposto no artigo 85 do seu Compromisso, solicitavam ao Bispo da Província do Rio de Janeiro a licença para construir cemitério próprio em terreno doado por Vicente José Gomes da Silva, membro da associação. O pedido foi em virtude do “péssimo e deploradíssimo” estado em que se encontrava na época o cemitério público ali existente.

Rmo Sr Vigário da freguezia de N.S. das Neves

Os abaixo assignados membros da Mesa Administrativa em exercício da Irmandade do S.S. Sacramento d’esta freguezia, precizão que V.S^a ateste ao pé d’ este:

1º se o terreno offerecido pelo irmão Vicente José Gomes da Silva tem as proporções necessárias para nelle ser edificado o cemitério da mesma Irmandade;

2º qual a distância que há da sede da freguesia ao referido terreno;

3º se é ou não de palpitante necessidade a edificação do sobre dicto cemitério. Pelo que // E.R.Mce.

Freguesia de N.S. das Neves, em 24 de julho de 1871.³⁴

Após vinte dias, o vigário Manoel da Silva, em resposta à Mesa Administrativa da irmandade, certificou as boas condições do terreno e a urgente necessidade da edificação de um local para sepultura dos irmãos do Santíssimo Sacramento em Neves.³⁵ Entretanto, o certificado não menciona a distância entre a sede da freguesia e o local do terreno oferecido pelo irmão Vicente José Gomes da Silva, o que poderia facilitar a sua localização. Devido à falta de documentação sobre essa associação religiosa e de

³⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Associação Religiosa – Notação 359. Requerimento de licença para a edificação do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Neves, 1871-1872.

³⁵ Idem.

referências para reconhecer o local exato de sua edificação, a sua identificação foi baseada na imagem do Divino Espírito Santo, esculpida no retábulo de uma única sepultura ali preservada (ver Imagem 3). Através de levantamento biográfico sobre parte dos irmãos associados, também foi possível constatar que a Mesa Administrativa era formada por membros da elite agrária da Freguesia de Nossa Senhora das Neves.

Outro cemitério da Freguesia de Nossa Senhora das Neves que merece ser destacado é o de propriedade da irmandade de Santo Antônio em Glicério. A sua edificação foi iniciada já na República, quando se reuniram pela primeira vez os moradores daquele distrito para a primeira eleição da Mesa Administrativa que iria funcionar junto à capela que estava sendo construída, ficando acertado entre os irmãos que ela teria a responsabilidade de construir e cuidar do cemitério do recém-criado povoado.³⁶ Tal cemitério servia para enterramento dos irmãos de Santo Antônio, porém, 17 anos depois, a irmandade resolveu estender esse privilégio aos devotos de Nossa Senhora da Conceição.

É importante destacar que o período republicano marcou uma grande diferença em termos de jurisdição sobre os cemitérios brasileiros devido à implantação da secularização dos cemitérios logo no início desse período através do decreto n° 789, de 27 de setembro de 1890. Com esse decreto, a Igreja Católica perdia a jurisdição sobre os cemitérios públicos. Isso não impediu, entretanto, a manutenção dos cemitérios particulares de associações religiosas até então existentes, proibindo-se, doravante, a construção de novos cemitérios particulares.³⁷ Porém, o que podemos verificar para o caso de Macaé é que, nas regiões distantes da capital da República e das demais capitais brasileiras e, portanto, mais afastadas da urbe, alguns cemitérios de associações religiosas continuaram a ser criados, a exemplo do Cemitério da Irmandade de Santo Antônio em Glicério contruído em 1894.

³⁶ Arquivo da Usina Hidrelétrica de Macabu/Frade, Macaé/RJ. Acervo de Augusto Campos – Arquivista da CERJ. Circular da Usina de Glicério – Circ, Fl.02, de 01/03/1993 – (mimeo.). Glicério, entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, era um dos povoados que surgiram em torno da Estação Ferroviária de Crubixais no distrito da Freguesia de N. S. da Conceição do Frade. A partir de então se tornou um importante centro comercial com um intenso tráfego para escoamento da produção agrícola de toda a serra macaense. Nessa época, a principal atividade econômica da região era a cultura cafeeira.

³⁷ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*, 2005.

A única diferença é que, em seu terreno, era cedido um espaço para o sepultamento dos não católicos e indigentes – o que, por si só, já era contrário à própria Lei de Secularização dos Cemitérios, de 1891, por relegar esses lugares a um espaço marginalizado dentro da necrópole.

Imagem 3: Ruínas do cemitério da Irmandade do SS. Sacramento da matriz de N. S. das Neves, 1872



Fotografia: Acervo do Solar dos Mellos –Museu da Cidade de Macaé – Essas ruínas, infelizmente, já não existem mais.³⁸

Além dos locais de sepultamentos descritos até aqui, é importante dar relevo também ao cemitério da Barra do Sana, localizado no lugar de-

³⁸ O reconhecimento desse cemitério do Santíssimo Sacramento de Neves está sendo feito pela identificação da gravura do Divino Espírito Santo, existente no retábulo de uma catacumba solitária que encontrei em um cemitério cortado por uma estrada em Cachoeiros de Macaé, cujo símbolo era a representação da pomba sagrada. Sobre o símbolo litúrgico que representa a terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, ver ABREU, Marta. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

nominado Sana³⁹, que nesse período integrava o 8º distrito (Frade). Criado em virtude do Art. 38 através da resolução nº 97, de 24 de maio de 1900, passou a funcionar em 1901 como um cemitério também de responsabilidade administrativa da Câmara Municipal.⁴⁰ Infelizmente, até o momento não pude localizar uma documentação mais detalhada e anterior a esse período sobre esse cemitério.

Até 1813, os sepultamentos na planície litorânea eram realizados no interior e em torno da capela curada de Santana e na capela de S. José do Barreto, pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã. A última, situada próximo à capela de Santana, foi anexada à Freguesia de São João Batista em 1814, sendo elevada à condição de Freguesia de São José do Barreto.

A história do cemitério de Santana está ligada à presença dos inácianos na antiga Fazenda de Macaé, como já foi mencionado anteriormente. Com relação aos bens dos jesuítas e à existência já naquela época de um cemitério no adro da capela de Santana, embora seja citado por Lamego, ainda não foi encontrado documento que possa comprovar o arrolamento de bens como “Irmandade, pia batismal, sacrário, Santos Olhos e paramentos”, bem como a existência de um cemitério de escravos naquele período (1776). É também oportuno esclarecer que a ordem de sequestro dos bens dos jesuítas referia-se apenas aos bens imóveis. Nos inventários era listado apenas o que havia nas igrejas, que não era passível de ser sequestrado.⁴¹ Cabe ainda acrescentar que nos autos de arrematação dos bens dos jesuítas não consta nenhum item relativo àquela igreja ou a seu cemitério.

Segundo tradição oral, junto à antiga igreja existe uma sepultura com os restos mortais de um padre jesuíta (ver Imagem 4), que seria o único vestígio do período dos padres da Companhia de Jesus no local. Assim, o cemitério de Santana seria o mais antigo do litoral, sendo até mesmo anterior à criação da vila. Após o ano de 1846, data da elevação da vila de São

³⁹ O distrito do Sana só foi criado em 31 de outubro de 1902 pela Lei de nº 554. Formando o 9º distrito, limitava-se com o 8º (Frade), passando pelas vertentes do Frade e do Sana até encontrar o rio Macaé. Tinha limites também com o 6º e 7º distritos e com os municípios de Indayassú (Casimiro de Abreu) e Nova Friburgo.

⁴⁰ Estado do Rio de Janeiro. Legislação sobre os municípios, Coleção de Leis de 1902, 1903.

⁴¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice: 40, 2, 21A. Cópia dos autos de sequestro da fazenda de Macaé dos padres jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro – 1759.

João de Macaé à condição de cidade, podemos identificar o aparecimento de novos locais de sepultamentos.

Imagem 4: Provável sepultura com restos mortais de um padre jesuíta



Fotografia: Conceição Franco.

Entre 1812 e 1845, apesar de o adro da Capela de Santana não ser murado, continuava a servir de cemitério até que a Câmara Municipal macaense ordenou a organização de uma planta para a instalação de um novo cemitério público em 1845.⁴² Apesar de esta pesquisa não ter como objetivo analisar a atuação das irmandades religiosas em Macaé e os respectivos conflitos existentes no seio dessas agremiações, é pertinente tecer algumas considerações sobre as tensões entre a confraria de Santana, o pároco da

⁴² PARADA, Antônio Alvarez. *Coisas e gente da velha Macaé*. São Paulo: Edigraf, 1958.

Paróquia de São João Batista e as autoridades municipais em torno desse cemitério.

Com sua origem ligada ao processo de expansão da urbe macaense em meados do século XIX, a história da Confraria de Santana teve início com a aprovação de seu Compromisso em 29 de agosto de 1846. Desde então, foram deflagrados alguns conflitos, ora envolvendo a confraria e o pároco da freguesia, ora envolvendo a confraria e as autoridades municipais.

Segundo Caio César Boschi, a proliferação dessas associações aconteceu no contexto da expansão urbana. Para o autor, “pode-se dizer que o desenvolvimento e a consolidação dos povoados estiveram estreita e diretamente vinculados ao incremento do comércio de abastecimento, da vida administrativa, artística cultural e religiosa”. Ainda segundo Boschi, a história das irmandades no Brasil é repleta de conflitos.⁴³ Para tentar apreender o contexto do conflito envolvendo a irmandade e o pároco da Freguesia de São João Batista de Macaé, passo a analisar alguns trechos do documento redigido por Manoel José Pereira de Serqueira, secretário da confraria de Santana em 1857, em resposta ao ofício do padre Leitão José Antônio de Oliveira Paes, pároco dessa freguesia.

O texto de Manoel José Pereira Serqueira retrata a deliberação da Mesa Administrativa da Confraria de Santana que, em sessão no dia 14 de fevereiro de 1857, decidiu encaminhar ao pároco Leitão José um pedido para que não mais autorizasse enterramentos na parte do cemitério que “pertencesse à confraria”. Por trás desse pedido, pode-se perceber que o cemitério de Santana era utilizado, ao mesmo tempo, como cemitério da irmandade e da freguesia. Nesse último caso, isso ocorria devido ao fato de, até aquele momento, a igreja de Santana servir como matriz provisória – desde a criação da vila em 1813 e enquanto não fosse criado um templo específico para sede da vila. Como em toda igreja matriz existia uma irmandade do Santíssimo Sacramento, a situação do cemitério de Santana complicava-se, pois também deveria servir de cemitério para mais essa irmandade. Assim sendo, aquele cemitério, que não tinha muros – apenas uma cerca delimitando o espaço da confraria, segundo o secretário de San-

⁴³ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

tana –, era utilizado por três diferentes coletividades: as duas irmandades e a paróquia, ou seja, toda a população do litoral.

Alegando ter a propriedade do cemitério, o secretário da confraria acusava o pároco de desinteresse para com a irmandade e de lhe dar tratamento desigual em relação ao oferecido aos irmãos do Santíssimo Sacramento. Mas o secretário ainda fazia outra queixa: o “exorbitante” aumento do preço cobrado pelo pároco pelas covas da fábrica⁴⁴:

(...) me referi, pois a fatos abusivos, que talvez se tenham dado, e que segundo se viu ainda a poucos dias se deu um, mas sem conhecimento da Irmandade, refiro-me aqueles que se foram com o = sepulte-se = Paroquial e pelos quais o Sacristão recebia 160 de apontar a cova no tempo do antecessor de V. Sa., 320 até o princípio do ano passado, e pelo que hoje recebe 640 (...) ⁴⁵.

De acordo com o secretário, havia um abuso “revoltante e escandaloso”, que deveria ser contido para que se respeitasse a propriedade alheia, ainda que ela se achasse aberta.⁴⁶ Ao longo de seu texto, ele procura remontar o histórico da relação entre a confraria e o cemitério. Segundo ele, desde a criação da vila até aquele ano de 1857, quando a capela de Santana fora elevada à condição de matriz provisória, o cemitério não teria recebido os devidos cuidados, entrando em estado de ruína. Diante disso, a câmara municipal, “atentando para a disposição de vergonhoso abandono do cemitério, e ao perigo de continuar a encontrar ali cadáveres sem ordem e sem método algum”, ordenou, nesse mesmo ano, a organização de uma planta para a elevação de um cemitério público.

A partir de então, os devotos de Santana resolveram limpar o adro para funcionamento do cemitério e, em 1845, temendo pelo abandono do cemitério, reuniram-se para se constituir em uma confraria, a fim de reedificar a capela e organizar o cemitério ali existente. No ano de 1849, foi aprovada uma verba de 6\$400 réis para limpeza do adro e do cemitério. Nesse mesmo ano, a irmandade iniciou a reconstrução de sua capela e também a limpeza no cemitério que seria destinado ao enterramento dos con-

⁴⁴ As covas da fábrica pertenciam à administração paroquial, sendo seus rendimentos revertidos à fábrica – espécie de secretaria – da matriz.

⁴⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Associação Religiosa – Caixa 266 – Notação 398. Documento sobre a Irmandade de Santana na Capela de São João Batista – Macaé.

⁴⁶ Idem.

frades. Ainda nesse período, a Mesa Administrativa solicitou às autoridades municipais licença para o funcionamento do cemitério ao lado da igreja. Em março de 1852, a Confraria de Santana decidiu cercar com grade de madeira e reorganizar o cemitério. Por esse motivo, alegavam a propriedade do campo santo:

tanto a Capela como o adro pertencem à Irmandade de Santana, a quem a lei garante o direito de posse, e por isso atendendo as precisas, e boas intenções da Irmandade, que deseja organizar o seu Cemitério, a fim de obter dele algum rendimento, e não pôr em perigo a saúde pública quando estamos de novo ameaçados da febre amarela; e a formosear a chapada do morro em que se acha colocada a nossa Capela, principiando-se poder cercá-la em volta, para não continuar o adro e cemitério a servir de imundo pasto aos animais, e nada podendo fazer-se sem que cessem ali os enterramentos contra a nossa vontade, a Mesa espera que V. Sa. como bom irmão e por comum acordo com a mesma Mesa, que deseja viver na mais cordial inteligência com V. Sa., se dignará concorrer para este fim ordenando ao seu Sacristão que não aponte ali mais cova alguma, seja condescendente coadjuvação a Mesa entenda que em nada ofende a dignidade e jurisdição Paroquial e para a alcançar resolveu officiar-se a V. Sa. e sendo necessário as Autoridades a cargo de quem está a polícia dos Cemitérios⁴⁷.

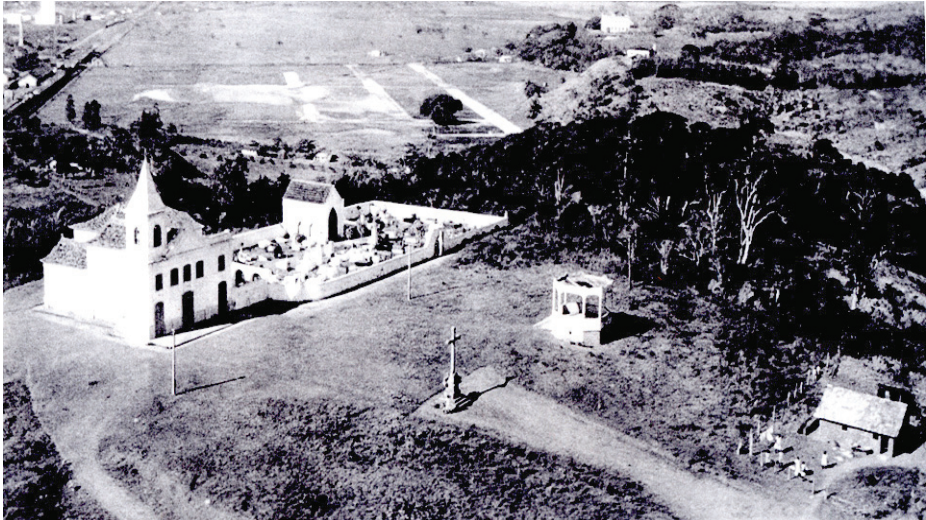
Com base na supracitada exposição do secretário da confraria de Santana, pode-se afirmar que, em Macaé, os conflitos entre a confraria de Santana e o pároco da cidade tiveram como pano de fundo as disputas pelos rendimentos daquele cemitério. Tal conflito demonstra que, devido ao adensamento populacional intensificado com a fundação da vila, tornava-se cada vez mais necessária a criação de novos locais de sepultamentos na área urbana de Macaé. Afinal, o cemitério da capela de Santana estava sendo disputado pelo pároco e pela confraria de Santana.

Simultaneamente a esses fatos, em 1857, a presidência da Câmara Municipal intimou a confraria a apresentar a disposição que a autorizava a ter cemitério próprio. Por não ter conseguido convencer a administração do município desse direito, a confraria solicitou ao bispo do Rio de Janeiro autorização para continuar mantendo o seu campo santo. A referida solicitação foi atendida em abril de 1859. Entretanto, em 1881, foram restabelecidas as tensões entre o poder municipal e a confraria pelo direito dessa em

⁴⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Associação Religiosa – Caixa 266 – Notação 398. Documento sobre a Irmandade de Santana na Capela de São João Batista – Macaé.

continuar mantendo o seu cemitério. Nesse momento, a Câmara ordenou à associação religiosa que fechasse o cemitério por dois motivos: o primeiro, por sua proximidade com a igreja, a qual poderia ser nociva à saúde pública; o segundo argumento fazia referência à sua proximidade com os “poços de serventia pública e privada”⁴⁸, pois naquela localidade fora instalada a estação para distribuição da água que vinha da fazenda Atalaia na Freguesia de Nossa Senhora das Neves para abastecimento da cidade (vide Imagens 5 e 6). Esse fato deflagrou uma longa disputa entre o poder municipal e a referida irmandade.

Imagem 5: O Cemitério de Santana no início do século XX. S/d



Fonte: Acervo do Centro de Memória Antônio Alvarez Parada/Prefeitura de Macaé.

Apesar de ter vencido essa pendenga e continuar mantendo o seu campo santo, as disputas entre a irmandade de Santana e a Câmara Municipal parecem ter avançado pelos idos dos anos 1890, data da aprovação pela Mesa Administrativa do Regulamento daquele cemitério. O Regulamento do Cemitério da Confraria de Santana continha 42 artigos, assim distribuídos: os artigos 1º até o 30º eram dedicados ao tratamento

⁴⁸ PARADA, Antônio Alvarez. *Op. cit.*, 1958.

do cemitério, organização espacial, serviços, disposição de enterramentos, custos, arquitetura, etc.; os artigos 31º ao 36º eram relacionados à administração do campo santo; do 36º ao 42º estabeleciam-se as atribuições do irmão secretário. O artigo 25 estabelecia a construção de um muro de tijolos para substituir as grades de madeira que cercavam o cemitério até aquela data.⁴⁹

Imagem 6: Condições atuais do Cemitério de Santana /2007



Fotografia: Cláudia Barreto.

As Imagens nº 05 e 06 também procuram mostrar o reordenamento e a evolução do cemitério da irmandade de Santana 37 anos após a criação de seu regulamento e os contrastes produzidos entre as duas primeiras décadas do século XX e os primeiros sete anos do século XXI. Na Figura 8, é possível identificar, na parte destacada, como a estação de distribuição das águas estava bem próxima à área do cemitério.

⁴⁹ Acervo digital do Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé – Regulamento do Cemitério da Confraria de Santana em Macaé. Rio de Janeiro: Typ. V. Montenegro – Rua da Quitanda, 3/1890.

Como se pode perceber, tornava-se necessária, cada vez mais, a criação de outros locais de sepultamentos no perímetro urbano macaense. Certamente por essa razão, as irmandades do Santíssimo Sacramento da Matriz de São João Batista e do Rosário envidaram esforços nesse sentido.

A primeira referência nos assentos de óbitos da Freguesia de São João Batista e no livro de registro de sepulturas dos irmãos da irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz ao cemitério de propriedade dessa associação religiosa é atribuída ao ano de 1846. Surgida junto com a criação da Freguesia de São João Batista, a irmandade do Santíssimo Sacramento constituiu-se como uma das primeiras associações religiosas na cidade de Macaé. Em 1818, atendendo à representação dos irmãos dessa confraria, o príncipe regente D. João concedeu licença para revalidar e legitimar a permanência da Irmandade na vila, tendo em vista que ela fora erigida sem licença do Reino. O efeito de validade da provisão real era para mais de um ano, tendo a referida irmandade pago pelos novos direitos a quantia de 5\$400 réis e aos oficiais do paço 1:400\$20 réis.⁵⁰

Antônio Alvarez Parada considerava a confraria como a mais representativa associação religiosa macaense, pois, “além de haver erigido, como capela sua, o templo que ampliado transformou-se na Igreja Matriz de São João Batista de Macaé, também construiu o campo santo (...): o cemitério do Santíssimo Sacramento”⁵¹. A sua administração ficava a cargo da mesa diretora, composta por membros da elite da cidade, representada pelas autoridades públicas, profissionais liberais e integrantes de famílias abastadas e de prestígio na região.⁵² Anderson José Machado de Oliveira defende a hipótese de que os irmãos do Santíssimo Sacramento tenham criado a irmandade por volta de 1814, época da edificação da vila e criação da Freguesia de São João Batista. Para Oliveira, a instituição da paróquia implicava a guarda do Santíssimo e provavelmente os “homens bons” da povoação tenham fundado a associação para coadjuvar o pároco da freguesia

⁵⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Associação Religiosa – Notação 124. Provisão do Reino em atendimento à representação dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento ereta na Matriz da Vila de S. João de Macahé. Envio datado em 18 de julho de 1818.

⁵¹ Certamente isso se deve ao fato de serem as irmandades do Santíssimo Sacramento responsáveis por congregar as elites locais.

⁵² PARADA, Antônio Alvarez. *Op. cit.*, 1958.

nesse propósito e com o intuito de ajudar a municipalidade na realização da festa de *Corpus Christi*.⁵³

Ainda com relação à irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de São João Batista, existem dados documentais que comprovam a sua atividade até aproximadamente o ano de 1896, data da aprovação da tabela para cobrança de joias, anuidades, sepulturas. A referida tabela, segundo Parada, era composta por quatro artigos e dezoito parágrafos, que tratavam de decisões sobre os rendimentos do cemitério e sobre a cobrança de sepultamentos dos associados, tais como as do artigo 3º, parágrafo 10, que determinava que o irmão falecido tinha direito à sepultura gratuita e, “se houvesse alguma catacumba aberta ou em estado de ser aberta, o irmão falecido seria nela sepultado”, e a do parágrafo 13º do mesmo artigo, que dispunha como concessão perpétua quatro palmos em quadro para colocar urna ou mausoléu, pelos quais seriam cobrados 400\$000 (quatrocentos mil réis).⁵⁴ As sepulturas do cemitério do Santíssimo eram divididas em térreas, catacumbas e carneiras, cuja cobrança de taxa para sepultamento está disposta no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Taxas de sepultamentos no Cemitério da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz de S. João Batista

| Estilo de sepultura | Custos |
|---|---------------------|
| Térreas para irmãos (Período de 3 anos, prorrogados por mais 3 anos) | 20 mil réis |
| Catacumbas (Período de 4 anos, prorrogados por mais 4 anos) | 80 mil réis |
| Térreas perpetuas para não irmão | 500 mil réis |

Fonte: PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995. V. I, n. 495, p. 267.

⁵³ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e hierarquias sociais: irmandades e elite macaense no oitocentos. In: *I Encontro Macaé em Fontes Primárias*, 2007 (mimeo.).

⁵⁴ Idem.

Com base nos dados pesquisados, também é possível identificar a conjuntura que influenciou o aparecimento de novos locais de sepultamento na freguesia da cidade de Macaé. Antônio Alvarez Parada menciona que a Câmara macaense já preocupada, no final dos anos de 1830, com o crescimento urbano, dirigiu apelo às autoridades provinciais sobre a necessidade de obras de arruamento da vila. Foi quando em 1837 o engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde projetou o traçado urbano da parte central da cidade, assim como o projeto de limites do município e de suas freguesias. Para Paulo Knauss, “o urbanismo vai constituir outra imagem da terra de Macaé”⁵⁵.

Além de firmar uma nova imagem para Macaé, o crescimento urbano iniciado a partir de então explicaria a necessidade de criar locais de sepultamentos na cidade. Ainda segundo Parada, em 1864, os cemitérios existentes já não atendiam as necessidades da urbe macaense.⁵⁶

A urbanização também foi capaz de aproximar as irmandades com altar na matriz de S. João Batista. Assim sendo, em 1862, um contrato firmado entre a irmandade do Santíssimo Sacramento e a do Rosário rezava que a primeira concedia gratuitamente à segunda autorização para a construção de um cemitério contíguo ao seu. Ficou acertado entre as partes que, em retribuição, a irmandade do Rosário teria de manter sempre “limpa, caiada e rebocada a face do mesmo muro do Santíssimo Sacramento e a não realização de obras junto ao muro sem antes fazer uma parede frontal de tijolo, para junto a ela edificar catacumbas ou outra qualquer obra”. O cemitério do Rosário foi inaugurado em 1864.⁵⁷

No cemitério da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o túmulo que mais se destaca é o pertencente à Família Silva Senna, construído em memória de Margarida da Roza da Silva Senna. Falecida em 1858 aos oito anos de idade de uma enfermidade ignorada, foi inicialmente sepultada no interior da Matriz de São João Batista. Após a fundação do cemitério da irmandade do Rosário, o seu corpo foi trasladado para aquele local de sepultamento em 1866.⁵⁸

⁵⁵ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura, 2001.

⁵⁶ PARADA, Antônio Alvarez. *Coisas e gente da velha Macaé*. São Paulo: Edigraf, 1958.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Dados baseados na pesquisa realizada em 10/02/2003 por Ariana Miliosi e Vilson Gavinho.

Imagem 7: Túmulo da Família Silva Senna



Fonte: Fotografia Avulsa/ACERJ – Macaé, RJ.

Imagem 8: Túmulo da Família Silva Senna



Fonte: Fotografia Avulsa /ACDRJ – Macaé, RJ.

Apesar da falta de documentação para um maior aprofundamento sobre a irmandade do Rosário, ainda é possível verificar, através das representações expostas nas Imagens nº 07 e 08, referentes à suntuosidade da arquitetura funerária desse pórtico em memória da menina Margarida da Roza da Silva Senna, a situação de abundância dos irmãos associados a essa confraria. Assim sendo, parece não ter se tratado de uma irmandade de negros.

Além disso, há informações ainda esparsas sobre a existência de um cemitério público na Freguesia de São João Batista de Macaé. A partir de 1871, os registros paroquiais de óbitos fazem referência a sepultamentos que até o momento não sei se são os mesmos: cemitério da Câmara e cemitério público⁵⁹. Neste momento da pesquisa, esses dados me permitem apenas a identificação da existência na cidade de um cemitério público situado na chamada “Rua do Cemitério” e que, provavelmente⁶⁰, ficava próximo aos das irmandades do Santíssimo Sacramento e do Rosário. A antiga “Rua do Cemitério”, ainda no século XIX, passou a se chamar “Rua da Igualdade”, permanecendo assim até os dias atuais. Uma ironia ou a constatação de que a morte iguala todos? Infelizmente, este texto não comporta tal discussão, merecendo uma maior atenção em outro estudo específico sobre a temática dos cemitérios macaenses no espaço urbano, no contexto da laicização da sociedade brasileira.

Enfim, a análise geral dos ritos fúnebres, dos atos de enterramentos, dos locais de sepulturas, sobretudo, os cemitérios situados tanto na área urbana, no litoral, como no interior, nas serras da região, é parte significativa do processo de construção e reconstrução de memórias na história local/macaense e regional/fluminense. Um aspecto que demonstra sua relevância social e cultural, uma vez que são espaços de interpretação da história e guardam um rico acervo de Arte e Memória.

⁵⁹ Arquivo da Igreja Matriz de São João Batista. Livro s/nº (1870-1879), Livro 11 (1872-1888).

⁶⁰ Digo provavelmente devido à existência, hoje em dia, de um cemitério naquele local – chamado de São João Batista –, sobre o qual ainda não consegui encontrar informações documentais relativas a seu período de criação.

O culto ao Santíssimo Sacramento, a produção de presença e as práticas de grupo na afirmação de uma elite religiosa na vila de São Pedro de Cantagalo durante sua formação (1814-1850)

Carlos Felipe Bento Bessa

Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História/UNIRIO

A irmandade do Santíssimo Sacramento estabeleceu-se no Arraial de Cantagalo a partir das últimas décadas do século XVIII com o advento de grupos antes estabelecidos nas vilas das Minas Gerais, que nesse momento passavam pela decadência da produção aurífera naquela região. Cantagalo passou a ser um objeto de desejo daquelas famílias que desejavam encontrar nas novas terras o metal precioso que lhes possibilitaria ascender socialmente ou, ao menos, manter seu padrão de vida antes do oca-so do ouro nas Gerais.

Ao mesmo tempo, esses grupos que almejavam encontrar riquezas nas novas terras localizadas no Baixo Paraíba, os grupos vindos das Minas Gerais, concluíram a construção da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento em 1786 e, por conseguinte, a Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1789; uma devoção de elite que já figurava no Brasil desde o período colonial.¹

Em Carta Régia de 8 de fevereiro de 1730 e Alvará de 3 de dezembro de 1750, o governador mineiro Cunha Menezes deu início à ocupação dos Sertões com objetivos políticos e econômicos. A carta chegou às mãos do vice-rei, à época D. Luiz de Vasconcelos e Souza. O caminho para a formação da Vila de Cantagalo começava a se desenhar a partir daquele ato.

¹ MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense* – fase III. Rio de Janeiro: INEPAC/Instituto Cidade Viva, 2011. v. 3, p. 295.

Ilmo. e Exmo. Snr. Pelas averiguações mais exatas que tenho mandado fazer afim de conhecer o estado de força em que se acha a gente que está ao de lá do Paraíba, distrito de Macacu, extraindo e extraviando as suas riquezas clandestinamente, independente da resposta que todos os dias estou esperando V. Excia. à minha carta datada de 15 do mês de fevereiro do presente ano, sobre o mesmo importante objeto, para se poder efetuar a diligência de se destruir e evitar semelhante extravio, conforme Sua Majestade o tem ordenado. Acabo de conhecer que das ditas terras saíram para essa capital os cabeças ditos extraviadores, que são Joaquim Lopes, Dionizio Lopes, irmãos de Jose Lopes, que já se acha preso nessa capital (...) E o célebre Manoel Henriques, denominado Mão de Luva, o qual é bem conhecido, por ser aleijado da mão direita, e trazer sempre na mesma uma luva calçada (...). Deus guarde a V. Excia – Villa Rica, 12 de Abril de 1786 // Snr. Luiz de Vasconcellos e Souza // Luiz da Cunha Menezes. // Está conforme, Thomaz Pinto da Silva.²

Segundo Erthal, a região foi efetivamente ocupada em 1780, no entanto houve visitantes que ocultamente desbravaram o local entre 1733 e 1763, vindos da Baixada fluminense, e moradores de todos os cantos de Santo Antonio de Sá – sede da região à qual pertenciam os Sertões – em busca de ouro eventualmente. Quando da transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763), uma licença foi concedida a Maurício José Portugal na tentativa de descobrir alguns depósitos de ouro na bacia do rio Macacu. No momento da descoberta de que outros indivíduos estariam faiscando ouro do outro lado da Serra da Boa Vista (atual Nova Friburgo) é que temos o ofício de 1765, assinado pelo conde da Cunha, desautorizando a mineração naquela localidade, o que causou a debandada das poucas pessoas que ali viviam e interrompeu as incursões por essa região.³

O conde da Cunha enviou um ofício ao ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado, receando que, mesmo com as medidas tomadas, as invasões nas terras dos Sertões não seriam efetivamente evitadas, pois era uma área muito extensa, e não havia contingente suficiente para impedir que houvesse a passagem de pessoas, sobretudo de indivíduos conduzindo ouro roubado, o que, além de causar prejuízo por si só, geraria custos desnecessários à coroa para arregimentar um grande contingente para resguardar ininterruptamente aquela região dos Sertões.

² CARVALHO, Sebastião A. B. de. *O tesouro de Cantagalo: a verdadeira história de Manoel Henriques, o Luva*. Cantagalo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha, 2014.

³ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008. p. 36.

Uma tão larga extensão de serras em districto desertos ou habitado de gentio bravo, que formalidade poderia haver para que estes innumeraveis homens, que n'esta Capitanhia e na de Minas Geraes andam procurando este apetecido terreno, se não mettam n'elle ainda que lhes custe os maiores trabalhos.⁴

Todavia, todo o cuidado com a invasão dos Sertões parece ter sido somente preocupação do lado da serra fluminense. As demandas mineiras talvez tenham impedido a formação de patrulhas na Zona da Mata mineira a fim de combater os descaminhos, o que acabou ocorrendo. O caminho estava aberto. Em Minas, a principal preocupação àquela altura, nos últimos anos do Setecentos, era com a decadência vertiginosa da mineração do ouro. O quinto não dava conta de abastecer como antes a Coroa, sendo aumentado rigorosamente o fisco, o que ficou conhecido como o período das “derramas”, uma tributação adicional para cobrir a cotação semanal de saída de ouro das Minas quando essa não era alcançada devido à queda de captação do metal. O resultado dessa problemática questão, em parte, foi o que causou a Inconfidência em 1789 e também o êxodo de boa parte dos garimpeiros rumo aos “Sertões do Leste” na esperança de novas jazidas.

Em 1786, foi erguida a paróquia do Santíssimo Sacramento, destinada a servir de Matriz. Esse ato indicava a presença do Estado metropolitano por meio do *padroado-régio*, que significava uma correlação entre a coroa portuguesa e o papado, em que o segundo concedia privilégios e designava alguns deveres para que a Coroa realizasse missões evangelizadoras em suas colônias de além-mar, organizando as instituições eclesiásticas em seus domínios, propagando a fé católica.

Além disso, a institucionalização de uma determinada região a partir da ereção de uma Matriz apontava também para um reconhecimento das autoridades metropolitanas dessa região, que passou a ter importância político-econômica, viabilizada pela existência de colonos capacitados para realizar o processo de fundação de uma igreja e organizá-la. Existiu a possibilidade de exigência por parte dos habitantes para a construção de uma igreja para assegurar o acesso desses aos sacramentos e para produzir os registros (batismos, casamentos, óbitos, etc.), tudo o que uma estrutura eclesiástica poderia garantir naquele período.⁵

⁴ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*, p. 38.

⁵ RODRIGUES, Claudia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia *et al.* (orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na Antiga Macaé* (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 66.

Importante mencionar aqui que o primeiro registro da Irmandade do Santíssimo Sacramento que foi acessado consta de 1789, mas não com um estatuto e sim em uma reunião da confraria, registrada em livro de batismo, que será explorado a seguir. O que se pode concluir, a princípio, é que essa confraria já existia desde os primórdios da construção da Igreja Matriz e já bem estruturada.

O mosenhor Pizarro descreve a seguir alguns acontecimentos na região por ocasião da ereção da Igreja Matriz:

Concorrendo por então muitos famintos do metal áureo (que a todos he agradável) ambicionando a posse de um terreno fertilíssimo em todo gênero de produção, principiou á avultar o povo numerosamente (como acontece n'outros lugares, onde se descobre o ouro), e como sitio designado para assento do novo arraial distava mais de dous à três dias de jornada da fazenda do Tenente Francisco Ferreira da Silva, onde principia a sobredita cachoeira, de que se alonga a Freguesia da Trindade 4 legoas estensissimas, foi necessária a criação de uma Parochia no mesmo arraial, para administrar os Santos Sacramentos aos habitantes d'esse districto denominado Cantagalo, como creou a Portaria de 9 de outubro de 1786, dedicando a nova Igreja Parochial ao Santíssimo Sacramento (...).⁶

O arraial fazia limite com a Freguesia de Santo Antonio de Sá e a Freguesia da Santíssima Trindade pelo lado dos sertões do Macacu, por outro com as Freguesias de Campos dos Goitacazes e a capitania de Minas Gerais. A questão que se apresentava nesse momento era sobre onde seria erigida a sede do distrito. O arraial encontrava-se em situação nada agradável para tornar-se sede, a floresta ainda bastante densa, e a junção de morros parecia não permitir uma expansão de construções e ruas. O Vice-Rei determinou que se procurasse pelas bacias dos rios nas proximidades alguma planície que permitisse a edificação do centro administrativo – sem sucesso. A solução, portanto, foi a derrubada das árvores, que viabilizou a construção de obras que favoreceram o povoamento. Para tanto, foi construída a residência do superintendente, do comandante das tropas e do guarda-mor e seus oficiais, o alojamento para os soldados, além de casas de víveres, armazéns e de estabelecimentos que dessem conta da administração do minério. A construção de uma olaria também aconteceu para que seu produto fornecesse os subsídios para a edificação de moradias e prédios já mencionados.

⁶ ARAUJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. p. 230-231.

Nessa perspectiva é que foi criada a Casa de Registro do ouro para a inspeção da produção aurífera, além de uma Casa de Fundição para transformar o produto em barras, realizar a pesagem e retirar a quinta parte para levar à capital. No entanto, o ouro efetivamente só foi uma miragem, tanto que a Casa de Fundição nem mesmo foi erguida. O ouro que se conseguiu captar era o ouro de aluvião, encontrado nas margens dos rios em pouquíssima quantidade. Num primeiro momento, o arraial passou de grande esperança com as notícias que vinham das descobertas de Mão de Luva a uma frustração vista nas pouquíssimas pepitas de ouro das encostas dos rios.

Acácio Ferreira Dias apresenta algumas contas da Fazenda Real com relação às arrecadações nos primeiros anos de povoamento de Cantagalo no triênio 1816-1818, que revelam que a economia talvez tenha sofrido um baque importante após a desilusão do ouro. A quantia total desses três anos foi de 1:410\$000 em comparativo ao triênio seguinte, que duplicou, quando já eram vistas as primeiras plantações de café, quando iniciava o que seria o auge econômico daquele lugar anos depois. A questão foi só apresentada para elucidar a dificuldade de manutenção desse lugar, que gerou alguns custos sem retorno imediato para a coroa portuguesa.⁷

A solução encontrada para conter essa decadência econômica foi o fomento à agricultura a partir da concessão das sesmarias⁸, política adotada por Portugal ao longo dos anos de colonização; um sistema que foi instituído no século XIV e que foi basilar para a captação de recursos no Brasil. Foi a doação de terras para determinados indivíduos para que esses cuidassem do terreno concedido e pagassem com a produção estipulada pela Coroa.

Erthal, ao mencionar o alvará de 18 de outubro de 1786, afirma que ele também oferecia aos interessados boas oportunidades de investir na produção agrícola na região. Se o ouro esgotara-se em possibilidades, ao menos o solo fértil as ampliava. No entanto, a esse convite feito por D. Luiz de Vasconcellos por meio do decreto a efetiva doação das terras só aconteceria legalmente com as sesmarias, os verdadeiros e únicos títulos de propriedade agrária no Brasil naquela época.

⁷ DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*: subsídio para a história do município de Cantagalo. Niterói: Diário Oficial, 1942, p. 143.

⁸ Ordenações Filipinas, livro IV, título 43. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/tabelas/ordenacoes/1-274-103-1451-04-04-43.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

O sistema de sesmaria em Portugal funcionava de maneira diversa do que no Brasil. Em Portugal, as terras eram distribuídas em tamanho menor, geralmente terras relapsas entregues ao gentio comum para que desse utilidade a esse espaço. No Brasil, eram doadas terras com aproximadamente 10.890.000,00 m² ou 1.089 hectares (um espaço de terra que comporta aproximadamente dez campos de futebol).

Não podendo arcar totalmente com as terras, fazendo com que fossem doadas, a Coroa viabilizou as sesmarias apenas aos indivíduos de grossas posses que pudessem dispor de seus recursos para dar cabo ao plano da Coroa de expandir sua produção e angariar recursos com essa prática.

A princípio, as sesmarias foram concedidas temporariamente pelo Vice-Rei no Rio de Janeiro e pelos capitães gerais nas demais capitânicas Brasil afora. Os pretendentes deveriam esclarecer seus planos de ação nas terras concedidas, e a demarcação geralmente acontecia com alguns pontos de referência que caracterizavam as terras que pleiteavam, como morros, pradarias, rios, entre outros. Nos sertões do Macacu, a Câmara – órgão de competência para permitir o acesso às terras pretendidas pelos sesmeiros – situava-se em Santo Antonio de Sá e depois foi transferida para a Superintendência das Minas de Cantagalo (1801). As regras estavam contidas no ordenamento filipino: ter o donatário a condição econômica favorável para arcar por sua conta e risco com a terra doada, não ter outra propriedade nessas circunstâncias, produzir no prazo estipulado (mais ou menos cinco anos) e outras exigências a serem cumpridas. Segundo a historiadora Vanessa Melnixenco, os primeiros registros para a região de Cantagalo, quanto à concessão de terras, datam de 1799.⁹

O Monsenhor Pizarro menciona em sua descrição que as terras eram “assás férteis”; produziam mandioca, milho, feijão, café e arroz. As tropas de muares levavam a produção rumo a capital por caminhos com conservação precária e demoravam dias para chegar a seu destino, não sem percalços e perdas durante a viagem. John Mawe relata essa dificuldade, afirmando que, por vezes, era mais fácil realizar o percurso a pé do que em montaria.

⁹ MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo e filhos: Tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2014, p. 28.

Cana doce para assucar e aguardente em que trabalham alguns Engenhos à pouco levantados. O gado vacum e ovelhum se criam em abundância e também a porcada multiplica extensamente em suas aras, dando lugar a se preparar a carne.¹⁰

Não obstante, o comércio de minério ainda persistia até metade do Oitocentos. Segundo o viajante John Mawe, até o impacto do café, a atividade mineradora coexistia decadente quem a procurava, sempre maltrapilhos e mal alimentados; em oposto aos indivíduos que lidavam com a agricultura. Destacou a fertilidade do solo, a capacidade incrível de determinados trechos onde tudo o que fosse plantado nasceria com vigor.¹¹

No início do século XIX, como apontam os autores supracitados, o arraial de Cantagalo parecia muito promissor se pensarmos em uma região de potencial agrícola, a princípio, haja vista que seria a partir dessa economia agrícola que a Coroa portuguesa daria conta de prover suas demandas comerciais. Mesmo com esse reconhecido potencial agrícola, a distância a ser percorrida até o Rio de Janeiro era, ainda mais na época, muito grande, e então era necessário elevar o lugar à categoria de vila, criando aparato administrativo para que a população pudesse ser representada na capital. D. João, a partir do alvará de 9 de março de 1814 e com a premissa de que “quando os povos pedem, querem policiar a terra, implantar nela organismo distribuidor de justiça, porque de El Rei ela é demorada e cara”. O organismo distribuidor de justiça, a Câmara, é que resolveria os assuntos referentes às necessidades dos habitantes de Cantagalo, e proveria sua segurança, minimizando os conflitos e dando prosseguimento ao processo de criação de uma elite política.¹²

Nos cantos onde os sesmeiros administravam suas fazendas, onde a vida acontecia, foi possível perceber a ascensão de uma elite política, administrativa e também religiosa a partir das primeiras décadas do século XIX. A chegada da dinâmica escravista e a riqueza que o café rendeu a esses homens começaram, a partir da década de 1820, a pautar grande parte da dinâmica social do lugar. Nesse sentido, avançaremos nossa análise somente até 1840, de forma a poder captar o processo inicial de formação dessa

¹⁰ ARAUJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, p. 238.

¹¹ MAWE, John. *Viajens ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Valverde, 1944.

¹² ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*, p. 104.

elite local, observando sua adesão ao culto do Santíssimo Sacramento e como essa identificação devocional funcionou como um dos componentes formadores das hierarquias nessa sociedade em formação.

As irmandades do Santíssimo Sacramento tiveram sua origem na devoção ao Corpo de Cristo na Europa Medieval. O culto e as procissões de *Corpus Christi* passaram a constituir um aspecto da liturgia cristã católica, tradicional no Ocidente a partir da bula *Transiturus*, estabelecida pelo papa Urbano IV em 1264, construindo a relação entre Igreja e os reinos da Europa Medieval, sobretudo o de Portugal, e instituindo a festa a partir do modelo de cristandade.¹³

Tornou-se uma devoção tanto da Igreja como das monarquias, sobretudo da portuguesa, que ao longo da época moderna a fez chegar em todas as suas colônias, estando presente no Brasil a partir do século XVI. Segundo Beatriz Cruz, houve a apropriação pela monarquia portuguesa da liturgia cristã na época moderna, que começou a se desenhar a partir das relações estabelecidas quando da criação do culto no medievo. Sendo assim, o Corpo de Cristo foi um festejo promovido pela Igreja e pela monarquia ao mesmo tempo. Tornou-se como Cristo; a exemplo do que se compreende acerca da liturgia sobre a última ceia de Jesus e seus apóstolos, matéria indissociável, homem e Deus, que após sua morte ficou caracterizada na hóstia, que é consumida como ato de comunhão entre os fiéis e o Cristo, que permanece vivo naquele pedaço de pão. O símbolo máximo do culto talvez seja também o ponto de intersecção entre Estado e Igreja. Um movimento tanto político como religioso.¹⁴

O *corpus mysticum* da época moderna assemelha-se à matéria daquele objeto venerado. Isso porque a pompa que se prestava ao Santíssimo Sacramento em seus festejos, portanto culto à majestade divina, deveria ser semelhante ao culto, à pompa que deveria se prestar à majestade temporal. Por esse motivo os reis estimulavam a devoção para que uma servisse de modelo para a outra. Dessa forma, os súditos deveriam com-

¹³ GOMES, F. J. S. Quatro Séculos de Cristandade no Brasil. In: Carlos André Silva de Moura *et al.* (org.). *Religião, Cultura e Política no Brasil: perspectivas históricas*. 1. ed. Campinas: UNICAMP / IFCH, 2011. p. 25-38.

¹⁴ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América: Festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 24.

preender e seguir o modelo da devoção ao Santíssimo para reverenciar também o rei.¹⁵

O período mencionado ficou caracterizado pela forte presença de irmandades organizadas por leigos em que sua complexa organização dava-se pela disputa entre os poderes temporais e eclesiásticos da época. Associações que, em grande número, gozavam de certa autonomia para promover ações como a caridade e afirmar-se perante o poder do Estado e da Igreja, o que, em parte, encadeou a ação do ultramontanismo na tentativa de reformar aquela instituição.¹⁶ E essas irmandades, associações religiosas corporativas, que tiveram como prática comum solidariedades fundadas nas hierarquias sociais da colônia e do império português na América, difundindo cultos, devoções e a manutenção do controle dos corpos ao longo dos espaços sob domínio da monarquia.¹⁷

A partir daí, uma proposta de análise recai sobre as práticas dos irmãos associados ao Santíssimo para explicar sua consolidação na vila de São Pedro de Cantagalo e sua afirmação enquanto elite local. Por práticas, é possível defini-las com ajuda de Michel de Certeau como um conjunto de atividades conjuntas e cotidianas, como um aspecto complexo de procedimentos, operações e manipulações técnicas que se materializam após a apreensão de discursos.¹⁸ No caso das práticas analisadas para uma irmandade composta por um grupo de pessoas, opta-se por uma utilização do conceito de práticas culturais que permite compreender comportamentos de grupos de modo mais adequado ao tipo de análise proposta neste artigo, uma vez que serão analisados conceitos que preveem comportamentos de uma associação religiosa composta por muitos sujeitos que se relacionaram num curto espaço de tempo, num espaço relativamente pequeno, no interior da corte.

Após o contexto acima mencionado, a associação do Santíssimo, já bem estabelecida após o Arraial de Cantagalo receber a condição de vila

¹⁵ BESSA, Carlos Felipe Bento. *O culto ao Santíssimo Sacramento: irmandade, elite e formação da Vila de São Pedro de Cantagalo – 1790-1814*. Monografia de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2017.

¹⁶ OLIVEIRA, Anderson José M. *Devoção e Caridade*. Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889). Dissertação (Mestrado), Niterói, UFF, 1995.

¹⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

em 1814, foi composta por 126 irmãos¹⁹. Essa associação bem como as irmandades que prestavam culto a outras figuras e símbolos ligados à Igreja Católica eram associações religiosas que tiveram, por prática comum, a solidariedade entre grupos e a manutenção das hierarquias sociais. Um movimento interno que reproduzia elementos sociais que vinham de fora, do cotidiano dos espaços em que eram estabelecidas. Santos reforça que a monarquia portuguesa já se apropriara do culto ao Santíssimo no período medieval e o carregou ao longo dos séculos seguintes, promovendo festejos, como a festa de *Corpus Christi*, e tornando-se matéria indissociável, unindo a monarquia ao corpo de Deus, formando, segundo a autora, um *corpus mysticum*. Já no período moderno, o culto ganhou ainda mais força na tentativa de uma Igreja mais ortodoxa retomar sua credibilidade, posta em xeque no movimento de Contrarreforma durante o século XVI, que é quando a devoção chega ao Brasil.²⁰

É importante destacar uma elite local na vila de Cantagalo, que à época estava recém estabelecida e que ainda carece de uma análise mais profunda de suas práticas, rituais e relações, tanto entre os irmãos como entre essa confraria e a sociedade estabelecida na Vila de São Pedro de Cantagalo. É bem verdade que, nos primeiros anos de assentamento desses irmãos, algumas relações puderam ser descortinadas, como é o caso de José Gomes Chaves, que viveu em sesmaria concedida por Joaquim José de Souza. O primeiro foi zelador da irmandade nas primeiras décadas do oitocentos, e o segundo foi zelador da confraria no mesmo período. A princípio, já se pode destacar ao menos uma nobreza da terra possuidora de extensões de terras – sesmarias – que as distribuía para seus confrades.²¹

Portanto, como afirma Oliveira, os espaços de sociabilidade – e acrescento, espaços de práticas – nos quais está inserida uma elite “encerram um lócus de projeção”, onde as hierarquias sociais configuram-se afirmando esse grupo no período imperial no Brasil. Outrossim, as associações das quais fizeram parte as elites locais nas vilas do Brasil imperial constituíram-se enquanto grupos que objetivaram legitimar sua presença e disputaram

¹⁹ Centro de Memória Pesquisa e Documentação de Cantagalo. Fundo Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, Documentos Especiais, Doc. Especial II – LB-043.

²⁰ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América*, p. 26.

²¹ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em História econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 41-70, dez. 2002.

com outras associações a hegemonia nessas localidades, a fim de se firmar no topo da hierarquia das sociedades em que essas confrarias atuavam. Pois, “as irmandades poderiam ser uma das instituições a contribuir para a construção deste viés identitário entre as elites locais”²².

Para isso, e com ajuda de Certeau, é possível definir a Vila de São Pedro de Cantagalo enquanto espaço e lugar ocupado por um grupo que se estabelece e passa a reger aquela região, o que configura uma elite local. Um lugar é uma configuração instantânea de posições, segundo o autor. Esse espaço é a ordem onde se distribuem elementos nas relações de coexistência entre os grupos ali estabelecidos. Um exemplo bem demarcado é a relação de concessão de terras entre os irmãos do Santíssimo Sacramento. Porém, a ideia dessa análise é propor uma reflexão sobre uma presença e uma relação desse espaço com o sagrado, com suas experiências religiosas, que extrapola a dimensão física, política, mesmo ao situar esses irmãos.²³

Por isso, um recurso teórico empregado para obter uma compreensão interessante sobre as práticas da confraria do Santíssimo Sacramento é o conceito formulado por Hans Ulrich Gumbrecht, a Produção de Presença, em que o autor reflete sobre o conceito que propõe formular a partir de análise sobre a própria festa de *Corpus Christi*, organizada pela Igreja e seus fiéis no período moderno.²⁴

Gumbrecht ressalta que, mesmo na época moderna, o culto ao Sacramento da Eucaristia ou a produção da “Verdadeira Presença de Deus na Terra entre os vivos e os mortos era sem dúvida o ritual central da cultura medieval” e, como foi dito, do próprio período moderno. A celebração da missa não era só uma tentativa de reconstituição comemorativa da Última Ceia de Cristo, mas era um ritual que tornava a presença de Cristo, seus apóstolos e os elementos desse evento reais, presentes naquela prática. Sangue e corpo de Cristo tornavam-se tangíveis a partir da transferência da substância divina do filho de Deus para o pão e o vinho. Partindo de um

²² OLIVEIRA, Anderson José M. Devoção e hierarquias sociais: irmandades e elite macaense no oitocentos. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN; FREIRE, Jones (orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé* (Séculos XVII ao XIX). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 90-93.

²⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2004. p. 80-86.

conceito aristotélico de signo, esse ritual não separava o que era material e imaterial; eram a mesma coisa, daí surgindo a expressão *hoc est enim corpus meum* (pois este é o meu corpo).

O filósofo Jean-Luc Nancy contribui com uma reflexão acerca do conceito de Presença, em que destaca que essa é a “fórmula mística por excelência” na qual a presença que foge à dimensão do sentido tem de estar ligada ao princípio da representação. Ou seja, pensando na atuação de uma confraria do Santíssimo Sacramento em uma região – a saber, a Vila de São Pedro de Cantagalo –, mais do que sentir a presença de Cristo nas missas, procissões e eventos da confraria, era necessário compreender que essa associação era representada por um grupo que destoava do restante do povo. Eram os *homens bons* e abastados que, partindo de um referencial religioso e amparados por tal, ditavam as regras de construção daquela sociedade em que viviam; essa mesma em um momento de construção propriamente dito, pois a vila acabara de ser elevada a essa condição no início da segunda década dos oitocentos, como foi descrito acima. Ao fim e ao cabo, os irmãos do Santíssimo durante o período colonial e imperial representavam a corte nos recantos mais longínquos da capital desse Império.²⁵

Mesmo tendo o autor refletido sobre o conceito de presença como não sendo um conceito permanente em que se possa agarrar, era justamente no momento de solenidades perpetradas pelos irmãos do Santíssimo que se produzia essa presença, tanto do aspecto religioso com a procissão do traslado do Corpo de Cristo como da presença dos representantes do rei, da corte, que ainda assim formavam o mesmo *Corpus mysticum*, indissociáveis, contemplados e venerados, emanando seu poder espiritual, político e econômico.

Santos credita a emergência do culto e devoção ao Corpo de Cristo e das festividades que envolvem o Santíssimo Sacramento às câmaras, à cidade colonial, às vilas por assim dizer. O que significa que essa devoção está atrelada aos dispositivos de ordem e organização social colonial estritamente, ou seja, é evidentemente uma devoção de elite, de elites locais, com o objetivo de manter as hierarquias sociais, difundir o sentimento de pertencimento à Coroa, unir os indivíduos em volta dessa estrutura social, um

²⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*, p. 80-86.

meio efetivo de controle. Tal questão materializava-se, principalmente, nas procissões onde cada grupo ou corporação ocupava um lugar específico, definido pelas hierarquias que organizavam a sociedade.

O espetáculo eucarístico no contexto do catolicismo barroco foi fortemente apropriado pelo laicato, como aponta Santos, ao identificar nas procissões e na devoção seu aspecto mais geral de difusão do catolicismo e de princípios do Antigo Regime. Grandes festas com folguedos, misturados à contemplação, cerimônias regadas de indivíduos influentes da sociedade colonial em âmbito local. Eram festas longas e opulentas vinham demonstrar no sentido mais estrito o que foi a cristandade colonial, amostra real e representação real do *corpus mysticum* a partir dos festejos na admiração do Santíssimo Sacramento sob o pálio, o ponto alto da comunhão entre Coroa e Igreja, clero e leigos das mais diversas camadas sociais da colônia portuguesa da América e em todo o mundo português. No caso da América portuguesa, as câmaras é que definiam as ações e a organização das festas para a prestação devocional do povo até o início do século XIX.

As irmandades tinham, essencialmente, a função indireta de representar e resguardar social e politicamente os grupos dentro hierarquia social de cada local em que estavam estabelecidas, e por que não? Talvez essa função viesse antes mesmo da defesa da religião e da filantropia. A devoção ao Santíssimo Sacramento era uma devoção cara, e, desde a sua chegada ao Brasil no século XVI, essa confraria atraiu os membros das mais destacadas elites locais, pessoas que pudessem manter e resguardar a opulência e as vaidades de um grupo abastado no período em que a vaidade por uma religiosidade barroca de espetacularização de suas devoções era visivelmente destacada, segundo o historiador Sérgio Chahon.²⁶ Nesse período, foi possível balizar a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Cantagalo com irmandades homônimas tanto na capital da corte como em algumas cidades das Minas Gerais, como Ouro Preto e Mariana, de modo a destacar sua característica elitista e representativa de um grupo destacado em cada uma dessas regiões. Essas associações eram compostas por homens brancos e que obtinham uma renda consideravelmente robusta para

²⁶ CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a Ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 110.

figurar nos quadros da irmandade. Para sua entrada e manutenção na confraria, era necessária uma quantia anual em réis, que podiam variar de região para região.

Observou-se, em relação a Cantagalo, uma entrada considerável de quadros militares e camarários e nos demais aparatos administrativos da Vila de São Pedro de Cantagalo. Nos livros de atas e de patentes da Câmara de Cantagalo²⁷, já a partir de 1814 é possível observar os irmãos Joaquim José de Souza – um dos primeiros vereadores da vila – e o capitão-mor José da Silva Pereira figurando nesses espaços de poder. O primeiro foi provedor da irmandade entre os anos de 1806 e 1814, e o segundo foi tesoureiro da confraria no mesmo período.²⁸ Dito isso, talvez seja desnecessário reafirmar o lugar na elite da vila nesse período, visto que já foi ilustrado com alguns exemplos significativos em que a documentação observada permite concluir aspectos dessa dimensão.

Os significados desses ritos trouxeram para as Ciências Humanas um desafio hermenêutico de compreender e avançar com interpretação das representações que grupos, como a irmandade do Santíssimo Sacramento, demarcavam os espaços em que atuavam. Para isso, o historiador Francisco Gomes lançou mão do conceito de Cristandade Constantiniana, um modelo adaptado à realidade colonial e posteriormente imperial, que nasceu no período de afirmação dos Estados Absolutistas europeus. Tomando o exemplo do reino português, Gomes apresenta-o como um Estado Confessional Católico, no qual há uma junção das duas instituições mais relevantes do período, a Igreja e o Estado, naquele momento em formação. Essa junção formou o *Corpus mysticum*²⁹, abarcando súditos, clérigos e toda a corte, quando a própria noção de pertencimento ao Corpo de Cristo serviu para consolidar esse Estado em ascensão, legitimado pelo poder religioso. Um movimento de autoafirmação entre as duas instâncias e que ainda assim lhes conferia dimensões e campos de atuação diferentes. Suas práticas eram distintas e, ao mesmo tempo, correlacionadas; internamente representavam um mesmo poder, mas, externamente, o rei era visto por seus

²⁷ Livro de atas da Câmara da Vila de São Pedro de Cantagalo, 1814. CMCAN-LS007.

²⁸ Livro de patentes da Câmara da Vila de São Pedro de Cantagalo, 1814-1820. CMCAN-LRPCP001.

²⁹ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América*, p. 24.

súditos como o próprio representante de Cristo na Terra, que, por sua vez, foi legitimado pela Igreja.³⁰

Ao mesmo tempo, essa dinâmica era “repassada” para os leigos no formato da confraria do Santíssimo Sacramento, que “descia desse pedestal”, distante do povo, para mostrar-lhes através das atuações dessas irmandades materializados no pão e no vinho a transubstanciação não só do Corpo de Cristo, mas também dos poderes das duas instituições. Pois, como afirma Gumbrecht:

Numa Cultura de Presença, além de serem materiais, as coisas do mundo têm um sentido inerente [...], e os seres humanos consideram seus corpos como parte integrante da sua existência [...]. Para uma cultura de presença, o conhecimento é legítimo se for conhecimento tipicamente revelado. É conhecimento revelado pelo(s) deus(es) ou por outras variedades daquilo que se poderá descrever como ‘eventos de autorrevelação do mundo’. Como já afirmei, o impulso para esses eventos de autorrevelação nunca vem do sujeito. Se acreditarmos na revelação e no desvelamento, eles simplesmente acontecem e, uma vez acontecidos, nunca podem ser desfeitos pelos seus efeitos.³¹

Gumbrecht acaba por reforçar o papel da representação orquestrado pelo amálgama de relações que foram observadas até aqui. A apropriação de rituais por parte de uma monarquia que, partindo de sua relação com a Igreja Católica, os reproduz e forma, assim, pequenos grupos de leigos, espalhados pelos seus domínios, a fim de justamente afirmá-los, ocupando os espaços e determinando as relações implícitas e explícitas a partir das atuações desses pequenos grupos de leigos, associados a uma irmandade, cujo objetivo é efetivar essa presença institucional como meio de controle numa extensão de terra tão vasta de sujeitos e diversidades, realocando-os em um *Corpus mysticum* sem o qual talvez seria muito mais difícil mantê-los coesos.

E, ainda assim, nesse emaranhado de complexidade que foi o Brasil sob os domínios da monarquia portuguesa, os desafios de se fazer presente exigiram uma organização assustadoramente bem delimitada ao sujeito que pretende empreender análise a essas dinâmicas perpetradas pelas irmandades, que tiveram uma atuação fundamental para a manutenção dos poderes político e religioso no Brasil.

³⁰ GOMES, F. J. S. *Quatro Séculos de Cristandade no Brasil*, p. 35.

³¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*, p. 107.

Dito isso, o presente texto teve por objetivo compreender e apresentar alguns elementos de análise para descortinar as dinâmicas, relações e mecanismos da confraria do Santíssimo Sacramento, voltando-se principalmente para as atuações dessa confraria na região da Vila de São Pedro de Cantagalo no interior do Rio de Janeiro de resquícios do período colonial e início do período imperial, a fim de perceber como uma elite se constituiu a partir do culto oficial da corte e, ao mesmo tempo, como se deu essa distribuição de poder, alinhamentos e capilaridade dos irmãos do Santíssimo naquela sociedade, sem perder seu aspecto representativo, produzindo e reproduzindo a presença de El-Rei e da Igreja enquanto irmãos do Santíssimo, mas também enquanto vereadores, militares e administradores da vila.

Pensar nessas dinâmicas a partir dos conceitos de Cultura, Produção de Presença, Poder e Práticas não tem a intenção de esgotar o conhecimento, mas trazer à tona aquilo que era desconhecido, de forma a tornar possível compreender o pensamento de uma parte fundamental daquela sociedade. Entretanto, mais do que isso, é de algum modo “dar voz” a personagens que detinham um protagonismo, mas que era um protagonismo numa escala micro, com complexidades, conflitos e convergências diferentes se compararmos a outras vilas, a outras “sociedades” do mesmo Império do Brasil. Do igual modo, trata-se de compreender, em escala reduzida, estruturas complexas e diferentes do mesmo poder, do mesmo corpo e na mesma direção, mas em procissão em ritmos e por caminhos diversos.

A partir do estabelecimento da Câmara de Vereadores da Vila de São Pedro de Cantagalo, os enlaces entre os irmãos do Santíssimo, que atuavam na irmandade, constituíam o *Corpus Mysticum*, compuseram os quadros políticos daquela sociedade, estreitaram relações, reforçaram-nas, erigiram uma elite local que se faz necessário pôr em tela nos próximos capítulos desta pesquisa. Mas essa é uma outra história, ainda em construção.

O Barão da Póvoa do Varzim: atividades creditícias e negócios em Macaé na segunda metade do século XIX

Ana Lucia Nunes Penha

Doutora em História Econômica e Social – UFF
Professora do Colégio de Aplicação de Macaé

Em 4 de agosto de 1898, o periódico macaense *O Lynce* anunciava para o dia seguinte a arrematação dos bens que pertenceram ao Barão da Póvoa do Varzim, ilustre negociante português, residente em Macaé e falecido em 13 de fevereiro de 1897. O barão era viúvo de D. Florinda Porto Fernandes da Silva Campos, também portuguesa, com quem teve seis filhos.¹ O fidalgo faleceu sem deixar testamento. Na ocasião de sua morte, apenas três de seus filhos permaneciam vivos, sendo citados como herdeiros no inventário. Eram eles D. Idalina Claudio da Silva, casada com José Claudio da Silva e residente na Capital Federal; D. Francisca de Campos Cabral, casada com Horácio Cabral e residente em Imboassica (Macaé); e o capitão Oscar Campos, que foi inventariante dos bens de seu pai. Não foram citados no inventário os filhos Virgílio, Arminda e Horácio Campos, já falecidos na época.

Aberto o inventário do barão em 25 de fevereiro de 1897 e arrolados os seus bens, foram juntados aos autos a Fazenda Bela Aurora, situada no município de Campos, cuja escritura de venda era datada de 22 de outubro de 1896, portanto uma das últimas aquisições do barão. Além da fazenda, era incluído também o chalet no qual residira o falecido à rua de Sant'Anna, nº 1. O imóvel, situado às margens do rio Macaé, consistia numa construção elegante com sobrado e sótão. De acordo com o inventário, possuía seis janelas de frente, duas portas e um portão com sacada de ferro. Às portas

¹ PARADA, Antonio Alvarez. *Histórias da Velha Macaé*. Macaé (RJ): Ed. do Autor, 1980. p. 97.

desse chalé seria realizada a arrematação do espólio do barão, conforme anunciado pelo juiz municipal Bernardino Candido de Almeida e Albuquerque. O primeiro leilão ocorreu em 5 de agosto e foi seguido de outros dois, realizados nos dias 24 de agosto e 16 de setembro, esse último com 20% de desconto no preço das peças. Os itens do último leilão eram os seguintes:

Um sofá defeituoso, por 8\$100 réis. Uma máquina estragada por 4\$050 réis. Uma mesa de cozinha por 2\$430 réis. Uma cama de mogno sem enchergão, por 81\$000 réis. Um lavatório de mogno, estragado, por 16\$200 réis. Uma mesa de mogno estorneada para jogo, por 24\$300 réis. Dois consolos, por 32\$400 réis. Um espelho oval por 40\$500 réis. Uma cama francesa para casados por 40\$500. Uma guarnição de seis botões para colete por 16\$200 réis. Uma régua pequena de marfim por 405 réis. Dois castiçais de prata por 27\$338 réis. Uma colher de prata quebrada, um garfo de prata quebrado, um garfo de prata sem dentes, dois cabos de faca de prata, tudo por 10\$530 réis. Um busto de Mirabeau, de mármore, por 4\$050 réis. 291 livros diversos por 124\$902 réis. Um relógio de ouro, desconcertado por 81\$000 réis.²

Os curiosos objetos pertencentes ao fidalgo denotam o estado de depreciação das peças, que, ainda assim, eram passíveis de ser inventariadas e leiloadas, revelando traços de uma sociedade marcada pela reduzida circulação de bens. Entretanto, como veremos adiante, essa era apenas a última parte do que restou dos bens que foram a leilão e cuja venda se destinava a saldar despesas e tributos pendentes. Chama a atenção, nesse espólio, a quantidade de livros que pertenceram ao fidalgo, além do busto de mármore do político e escritor francês Honoré-Gabriel de Riqueti, o conde de Mirabeau, contemporâneo dos movimentos ocorridos na França em 1789 e destacado orador da assembleia revolucionária francesa. Entre os bens arrematados nos leilões anteriores, havia ainda dois castiçais, dezenove moedas e variados talheres, entre os quais dezesseis colheres de sopa, dez colheres de chá, uma concha, uma concha para sopa, uma colher para arroz, dois paliteiros, uma concha para açúcar, seis garfos e outros itens, todos de prata, que juntos somavam Rs.292\$800. Já outros bens do fidalgo cumpriam um papel de ostentação, marcando o lugar de poder e distinção buscado pela nobreza no Brasil, a exemplo de peças como uma corrente de ouro, uma guarnição de seis botões, um par de abotoaduras com armas de

² MUSEU DA CIDADE. Doravante MC. *Inventário*. Barão da Póvoa do Varzim. 1897. Cidade de Macaé. Anexo: *Jornal O Lynce* (s/d), p. 3.

barão, dois anéis, também de ouro, uma medalha com iniciais, além de um linete de marfim e um pincenê, quebrado. Esses bens haviam somado, juntos, Rs.152\$000.

Nascido em Portugal, Manuel Fernandes da Silva Campos, o Barão da Póvoa, como era mais conhecido, destacou-se na segunda metade do século XIX por sua atuação como fazendeiro e negociante matriculado e estabelecido na freguesia da cidade de Macaé. Manuel Fernandes recebeu por decreto de 18 de maio de 1868 o título de 1º Barão da Póvoa de Varzim, criado por D. Luís I de Portugal.³ Sua esposa, D. Florinda Porto Fernandes da Silva Campos, agraciada na mesma ocasião com o título de Baronesa da Póvoa do Varzim, veio a falecer em 1890. Em várias edições do *Almanak Laemmert*, são encontradas referências ao barão e suas atividades. No ano de 1876, por exemplo, ele figurava como diretor da Companhia Ferro Carril de Macaé, empresa que fazia o transporte por bondes nos limites da cidade. A Companhia integrava o capital de 100 contos de réis, dividido em 500 ações, e tinha, entre seus sócios, os senhores José Nogueira, Antônio Francisco da Costa Cabral e Bento Pinto Leite.⁴

Ainda de acordo com o *Laemmert* (1876), o barão possuía fazendas situadas em três freguesias do município de Macaé, sendo citado como *fazendeiro* da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arraial do Frade, como *proprietário* de quatro fazendas denominadas “Saudade”, “Madre Silva”, “Coroa” e “Bertioga” – localizadas na Freguesia das Neves –, além de mais duas, denominadas “Onça” e “Vitória”, situadas na Freguesia de Macabu. Na freguesia da cidade, possuía docas, em número não especificado, localizadas na enseada das Conchas, área contígua ao porto de Imbetiba. Além de acionista da citada companhia de transporte urbano, o barão figurava como *capitalista*, dedicando-se às transações financeiras e usurárias na qualidade de representante do *Banco da Póvoa e outros de Portugal*, completando, assim, o mosaico variado das atividades que marcavam a vida dos homens de negócios de seu tempo.

Os estudos sobre os negócios e a atuação dos negociantes no Brasil, Portugal e Inglaterra têm despertado crescente interesse entre os historia-

³ *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Direção de Afonso Eduardo Martins Zuquete Editorial Enciclopédia. 2. ed. Lisboa, 1989, p. 174. (2v).

⁴ *Almanak Laemmert*, 1876, p. 163.

dores que se debruçam sobre a história econômica e social brasileira nos séculos XVIII e XIX. Entre os temas que despontam dessas pesquisas, destaca-se a trajetória percorrida pelos homens de negócios – o que inclui compreender as hierarquias existentes no interior do mundo mercantil, a montagem de suas redes familiares e a lógica que presidia suas relações, não raro pautadas na confiança mútua. Vale lembrar que, até os anos 1950/60, a sociedade colonial foi vista pela historiografia como uma sociedade estratificada, na qual proprietários de terras destacavam-se como principal grupo social, político e econômico, sendo escassa a atenção para os homens de negócios. Novos temas sobre economia e sociedade colonial desenvolvidos na segunda metade do século XX contribuíram, no entanto, para relativizar aqueles antigos modelos explicativos. Notadamente, os estudos desenvolvidos a partir dos anos 1970 buscavam compreender a sociedade colonial à luz de suas estruturas internas e de uma lógica que não se reduziu à vinculação e sujeição da colônia à metrópole portuguesa. Esses estudos permitiram perceber tanto a atuação dos negociantes como sua inserção no mundo agrário escravista.

A atuação dos negociantes no Rio de Janeiro foi destacada por Maria Eulália Lobo já nos anos 1960, quando a autora apontou a relevância do capital mercantil na colônia. Outras obras publicadas na década de 1970 foram as de Riva Gorestein e Alcir Lenharo. Sob orientação de Maria Odila Silva Dias e fortemente influenciadas pela perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, esses autores analisaram a importância política e econômica dos atores sociais ligados ao comércio; no caso de Riva Gorestein, dos negociantes de grosso trato ligados ao comércio de cabotagem e do tráfico negreiro e, no caso de Alcir Lenharo, dos interesses dos fazendeiros-comerciantes, os tropeiros mineiros, no comércio de abastecimento da corte pelas vias internas, principalmente com a chegada da corte ao Rio de Janeiro em 1808.⁵

⁵ LOBO, Eulália Maria Lameyer. *O Comércio Atlântico e a Comunidade de Mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII*. Separata da Revista de História, 101, São Paulo, 1975; MARTINHO, Lenira Menezes; GORESTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Coleção Biblioteca Carioca; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Na esteira desses estudos, João Luiz Fragoso⁶ apontava para o papel dos negociantes da praça do Rio de Janeiro. O historiador procurou mostrar que a colônia no período de 1790 a 1830 possuía uma dinâmica interna própria, que lhe permitiu realizar acumulações de natureza endógena, marcadas pelo dinamismo do mercado interno e dos segmentos produtivos para ele voltados. Concebido como um processo econômico-social resultante da interação de formas capitalistas e não capitalistas de produção, o processo de acumulação no período analisado evidenciou a profunda interação existente entre a *plantation* escravista exportadora e as redes de abastecimento voltadas para o mercado interno. Quanto ao abastecimento de escravizados africanos, realizado através do tráfico atlântico, esse ficava nas mãos dos grandes negociantes residentes no Brasil, que se mantinham nesse ramo de negócios desde meados do século XVIII. Entre os que acumularam grandes fortunas estavam os negociantes de *grosso trato* da sociedade carioca, na qual os mais abastados procuraram adotar um estilo de vida semelhante ao da nobreza do paço, adquirindo imóveis e objetos de luxo. Como mostra Gorenstein, no período joanino, o processo de integração dos negociantes de grosso na elite dirigente exigiu mais do que fortuna; coube-lhes o envolvimento com a Coroa e a inserção nas entidades religiosas e assistenciais por meio das quais viriam a receber títulos de honrarias, além de postos ocupados na administração, nas corporações de milícias e nas irmandades. Tampouco lhes escapou a incorporação do prestígio social por meio da aquisição de grandes extensões de terras no *hinterland* fluminense ou mesmo em outras províncias. Esse *modus operandi* acentuaria ainda mais as hierarquias que marcaram a trajetória dos negociantes no Brasil, cuja origem remonta a Portugal e ao cenário europeu.

No Brasil joanino, a abertura do comércio e as profundas transformações trazidas pelo estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro havia atraído interesses ingleses tanto quanto de negociantes reinóis, motivados pelas novas condições econômicas e políticas. A cidade, transformada em centro político-administrativo e financeiro e afetada pelo aumento da população a partir de 1808, afirmava-se como centro consumidor de alimentos provenientes das lavouras de seu entorno e da criação de ani-

⁶ FRAGOSO, João Luís – *Homens de Grossa Aventura*. Acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

mais. O dinamismo dessa produção, como mostra Alcir Lenharo, impulsionou intensa rede de abastecimento – transporte e abertura de caminhos –, voltada para o mercado carioca. A sociedade da independência, notadamente no centro-sul, desenvolveu-se na esteira das profundas mudanças que marcaram o enraizamento da metrópole na colônia, consagrando a ascensão de grupos mercantis, alguns deles estabelecidos de longa data na praça carioca, outros perfilando trajetórias variadas voltadas para o abastecimento da corte.

Em Macaé, município criado em 1813 e situado no norte da província do Rio de Janeiro, a presença dos negociantes e os rastros deixados por sua atuação na segunda metade do século XIX revelam aspectos da economia e da sociedade imperial escravista, mas não somente. Permitem também observar a dinâmica das atividades rentistas, mercantis e usurárias em áreas distantes da praça do Rio de Janeiro, mas a ela ligada, assim como a rede de relações que unia fazendeiros, comerciantes e negociantes da região. Tais dinâmicas são indicativas das formas possíveis de acumular numa economia escravista, notadamente no interior da província fluminense, onde a moeda circulante era escassa e as vias de comunicação com o principal porto exportador mostravam-se precárias. Considerando esses aspectos, depositamos nosso interesse na trajetória do barão a Póvoa do Varzim e suas atividades na antiga Macaé.

Macaé, um município fluminense em expansão

Imbetiba era o principal porto navegável por onde a produção de Macaé e região era embarcada e seguia com destino ao Rio de Janeiro. A partir da década de 1870, a atividade portuária, conjugada às linhas férreas que alcançaram Macaé e Campos dos Goytacazes, exerceu um papel central na integração da economia regional com o centro mercantil carioca.

Vale destacar que a precariedade das estradas carroçáveis e dos caminhos da província do Rio de Janeiro estiveram na pauta da Assembleia Provincial fluminense desde sua formação em 1834, em que permaneceram por décadas. Os primeiros relatórios provinciais indicavam que plantadores do norte da província já buscavam, desde fins do século XVIII, meios de solucionar os problemas dos caminhos terrestres, ora pedregosos, ora alagados, por onde desciam os produtos das lavouras do norte-noroeste flu-

minense e sul de Minas com destino ao Rio de Janeiro. Devido à precariedade dos caminhos por terra, os produtos da lavoura campista e de municípios próximos seguiam em balsas e pequenas embarcações que trafegavam pelas águas do rio Paraíba até chegar ao porto de São João da Barra, situado na vila de mesmo nome. As viagens dependiam de ventos favoráveis para alcançar o litoral sanjoanense, onde as mercadorias eram transferidas para outras embarcações antes de seguir para o Rio de Janeiro.

Além do transporte de açúcar, madeira e variados produtos da lavoura, destacava-se o café, cultura que florescia e espraiava-se a partir da cidade do Rio de Janeiro, alcançando as terras de Nova Friburgo, Cantagalo e Itaocara. Na década de 1830, chegava a Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia e Campo Novo.⁷ Naquela mesma década, campistas e macaenses uniam-se em torno da construção de um extenso canal de navegação na região, o Canal Campos-Macaé, cuja história esteve atrelada ao nome de José Carneiro da Silva, barão e depois visconde de Araruama, chefe político regional residente em Quissamã. Além dele, participaram da construção do canal outros 63 fazendeiros, arrematantes de diversos trechos da obra. A planta foi autorizada pela Assembleia Provincial fluminense em 1837 e concedidos os créditos pelo governo imperial para as obras, que, iniciadas em 1845, se estenderiam por quase 30 anos. É recorrente na literatura regional a afirmação de que, concluída sua abertura em 1872, o canal foi suplantado pela Estrada de Ferro Macaé-Campos, inaugurada em 1875. Entretanto, exame mais detido dos relatórios provinciais permite inferir que a “Veneza brasileira”, como foi chamado o canal, apresentou problemas desde o início de sua abertura. Na década de 1850, a obra já se havia transformado numa espécie de “elefante branco” da administração provincial, cabendo sua obsolescência menos à chegada da estrada de ferro na região do que a outros fatores.⁸

Importa notar que, na década de 1870, o norte e noroeste da província eram alcançados pelas mudanças que seguiam os trilhos de ferro. A 1ª seção da Estrada de Ferro Macaé a Campos ligou Macaé à Freguesia de

⁷ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 139-141.

⁸ PENHA, Ana Lucia Nunes. *Nas águas do Canal* – política e poder nas obras do canal Campos – Macaé. Rio de Janeiro: APERJ, 2014.

Carapebus, sendo inaugurada em 1874. A construção foi autorizada pelo governo provincial por meio da Lei nº 1.464, de 16 de novembro de 1869, e a concessão foi celebrada em fevereiro de 1870. Seus cessionários obtiveram o privilégio de até 70 anos e a incumbência de estabelecer uma linha auxiliar de navegação ligando Macaé à corte. Por deliberação de 11 de maio de 1873, a Companhia Macaé-Campos recebeu autorização para o prolongamento da linha até a praia de Imbetiba (Macaé), em cuja enseada seriam realizadas obras de melhoramento do porto. Em 1875, o trecho da ferrovia que ligaria Macaé e Campos dos Goytacazes foi concluído, completando a ligação entre os municípios.

Duas ferrovias integraram Campos dos Goytacazes às províncias de Minas Gerais e Espírito Santo. A primeira delas foi a companhia Estrada de Ferro Campos-Carangola, formada com capitais privados, sobretudo campistas, como mostra Walter Luiz C. de M. Pereira, obtendo garantia de juros do governo provincial e estatutos aprovados pelo decreto 5.880, de 20 de março de 1875. A segunda ferrovia, a Estrada de Ferro Campos-São Sebastião, entregue ao tráfego em 1873, integrava as usinas campistas aos canaviais e a outros ramais secundários. Essa rede de transportes ferroviários fazia de Campos o centro de ligação entre o norte da província fluminense e as áreas produtivas situadas no sul de Minas e em terras capixabas. A Estrada de Ferro Macaé a Campos, integrada a esse circuito, fazia o escoamento dos produtos que chegavam a Campos e de lá partiam até o porto de Imbetiba.⁹

O reflexo dessa dinâmica regional no município de Macaé pôde ser verificado pelo aumento do número de casas de comércio no entorno da região portuária, na freguesia urbana de São João Batista de Macaé a partir de 1875. O *Almanak Laemmert* registrou, no ano 1870, a existência de lojas de “alfaiate”, “padaria”, “açougue”, “barbeiro”, “sapateiro”, entre outras, havendo 28 “casas comerciais e serviços” estabelecidas. Verificamos que esses ramos de negócio dividiram espaço em 1875 com novas casas comerciais, como “fazendas e armarinho”, “molhados e louças”, “secos e molhados”, “botequins e casas de pasto”, “cocheiros e carroças”, “trapiche”, “fá-

⁹ PEREIRA, Walter Luís Carneiro de Mattos. Francisco Ferreira Saturnino Braga. Negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. *História*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 212-246, jul./dez. 2012. ISSN 1980-4369.

brica de cal” e “fábrica de cigarros”, elevando-se o número de estabelecimentos para 148 “casas comerciais e serviços”. Configurou-se um cenário de diversificação dos negócios na freguesia urbana próxima ao porto e flagrante atração de investimentos e capitais, sendo indicados no *Laemmert* 20 negociantes sob a designação de “capitalistas” ou “proprietários”. Em 1880, o número de casas comerciais reduziu-se para 104, mas o número de negociantes estabelecidos, sob a designação de “capitalistas/proprietários”, elevou-se para 91.¹⁰ Figuravam no *Laemmert* nomes como o Barão da Póvoa do Varzim, identificado como “capitalista”, e do negociante com casa de armazém Nicolau Alves Viana. O último aparece em 1879 como representante do Banco da Póvoa e Outros de Portugal, juntamente com o Barão da Póvoa. Outros negociantes como Eduardo de Natividade Castro, Antônio Pinto Neves, José de Araújo Sá, Joaquim José Rodrigues Torres e Antônio Joaquim da Beja figuram como proprietários e donos de negócios na cidade.

Os negócios do Barão

Pouco sabemos sobre a chegada do cidadão Manoel Fernandes da Silva Campos ao Brasil ou a partir de quando se estabeleceu em Macaé. Nos catálogos referentes aos registros paroquiais de batismo da Igreja de São João Batista de Macaé consta o batismo de alguns de seus filhos, tendo Horácio Campos recebido o batismo no ano de 1863; Oscar Campos em 1864 e Francisca Georgina de Campos em 1865.¹¹ Não foi possível acesso direto aos livros da referida paróquia, mas o batismo sequenciado de três filhos do casal na freguesia da cidade indica que, no início da década de 1860, a família estava estabelecida em Macaé. De acordo com o memorialista local, Antônio Álvarez Parada¹², foi no ano de 1865 que o nome de Manuel Fernandes foi confirmado pelo imperador para receber o título de Vice-Cônsul de Portugal em Macaé em substituição ao nome do Dr. Jerônimo Pacheco Ferreira. Informa ainda o autor que, na ocasião da visita do

¹⁰ *Almanak Laemmert*. 1870, 1875 e 1880.

¹¹ Paróquia de São João Batista de Macaé/RJ – Batismos (1813-1901). Livro Índice (pelo nome da criança). 15 de fevereiro de 1813 a 12 de maio de 1901.

¹² PARADA, Antonio Alvarez. *Memórias curtas e antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995. p. 25. (1 v).

imperador ao norte da província em 1875, Manuel Fernandes, já titulado Barão da Póvoa do Varzim, integrou a comitiva que hospedou o imperador juntamente com outros titulados, como o Visconde de Araújo e o já mencionado Barão (depois Visconde) de Araruama.

Quanto às atividades comerciais e financeiras do Barão da Póvoa do Varzim, elas avançaram além das fronteiras do município de Macaé. Seus investimentos eram variados. Entre eles, havia o funcionamento de casas de comércio, transportes urbanos como a Cia. Ferro Carril de Macaé e lavouras de café, além das atividades creditícias. Em suma, o barão operava num raio de considerável alcance. De Macaé mantinha conexão com cidades vizinhas como Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (Capital Federal), Montevidéu e mesmo a distante Póvoa do Varzim, localidade situada entre os rios Minho e Douro ao norte do litoral português. Essa região foi mencionada por Jorge Miguel Pedreira¹³ como sendo o local de nascimento de vários negociantes portugueses que se estabeleceram nas Minas no século XVIII. Como mostra o autor, era de regiões afastadas como a do Minho que partia boa parte dos jovens com destino a Lisboa no intuito de se empregar como caixeiros e dar início à carreira comercial. Após acumularem recursos suficientes, muitos deles seguiam para a colônia e iniciavam negócios próprios, sem, contudo, romper os laços com os familiares e a terra natal. Alguns homens de negócio e seus parentes mais próximos sentenciados por judaísmo também encontraram o caminho da colônia, sendo muitos deles ajudados por familiares que lhes facilitavam a fuga de Portugal. Em terras da colônia, esses negociantes carregaram o estigma de cristãos-novos até que desenvolvessem mecanismos de aceitação social.

No império português e do Brasil, a necessidade de distinção social marcou esses comerciantes “de grosso”, como mostra o referido autor, para quem a distinção entre as atividades de *grosso trato* e de *venda a retalho* funcionava como marcadores sociais. Isso porque, para o negociante de grosso trato, a não distinção entre comércio de grosso e comércio de varejo representava um empecilho para o reconhecimento social almejado, agravando ainda mais o duplo preconceito que incidia sobre os que se dedicavam a uma atividade considerada “pouco enobrecedora”, dificultando-lhes o aces-

¹³ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: DIFEL, 1994.

so aos títulos nobiliárquicos. Também havia o preconceito religioso, que pesava sobre o fato de ser, majoritariamente, de origem judaica.

Temos razões para crer que o Barão da Póvoa tivesse alcançado um prestígio social expressivo, fazendo-se respeitado em Macaé por ocupar lugares de destaque na escala hierárquica daquela sociedade. Afirmara-se como fazendeiro titulado, proprietário de terras e escravos, comerciante, negociante e representante de casa bancária. Arriscaríamos mesmo afirmar que, em escala regional, o fidalgo houvesse atingido o topo da hierarquia do mundo mercantil, distinguindo-se dos demais negociantes locais. Nas palavras de Parada, o Barão da Póvoa era um “homem de múltiplas atividades, dinâmico, empreendedor – uma espécie de Visconde de Mauá em miniatura”¹⁴.

Vale destacar que essas hierarquias no mundo mercantil teriam se dado originalmente na Europa, ainda no transcurso do século XVIII, com a separação definitiva, segundo Max Weber, entre os comerciantes atacadistas e os varejistas. Os primeiros passaram a constituir uma camada específica, desenvolvendo novas formas mercantis, como o comércio a leilão e o comércio de consignação. O comércio desenvolvido nas feiras diferenciava-se do comércio ultramarino ou de consignação, pois no primeiro a mercadoria podia ser examinada pelos compradores, enquanto no último a venda se fazia a distância e sem exame. A condição prévia para o desenvolvimento do comércio atacadista e especulativo foi a organização de um sistema de informações e comunicações – ferrovia, serviço postal, imprensa e estradas calçadas – que muito concorreu para a racionalização de tais atividades.¹⁵ Vale destacar que esse comerciante, visto sob a ótica weberiana, foi considerado um empreendedor capitalista. Isso porque o capitalismo, para Weber, existe desde tempos remotos, onde quer que se realizasse a satisfação de necessidades de grupos humanos de maneira lucrativa e por meio de empresas.

Karl Marx também sinalizou para a importância da atividade mercantil. Partindo de outras bases conceituais, analisou o papel desempenhado pelos grandes comerciantes no desenvolvimento do sistema capitalista. Para esse autor, os negociantes representam tão somente a personificação do capital mercantil usurário, operando dentro dos limites impostos por

¹⁴ PARADA, Antonio Alvarez. *Op. cit.*, p. 134 (2v).

¹⁵ WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

uma economia pré-capitalista. Nesse sentido, o comerciante “de grosso” não será, necessariamente, o industrial capitalista vislumbrado por Weber. Isso porque o capitalismo, para Marx, nasceu com a manufatura e não com o comércio, tendo a acumulação capitalista ocorrido na esfera da circulação. Tal acumulação de capitais, destinada à produção capitalista propriamente dita, ocorreu a partir do momento em que se desenvolveram as manufaturas – com o nascimento da burguesia e do proletariado –, e o comércio passou a subordinar-se à produção, e não o contrário.

Mas voltemos às hierarquias no seio de grupos mercantis, em que os traços comuns, mais do que diferenças, destacam-se no comportamento dessas comunidades. O primeiro traço comum reside, como mencionado, nas desigualdades geradas no interior da vida mercantil. Diz-nos Braudel que “em época alguma houve uma região onde os mercadores se encontrassem a um único e mesmo nível, iguais entre si”¹⁶. Na Europa, após o despertar econômico do século XI, os grandes comerciantes italianos afirmaram-se no seio da classe, assim como em Paris no século XIII eles se destacaram como os maiores pagadores de impostos. É na Alemanha a partir do século XIV, em virtude das grandes distâncias comerciais, da necessidade de manejo de diferentes moedas, da divisão de tarefas e do uso diário da contabilidade, que se esboça a separação entre retalhistas e grossistas. Até aí, afirma Braudel, o mercador importante vivia no mesmo nível de seus criados e aprendizes.

No topo da hierarquia mercantil estavam o negociante “de grosso” ou os grandes banqueiros, que se distinguiam daqueles que ocupavam os níveis inferiores da hierarquia. Entre esses últimos, encontravam-se os lojistas, caixeiros, guarda-livros, comissionistas, cocheiros, marinheiros, embaladores e uma infinidade de outras profissões que compunham o que Braudel chamaria de “proletariado mercantil”. Divididos em diferentes ocupações e negociando “a retalho” ou “no varejo”, esse grupo envolvia-se em negócios que, em geral, se não produziam muitos lucros, também não representavam grandes riscos.

A “divisão de trabalho”, que se verificava nos níveis inferiores da hierarquia mercantil, ocorria habitualmente de baixo para cima, pois no

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e Capitalismo séculos XV e XVIII*. Tomo II. O Jogo das Trocas. Lisboa: Teorema, s.d. (Série Especial). p. 331.

topo da pirâmide o grande negociante raramente se especializa. Esse negociante polivalente, que se envolvia em vários tipos de negócios, parecia reunir melhores condições de driblar as crises – por estar em todas as partes e conseguir ganhar mesmo em tempos difíceis. Foi o caso dos grandes mercadores londrinos de importação e exportação, que, em 1720, tinham cada vez mais criados – superando a própria nobreza e diferenciando-se dos mercadores ocupados no comércio interno.

Outro autor que se debruçou sobre as hierarquias no interior da classe mercantil foi Nuno Madureira¹⁷. Ao estudar as correspondências trocadas no período de 1712 a 1744 entre Francisco Pinheiro, negociante português, e seus agentes comerciais nas Minas, Madureira assinala que a expansão do comércio português para o Brasil ocorreu junto com o contraditório processo de aceitação e rejeição dessa classe mercantil devido aos estigmas sofridos pelos cristãos-novos. No intuito de defender seus interesses, os negociantes criaram outras formas de corporação, a exemplo da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios, criada em Portugal em defesa dos interesses dos mercadores. Em 1752, através de uma ordem régia, a Coroa refere-se à Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócios como uma organização que contribuía para o bem comum do comércio, revelando, assim, a união de interesses dessa e dos negociantes. A ascensão de Pombal ao cargo de Secretário dos Negócios do Reino marcou de forma mais acentuada o ingresso dos homens de negócios entre os “grandes do Reino”. Os negociantes de grosso trato que vieram ao Brasil tiveram, por força de lei, as suas atividades reconhecidas a partir de 1809, quando se tornaram obrigatórios a matrícula e o registro das firmas na Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Na ciranda dos créditos e dos descritos

Como agente bancário, o Barão da Póvoa do Varzim veio a ocupar lugar central na rede de créditos que envolveu comerciantes e fazendeiros de Macaé e Campos dos Goytacazes. Considerando as transformações ocorridas no norte fluminense no final do século XIX e a importância do crédi-

¹⁷ MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios*. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834. Lisboa: Ed. Estampa, 1997.

to e de seus agentes, em que a circulação monetária se mostrava escassa, temos motivos para crer que ele atuou ativamente na sustentação da rede de negócios no município e região. Na ciranda de atividades creditícias, atuou como agente do Banco da Póvoa e Outros de Portugal, por meio do qual concedia empréstimos, devidamente registrados em cartório, e fazia cumprir os acordos judiciais. Findos os prazos legais estabelecidos para o pagamento das dívidas de seus clientes, o barão procedia à execução de bens hipotecados, entre os quais estavam fazendas e suas benfeitorias, além de casas, lavouras e escravos.

Em Macaé para o mesmo período, não temos notícias de casas bancárias. À exceção da representação do banco português pelo Barão da Póvoa, identificamos para a década de 1870, na freguesia da cidade, quatro Companhias de Seguros de Vida, além de outros estabelecimentos que sediavam a Sociedade Portuguesa de Beneficência Trinta e Um de Outubro, a agência da Caixa de Socorros de D. Pedro V, a Loja Maçônica e casas comerciais. Na falta de casas bancárias, comerciantes e fazendeiros como Gervásio Manuel Pinto, Joaquim José da Silva Soutinho, a Firma Carlos Meyer e Cia., Antônio Pinto e outros aparecem na documentação judiciária como autores de ações de “Execução” e “Assinação de dez dias”, indicando que o Barão da Póvoa não era o único a prover empréstimos na cidade.

Uma ação de “Execução por penhor”¹⁸, movida em 1875 pelo Barão da Póvoa do Varzim contra Belizário de Souza Botelho, herdeiro do negociante Antônio Joaquim de Souza Botelho, e os desdobramentos gerados pela cobrança da dívida contraída por esse último revelam as tensões que envolviam relações de crédito, letras, prazos, penhores, hipotecas e outras expressões do capital que movimentavam práticas mercantis e usurárias naquela sociedade.

Em 22 de julho de 1875, o Barão da Póvoa apresentava-se como exequente de uma dívida contraída pelo falecido Antônio Joaquim de Souza Botelho, que, em 18 de julho de 1874, solicitara-lhe um empréstimo. Da leitura do processo, inferimos que na ocasião fora firmado um escrito particular de penhor mercantil, compreendendo 14 escravos de Joaquim Botelho.

¹⁸ MC. Execução por Penhor. Barão da Póvoa do Varzim contra Belizário de Souza Botelho. 1875. Cidade de Macaé.

Eram eles: Leopoldina, Laurentino, Zeferina, Gabriela, Narciso, Carlota, Rosa, Lino, Leidjera, Maria, Candido, Alípio, Laudegário e Victor, todos dados como garantia do pagamento de 16 contos de reis devidos ao barão.

O empréstimo foi concedido de forma parcelada, recebendo o devedor Rs.14:000\$000 mediante assinatura de duas letras, uma de Rs.10:000\$000 para 11 de setembro de 1874 e outra de Rs.4:000\$000 para o dia 16 do mesmo mês, completando-se o valor de 14 contos. O restante, Rs.2:000\$000, foi dado em letra, aceita pelo devedor.

Teria sido aquela mais uma operação de crédito entre outras protagonizadas pelo Barão da Póvoa, não fosse pelo falecimento do devedor e a querela surgida pela recusa ao pagamento da dívida por parte do irmão do falecido, Belisário de Sousa Botelho, sob a alegação de cobrança indevida por já ter sido quitada a dívida. A indignação de Belisário Botelho ganhou as páginas do periódico *Goitacaz*, edições de números 10, 13, 14 e 15 de 1876, informação que consta no anexo dos autos da ação de “Intimação para exibição de autógrafos sobre injúrias impressas”¹⁹, datada de 18 de março do mesmo ano, movida pelo Barão da Póvoa contra o editor do periódico, Joaquim Gonçalves dos Santos, a fim de apurar os responsáveis pelas “injúrias” desferidas contra sua pessoa.

Reclamava Belisário Botelho que, em 25 de fevereiro de 1875, viera da corte a Macaé e procurara o fidalgo, exigindo-lhe o título em seu poder, referente a Rs.1:600\$000, que já fora quitado, de acordo com informações que o irmão lhe prestara em carta antes de falecer. O barão, entretanto, assegurando já ter sido quitada a dívida, recomendou a ele que não se preocupasse. Mediante a insistência de Botelho, o fidalgo teria mesmo se mostrado ofendido com aquela falta de confiança. No entanto, no ano seguinte, viria a cobrança do título o qual Belisário se recusava a pagar, justificando que, se a dívida do irmão estava coberta por um penhor de escravos e, se havia sobrado da transação a letra de Rs.1:600\$000, não podia o barão pretender a cobrança do título.

Não sabemos os detalhes sobre o caso, pois o devedor em questão cometera suicídio e era seu irmão quem lhe comprava as dores. Ao atacar a

¹⁹ MC – Intimação para exibição de autógrafos sobre injúrias impressas. O Barão da Póvoa do Varzim / Joaquim Gonçalves dos Santos como editor do periódico *Goitacaz*. 1876. Cidade de Macaé.

lisura do Barão da Póvoa, ironizava Botelho que seu irmão “triste e desditoso deu fim aos seus dias porque entre outras causas que lhe aniquilaram o sentimento de coragem havia sobre si o peso enorme da proteção do sr. Barão da Póvoa...”. Intimidados o redator do jornal, as testemunhas e o Sr. Botelho, esse acabaria por reconhecer que não teve a intenção de injuriar o barão e que, se uma ou outra palavra mais forte provocara algum desconforto, isso se deu ao calor da escrita pelo ímpeto de negar a cobrança indevida do título, mas sem a intenção da ofensa. Ao fim da ação, não é reconhecida a injúria.

Aquela não era a primeira vez que o barão recorria à justiça no exercício de suas atividades. As ações de “Execução por Hipoteca”, “Assinação de dez dias” e “Sequestro” eram parte da ciranda que movimentava aquelas atividades mercantis. Foi com o fim de cumprir os termos da escritura firmada em 15 de novembro de 1880 pelo empréstimo de Rs 4.000\$000 tomado ao barão da Póvoa, com prazo de vencimento de um ano, que o lavrador Manuel Alves Coutinho Prata, morador da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, e sua mulher, D. Amélia Netto dos Reis Prata, compareceram ao Cartório do 1º Ofício em Macaé. Tratava-se da execução dos bens hipotecados pelo casal, tendo em vista o não pagamento da dívida no prazo previsto. Ficavam hipotecadas ao credor uma situação junto à Estrada de Ferro Macahé-Campos com 160 braças de terras e mais de 200 braças de fundos, contendo dois lanços de casas de sobrado, uma casa nova, coberta de telhas, e outras duas casas cobertas de sapê; havia outra situação, no lugar denominado Caxangá, com três lanços de casas cobertas de telhas. Inclusos na hipoteca estavam também três escravos de lavouras, a saber: Silvestre, com 40 anos, Joana, com 53 anos, e Florinda, com 48 anos, não podendo esses e os demais bens serem vendidos ou alienados por qualquer forma sem que antes fosse paga integralmente a dívida.²⁰ Como veremos adiante, ao patrimônio do barão era incorporada uma parte dos bens advindos de execuções e sequestros de bens de seus clientes.

Na década de 1880, no entanto, também o barão se viu em apuros. No dizer de Parada, ele chegava “ao cume de seu declínio econômico quando, premiado por dificuldades financeiras junto ao Banco do Brasil e, para

²⁰ MC – Sequestro. O Barão da Póvoa do Varzim (supple) e Manoel Alves Coutinho Prata e sua mulher Dona Amélia dos Reis Prata (suppdos). 1882. Cidade de Macaé.

pagamento do mesmo banco, pôs à venda suas propriedades rurais em Conceição de Macabu, Carapebus, Imbuuro, Barreto, Neves (Fazenda da Bertio-ga), Campos (Fazenda da Bela Aurora) e propriedades urbanas em Macaé, Cabo Frio e Carapebus”²¹.

De fato, pensamos ter encontrado uma das pontas dessa reviravolta que abalou seus negócios por meio da “Assinação de dez dias”, datada de 25 de outubro de 1885, que teve como autor o Barão de Goitacazes e por réu o Barão da Póvoa do Varzim. O empréstimo ocorrera dois anos antes, e os motivos que levaram esse último a buscá-lo junto ao capitalista de Campos confirmam a diversidade dos negócios do Barão da Póvoa e a rede de endividamentos que envolvia casas bancárias e negociantes da região:

Diz o Barão de Goytacazes, capitalista morador em Campos, que o Barão da Póvoa do Varzim, capitalista, morador nesta cidade, precisando de capitais para solver os compromissos contraídos pelas casas comerciais Banco da Póvoa Gonçalves e Cia., Barão da Póvoa e Gonçalves e Barão da Póvoa Granerts & Cia., de que aquele Barão da Póvoa do Varzim era sócio, e bem assim para ultimação dos respectivos negócios pediu ao Suppe a quantia de cento e quinze mil contos de réis (115:000\$000) e a levantou com o respectivo desconto do Banco de Campos...²²

A fim de liquidar os negócios que tinha na corte, cujas filiais estavam sediadas em Macaé, Campos e Montevideú, esta última sob o nome de Barão de Póvoa, Granerts & Companhia, o barão aceitava duas letras: uma no valor de Rs.55:000\$000, com prazo de quatro meses, e outra de Rs.60:000\$000, para seis meses, ambas endossadas pelo Barão de Goytacazes, que passou na mesma data uma escritura de hipoteca para garantia do endosso. Vencidas as letras no Banco de Campos, o Barão da Póvoa amortizou-as com a quantia de Rs.35:000\$000 em notas correntes, aceitando outra de Rs.80:000\$000, endossada pelo Barão de Goytacazes em 1884, ocasião em que hipotecava duas fazendas rurais acompanhadas de 65 escravos. Ficava estabelecido ainda que a hipoteca “se reputaria reformada e em seu inteiro vigor” toda vez que se fizesse qualquer amortização à letra de Rs.80:000\$000, ficando a hipoteca presa ao pagamento da dívida total.

²¹ PARADA, *op. cit.*, p. 134. (2v).

²² MC – Juízo Comercial. Ação de Assinação de dez dias. O Barão de Goytacazes (autor) contra o Barão da Póvoa de Varzim (réu). 1885. Cidade de Macaé.

A primeira fazenda, denominada “Boa Esperança”, estava localizada na Freguesia de Macabu, tendo 60 alqueires de terra mais ou menos, 48 mil pés de café, casa de vivenda coberta de telha e assoalhada, casa de farinha e mandiocais. Vale ressaltar, como mostra o documento, que a referida fazenda com seus 35 escravos fora adquirida pelo Barão da Póvoa na execução movida por ele contra Francisco Alves de Brito e sua mulher, Dona Maria Carlota Alves de Brito, de quem a houve por cobrança de dívida hipotecária. Também fazia parte da Fazenda Boa Esperança a situação arrematada por meio da execução movida contra Dona Porcelina Carvalho de Almeida e Antônio Luiz Damasceno. A segunda fazenda, denominada Riachuelo, possuía 30 escravos de lavoura e localizava-se na Freguesia das Neves. Possuía uma área de 2.081,760 m² com 60 mil pés de café, casa de sobrado, mandiocais, engenhos de café, sendo adquirida por compra feita a Rodrigo José Pereira Borges e sua mulher.

Percebemos que, entre os bens do barão, estavam fazendas que haviam sido adquiridas de terceiros no exercício de suas atividades como agente bancário. O Barão da Póvoa, assim como fazia o Barão de Goytacazes, ao colocar-se na condição de avalista das dívidas hipotecárias de seus clientes, assumia junto à casa bancária da Póvoa do Varzim aquelas dívidas, executando-as no prazo determinado e fazendo aumentar seu patrimônio em fazendas e escravos.

A relação creditícia mantida entre os dois fidalgos fora intermediada pelo Banco de Campos, como mostra Walter Pereira ao analisar as operações de crédito que envolveram o Barão de Goytacazes.²³ Segundo o autor, vencida uma letra que envolvia os dois nobres, foi ela novamente amortizada, reduzindo-se a Rs.64:800\$000. O novo título de crédito emitido pelo Barão da Póvoa do Varzim foi descontado no Banco de Campos pelo prazo de três meses, a juros de 10% a.a, sob o endosso do Barão de Goytacazes. Não liquidada no seu vencimento, em 23 de março de 1885, pelo Barão da Póvoa, a letra foi apontada pelo Cartório do Ofício de Notas de Campos dos Goytacazes, condição exigida para o futuro protesto, se assim fosse o

²³ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Crédito Institucional no século XIX: bancos e tomadores em Campos dos Goytacazes. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel e SARAIVA, Luiz Fernando (orgs.). *Crédito & Descrédito: relações sociais de empréstimos na América – Séculos XVIII ao XX*. Niterói: EdUff, 2018. p. 253-281.

caso.²⁴ Entretanto, para escapar do protesto, a letra descontada foi quitada pelo Barão de Goytacazes, solidário na dívida na condição de endossante. Dessa forma, no acerto de contas com o Barão de Goytacazes, o Barão da Póvoa do Varzim reformou o título de crédito a juro de 10% a.a, a contar da data prevista da liquidação no Banco de Campos, agora sob o montante de Rs.68:596\$114, ou seja, embutida de juros correspondentes a Rs.3:796\$114, repactuada para liquidação em setembro de 1885. A novação da dívida também resultou inadimplente, quando foi aberta a ação para “Assinação dos dez dias” pelo Barão de Goytacazes.

Como mostra Pereira, o Banco de Campos, instituído pelo decreto 3.121 de 09 de julho de 1863, teve seus estatutos aprovados em 05 de dezembro de 1862. Sua diretoria era composta inicialmente por Caetano Thomaz Pinheiro, Barão de Carapebus, e José Joaquim de Moraes, sendo suplentes os senhores Manoel Gesteira Passos e Felismundo José Teixeira. Seus estatutos, publicados no Correio Mercantil de 25 de janeiro de 1864, indicavam a reunião de um capital de 1.000 contos de réis, distribuídos em 5.000 ações de Rs.200\$000. Quanto às suas operações de crédito, os estatutos previam descontos de letras de câmbio e da terra, além de títulos comerciais com prazos determinados, desde que “garantidos por duas assinaturas de pessoas notoriamente abonadas, sendo uma delas residente no município”²⁵.

Entre investimentos, riscos e dissabores

As dívidas contraídas pelo barão junto ao Banco de Campos deviam-se à expansão de seus negócios com a exportação de café. Informa o memorialista Antonio Alvarez Parada²⁶ que, no início da década de 1880, mais precisamente em 09 de agosto de 1882, uma portaria da presidência da Província do Rio de Janeiro autorizava a cobrança de impostos do café embarcado de Macaé para Montevidéu. À frente dessa operação estava o Barão da Póvoa. No entanto, os riscos do empreendimento logo se fizeram sentir com o naufrágio de uma das embarcações que transportava a carga

²⁴ Livro de Registros de Letras Apontadas (1880-1888). BC – Banco de Campos. BCHC – Banco de Crédito Hipotecário de Campos. Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

²⁵ PEREIRA, *op. cit.*, p. 264.

²⁶ PARADA, Antonio Alvarez. *Op. cit.*, p. 41. (2v).

para o porto uruguaio. Possivelmente os prejuízos advindos desse episódio levaram-no a vender parte de seu patrimônio a fim de solver suas dívidas.

Além do naufrágio, outro dissabor marcaria os últimos anos de vida do barão: o falecimento de seu filho solteiro, Horácio Campos, em Minas Gerais no ano de 1893, que faleceu sem testamento e sem deixar herdeiros. O inventário foi aberto em Macaé em 5 de junho do mesmo ano, sendo inventariante o seu pai. Entre os bens deixados por Horácio em poder de seus correspondentes na Capital Federal, os Srs. Abraão e Cia., estabelecidos à rua da Prainha, nº 23, estava a quantia de Rs.4:841\$200 em moeda corrente, além de cautelas e títulos variados, como ações do Banco Iniciador de Melhoramentos, Banco do Brasil e Norte América, Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, entre outros.²⁷

Poucos anos depois, em 13 de fevereiro de 1897, como vimos, morria em Macaé o Barão da Póvoa do Varzim, sendo sepultado no cemitério de Sant'Anna. Na primeira parte do inventário, o barão deixava de herança oito casas no valor de Rs.7:300\$000, 27 mil pés de café java, equivalentes a Rs.11:300\$000, além de uma data de terras em capoeiras e matas virgens no valor de Rs.15:000\$000 e de Rs.1:654\$000 em bens móveis. Somados esses bens a outros, incluindo mobiliário, instrumentos agrícolas, alambique, engenhos, alguns animais e objetos, e subtraídas as dívidas passivas, ficou o monte-mor constituído de Rs.33:750\$000. Deduzidos desse montante os impostos devidos ao Estado, as custas do inventário, as despesas feitas com o barão em sua convalescência, restaram Rs.27:263\$700.

Outra parte dos bens, não arrolada nesse montante, incluía o chalet, avaliado em Rs.20:000\$000, além do mobiliário e pertences pessoais do barão, que só foram incluídos nos autos em 16 de julho de 1897. Declarava o inventariante que seria feita a avaliação da quarta parte que tinha o mesmo seu pai no chalet em que morava, assim como alguns móveis e objetos deixados por ocasião de seu falecimento. A soma desses bens, incluindo o chalé e outros pertences, perfazia Rs.21:718\$400, que nos leva a inferir que cabia ao barão um valor em torno de Rs 5:315\$000.

Entretanto, nos autos do inventário, não se realizam a soma desses montantes nem a partilha entre os herdeiros. Surpreendentemente, o in-

²⁷ MC-Inventário. Horácio Campos (falecido) e Barão da Póvoa do Varzim (inventariante). 1893. Cidade de Macaé.

ventariante Oscar Campos declarava-se, em 4 de dezembro de 1897, credor de José Claudio, seu cunhado, da quantia de Rs.2:345\$300 e por letras vendidas em 1892, 1893 e 1894 as quantias de Rs.5:000\$000, Rs.15:000\$000 e Rs.10:000\$000, respectivamente. Declarava ainda ter encontrado nos papéis do inventariado outra letra de José Claudio da Silva, aceita em 2 de setembro de 1880, no valor de Rs.4:180\$000, além de títulos de dívidas de pequeno valor. Além desses valores que reclamava, Oscar Campos informou que o inventariado havia arrendado por quatro anos a Fazenda Madre Silva e que, estando os pagamentos vencidos, espera ele, inventariante, receber os juros de hipoteca. Queria ainda ser ressarcido de gastos feitos com viagem a Campos para obter documentos do Banco da República, referentes à Fazenda Bella Aurora, e despesas que incluíam, inclusive, empréstimos feitos ao pai. Declarava Oscar Campos, enfim, ser credor da quantia de Rs.32:000\$000 do espólio de seu pai. Além de outras despesas que enumerou, reclamava para si o anel de brilhantes com que seu pai o presenteara em vida – para ser entregue após o seu falecimento – e outros bens do finado.

É possível que o inventário da Baronesa da Póvoa do Varzim e de outros personagens dessa trama nos forneça a chave para compreender melhor as nuances dessa disputa. Possivelmente, ela envolve a divisão pendente do espólio da baronesa, além de concessões, arranjos e usufruto indevido de bens imóveis. Infelizmente não foi possível localizar essa documentação. O que, por ora, é possível afirmar é que a trama desse enredo, cujo primeiro ato encerra um inventário sem partilha, é no mínimo intrigante. Em audiência realizada em 9 de fevereiro de 1898 e registrada nos autos, José Claudio tentou impugnar as declarações do inventariante, mas não teve sucesso. Por solicitação de Oscar Campos, parte do espólio foi vendida em hasta pública, como vimos, a fim de levantar dinheiro para saldar impostos devidos à Fazenda e a terceiros. Ficara instituído pelo Juiz Municipal que, não havendo quem arrematasse os bens pelos preços estipulados e sendo aquela a terceira praça, seriam eles vendidos a quem desse o melhor preço.

Considerações finais

Homem de seu tempo, Manoel Fernandes da Silva Campos destacou-se como importante comerciante do município de Macaé. O desfecho de seu inventário expõe, a despeito da veracidade das declarações do inven-

tariante e ulteriores desdobramentos jurídicos, a extensão das redes de compromissos que uniam aquela sociedade, amalgamando relações que envolviam dívidas contraídas, negociações por assinações, execuções de bens e procedimentos outros que, longe da impessoalidade das normas jurídicas e cartoriais e a despeito delas, descortinam valores de uma sociedade pré-capitalista em que as relações financeiras materializadas no crédito pessoal e bancário se faziam pautar pela honra e pelas relações de confiança que animavam o mundo dos negócios em escalas variadas. Nesse sentido, a trajetória de vida do Barão da Póvoa do Varzim revela que seus caminhos estiveram longe de ser apenas escolhas pessoais. Além de denotar o *modus operandi* dos homens de negócios, revelam práticas socialmente partilhadas no universo de valores de seu tempo.

Viúvas e Donas: o papel da mulher suíça na família na Vila de São Pedro de Cantagalo, 1850-1885

Marianny de Castro Camara (in memoriam)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Universo, Bolsista CAPES

Em 1830, a Vila de São Pedro de Cantagalo, localizada no Vale do Paraíba fluminense, encontrava-se em crescente produção cafeeira. Nesse ambiente, dezenas de famílias suíças instalaram-se nessa região e começaram a desenvolver-se. A presença desses sujeitos na região deveu-se ao projeto de D. João VI de criar em terras brasileiras uma colônia de suíços que, ao chegarem ao Brasil, conseguiram acumular riquezas através do cultivo do café. A presença das famílias suíças na região abre uma gama de possibilidades para a compreensão da história cantagalense. E não são apenas os homens que protagonizam essa história; as mulheres também estavam igualmente inseridas nas atividades dessa sociedade cafeeira, fazendo negócios e compondo a história. As Donas e viúvas assumiram os negócios da família no “novo mundo” e alcançaram prestígio.

A história da imigração suíça na Vila de São Pedro de Cantagalo teve início a partir do século XIX, quando D. João VI recebeu do suíço Sebastian-Nicolas Gachet, em 1817, uma proposta de criar no Brasil uma colônia suíça. Essa proposta, no entanto, pode ser analisada sob três aspectos distintos, mas que atende a cada demanda.

Para D. João VI, o projeto contribuía para a efetivação de seus objetivos de povoar os grandes espaços desabitados no Brasil na tentativa de reproduzir o modelo europeu no “novo mundo” e promover a prosperidade de seu Reino no Brasil.¹ Mateus Barradas explica que a política de D. João VI estava voltada para a interiorização e consolidação do território brasilei-

¹ Alvará de Criação da Colônia Suíça, 1820. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1473>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ro², e Lucia Lippi de Oliveira assevera que “a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitia a posse do território e a produção de riquezas”³.

Em segundo lugar, na perspectiva de Sebastien-Nicolas Gachet, a empreitada seria uma forma de lucrar com as famílias que traria ao Brasil, visto que ele ganharia uma renda *per capita* com a vinda dos indivíduos. Henrique Bon afirma ser a sugestão de Gachet fundamentada no interesse de conseguir uma série de vantagens comerciais.⁴ Além disso, Mateus Barradas explica que a proposta inicial desse senhor estava voltada para o desenvolvimento da agricultura brasileira, buscando construir seus negócios no “novo mundo”.⁵

E, por fim, para as famílias suíças que iriam emigrar para o Brasil, era a oportunidade de deixar o seu país – que estava imerso em uma grave crise econômica, resultando em fome e desemprego – e construir uma nova vida do outro lado do Atlântico. Henrique Bon identificou que, após as guerras napoleônicas, a França tentou proteger a sua economia através de elevadas tarifas aduaneiras, prejudicando o mercado suíço e gerando paralisação na indústria e conseqüentemente o desemprego.⁶ Além disso, Jorge Miguel Mayer descreve que, fora a crise econômica dos anos 1815 a 1817 e o desemprego, o rigor do inverno em 1817 destruiu as colheitas e causou fome.⁷

Em 1818, concluídas as negociações com o governo suíço, D. João VI autorizou a criação de uma colônia suíça numa fazenda denominada Morro Queimado, situada no território da Vila de São Pedro de Cantagalo no Vale do Paraíba fluminense. É importante observar que a vila foi escolhida para abrigar os imigrantes em decorrência da crescente economia local e, de acordo com Maria Janaína Corrêa, também por Cantagalo ser uma vila próxima à corte, o que facilitaria a proteção real.⁸

² BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos em Nova Friburgo nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018, p. 168.

³ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

⁴ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. 2. ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.

⁵ BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...*

⁶ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...*

⁷ MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 564.

⁸ CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *A representação da cidade-salubre: uma leitura do cotidiano da cidade de Nova Friburgo através da imprensa: 1890-1900*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2008, p. 398.

A partir de então, iniciou-se o período de recrutamento e seleção das famílias que poderiam emigrar para o Brasil, e Gachet seria o responsável por escolher cem delas para formar a população da colônia suíça. As despesas da viagem seriam pagas pelo governo brasileiro; cada família receberia um terreno para o cultivo das lavouras ao chegar no “novo mundo”. Após o período do recrutamento, o primeiro percalço que esses indivíduos encontraram foi a alta mortalidade causada por doenças contraídas ao longo do trajeto da Suíça até os portos da Holanda, onde embarcariam para o Brasil, e que perduraram ao longo da travessia do Oceano Atlântico. De acordo com Jorge Miguel Mayer, “as doenças contraídas, a situação da viagem fazia destes navios verdadeiras naus rumo ao inferno, [...] enjoos e mortes caminhavam juntas”⁹.

Saíram da Suíça com destino ao Brasil aproximadamente 2.018 pessoas e desembarcaram no Rio de Janeiro, em novembro de 1819, 1.687 pessoas. As perdas durante a viagem foram significativas e dolorosas, pois muitas famílias foram dizimadas. O padre Jacob Joye discorre em seu diário sobre as tristezas da viagem pelo mar; “eu acreditava passar o dia 24 [de setembro de 1819] sem mortes, mas esse foi o dia mais terrível de toda a viagem: à tarde sete corpos foram lançados ao mar”, relata.¹⁰

Entre 1819 e 1820, chegaram aos portos brasileiros os navios *Daphné*, *Urania*, *Deux Catherines*, *Debby Elisa*, *Camillus*, *Heureux Voyage*, *Elisabeth Marie* e *Trajan* com as famílias suíças rumo ao local da nova morada. A transferência dos imigrantes do porto do Rio de Janeiro à Vila de Cantagalo foi uma longa jornada, agora por terra, tendo a morte como fim para muitos que apostaram no sonho de um novo começo. Jorge Miguel Mayer afirma que a vinda dos suíços ao Brasil poderia ser comparada ao tráfico negreiro, pois, além da perda de muitas vidas, eles traziam consigo marcas da desilusão e do engano.¹¹

Os primeiros anos desses imigrantes no “novo mundo” não foi fácil. Ao chegarem no local da colônia, vários fatores deixaram os suíços insatis-

⁹ MAYER, Jorge Miguel. Terra Prometida... Terra Prometida: uma tragédia em 4 atos. In: *Anais do XII Encontro regional de História – Anpuh: Usos do Passado*, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-6. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Jorge%20Miguel%20Mayer.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

¹⁰ JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819*. Tradução de Vera de Siqueira Jaccoud. 2. ed. Minas Gerais: Juiz Forana Gráfica e Editora, 2005.

¹¹ MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo...*

feitos. O primeiro diz respeito à estrutura precária dos alojamentos para as famílias. De acordo com Mateus Barradas, na Fazenda do Morro Queimado, comprada pelo governo para abrigar os suíços, foram edificadas cem casas provisórias para acomodar os imigrantes.¹² Mas a verdade era que, como os recrutados excediam o limite imposto por D. João VI, as acomodações não supriam a demanda, sendo necessário aglomerar muitos indivíduos dentro da mesma casa.

O segundo fator está ligado aos terrenos doados às famílias pelo governo imperial, que se localizavam em morros e encostas, sendo muitos deles incultiváveis. E o terceiro fator foi a mortandade que ainda assolava os indivíduos, incluindo aqueles já assentados em seus novos terrenos.

Aproximadamente um ano após a chegada dos primeiros imigrantes, D. João VI desmembrou a colônia suíça da Vila de Cantagalo, formando a *Vila de São João Batista de Nova Friburgo*, fazendo referência ao *Cantão de Fribourg*, na Suíça, de onde uma grande soma de indivíduos viera. Entretanto, mesmo a emancipação da Vila não foi suficiente para eliminar o descontentamento dos colonos. Muitos migraram para outras terras fora do Rio de Janeiro; outros fixaram-se na capital, mas a maioria encontrou um lugar mais próximo e promissor: a Vila de Cantagalo. “O café seria, em definitivo e mais que qualquer outro, o fator de assimilação do colono que deixara Nova Friburgo e seu instrumento de ascensão social e política [...]”¹³.

O florescimento do café na vila vizinha transformou-se em um chariz para as famílias suíças que para lá se deslocaram. De acordo com Clélio Erthal, tamanho foi o êxodo das famílias suíças para a Vila de Cantagalo, instalando-se às margens do rio Paraíba, na Penna e na Taquara, que facilmente dir-se-ia ser ali a sede primitiva da colônia suíça e não a Vila de Nova Friburgo.¹⁴ Sheila de Castro Faria afirma:

Durante os anos seguintes, muitos suíços, e nem sempre católicos, se encaminharam espontaneamente para o Brasil, embora não necessariamente para a colônia de Nova Friburgo, onde, na realidade, poucos permaneceram. Dirigiram-se para outras paragens, “de terras quentes” [...], principalmente para Cantagalo, que já tinha lavouras de café. Cantagalo chegou a ter mais

¹² BARRADAS, Mateus Teixeira. *Conflitos religiosos...*

¹³ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...*

¹⁴ ETHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. 2. ed. (Revisada e atualizada). Niterói, RJ: Nitpress, 2008.

suíços que Nova Friburgo, tantos que a Vila foi escolhida para ser a sede de um vice-consulado suíço em 1861 [...].¹⁵

Os suíços que se dispersaram para a Vila de Cantagalo ocuparam terras ainda devolutas, bem como terras de sesmarias que não possuíam seus limites estabelecidos e começaram a plantar café com a ajuda de suas famílias, mas, conforme prosperavam, foram adquirindo escravos. Clélio Erthal assegura que “[...] muitos entregaram-se sem pejo às tarefas mais árduas da vida campestre. Munidos de machados, foices e enxadas, eram eles mesmos que se encarregavam de preparar o solo”¹⁶.

Com a chegada à Vila de Cantagalo, os imigrantes foram aos poucos sendo inseridos no contexto social, econômico e cultural. As famílias estavam presentes na sociedade, formando alianças sociais e comerciais e acumulando bens, além de aos poucos ir adentrando a elite local. E não foram apenas os homens que protagonizaram essa história; as mulheres também estavam igualmente integradas nas atividades socioeconômicas, fazendo negócios e administrando os bens da família.

Eliana Vinhaes aponta dois tipos de elites na Vila de Cantagalo: o primeiro tipo é uma elite rústica, aquela que partilhava as fortunas locais a partir da união entre famílias, a aquisição de cargos de poder e obtenção do prestígio regional. Essas famílias eram reconhecidas pela sociedade, pois desfrutavam de títulos de mérito, possuíam extensa escravaria e, além disso, casavam seus filhos com outras famílias da elite local. O segundo tipo é uma elite cortesã: famílias que possuíam terras e escravos na Vila, mas superaram os limites geográficos da região, construindo alianças com famílias de outras províncias do Império. “Esta elite se articula com outras esferas do agro fluminense [...]. São outras estratégias matrimoniais. Compartilha do poder com homens muito ricos e poderosos.”¹⁷

¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *Anais do Museu Paulista – Estudos de Cultura Material/Dossiê*, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-42, 2018.

¹⁶ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...*

¹⁷ BARÇANTE, Eliana Vinhaes. Família e elites no agro fluminense: Cantagalo do oitocentos. In: *Anais do II Colóquio do LAHES: Micro história e os caminhos da história social*, Juiz de Fora, 2008, p. 1-25. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a17.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

Muitas famílias suíças estavam integradas no primeiro modelo de Eliana Vinhaes, a elite rústica, casando, apadrinhando e fazendo negócios dentro da “comunidade suíça” e também com a elite cantagalense. Portanto, é essencial, para o entendimento da história da imigração suíça, conhecer as suas famílias e as diversas estratégias para integrar-se à sociedade. E, ao explorar essa história, fomos instigados a compreender a importância do papel da mulher nessas estratégias, visto que elas estão muito presentes nos arranjos sociais da vila. De acordo com Vitória Schettini:

As mais variadas formas de interpretação sobre o termo família são utilizadas pela historiografia vista não mais de forma monolítica, mas com uma variedade de tipos diferentes. Dentre as diversas formas de família estão as encabeçadas por mulheres, se constituindo em chefes de domicílio [...].¹⁸

As definições de família têm sido alvo de constantes debates historiográficos, ampliando os limites do que já se havia estabelecido pela historiografia clássica. Um dos exemplos é a família estruturada no patriarcalismo, modelo difundido por Gilberto Freyre, em que os patriarcas dominavam a família, os agregados e os escravos. Sheila de Castro Faria critica esse modelo, explicando que os estudos da família atuais estão preocupados com a organização e a atuação dos diversos grupos no conjunto social, tentando entender a lógica das condutas.¹⁹ Para a historiadora, o termo família extrapola os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo isso ao mesmo tempo. “Ao invés de demarcar a família como um objeto em si mesmo, deve-se levar em conta a sociedade à sua volta [...]”²⁰

É importante considerarmos as contribuições de Gilberto Freyre para o início das discussões sobre os estudos da família. Entretanto, considerando a multiplicidade do estudo sobre a família que vem sendo desenvolvida pela historiografia atualmente, iremos discutir um pouco sobre a família chefiada pela mulher suíça. Em nossas pesquisas nas fontes primárias, vez ou outra encontramos as mulheres à frente da administração dos bens da família. Muriel Nazzari, ao dissertar sobre a família dos bandeirantes pau-

¹⁸ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Os sertões de São Paulo do Muriaé – terra, riqueza e família na zona da mata mineira: 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011, p. 251.

¹⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 49.

²⁰ Idem.

listas, afirma que a mulher tinha sua participação nos negócios familiares quando era necessário representar seus maridos, recebendo e efetuando pagamentos; além disso, administravam os bens e se tornavam chefes de suas famílias quando ficavam viúvas.

[...] em muitas ocasiões, era a esposa quem recebia ou efetuava pagamentos. Em outras ocasiões, as esposas tomavam decisões importantes de maneira independente [...]. Embora somente ao ficar viúva é que uma mulher se tornava legalmente chefe da família, as esposas administravam as propriedades da família.²¹

Quanto às mulheres suíças, muitas assumiram os negócios da família, mesmo estando em um país diferente de sua origem, e conseguiram adaptar-se ao “novo mundo”. E, com o crescimento das riquezas familiares, as mulheres posicionavam-se à frente da administração dos bens, principalmente após a viuvez, e até aumentavam seus patrimônios. Por isso compreender a realidade dessas mulheres ajuda-nos a entender mais sobre a manutenção, fortalecimento e permanência das famílias suíças na Vila de Cantagalo. Segundo Maria Ines Vendrame, “acessar determinadas realidades, seguindo a trajetória de algumas mulheres, pode ser um método bem interessante para levantar novos questionamentos sobre as realidades históricas na sua complexidade”²².

Iremos fazer alguns estudos a fim de conhecer a trajetória de algumas mulheres suíças e compreender a importância delas na sociedade cantagalense. A primeira mulher que vamos analisar é Dona Eufrásia Lanthemann Poppe, viúva do alemão João Dedrique Poppe.

O primeiro ponto que ressaltamos é o termo “Dona”, com o qual muitas mulheres, suíças ou não, são chamadas. De acordo com Marize de Campos, essa nomenclatura significava uma forma de tratamento que diferenciava as mulheres nobres das plebeias no mundo luso. Já no Brasil esse termo era reservado às mulheres brancas e ricas.²³ Ou seja, ter o *Dona* adicio-

²¹ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²² VENDRAME, Maria Inês. Donas do próprio destino? Experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional. In: VENDRAME, Maria Inês et al. (orgs.). *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2017.

²³ CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo – USP, 2008, p. 464.

nado ao nome era um indicativo de poder e prestígio. Carlos Bacellar afirma que as *Donas* eram as esposas dos grandes proprietários e que esse tratamento era um diferenciador social. Esse tratamento era reservado às esposas ou viúvas dos proprietários, ou às filhas solteiras que ainda residiam com os pais.²⁴ Dessa forma, ao encontrarmos as mulheres com o termo *Dona* à frente de seus nomes, podemos concluir que era uma evidência do poder econômico e social que elas detinham.

Dona Eufrásia Lanthemann Poppe, após a viuvez, é listada no *Almanak Laemmert* dos anos de 1850, 1851 e 1852 como fazendeira de café com beneficiamento de *estufa e terreiro de pedra*, ou seja, além de produzir o café, sua fazenda possuía todos os aparatos para a preparação desse produto para a comercialização, como o terreiro de secagem do café feito de pedra.

Os terreiros de secagem de café, como o próprio nome diz, eram inicialmente feitos de terra. Em lugar bem seco, nivelados e pilados de forma que não soltassem terra ou o menos possível. Porém eram muitos dispendiosos aos fazendeiros. Devido ao período de chuvas, eram destruídos pelas águas e, em seguida, cobertos por matos, necessitando uma reconstrução permanente. Surgiram, então, os terreiros calçados de pedra, permanentes e bem mais eficientes.²⁵

A riqueza de Dona Eufrásia era proveniente do casamento com o alemão João Dedrique Poppe, que era um próspero negociante de café, e de sua família, que também era possuidora de terras na Vila de Cantagalo. Um dos fatos que confirma essa afirmação é um registro de compra de terras feito por João Curty no ano de 1873, em que limites da terra a ser adquirida confrontam com a propriedade da mãe de Eufrásia, Veronica Lanthemann. Além disso, em 1885, o irmão de Eufrásia, Tertuliano Lanthemann, vendeu umas terras a José Joaquim Rosa pela quantia de novecentos mil réis [900\$000], demonstrando que sua família tinha posses.

No ano de 1851, no *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal*, Dona Eufrásia emitiu uma nota de leilão de uma fazenda de seu finado marido:

Na vila de Cantagalo, é pelo juízo municipal tem de andar em hasta pública de venda e arrematação a quem mais der, uma fazenda de cultura em terras

²⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. *Espacio, Tiempo y Forma*, série IV, H^a. Moderna, t. 3, p. 367-386, 1990.

²⁵ Terreiro de secagem de café de cal com a técnica do macadame. *Identidades do Rio*. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/node/197>. Acesso em: 18 out. 2021.

para cinco quartos, próprias para toda a plantação, com diversas benfeitorias, como casa de vivenda, paiol, senzalas, enfermaria, estufa, engenho de pilões, dito de cana, dito de serrar, e outras muitas obras; pasto gramado, terreiro de pedra, e outras muitas benfeitorias, que tornam completa uma fazenda montada, com bons cafezais em boa disposição; duzentos e quatro escravos de todas os tamanhos, sexos e idades, além de porcada, gado vacum, tropa de sessenta e cinco bestas arreadas, e outros animais; mobília da casa, trastes e utensílios próprios da fazenda; tudo avaliado em duzentos e onze contos quinhentos contos, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos réis [...]. Cantagalo, 8 de outubro de 1851 – Eufrásia Lanthemann Poppe.²⁶

O anúncio do leilão da fazenda do falecido esposo de Dona Eufrásia foi feito em decorrência da quitação de dívidas que ele tinha com Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, um indicativo de que o marido de Eufrásia detinha prestígio na região, visto que fazia negócios com o barão. A própria Eufrásia “assina” o anúncio do leilão, mostrando que ela estava ativamente envolvida nesse processo. Além disso, após o leilão da fazenda, Dona Eufrásia ainda continuou sendo mencionada no *Almanak Laemmert*, no ano de 1852, como fazendeira, indicando que ela possuía outras propriedades produtoras de café. Henrique Bon, ao discorrer sobre a genealogia da família Lanthemann, afirma que Eufrásia casou-se com Joaquim de Souza Pereira sem comunhão de bens; provavelmente, ela tinha a intenção de proteger bens que possuía.²⁷

A próxima Dona que analisaremos é Martha Ludolf Bellieni, que era filha de Joseph Ludolf e Jeanne Claudine Minari e casada com Francisco André Bellieni, membro de uma família italiana que morava na Vila de Cantagalo. Francisco André Bellieni era fazendeiro de café com beneficiamento de *terreiro de pedra*, assim como Dona Eufrásia em 1850 e 1860, de acordo com o *Almanak Laemmert*. Seu marido era um homem de posses, o que deu à sua esposa o título de Dona. Porém, a família de Martha, os Ludolf, também era uma família próspera, acumulando propriedades e cargos públicos na vila, o que também pode explicar o termo “dona” ser empregado para Martha.

Em 1874, já viúva, Dona Martha Ludolf Bellieni comprou uma casa no valor de cinco contos de réis [5:000\$000] de Dona Anna Porcina

²⁶ *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal (RJ)* – Ed. 247, 1851, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=lantemant&pagfis=5202>. Acesso em: 14 jul. 2020.

²⁷ BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...*

Barboza. A casa possuía quatro janelas e um largo portão de frente e era “firmada” nos terrenos da Câmara Municipal. Esse registro indica que, além de Dona Martha Ludolf adquirir um imóvel que se localizava no centro da Vila de Cantagalo, ela já possuía outras propriedades que confrontavam com essa casa. Carlos Bacellar afirma que as atividades econômicas, de grande porte, eram confiadas às mãos das viúvas, que dirigiam os negócios da família mesmo quando possuíam filhos emancipados. “Regiam seus negócios com grande desenvoltura, tal como teriam feito seus maridos.”²⁸

Além de possuir propriedades, Dona Martha adquiriu escravos. Em 1882, ela comprou uma escrava de Jacinto Ribeiro do Amaral. Abaixo, transcreveremos a escritura de compra de uma escrava feita por ela:

Escritura de venda de uma escrava que faz Jacinto Ribeiro do Amaral a Dona Martha Ludolf Bellieni como abaixo se segue:

Saibam quantos esta virem, que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1882 aos 23 de novembro nesta cidade de Cantagalo em meu cartório, compareceram como outorgante Jacinto Ribeiro do Amaral morador do município de Niterói representado por seu [...] procurador Jurandir José Borges que exibiu a procuração e fica averbada e como outorgada D. Martha Ludolf Bellieni moradora deste termo, os presentes reconhecidos pelos próprios das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas do que dou fé, perante as quais pela outorgante foi dito que era senhor e possuidor da escrava Damiana, preta, 33 anos, solteira, de raça, matriculada em [...], Paraíba do Norte, em setembro de 1872, sob números 773 da matrícula e averbada em Niterói em 28 de fevereiro de 1881, como tudo fez certo com os documentos que apresentou e dou fé, e como a possui livre e desembaraçada de qualquer ônus, assim a vende como de fato vendida tem de hoje para sempre ao outorgado pelo preço de 800 mil réis, que já recebeu em moedas correntes e por isso lhes dá plena e geral quitação de pago e satisfeito para nada mais pedirem em tempo algum por si, seus herdeiros e futuros sucessores, cedendo desde já aos compradores todo o direito, domínio, posse e ação que na mesma escrava tinha e promete a todo tempo fazer esta venda boa, firme e valiosa e que para seu título, e declaração lhes passava a presente com a clausula constituti. Presente a outorgada por ela foi dito que aceitava esta escritura como lhe era feita e me apresentou o conhecimento número 8 datado de 12 do corrente, pelo qual pagou na Coletoria de Nova Friburgo 50 mil réis de imposto, assinado pelo coletor C. Valles e o Escrivão Souza. E de assim terem dito e outorgado me pediram este instrumento que lhes li, aceitaram e assinaram

²⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *A mulher em São Paulo...*

com as testemunhas Manoel Joaquim Vieira e José S [...] de Mello reconhecidos de mim Guilherme Schmid Barbosa escrivão de paz que escrevi.

Jurandir José Borges
Martha Ludolf Bellieni
Manoel Joaquim Vieira
José de Mello²⁹

Notemos que, na escritura de compra da escrava Damiana, a própria Dona Martha vai até o cartório da Vila para oficializar o negócio, indicando que ela sabia ler e escrever, tanto que ela assina a escritura. Segundo Muriel Nazzari, a partir do século XVIII houve um aumento da alfabetização das mulheres proprietárias. “A alfabetização já não era peculiaridade exclusiva de gênero; em lugar disso, relacionava-se com a classe.”³⁰

Assim como Dona Martha Ludolf Bellieni, encontramos no mesmo Livro de Escritura de Compra e Venda de Escravos a Dona Maria Luiza Lemgruber, viúva de Fidel Lemgruber, comprando uma escrava no ano de 1881 no valor de um conto de réis [1:000\$000], sendo que a própria se dirigiu ao cartório e assinou a escritura, demonstrando que também sabia ler e escrever.

Figura 1: Assinatura de Dona Maria Luiza Lemgruber



Fonte: Livro de Compra e Venda de Escravos 001, Câmara Municipal de Cantagalo, 1881, p. 038V. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

A Dona Maria Luiza Lemgruber era filha de Joseph Johann Constantin Luterbach e Marie-Barbe Regine Monnerat, ou seja, ela era descen-

²⁹ *Livro de Compra e Venda de Escravos 001*. Câmara Municipal de Cantagalo, 1882. Centro de Memória Documentação e Pesquisa de Cantagalo.

³⁰ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote...*

dente de duas famílias suíças, os Luterbach e os Monnerat; casando-se com Fidel Lemgruber, passou a fazer parte de mais uma família suíça. As três famílias eram prósperas na Vila, acumulando riquezas através da produção cafeeira, possuindo terras e escravos. Nos Registros Paroquiais de Terra do século XIX, encontramos uma declaração de posse de uma sesmaria na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo em nome de Fideles Lemgruber [o mesmo Fidel Lemgruber, marido de Maria Luiza], indicando as posses da família:

Declara Fideles Lemgruber que por titular legítimo de compra possui nessa Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, termo de Cantagalo, uma sesmaria de terras medidas e demarcadas, terras de cultura onde reside atualmente, limita por um lado com a Fazenda de João da Costa Soares e por outro com Daniel José da Silva e por outro com terras do Padre Paulo, e por outro com diversas posses. Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, 24 de janeiro de 1856.³¹

Dona Maria Luiza Lemgruber administrou após a viuvez o patrimônio familiar e adquiriu propriedades. No ano de 1880, ela adquiriu de seus genros e de seu filho terras na “Fazenda Monte Alegre” no valor de sessenta contos, duzentos e vinte e cinco mil réis [60:225\$000]. Maria Beatriz Nizza afirma que a situação da viuvez levava as mulheres a assumir a gestão do patrimônio familiar tanto no meio rural como no urbano. A historiadora disserta sobre os engenhos nas mãos de mulheres e explica que, “desde as senhoras de engenho às simples roceiras, as mulheres cuidavam de seu patrimônio e faziam-no render através de uma produção agrícola [...]”³².

Com a análise no *Almanak Laemmert*, é possível identificar as mulheres à frente dos negócios de suas famílias na Vila. As Donas e as viúvas sempre estão presentes, mostrando que a atividade das mulheres na região também era uma realidade bem corrente. “Temos, pois, uma mulher economicamente muito ativa [...]. Embora muitos espaços lhes fossem vedados – os cargos públicos, a magistratura –, nada nos permite visualizá-las como recolhidas em suas casas [...]”³³

³¹ Registros Paroquiais de Terras, Livro 24, C\Nossa Senhora do Carmo, 1886. Disponível em: www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=11302. Acesso em: 23 jul. 2020.

³² NIZZA, Maria Beatriz. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 85-98, jan./dez. 1996.

³³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *A mulher em São Paulo...*

Entre as viúvas fazendeiras da Vila de Cantagalo, estava também a suíça Maria Folly Curty, que, por vezes, é chamada de “Viúva Curty”, “Madame Folly” ou “Maria Curty” nas fontes em que pesquisamos. Ela era filha de Jean-Joseph Folly e Marie Frivelinde e casada com Joseph Laurent Curty.³⁴

Tanto a família Folly como a família Curty possuíam bens, mas Joseph Laurent Curty, marido de Maria Folly, conquistou riquezas tanto com a produção cafeeira como com o transporte do café com suas tropas de bestas. Após a viuvez, Maria Folly Curty administrou a fortuna familiar, continuando o negócio de seu marido e fazendo o patrimônio crescer. Janaina Botelho afirma que Marie Folly Curty, “conhecida como Madame Curty, aumentou ainda mais o patrimônio da família com a tropa de mulas que possuía conduzindo produtos da região até Porto das Caixas, atualmente município de Itaboraí”³⁵.

No *Almanak Laemmert* dos anos de 1858, 1860, 1865, 1876, 1880 e 1883, a viúva Curty é listada entre os fazendeiros de café. Nos Livros de Transcrição de Imóveis, notamos que as terras dessa viúva constantemente confrontavam com as propriedades adquiridas por outras pessoas, revelando que ela possuía muitas terras. Nos Registros Paroquiais de Terras, há o registro de posse de terras de Maria Folly Curty e seus filhos, evidenciando que ela ficou responsável pelas propriedades familiares, legitimando sua posse:

A abaixo assinada Maria Folly Curty, como coerdeiros seus filhos Jose Curty, Francisco Curty e seu genro Manoel Meunier, em observância do artigo noventa e um do decreto número mil trezentos e dezoito de trinta de janeiro de mil oitocentos cinquenta e quatro, declaram que possuem em Distrito e Freguesia de São Pedro do Cantagalo, três porções de terras, em tudo de duzentos e quarenta e cinco alqueires de plantas, pouco mais ou menos, uma parte denominada a Campo Alegre, que possuem parte como [...] que foi o do finado marido e pai José Curty no ano de mil oitocentos e vinte e três, e parte comprada do falecido José Castellar, de que tem títulos e documentos com a competente diz paga [...].³⁶

³⁴ Marie Folly – Genealogia da família Folly. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...* p. 453.

³⁵ BOTELHO, Janaina. Um milagre em São Sebastião do Paraíba. *A voz da Serra*. 22 de fevereiro de 2018, História e Memória. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/um-milagre-em-sao-sebastiao-do-paraiba>. Acesso em: 19 out. 2021.

³⁶ Registros Paroquiais de Terras, Livro 28, C\ São Sacramento, 1855. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=REG_TERRA3&Pesq=lengruber&pagfis=3631. Acesso em: 19 out. 2021.

Sem dúvida, Maria Folly Curty era uma viúva de muitos bens, que administrava a fazenda, comandava seus escravos e os negócios da família. Leila Alegrio assegura que as mulheres fazendeiras assumiam as rudes tarefas da fazenda, controlando as terras, os capatazes, os escravos, a alimentação geral e os negócios.³⁷

A última viúva que iremos citar é Anna Maria Heggendorn, a Viúva Monnerat. Ela era filha de Joseph Heggendorn e Anne Marie Goetschi e era casada com Jean-Joseph Monnerat.³⁸ Após enviudar, ela assumiu a administração das fazendas e outros negócios junto a seus filhos. Assim como Maria Folly Curty, a Viúva Monnerat também manteve prósperos os negócios da família: as tropas de mulas que transportavam o café da Vila de Cantagalo até Porto das Caixas. Segundo Clélio Erthal, entre os tropeiros estava a tropa da Viúva Monnerat & Filhos³⁹, que lhe permitiu tornar-se próspera. Essa viúva também é citada no *Almanak Laemmert* como *fazendeira de café* nos anos de 1880 a 1883, indicando, inclusive, que essa viúva possuía mais de uma fazenda.⁴⁰ Além das fazendas, a Viúva Monnerat também adquiriu outras propriedades e escravos.

Essa viúva fazia seus negócios junto com seus filhos, indicando uma sólida sociedade entre eles. A família Monnerat conquistou hegemonia econômica, instalando-se na Freguesia da Conceição das Duas Barras do Rio Negro (uma das Freguesias da Vila de Cantagalo, onde atualmente é o município de Duas Barras), aumentando o patrimônio familiar. Esse poder dos Monnerat alargou-se e, como prêmio, um distrito do atual município de Duas Barras foi condecorado com o nome Monnerat. De acordo com Maria Beatriz Nizza, se o trabalho que as viúvas desempenhavam era de gerir os bens, administrar a produção agrícola, supervisionar os feitores e capatazes e responsabilizar-se pelos negócios mercantis da família, essas

³⁷ ALEGRIO, Leila. *O café, o Vale do Paraíba e a mulher fazendeira*. 2009, p. 451-466. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/28_leila-alegrio.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

³⁸ Anna Maria Heggendorn – Genealogia da família Heggendorn. In: BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro...*

³⁹ ERTAL, Clélio. *Cantagalo da miragem do ouro...*

⁴⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ed. 00037, 1880, p. 1.210. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=48719>. Acesso em: 19 out. 2021.

atividades deviam ser encaradas como trabalho, do mesmo modo que são quando os homens as desempenhavam.⁴¹

Desde o início de nossa pesquisa sobre o tema da imigração, conscientizamo-nos de que não era possível esgotar o assunto, mas nos foi possível iniciar uma discussão que ainda tem muito a desenvolver-se. Os méritos dos avanços obtidos por essa pesquisa devem-se à documentação que vem sendo preservada através do Centro de Memória Documentação e Pesquisa. Há muito a ser dito sobre as famílias, sobre as mulheres e sobre os descendentes suíços. Acreditamos que nossa pesquisa tenha dado um passo adiante na recuperação dessa história, principalmente sobre a atuação feminina nesse mundo rural.

As mulheres suíças da Vila de Cantagalo desempenharam seus papéis como chefes de domicílio de forma que não apenas mantiveram seus bens, como também aumentaram o patrimônio familiar eficazmente. Assim como as mulheres que analisamos, outras tantas também assumiram a responsabilidade de chefiar suas famílias, longe de sua terra de origem, mas buscando de todas as formas adaptar-se ao “Novo Mundo” e ascender socioeconomicamente. A partir da análise das fontes, conseguimos constatar que elas, mesmo morando em um país diferente, eram ativas em suas funções, no entanto a atividade feminina em Cantagalo ainda tem muito a dizer, sendo necessário o fomento de novas pesquisas sobre essas personagens, trazendo novas perspectivas para a história regional.

⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres Brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu*, (4), 2008, p. 75-96. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763>. Acesso em: 19 out. 2021.

Suíços: de Cantagalo a Macaé – As migrações internas ditadas pelo “ouro negro”

Henrique Bon
Médico e Escritor

A história da migração suíça para a futura Nova Friburgo, à época apenas Morro Queimado, uma fazenda encravada entre as montanhas do vasto território da Cantagalo de então, já foi abordada por estudiosos e historiadores do Brasil e exterior. No entanto, vale uma pequena recapitulação no presente artigo por conta do impacto social e demográfico nas regiões adjacentes nos anos que sucedem 1820.¹

Fruto do dilema helvético entre crescimento populacional e geografia, associado ao desejo das autoridades portuguesas de equilibrar a balança étnica brasileira através da introdução do branco europeu² no território, cerca de 2.000 suíços atravessaram o Atlântico em 1819 para se estabelecer em definitivo no interior fluminense. Para tal, o governo do Cantão de Fribourg – representado pelo misto de aventureiro, negociante e diplomata Sebastien Nicolas Gachet³ – e a corte instalada no país desde 1808 teriam cele-

¹ Os interessados na história da migração suíça de 1819 poderão utilizar como fonte os livros NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995; BON, Henrique. *Imigrantes. A saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004, entre outros

² Não nos esqueçamos de que a revolução do Haiti havia ocorrido entre 1791 e 1804, assombrando as elites coloniais com o fantasma de uma revolta de escravos. Mesmo anteriormente, no entanto, intelectuais radicados no Brasil, entre esses o jesuíta lisboeta Manuel Ribeiro da Rocha, já teorizavam sobre o risco dos “domésticos-inimigos”, cuja população crescia vertiginosamente em função do tráfico – Sobre Ribeiro da Rocha e o impacto da revolta no Haiti entre as elites lusas, ver AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³ Nascido em Paris, de pai da Gruyères, Gachet, antigo funcionário burocrático do Reino de Nápoles sob Murat, decide, em 1817, migrar para o Brasil e solicita ao governo cantonal de Fribourg autorização oficial para apresentar junto à corte lusa uma proposta de migração para o Brasil, de seus concidadãos. Ver NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995, p. 43 e 44.

brado, em 1818, o que chamaram de “convenção”, na qual se previa a vinda de cem famílias, agricultores em sua maioria⁴, de religião obrigatoriamente católica, as quais seriam contempladas com terras, animais, sementes e instrumentos agrícolas, assim como com subsídios em dinheiro por dois anos.⁵

Não obstante, a desorganização, as cobranças de taxas indevidas dos imigrantes, a arregimentação excessiva de candidatos ao traslado, a permanência muito além do previsto em acampamentos precários no litoral holandês⁶ – que resultaria em quase um quarto de óbitos entre os futuros colonos –, em torno de 1.500 indivíduos alcançariam Nova Friburgo e seriam, no início de 1820, contemplados com cem casas simples na futura vila e igual número de glebas retangulares, de 300 por 750 braças, que se estendiam das proximidades da confluência dos rios Santo Antônio e Cônego até as vizinhanças do atual distrito de Lumiar, sem, no entanto, alcançá-lo. Tais unidades agrícolas, numeradas de um a cem⁷ e conhecidas posteriormente como “números coloniais”, seriam compartilhadas por cerca de quinze indivíduos, que formavam as famílias artificiais⁸, sendo vedado a essas o deslocamento da colônia recém-criada para qualquer outra paragem.

Estavam, pois, os suíços aprisionados às suas terras e à cultura de subsistência para a qual haviam sido trazidos ao Brasil, não obstante o ca-

⁴ Os organizadores helvéticos comprometiam-se a trazer entre os agricultores alguns carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros, moleiros, alfaiates, tecelões e outros artífices. Viriam também médicos, veterinário, boticário e dois professores. Vide Art. VI e VII das “Condições... para uma colônia suíça nos Estados do Brasil”. NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 236.

⁵ Cada colono suíço acima de três anos receberia como subsídio 160 réis por dia no primeiro ano e 80 réis no segundo ano. Além disso, ficariam livres de taxações por um período de dez anos, à exceção do quinto relativo ao ouro. NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 236.

⁶ Trezentos e onze imigrantes pereceriam na travessia, somando-se a esses quarenta e um na Holanda e uma centena nos primeiros meses de Brasil. Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Livro de óbitos 1.

⁷ Além das cem primeiras, outras vinte glebas na extremidade distal do quadrilátero seriam reservadas para futuras trocas.

⁸ Em função do número de imigrantes maior do que o previsto na Convenção de 1818, os organizadores ampliaram artificialmente o conceito de família, juntando sob o mesmo teto parentes próximos (primos, cunhados, concunhados, por exemplo) ou mesmo grupos heterogêneos que teriam em comum a origem comunal, o idioma ou a religião para a composição de cada uma das casas. Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Manuscrito do Abade Jacques Joye/ Livro de Tombos 5.

ráter heterogêneo das glebas, algumas próprias para o cultivo e outras ainda hoje desertas. Muito cedo, portanto, a insatisfação tomaria conta desses novos portugueses⁹, e grande parte deles abandonaria seus lotes. Um relatório do chefe de Polícia Charles Emmanuel François Quevremont – ele mesmo um imigrante – assinala em 1824 nada menos do que trinta e uma glebas completamente abandonadas, sendo algumas redistribuídas aos alemães chegados naquele ano.¹⁰

Ainda em 1820, a inquietação já se faz sentir. A curva de óbitos nos primeiros três meses de Brasil é elevada por conta principalmente das enfermidades trazidas de bordo, e o médico Jean Bazet chega a se ocupar de seiscentos enfermos.¹¹ O inspetor da colonização estrangeira, Pedro Machado de Miranda Malheiros, exige dos recém-chegados que trabalhem gratuitamente em obras públicas, de sorte que nos últimos dias de julho apenas trinta e duas famílias terão condições de se dedicar à atividade agrícola.¹² Em agosto, no entanto, nove meses após a chegada do primeiro contingente¹³, quase todos os colonos já **estavam** em seus lotes e recebem das autoridades milho, feijão-preto, mudas de videira e, posteriormente, trigo. Receberam também as primeiras cabeças de gado.

Chuvas torrenciais, no entanto, desabam em novembro e dezembro, e os rios transbordam.¹⁴ A primeira lavoura de subsistência fracassa em função das intempéries, e os suíços, por cláusula da Convenção, sabem que só poderão contar com os subsídios por dois anos.¹⁵ Restritos à paisagem serana, assistem impotentes ao incremento do café nas “terras quentes” da vizinha Cantagalo, território do qual haviam sido apartados naquele ano com a criação da vila de Nova Friburgo. A procura por terras agricultáveis

⁹ Uma cláusula da Convenção de 1818 estabelecia a naturalização imediata dos colonos.

¹⁰ Ver documento pertencente ao Acervo da Fundação D. João VI/ Nova Friburgo.

¹¹ Ver documento pertencente ao Arquivos da Fundação D. João VI/ Nova Friburgo.

¹² NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 198.

¹³ O navio *Daphné*, primeiro a chegar, lança ferros na baía de Guanabara em 04 de novembro de 1819.

¹⁴ NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 200.

¹⁵ Longe de representar quantias significativas, os 160 reais diários auferidos pelos imigrantes como subsídios corresponderiam, segundo Jorge Miguel Mayer, José Carlos Pedro e Maria Regina Laforet, “ao custo alimentar de um escravo no Rio de Janeiro”. Ver MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos; LAFORET, Regina. *As Malas órfãs: A bagagem dos colonos suíços*. Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado).

faz com que um grupo desses desça para o vale do rio Macaé e em algum ponto entre as atuais Sana e Lumiar parta para o confronto com quilombolas ali estabelecidos.¹⁶ Tal refrega é trágica para os últimos, obrigados a abandonar suas lavouras, não sem antes oferecer alguma resistência. Nela, os imigrantes Jean Laurent Sardenberg, que acompanhara o sogro Antoine Cretton na empreitada, têm um dos pés transfixado por uma farpa de bambu escamoteada em uma armadilha.¹⁷ O mesmo Sardemberg em dezembro de 1824 será declarado ausente pelo inspetor Miranda¹⁸, que cobrará dos subordinados dar-se um destino às terras anteriormente cedidas ao imigrante “há anos fora da colônia”¹⁹.

Para Martin Nicoulin, já em novembro de 1821 vinha ocorrendo a concessão de novas terras “aos colonos que assim o desejarem... nas paragens de Macaé” por parte do novo diretor da colônia, João Vieira de Carvalho. Ele mesmo ordenava que os interessados tomassem posse rapidamente das novas glebas, antecipando-se a uma sociedade financeira do Rio de Janeiro, que estaria interessada na região. Nicoulin assinala ainda que Charles de Sinner teria sido repellido quatro vezes por brasileiros, até finalmente se estabelecer nas proximidades do rio, navegável em seu curso inferior. O mesmo ocorreu com outros imigrantes, dentre esses Jean Anklin, o genovês Domenico Pastine, François Xavier Monnerat e Simon Antoine Mettraux.²⁰ No entanto, para alguns tal ocupação seria efêmera, posto que pouco tempo depois se pode verificar a presença de Anklin no município de Campos, Monnerat em território da atual Duas Barras e Mettraux na Pena. O próprio Pastine terminaria seus dias em 7 de novembro de 1846 em algum ponto do vasto município de Cantagalo.²¹

O ano de 1821, aliás, será decisivo para o destino dos recém-chegados. Castigados ainda pelas chuvas de todo o verão, que alagam a vila e

¹⁶ Arquivo da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Loc. Seção de Manuscritos. Offício assinado pelo encarregado da Colônia de Nova Friburgo.

¹⁷ CRETTON, Antoine. Une lettre de la Nouvelle Fribourg (1823). In: *Annales Fribourgeoises*, p. 195-196, 1924.

¹⁸ Pedro Machado de Miranda Malheiro, nomeado Inspetor da Colonização estrangeira por D. João VI ainda em 1818, declinaria da função em 1821 por ocasião do retorno do monarca a Portugal. Seria, no entanto, reconduzido ao cargo por Pedro I.

¹⁹ Ver documento pertencente ao Acervo da Fundação D. João VI/ Nova Friburgo.

²⁰ NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 222.

²¹ Livro de Óbitos da Igreja Matriz de Cantagalo.

destroem as lavouras, e temerosos de que a partida em abril do mentor da colonização, D. João VI, para Portugal por conta da Revolução do Porto os mergulhe no completo abandono, assistem ainda à substituição dos subsídios por vales semanais, cujo risco potencial provoca a majoração dos preços. Observam-se igualmente fraudes nos pesos e medidas dos gêneros adquiridos pelos suíços.²² Organizam-se esses então em comissão junto à corte para a obtenção, finalmente em 29 de agosto daquele ano, do direito de deslocamento para outras paragens.²³

No entanto, as restrições anteriormente impostas não seriam obstáculo intransponível para alguns. Além do já referido Sardenberg, que se dirige para o Sana em 6 de agosto de 1821, já encontraremos assinalado em Cantagalo o óbito do suíço da Gruyère Michel Castella, de 33 anos.²⁴ Solteiro e radicado no primitivo município, sucumbiria esse vitimado por gangrena após ter um dos membros inferiores esmagado por uma árvore durante um processo de derrubada, certamente para o plantio de café.

De toda forma, o magnetismo exercido pelo café desde os primórdios da colônia de Nova Friburgo, independente das agruras enfrentadas pelos imigrantes nas montanhas, exerceria seu papel avassalador, fosse em direção ao Sana, à Nossa Senhora das Neves e ao litoral, via rio Macaé, fosse para o vale do médio Paraíba, com repercussões até mesmo em sua foz.

No primeiro grupo se destacaria o já conhecido Jean Laurent Sardenberg, que, após breve período na corte, iria radicar-se definitivamente em Macaé, levando com ele parte da família de sua esposa Marie-Françoise Cretton. Anos depois, participaria como jurado do célebre julgamento de Motta Coqueiro e responderia por um efêmero vice-consulado suíço, criado em sua região.²⁵

Nos anos seguintes a essa primeira ocupação e, em alguns casos, quase concomitantemente a ela, estabelecer-se-iam também na Freguesia de Nossa Senhora das Neves alguns membros das famílias Jaccoud, Musy, assim como

²² NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 201.

²³ A comissão dos imigrantes é composta pelo padre Jacob Joye, o médico francês Jean Bazet, o chefe de polícia Quevremont, o juiz ordinário Alexis Thorin e o veterano coronel Karl Schmid. Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Loc. Seção de manuscritos, Offícios, ordens... p. 282-284.

²⁴ Acervo da Igreja Matriz de Cantagalo – Livro de óbitos.

²⁵ Documento do Arquivo Federal de Berna.

os alemães Gradwohl e o boêmio Albert Pockorny, esse um mercenário do Regimento de Estrangeiros, que dera baixa por razões de saúde.²⁶

Outro suíço, com numerosa família, tomaria os rumos da região do Sana, na então Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do rio Macaé. Seria ele o membro do patriciado *friburguês*, François-Antoine Nepomucene de Schueler. Antigo integrante do Conselho de Polícia em seu Cantão natal, tivera, não obstante, problemas com a justiça²⁷, provável motivo de sua migração juntamente com a esposa Marie Catherine Ignace Stoecklin – que morreria a bordo do veleiro Deux Catherines – e dez filhos, dois dos quais com o mesmo destino da mãe.²⁸

Schueler, homem de cultura formal acima da média e que se expressava igualmente em francês e alemão²⁹, talvez por sua condição de aristocrata permaneceria apartado dos demais colonos. Ele manteria, no entanto, relacionamento próximo com um sobrinho da mulher, que acompanhou o casal na aventura sul-americana. De nome Jean Auguste Constantin Stoecklin, também integrante do patriciado, viria ele a se casar em Nova Friburgo, em 13 de novembro de 1820, com a prima Françoise Alexandrine de Schueler e se estabeleceria em uma fazenda à qual deu o nome de “Annonciade” nas proximidades das terras do sogro e tio.

Stoecklin iria protagonizar décadas depois um curioso episódio que ele mesmo se encarregaria de relatar em cartas à irmã que havia permanecido na Suíça. Próspero fazendeiro de café, oriundo de família vinculada a uma rígida hierarquia social e identificado na terra de adoção aos discursos e ações das elites agrárias luso-brasileiras, ele objetivava em 1842, por força da recente política britânica em relação ao tráfico, substituir gradualmente o braço escravo por colonos livres, os quais pretendia – reeditando o próprio trajeto de vinte e dois anos antes – trazer da Suíça. Naturalmente os novos colonos deveriam manter-se atrelados aos interesses dos latifundiários de então, o que vale dizer: migrariam sob forte restrição ao livre acesso a

²⁶ Segundo Armino Müller, Pockorny, anos após seu matrimônio com Anna Barbara Dauth, teria desaparecido, levando com ele as economias da esposa. MÜLLER, Armino L. *O começo do protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª Comunidade Luterana no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Estadunidense, 2003.

²⁷ Segundo os *Archives d'Etat de Fribourg*, fora ele acusado em 1815 de haver se apropriado de determinadas moedas de ouro de um conterrâneo.

²⁸ Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Livro de óbitos 1.

²⁹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Registro Geral dos Colonos Suíços.

terra e estariam subordinados por contrato aos que iriam financiar tais importações de mão de obra.

Em 27 de janeiro de 1842, dois anos antes que o Senador Vergueiro iniciasse o malogrado projeto da Fazenda Ibicaba, Stoecklin escreveria à irmã e ao cunhado:

Aqui faltam somente braços e estes se tornaram raros em razão da política desses danados ingleses que querem que o tráfico de escravos acabe e em seus cruzeiros no mar fazem apreensões contínuas. Mas os brasileiros não deixam de fazer contrabando e muitos têm sorte de escapar. Isso não impede que um negro seja vendido a seiscentos e setecentos mil reis, importância enorme para um brutamontes que ao chegar ao país só tem o rosto humano que o distingue dos animais. Se nosso governo não cuida com energia de suprir a falta de braços, seja trazendo colonos, seja derrotando esses malditos insulares, eu não sei o que será do Brasil. Nosso país é agrícola e não industrial. Nós não temos fábricas, tudo vem do estrangeiro. Fala-se muito que nossos cônsules estão encarregados de entrar em entendimentos com as cortes estrangeiras para trazer colonos. Espera-se atualmente seis mil de diferentes nações, mas esse número é pequeno para um país tão grande.³⁰

Mais adiante, expressaria seu projeto, solicitando o apoio dos parentes que permaneceram na Suíça:

Eu já tenho um plano, se não pudermos mais trazer negros, trazer suíços às minhas custas, pagando-lhes a passagem e dando-lhes 200 reis por dia, preço para trabalhar a terra, fazendo-os assinar um compromisso de 6 a 8 anos perante o Cônsul da Suíça. A passagem seria deduzida dos seus ganhos, a saber: 12 % no primeiro ano, 18 % no segundo até pagamento integral [...] eu colonizarei minha terra, suficientemente grande para ocupar 60 a 70 famílias, o que me proporcionará bom rendimento. [...] Como há tantos pobres na Suíça, eu acredito que haverá mais de um querendo se expatriar [...].

As cartas de Stoecklin que sobreviveram ao tempo e repousam hoje nos Arquivos Cantonais de Fribourg são poucas, mas o suficiente para que seja descortinado o desfecho de tal empreitada. Em uma correspondência de maio de 1855, ele admite haver debatido a questão com o próprio Senador Vergueiro. Tal personagem, mescla de político e cafeicultor muito influente no segundo reinado, teria sugerido ao fazendeiro suíço uma audiência com o imperador, posto que o governo estaria disposto a despender seiscentos mil francos por ano no financiamento da migração europeia. Recebido pelo monarca, Stoecklin parece obter sucesso em um primeiro

³⁰ Cartas do colono Auguste Stoecklin de sua fazenda “Annonciade, das margens do rio Macaé” – *Archives d’Etat de Fribourg*.

momento, mas deixa entrever na correspondência a possibilidade de suborno por parte de funcionários do Ministério:

O governo imperial me concedeu subsídios para 50 colonos suíços com a condição de que eu os traga no prazo de um ano, a contar da data do meu contrato, assinado no dia 17 de abril do ano passado, mas unicamente para minha propriedade, ainda que eu tenha perguntado se poderia trazê-los também para outros fazendeiros. [...] A pessoa que apoiou meu pedido junto ao Imperador trabalha há algum tempo em um projeto de colonização aprovado por Sua Majestade, tendo sido formada uma companhia que emitiu um milhão de francos em títulos ... é um membro do Ministério da distribuição das terras, criado somente há dois anos e presidente desta Companhia que naturalmente tem interesse em que os fazendeiros a utilizem para trazer colonos sobre os quais provavelmente reterá uma comissão [...] já que nada hoje se faz sem interesse.

As palestras entre Vergueiros e Stoecklin, a julgar pelas cartas desse último, desciam a detalhes quanto à conveniência de um colono sobre o outro, conforme a origem, aptidão ou opção política e religiosa:

Me disse ele que [embora] os cantões onde se fala francês estejam mais acostumados a lavoura, Vaud, Geneve et Bern são protestantes e ainda que nossa Constituição admita todas as religiões, o governo imperial não veria com bons olhos que se trouxesse colonos protestantes ... os açorianos são bons trabalhadores, de uma nação robusta e adaptada ao clima do Brasil, mas, como dizem aqui, têm sangue português, nação antipática para o brasileiro, sua ovelha negra. O Governo prefere, portanto, suíços ou alemães, mais aptos ao cultivo da terra que os portugueses [...] bons somente para o comércio...

Stoecklin expõe detalhadamente seu plano aos familiares suíços na esperança de que esses arregimentem colonos para suas terras. Através das cartas, portanto, conheceremos a lógica de tais contratos e o quão vantajosas as cláusulas que beneficiariam o proprietário. O fazendeiro que obtivera subsídios sobre a quarta parte das passagens – cujo montante variava entre 200 a 280 francos conforme a distância e o número de famílias a transportar – procurava garantias de reembolso sobre os adiantamentos que deveria fazer ou simplesmente legava aos interessados na migração o ônus dessa quantia. No primeiro caso, as amortizações dar-se-iam em parcelas anuais, permanecendo o imigrante na condição de devedor, atrelado por contrato, já no desembarque. Era esse o método utilizado por Vergueiro, cuja execução provocaria uma revolta em sua fazenda paulista com vasta repercussão na Europa.³¹

³¹ Sobre a revolta da Fazenda Ibicaba, ver DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*: (1850). São Paulo: Martins, 1951.

Crianças menores de dez anos pagariam apenas a metade do estabelecido para os adultos, enquanto o transporte daquelas de colo nada custaria. Stoecklin havia obtido a garantia do misterioso personagem do Ministério de que não precisaria limitar-se aos cinquenta colonos inicialmente propostos, o que pode sugerir a possibilidade de uma intermediação para outros proprietários. A preferência recairia sobre famílias com mais filhos do que filhas, bem como jovens recém-casados. Eram contraindicadas aquelas cujos pais contassem mais de 50 anos, à exceção das que pelo número de filhos compensasse a desvantagem paterna. Preocupava-se o fazendeiro também em resolver tudo dentro do prazo estabelecido com o governo ou correria o risco de perder os subsídios.

Segundo o método Vergueiro, que Stoecklin se dispunha a utilizar *com todas as vantagens para o imigrante*, os homens sob contrato perceberiam 6.000 réis mensais (cerca de 12 francos suíços), as mulheres 4.000 (cerca de 8 francos suíços) e crianças a partir de 12 anos um terço do salário de um adulto (cerca de 4 francos suíços) mais alojamento e alimentação³². Tais cifras equivaliam a pouco mais do que ele mesmo percebera do governo ao chegar em 1820. Ou seja, apenas o suficiente para uma existência frugal e destituída de qualquer conforto.

Após o período de aclimatação – em torno de dois anos –, poderiam estabelecer-se “à meia” nos cafezais, cada família obrigando-se a tratar, limpar e colher os pés sob sua responsabilidade. Lavouras de subsistência seriam toleradas, mas para evitar que se ocupassem em demasia com as mesmas metade do excedente reverteria ao proprietário da terra, já que o café *rendia 100% mais que qualquer outro produto*. Após o reembolso da passagem, caso os colonos desejassem permanecer na fazenda, poderiam fazer jus a um salário melhor.

Stoecklin assinala ainda que, desde o fim do tráfico, os fazendeiros *estavam sempre a se queixar da falta de braços* a despeito da chegada mensal de açorianos ao porto do Rio de Janeiro, de qualquer forma em número insuficiente, uma vez que somente um grande fazendeiro de Cantagalo enco-

³² Na ocasião, segundo o próprio Stoecklin, 1 franco francês correspondia a cerca de 1,2 franco suíço. O missivista ainda assinala que um carpinteiro poderia receber entre 1500 a 1600 réis por dia, correspondendo, portanto, a quase sete vezes o salário de um trabalhador rural sem qualificação.

mendara mil colonos portugueses de uma só vez *para distribuir em suas fazendas*.³³

Alguns dos novos colonos trazidos por esse Gachet tardio puderam ser identificados.³⁴ Eram eles Walther Spitz, Charles Marie Fortuné Techtermann, Marie Caroline Thomas, François-Joseph Théophile Phillot, o queijeiro Pierre Joseph Ayer e sua mulher Marie Therese Signeaux, Pierre Brünisholz, Euphrosine Brünisholz, Romain Perritaz com a mulher Félicité Chammartin e três filhos, Antoine Demierre e a mulher Catherine Sallin, Jean Baptiste Louis Joseph Claraz³⁵ – que trabalharia na fazenda como professor –, os irmãos François Pierre e Claude Joseph Maillard, Jean Christophe Piller, a mulher Marie Antoinette Scyboz e sua prole de sete, assim como o veterinário viúvo Joseph Wicht³⁶ com cinco filhos.

A euforia inicial, porém, daria lugar ao desencanto. O grau de insatisfação gerado entre os colonos por conta das cláusulas draconianas de um contrato que na prática os aprisionava ao proprietário – à semelhança do que ocorrera na Fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro – faria com que muitos desses abandonassem as terras para as quais haviam sido destinados, a despeito das consequências jurídicas das evasões. No caso específico da “Annonciade”, alguns colonos simplesmente se deslocaram algumas léguas acima, homiziando-se na Fazenda Pedra Riscada, do compatriota Jean Claude Marchon, situada a cerca de três quilômetros da atual vila de Lumiar em território de Nova Friburgo.

Em 13 de novembro de 1856, Stoecklin arrepender-se-ia do projeto e lamentaria as escolhas dos *malditos colonos*, não poupando sequer o *preguiço-*

³³ Trata-se provavelmente de Antonio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, que chegara a possuir 21 fazendas na região.

³⁴ *Archives d'Etat de Fribourg* – Relação de Passaportes para o Brasil.

³⁵ Jean Baptiste Louis Joseph Claraz, que faleceria no Pará em 1871, era irmão do célebre explorador, fazendeiro e etnólogo suíço, estabelecido no Brasil e posteriormente na Argentina, George Claraz. Disponível em: https://www.latraceclaraz.org/images/Exposition_Georges_Claraz_2011.pdf.

³⁶ A família Wicht, radicada principalmente em Aldeia Velha, daria origem àquela que hoje no Brasil se denomina Victer. Tais colonos tardios estabeleceriam mesmo entre eles vínculos matrimoniais nas gerações seguintes, como o celebrado em Nova Friburgo aos 16/11/1867 por Pierre Joseph Amedée Wicht – filho do referido veterinário com a falecida Françoise Blanc – e Maria Justina Piller, filha de Jean Christophe Piller e Marie Antoinette Scyboz. O casal teria 11 filhos, alguns dos quais se transfeririam para Cantagalo, demonstrando o intercâmbio entre as zonas cafeeiras e a mobilidade espacial desses grupos. Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Livro de Matrimônio e de Batismo.

so, desagradável e até mesmo repugnante primo Joseph Stoecklin³⁷, que chegara em outubro. Valendo-se da condição de Inspetor do distrito e temendo o fato de que aquele portava seu nome de família, “que aqui está sem mancha”, o fazendeiro chegou a ameaçá-lo de deportação para o continente europeu caso continuasse a se portar da forma que considerava inaceitável.

Superlativo em suas perorações, Stoecklin, que anos antes também em carta expressara reservas quanto aos brasileiros, agora sob efeito da contrariedade que lhe causaram os colonos, considerava os primeiros *cem vezes mais educados, mais sóbrios, mais honestos que o europeu*. Sentindo-se abandonado por vários agricultores que trouxera, os quais, segundo ele, mesmo sob contrato haviam se estabelecido nas terras de Claude Marchon léguas acima, partiria para o Rio de Janeiro, queixando-se ao Ministro do Império e ao Cônsul da Suíça.

O parecer consular lhe daria razão, ainda que desencorajando a contenda. O governo imperial, por sua vez, desejava uma punição exemplar segundo Stoecklin, mas esse, desiludido e amargurado, hesitava em executar a lei 108 de 11 de outubro de 1837, que obrigava qualquer estrangeiro sob contrato a cumpri-lo sob pena de prisão ou multa, bem como responsabilizava criminalmente quem o acolhesse, no caso o vizinho Marchon.

Stoecklin, munido de um advogado de prestígio, chegaria a exigir de Marchon, em um primeiro momento, 400.000 réis a título de indenização, no entanto via-se ele ante a circunstância de uma batalha judicial com desfecho certamente favorável, mas de incalculável desgaste político. Reconhecia que, se fizesse executar a lei, seria *um terrível escândalo na Suíça*, em meio ao qual temia ser *amaldiçoado*, assim como a irmã e o cunhado que o haviam auxiliado a arregimentar os imigrantes. Mais adiante, algo pragmático, admitirá: *Seria ainda um meio bem mais demorado para receber a dívida*.

Tal disputa entre Stoecklin e Marchon contará com a mediação do cônsul suíço do Rio de Janeiro, temeroso das repercussões negativas advindas de um confronto envolvendo tantos compatriotas. Terminará provavelmente inconcluso devido ao falecimento de Marchon em 8 de junho de 1857.³⁸

³⁷ Trata-se de Charles-Adrien Olivier Grivet-Stoecklin, 41 anos (passaporte de 28 de novembro de 1855). Era professor e pretendia estabelecer uma instituição de ensino no Rio – *Archives d'Etat de Fribourg*.

³⁸ Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Livro de Óbitos 1.

Integrante de um grupo privilegiado, Jean-Auguste Constantin Stoecklin jamais abandonaria de todo os vínculos com o país natal, registrando também em seu cantão de origem todos os cinco filhos brasileiros. Desses, pelo menos um, Augusto Conrado de Stoecklin, vivia em Macaé por volta de 1860, ainda que fizesse parte da “abbaye des Marchands” da Fribourg paterna.

Outros estrangeiros, colonos de 1819, descendentes próximos, ou ainda chegados posteriormente, agregar-se-iam por matrimônio aos Sardenberg, Schueler e Stoecklin, deslocando-se alguns para o vasto município de Macaé. Entre esses, vinculados aos Sardenberg, podemos citar o francês Casimir Caire³⁹, casado com Paula Sardenberg; Paulina Francisca Jaccoud⁴⁰, casada com Joaquim Lourenço Sardenberg; e o suíço do Valais Jean-Baptiste Denys⁴¹, casado com sua prima Carolina Francisca Sardenberg. Próximos dos Schueler teremos, além do próprio Stoecklin, o suíço Jean Joseph Moura, consorciado com Marie Elisabeth Rosalie de Schueler; a suíça Pauline Gendre, casada com Joseph Nicolas Charles Ladislas Edouard de Schueler⁴²; o suíço Benoit Musy, que manteria um relacionamento estável com Marie Anne Rosalie de Schueler. Curiosamente, sobre a descendência de Stoecklin pairam dúvidas se teriam os netos permanecido no Brasil.

Maria Regina Capdeville Laforet assinala em seu artigo “A Colônia de Nova Friburgo”⁴³ que também o suíço Charles de Sinner⁴⁴ havia se estabelecido, no ano de 1823, em uma “porção de terras na quadra sul do rio Macaé”, região que, no entanto, já havia atraído especuladores provenientes do litoral, entre os quais um agente de nome Nathaniel Lucas. O desmatamento e as construções que se seguiram assegurariam aos colonos que desciam a serra a posse territorial. Sinner, que chegara ao Brasil em 1819

³⁹ Casimir Caire era proprietário de uma fazenda no médio Macaé, vizinha das terras de Laurent Sardenberg. Alguns de seus descendentes deslocaram-se para Itaocara, arraial que durante poucos anos pertencera a Cantagalo, retornando a Campos dos Goytacazes em 1824.

⁴⁰ Paulina Jaccoud era filha dos suíços Vincent Jaccoud e Marie-Catherine Balmat.

⁴¹ Jean Baptiste Denys era natural de Martigny, Cantão do Valais, e filho de Pierre-François Denys e Elisabeth Sardenberg. É ancestral do general Odylio Denys, nascido em Santo Antônio de Pádua.

⁴² Em um universo de relações endogâmicas ou restritas a um pequeno grupo, deve ser assinalado que dois filhos desse casal se consorciariam com membros da família Jaccoud.

⁴³ MAYER, Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.). *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003.

⁴⁴ Charles Amédée de Sinner deixaria a Suíça em 1819, acompanhado de um filho, também homônimo, que morreria em Nova Friburgo no ano de 1827.

acompanhado de um filho – falecido em Nova Friburgo no ano de 1827 –, desaparece, no entanto, nos anos subsequentes dos anais da colônia.

Imigrantes de 1819 menos aquinhoados pela sorte, terras ou títulos dirigir-se-iam também serra abaixo no curso do rio, navegável em seu trajeto final. Através de um índice de matrimônios formulado pelo pesquisador Darli Bertazzoni Barbosa podem ser recuperados os sobrenomes Haslimann, Charrex⁴⁵, Moser, Wellinger, Forny, Jaccoud, Pachoud, todos vinculados ao movimento migratório de 1819. De qualquer maneira, evidencia-se uma vez mais a mobilidade espacial desses imigrantes e de seus descendentes mais próximos, posto que, se Nicolas Haslimann reside com a esposa em Nossa Senhora das Neves e lá lhes nascerão três filhos, já em 1869 estará o casal em São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes, multiplicando a prole em sua nova morada.

Cantagalo

Cantagalo⁴⁶, por seu turno, seria outro polo de significativa atração dos recém-chegados, com fluxo mais intenso do que Macaé, pela relativa facilidade de acesso, cuja trilha de muares percorria região menos acidentada. O café, catalisador determinante dessa migração interna, já se encontrava também em fase de consolidação de plantio por conta dos que haviam chegado à região a partir de 1787, inicialmente atraídos pela “miragem do ouro”⁴⁷ logo após o aprisionamento do faiscador clandestino Mão de Luva⁴⁸.

⁴⁵ Descendentes dos pioneiros dessa família radicar-se-iam ao longo do XIX nos “Cacheiros do Macaé” e na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. Dentre esses figura Maria Mônica Charrex, nascida em 1824 e casada com o francês Leon Louis Joseph Hardouin (Acervo da Igreja Matriz de Nova Friburgo – Livro de Matrimônios).

⁴⁶ Quando nos referimos a Cantagalo do início do século XIX, devemos considerar um território que se estendia do rio Paraíba do Sul, limite com Minas Gerais, até os municípios fluminenses de Santo Antônio de Sá, Magé, Macaé e Campos dos Goytacazes. Gradualmente, seu extenso território – como assinalou Sheila de Castro Faria – “seria recortado para originar os municípios de Nova Friburgo, Carmo, Sumidouro, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Bom Jardim, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto e parte dos atuais Teresópolis, São José do Rio preto e Sapucaia”. In: FÁRIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Nova Série, v. 26, 2018.

⁴⁷ Como bem definiu o pesquisador Clélio Erthal, o que motivou esse povoamento precursor. ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Esplendor do Café*. Niterói, RJ: Nitpress, 2008.

⁴⁸ Manoel Henriques, o Mão de Luva, seria natural de Ouro Branco e posteriormente radicado na região do Xopotó, Minas Gerais. Ele atravessaria clandestinamente com seu bando o

De fato, desde 21 de junho daquele ano, trinta e três lavras de ouro com trinta braças de comprimento haviam sido sorteadas para interessados entre os córregos da Lavrinhas e do Cantagallo (posteriormente denominado São Pedro), desde que apresentassem ‘prova de recursos’ para a exploração.⁴⁹ Outro sorteio se daria em agosto com a disponibilidade de mais cinquenta lavras, tal o grande número de candidatos, provenientes de Minas, de Santo Antônio de Sá e mesmo dos Açores e de Portugal. Alguns desses pioneiros e outros chegados nos anos subsequentes, uma vez frustrado o intento original, passariam a reivindicar sesmarias para a exploração agrícola inicialmente de subsistência, introduzindo-se o café no território ainda nos primeiros anos do século XIX.

Os suíços, portanto, já encontrariam na região uma população luso-brasileira estabelecida há décadas. Talvez em função da pouca disponibilidade de terras devolutas, esses estrangeiros iriam ocupar inicialmente, por aforamentos ilegais, glebas na região da Penna⁵⁰, uma sesmaria de meia légua em quadra concedida por D. João VI a Cantagalo em 1814 por ocasião da emancipação do povoado, da vila de Santo Antônio de Sá.

Esse território, hoje parte do município de Cordeiro, receberia, pouco após a migração de 1819, os colonos Pierre Joseph Christe, Henri-Joseph Crelier (ambos casados e com filhos), Louis Antoine Chevrand, Marie Madeleine Remy, a viúva Marie Madeleine Herren com filhos, François

caudaloso Paraíba para garimpar no atual estado do Rio ouro nas áreas então proibidas ao povoamento europeu. O mineralogista John Mawe, que visitou a região em 1809, assim se refere ao povoado e ao bandoleiro havido como seu fundador: “Cantagalo, embora tão próxima da sede do governo, só se tornou conhecida há cerca de vinte anos. Está situada no centro de uma região bem arborizada, cheia de nascentes, entrecortada por vales estreitos e ravinas. No fundo destas ravinas, outrora, existiu ouro, descoberto acidentalmente por alguns garimpeiros de Minas Gerais numa de suas expedições no grande rio Paraíba do Sul e no rio Pomba. A riqueza desses leitos auríferos e a fertilidade do território circunvizinho atraíram muitos aventureiros, que se colocaram sob a direção de um chefe capaz, apelidado de Mão de Luva, porque perdera uma das mãos e usava uma luva acolchoada em substituição. O bando não tardou a atingir duzentas ou trezentas pessoas. Tiveram tempo de garimpar todos os lugares da vizinhança, dignos de serem explorados, antes de se dar por sua presença. Homens muito resolutos, viviam livres de controle, desafiando as leis”. Ver MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.

⁴⁹ Apud ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da Miragem do Ouro ao Esplendor do Café*. Niterói, RJ: Nitpress, 2008. p. 76.

⁵⁰ Uma das poucas áreas devolutas nas proximidades da vila de São Pedro de Cantagallo, a sesmaria da Penna era um território enclavado entre as sesmarias de Mathias Corrêa da Rocha, Caetano da Silva Freire e Joaquim Macedo de Carvalho. Tinha como vantagem situar-se no antigo caminho que conduzia a Porto das Caixas na Baixada Fluminense.

Parchet, Jean Pierre Jaquat, Louis Wellinger, Jean Baptiste Marcel Steullet, Johann Steinegger, François Juillerat⁵¹, Jacques Vuichard, o professor Simon Antoine Mettraux⁵², Henri Bon⁵³ (a partir de 1826), assim como o holandês Edouard Cattermol, o francês Adrien Daumas e o alemão Johann Erthal, entre muitos outros. Uma vez mais, no entanto, a mobilidade espacial se faria sentir, e vários desses, à procura das vastidões que não oferecia a Penna, nos anos subsequentes seriam assinalados em São Fidélis – caso dos Crelier e dos remanescentes dos Juillerat – ou mesmo Macabu, então pertencente a Macaé, escolha de Daumas, já na condição de genro do suíço Christe. Johann Erthal, por seu turno, fizera tempos antes o caminho inverso, abandonando Macabu em favor da Penna e essa última posteriormente por uma fazenda em São José do Ribeirão (hoje no município de Bom Jardim).

Em comum entre os imigrantes citados, havia, além da nacionalidade ou da condição de consorciados com suíças de 1819 – caso dos outros estrangeiros⁵⁴ –, a dependência econômica do café.⁵⁵ Até mesmo o ferreiro Erthal, estabelecido no caminho dos muares que transportavam a rubiácea

⁵¹ François Juillerat morreu ainda no município aos 28/06/1835, estando, no entanto, “doudo há mais de dois anos”. Acervo da Igreja Matriz de Cantagalo – Livro Óbitos 2.

⁵² Mettraux, contratado como primeiro professor do método Lancaster, ainda na Suíça, jamais exerceria a profissão no Brasil. Deixaria mesmo a vereança em Nova Friburgo para se tornar cafeicultor em Cantagalo.

⁵³ Henri Bon, nascido em 1806, filho de Ami François Bon e Jeanne Charlotte Pignolet, casou no Brasil em 1828 com Marie Christe, filha de Pierre Joseph Christe, de Bassecourt. Já viúvo, em 1836, une-se a Anne Marie Bussinger, filha de Johann Peter Bussinger, de Bâle. Deixaria uma vasta descendência em Nova Friburgo e Cantagalo, hoje representada em todas as regiões do país.

⁵⁴ Matrimônios que associariam em laços parentais esses primeiros moradores não seriam incomuns. O francês Adrien Daumas se consorciaria com Marie Catherine Christe, ao holandês Cattermol caberia Marie Alexis Herren e o alemão Erthal teria como par Katherina Wermelinger, cuja família, ainda que não estabelecida na Penna, transferira-se em grande parte para Cantagalo. Entre os casais, cujos cônjuges contavam com a mesma nacionalidade helvética, Simon Antoine Mettraux se casaria com Françoise Vuichard, Henri Bon com Marie Christe e Louis Antoine Chevrand com Marie Felicité Remy. Mesmo década depois, quando muitas dessas famílias já haviam abandonado o primitivo reduto, reiterados matrimônios ocorriam entre os descendentes. Dois filhos de Henri-Joseph Crelier, já estabelecidos em São Fidélis, elegeriam como esposas duas filhas de Simon Antoine Mettraux, esse ainda radicado em Cantagalo. Outra filha de Mettraux se consorciaria com um filho de Henri Bon, assim como dois netos de ambos.

⁵⁵ Pierre Joseph Christe, em texto de seu genro Henri Bon, possuía na Penna em 1828 seis mil pés de café – *Arquivo* pessoal de Henri Bon, sob a guarda do autor deste texto.

dos sertões de Cantagalo para Porto das Caixas gravitava, em certa medida, em torno do grão.

O apelo da monocultura que se expandia contagiaria todos e de forma precoce. Já em 16 de dezembro de 1821, Henri-Joseph Crelier escreveria a um amigo na Suíça. A carta, redigida em tom otimista na ‘própria fazenda’, como o autor fez questão de assinalar, ainda que enfatizasse o fracasso da colônia original, anunciava boas colheitas e um futuro supostamente promissor. Estabelecido “há oito meses, a dez léguas de Nouvelle Fribourg”, empenhava-se em plantar ainda naquele ano “dois ou três mil pés”⁵⁶, os quais lhe renderiam um franco por unidade após três anos de plantio e dois francos nos anos seguintes. Estimulava mesmo o destinatário a seguir os seus passos migratórios, assim como a uma cunhada viúva, afirmando que tudo faria para pudessem todos se reunir em breve.

Os Crelier, assim como os Mettraux, teriam no café sua atividade econômica predominante, estabelecendo anos depois os descendentes dos patriarcas empresas de comercialização de tais lavouras. Os primeiros – como já referido –, após alguns anos em Cantagalo, se deslocariam uma vez mais para São Fidélis, então distrito de Campos, lá continuando os negócios até que uma das crises, ocorrida em torno de 1905, lhes tomasse a fazenda e a empresa.⁵⁷

A partir de 1822 e nas três décadas seguintes, suíços continuariam a fluir para todos os rincões da Cantagalo de então, e sobrenomes antes estranhos, de pronúncia complexa e sujeitos a corruptelas variadas, se incorporariam à paisagem. Em Santa Rita do Rio Negro, encontraríamos os já citados Heggendorn, os Bucher, os Jevoux, os Herde e parte dos Wermelinger, assim como os alemães Heinrich Denkwitz e Adam Rohem. Nas proximidades da Fazenda da Floresta e região do Quilombo estabelecer-se-iam os Volluz, Page, Dessuet e posteriormente os Huguenin. No Carmo atual figurariam os Domingo, os Hunkeler, os Lemgruber, os Lüdolf, os Uebelhard e os alemães Kropf. Para o território que se dobra nas vertentes do Paraíba, região acidentada e de elevada temperatura, mas com boa fer-

⁵⁶ Carta de Henri-Joseph Crelier. In: NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 295.

⁵⁷ Correspondência pessoal entre Gertrudes Crelier e seus irmãos. Acervo pessoal do autor deste texto.

tilidade, se dirigiria Jean-Joseph Cosandey pouco após dar baixa do Regimento de Estrangeiros e já consorciado com Anne Marie Schwartz. O pai dessa, Claude Joseph Schwartz, com sua numerosa família, seria outro a se estabelecer nas “terras quentes”, carreando com ele genros e noras da família Folly. Para o distrito de São Sebastião do Paraíba, às margens do rio e já nos limites com Minas Gerais, acorreriam ainda os Curty, Cortat, Castella, Bard, Bapst, Frauches, Page, Lugon, Lugon-Moulin, Kindler, Frossard, Tardin, Robadey, Vial, Meunier e muitos outros.

O afluxo helvético seria de tal forma significativo, que Henri Bon, ao abandonar a Penna em 1858, para se estabelecer na Fazenda Boa Vista⁵⁸ em Campo Alegre, nas proximidades do referido distrito, teria como vizinhos os compatriotas: viúva Curty (provavelmente Marie Françoise Bard), Jacques Page, viúva de Joseph Lüdolf (Marianna Pereira da Luz, única brasileira) e Edouard Rolle, este último chegado posteriormente, mas consorciado com a colona Louise Schwartz.

Ainda em 01 de fevereiro de 1824, um termo de adesão à Constituição outorgada por Pedro I contaria com a assinatura de vários imigrantes suíços, referidos como “homens bons” de Cantagalo. No documento, destinado à corte, figurariam os nomes de Antoine Gaudard, Jacques Gillierd, Joseph Lutterbach, Jacques Caillet, Jacques Bussard, Mathieu Lantelm, Joseph Bochud, Joseph Antoine Pretat, Jacob Bucher, Jean Joseph Vudepot, Marcelin Victor Bersot, Jean Joseph Cortat e Joseph Antoine Cretton⁵⁹. Observa-se que esse último seria cunhado de Laurent Sardenberg, que tomara anos antes, como já assinalado, os rumos de Macaé.

O abade Jacques (Jacob) Joye, pároco da colônia de Nova Friburgo, mas ele mesmo proprietário em meados do século de uma fazenda de café

⁵⁸ A Fazenda Boa Vista, cujo nome se conserva até os dias de hoje, pertencera inicialmente ao suíço Claude-Joseph Schwartz, que se apossara de terras devolutas em torno do córrego Taquaral da Boa Vista. Seria vendida em 1836 ao compatriota Joseph Lüdolf, que após novas incorporações das glebas de Jean Joseph Cosandey, Edouard Rolle, Jean Joseph Folly e Joseph Tardin se desfaria em 1851 de todo esse patrimônio fundiário em favor de Manoel Joaquim de Macedo e Cândido José Rodrigues Torres. Em 1858 seria finalmente adquirida por Henri Bon, que daria como parte do pagamento sua chácara na Penna. Acervo Pessoal de Henri Bon, sob a guarda do autor deste texto.

⁵⁹ Ver cópia do documento citado. In: BON, Henrique. *Imigrantes. A saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004. p. 152-153.

em Santa Rita do Rio Negro⁶⁰, realizaria, em 1º de outubro de 1824, uma relação nominal dos colonos entre 18 e 40 anos deslocados para Cantagalo. Nela seriam elencados nada menos do que 89 indivíduos, somente em tal faixa etária.

Os livros do Cartório do 1º ofício de Cantagalo oferecem ainda sólido material sobre a parcela de imigrantes que, desde os primeiros anos de Brasil, já teriam condições de adquirir algum bem. Em suas páginas sabermos, por exemplo, que aos 14 de setembro de 1821 Marcelin Victor Bersot e sua irmã Florentine adquirem uma chácara com benfeitorias “na estrada que vai para o Rio Negro” por 252.000 réis. Em junho de 1826, seria a vez de Ferdinand Kuenzi – futuro capitalista que iria amealhar uma das maiores fortunas entre os emigrados⁶¹ – manifestar-se. Natural de Argóvia, concederia ele uma procuração ao padre açoriano Manoel Ignacio Botelho, o qual mantinha em sua companhia, notadamente para trabalho, os irmãos órfãos Alexandre e Joseph Houx⁶². O já citado Jacob Bucher, cunhado dos futuramente ricos irmãos Heggendorf, iria se radicar, assim como esses, em terras de Santa Rita do Rio Negro, o mesmo povoado no qual Alexandre Bussard seria alçado em 1828 à condição de professor de primeiras letras em uma escola criada e mantida pela Câmara Municipal. Em 1836, responderia esse último interinamente pelo tabelionato do distrito.⁶³

Assim, no rastro do café, tais imigrantes e seus descendentes se incorporariam definitivamente à paisagem rural de Cantagalo, dela jamais se apartando até os dias de hoje, o mesmo se podendo dizer quanto aos municípios que se estendem pelas margens do Paraíba até a foz, bem como, em alguns casos, atingindo o fenômeno o sul do Espírito Santo e Minas Gerais.

⁶⁰ Trata-se do atual distrito de Euclidelândia.

⁶¹ Em torno de 1832, funda ele a Froelisc & Kuenzi, empresa que financiava, sob hipoteca, empreendimentos em torno do café. Falecido no Rio de Janeiro em 1873, em seu testamento de dois anos antes, aberto no Consulado Suíço, legaria 30.000 francos para cada um dos oito filhos.

⁶² Não era incomum que luso-brasileiros “adotassem” órfãos suíços, utilizando-os para trabalhos domésticos ou mesmo agrícolas. O próprio abade Jacob Joye, pároco da colônia e emigrado como os demais, utilizava a mão de obra de pequenos, entre os quais Jean Balmat, que “transido de medo e frio”, segundo as próprias palavras, era obrigado a levantar-se ainda de madrugada para alimentar a mula com a qual o religioso percorria as glebas – Depoimento por escrito, conservado pela neta do imigrante – Acervo do arquivo *Pró-Memória*, da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

⁶³ Ver BON, Henrique. *Imigrantes. A saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004. p. 328 e seguintes.

O café, onipresente, seria em definitivo e mais do que qualquer outro o fator de assimilação ao país desse estrangeiro que deixara Nova Friburgo e seu instrumento da ascensão social e política, ainda que se tenha observado na primeira geração de imigrantes uma tentativa de se manter os vínculos nos negócios e nas relações conjugais, prioritariamente entre os membros da própria colônia. Assim, quem transportava o café das fazendas dos helveto-cantagalenses rumo a Porto das Caixas seria a tropa de muares de Jean Vial, da Madame Curty ou da viúva Robadey. Quem recebia a mercadoria seria Louis Meyrat, ainda que não pertencente à migração, suíço do Jura. Se o francês Felix Tribouillet também o fazia, era ele genro do antigo imigrante Juillerat. Também Jacques Gillierd, “um bom homem, ainda que simplório”⁶⁴, nos dizeres de uma suíça que o conheceu já nos alvares da maturidade, inicialmente um colono de Nova Friburgo, seria mais tarde um comissário de café, bem como Adolpho Kuenzi, filho do bem-sucedido Ferdinand Kuenzi, de Argovia, ou Luiz Mettraux⁶⁵, filho do professor Simon Antoine Mettraux, o mesmo que fora vereador em Nova Friburgo por volta de 1821, mas que deixara para trás a vila de triste memória em direção a Penna, a Santa Rita do Rio Negro e ao café.

Observa-se já com a chegada dos imigrantes em Cantagalo uma relação entre esses e ainda com os luso-brasileiros, crescentemente monetarizada, longe das trocas ou da economia de subsistência. O que vale para todos os efeitos é o café, a partir de então explicitamente citado na esmagadora maioria dos negócios. Uma vez mais os estrangeiros se destacam nesse papel, sendo esses em sua maioria alemães, suíços e também franceses. Duas empresas na terceira década do século analisado regeriam inúmeros contratos com cafeicultores suíços e brasileiros, adquirindo fazendas para venda, financiando compra de terras, vendendo escravos, implementos e mesmo tropas de muares devidamente arriados, destinadas ao transporte

⁶⁴ Expressão cunhada em carta por Adele Bon, de Genève, ao conhecer o amigo de seu tio em viagem à Europa. Acervo Pessoal Henri Bon, sob a guarda do autor deste texto.

⁶⁵ Luiz Mettraux, o primogênito de Simon Mettraux e Françoise Vuichard, seria figura destacada no comércio e política cantagalenses, obtendo nas eleições primárias de 1861 442 votos. Seria sócio em torno de 1855 do suíço Louis Assinare em uma casa de pasto (pensão) e hotel. Posteriormente, fundaria com um dos irmãos as firmas Mettraux Irmão e Cia e Luiz Mettraux e Cia, dedicadas, entre outras atividades, à comercialização do café. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, manteve-se no ramo dos negócios, fundando com o cunhado José Batista Lemgruber e o irmão Augusto Luiz Mettraux a empresa de comissões de café Lemgruber, Mettraux e Cia.

de mercadoria. Serão elas Stockmeyer e Poppe e Froelish e Kuenzi, a primeira de alemães e a segunda de um hannoveriano casado com a colona suíça Anna Maria Gertrude Lutterbach, associado ao imigrante de Argovie Ferdinand Kuenzi. Pode-se dizer, a grosso modo, não ter havido um grande negócio regional que não houvesse passado pelo crivo dessas primitivas casas bancárias, hipotecando a essas os fazendeiros, chacareiros e sitiantes seus bens imóveis, de raiz e semoventes. Será esse o caso de muitos imigrantes de 1819, como o de Xavier Bussard, que em 4 de agosto de 1833, por uma dívida de um conto, novecentos e noventa mil, setecentos e oitenta e dois réis, já vencida, hipoteca todos os seus bens a Kuenzi, além de obrigar-se a pagar sobre o capital 12% ao ano. Vale notar que a esposa desse colono, Marie Castella, dez anos antes se desfizera do que ainda lhe pertencia na Suíça para adquirir escravos e terras, declarando-se em 1826 plenamente satisfeita. Melhor sorte para Pierre Butty, que, por sua vez, objetivando estabelecer-se como tropeiro ou ampliar seus negócios, financia de Stockmeyer e Poppe, em 19 de agosto do mesmo ano, 10 bestas arriadas por cento e quarenta mil réis cada uma, obrigando-se a pagar em fretes de cargas para o Rio de Janeiro. Enquanto isso, os quatro irmãos dirigem-se à mesma empresa, adquirindo “três escravos e uma cria”, pagando por esses três contos de réis em três anos.⁶⁶

Vê-se, portanto, precocemente em Cantagalo o surgimento dos fazendeiros capitalistas, que principiam a fortuna através de terras, café e escravos, logo diversificarão a atividade rumo ao comércio e/ou empréstimos a outros fazendeiros, os quais hipotecariam suas terras e cativos, realimentando o sistema. Não raro, os mais bem aquinhoados incorporavam ao já vasto patrimônio bens que antes haviam pertencido a agricultores de menor calibre em uma concentração que chegaria ao paroxismo na figura de Antonio Clemente Pinto, futuro Barão de Nova Friburgo, mas encontrava também representantes entre os suíços Kuenzi, Lemgruber, Lüdolf ou no ítalo-francês Francesco Andrea Bellieni, este casado com Marthe-Marie Lüdolf e, portanto, concunhado de Kuenzi.⁶⁷

⁶⁶ Arquivo do Cartório do Ofício Único da Comarca de Cantagalo.

⁶⁷ Arquivo do Cartório do Ofício Único da Comarca de Cantagalo.

O vice-consulado suíço em Cantagalo

O êxodo friburguense para as “terras quentes”, como vimos, não iria arrefecer nos anos posteriores à crise de 1821, tornando crescente a importância que assumira Cantagalo no universo do imigrante, superando mesmo em número de helvéticos o município de Macaé. Tal circunstância teria motivado, já na sexta década do século, a criação de um vice-consulado suíço na região, com sede em uma fazenda encravada no município, exercendo o titular helvético, ao mesmo tempo, a função de vice-cônsul e cafeicultor. Caberia ao cônsul David, do Rio de Janeiro, a proposta, segundo despacho de 7 de junho de 1859, de extinção do vice-consulado de Macaé, ocupado por *Monsieur A. Sardemberg* (sic), para criar outro, *mais ao centro das populações suíças, o que vale dizer Cantagalo*.⁶⁸

Tal projeto sofreria inicialmente alguma resistência do Conselho Federal, que em nota formulada em 31 de agosto de 1859, dirigida ao Cônsul Geral, desautorizava ainda os *ilegalmente erigidos* vice-consulados de Porto Alegre, Campos, Santos e Macaé.⁶⁹ Não obstante, no ano seguinte, o próprio Conselho nomearia “Monsieur Henri Dietrich, do Canton de Zurich, Vice-Consul da Confederação Suíça em Cantagalo”, dotando-o de “cargo e poder para proteger, segundo as leis do Império do Brasil... as pessoas, os negócios e as propriedades dos suíços estabelecidos em Cantagallo”⁷⁰.

Mas, se o município produz a cada ano milhares de arrobas de café, a ponto de suas tropas de muares, que diariamente atravessam Nova Friburgo, serem consideradas em 1845 por um observador estrangeiro essenciais para o progresso da antiga colônia, a fortuna não contemplará todos. Haverá mesmo, ainda em 1863, imigrantes suíços em sérias dificuldades econômico-financeiras. Tal circunstância, agravada pelo fato de que a Sociedade Filantrópica Suíça, fundada em 1821, não mais atenderia os compatriotas radicados no município, levaria o vice-consulado cantaga-

⁶⁸ *Archives Fédérales Suisses* – “Dépeche du Consulat de Rio de Janeiro au Conseil Fédéral Suisse à Berne”, n. 556/1, cote E2: 1270.

⁶⁹ *Archives Fédérales Suisses*, cote E2: 1270.

⁷⁰ *Archives Fédérales Suisses*, cote E2: 1270. – O juramento de Dietrich se daria em 25/12/1860. Estava ele subordinado ao cônsul-geral da Confederação no Rio de Janeiro, Eugène Emile Raffard.

lense a propor entre os helvéticos bem aquinhoados a criação de uma sociedade filantrópica regional sob o nome de Sociedade Suíça Beneficente de Cantagalo em moldes semelhantes ao da sediada no Rio de Janeiro. Não temos a relação dos beneficiados pelas doações que terão curso, no entanto o arquivo pessoal do imigrante genebrino Henri Bon conservou-nos alguns documentos, entre os quais um ofício datado de 22 de junho de 1863.⁷¹

A reunião efetivamente ocorreria em 26 de julho, dela subsistindo uma ata⁷². Segundo o texto, uma subscrição anual seria aberta para contemplar

os compatriotas necessitados que sejam julgados dignos e que não estejam compreendidos entre aqueles que a Sociedade Filantrópica do Rio de Janeiro socorre mediante a soma de 600\$000 réis, concedidos anualmente aos suíços pobres de Nova Friburgo.

Ficava também estabelecido que o vice-cônsul Dietrich, Louis Assinare, e Charles Euler seriam os cidadãos encarregados da administração dos fundos. Prestariam contas em reuniões anuais “no primeiro domingo do mês de julho” e comprometiam-se a fazer um relatório circunstanciado para a Sociedade Filantrópica do Rio de Janeiro. Facultava-se também aos contribuintes o direito de modificação dos valores das respectivas doações, assim como do afastamento puro e simples da associação.

Uma relação de contribuintes que haviam atendido aos “apelos patrióticos e filantrópicos que caracterizam os suíços, ... em favor dos filhos da querida pátria que habitam esta região e que se encontram numa necessidade não merecida”, fecha o documento e nele figuram os nomes de He-

⁷¹ Na íntegra, o documento originalmente em francês: “Caro Compatriota, a Sociedade Filantrópica Suíça, encarregando-me da distribuição dos recursos que anualmente envia aos pobres infelizes de Nova Friburgo, comunicou-me com pesar que as contribuições não foram suficientes para Cantagalo, nada podendo ela fazer. A cada ano, 600\$000 réis são distribuídos aos suíços necessitados, quantia insuficiente para auxiliar a todos os pedintes dignos de serem socorridos, chegando ultimamente muitos desses indivíduos a solicitar serem recomendados àquela Sociedade. *“Não há dúvida, caros compatriotas, que vós muito tendes feito para ajudar os compatriotas que julgais dignos, e que estão mais ou menos próximos, mas é verdade também que muitos moram longe, permanecendo sempre na necessidade. Em nome da filantropia e do patriotismo, suplico-vos que venham se reunir a nós, a fim de ouvir-nos sobre as melhores maneiras de socorrer tais infelizes. Uma reunião para atingir este nobre objetivo terá lugar neste Vice-Consulado (Fazenda da Conceição do Rio Negro) e ousa contar com a presença de todos aqueles que puderem se ausentar de suas casas desejando tomar parte. Heinrich Dietrich. Vice-Cônsul da Confederação Suíça de Cantagalo.”*

⁷² Acervo Pessoal Henri Bon, sob a guarda do autor deste texto.

inrich Dietrich⁷³, Charles Euler⁷⁴, Louis Assinare⁷⁵, Henriette Dietrich⁷⁶, Fritz Kuenzi, J. L. Kuenzi e Henri Bon.

Tem-se notícia documental de uma segunda reunião em 31 de julho de 1864 na Fazenda da Vargem, dessa feita já presidida pelo novo vice-cônsul Charles Euler⁷⁷. Nela seria votado o novo estatuto da instituição, composto por doze artigos, à espera da ‘aprovação do governo imperial’. As contribuições alcançariam a cifra de 465.000 réis, considerando os administradores, no entanto, elevar tal montante para 600.000 réis. Uma fotografia do evento seria mesmo realizada por M. Janin, um de seus participantes, mas tal objeto – preciosa janela iconográfica – não chegaria até nossos dias.⁷⁸

Subsistem ainda referências a um terceiro encontro, conforme convite expedido em 6 de setembro de 1865, ainda que não haja dados sobre o resultado pecuniário do mesmo. Não terá sido essa sociedade, contudo, um instrumento de abrangência necessário para mitigar tantas frustrações e, a

⁷³ Genro de Ferdinand Kuenzi, o próprio vice-cônsul Dietrich seria o mais generoso dos contribuintes com 100.000 réis de doação. Dono de extraordinária fortuna e falecido em 1877, legaria ele à esposa e mais oito herdeiros a impressionante soma de 648:418\$443 entre fazendas, outros imóveis e 106 escravos.

⁷⁴ Charles Hieronimus Euler, vice-cônsul que substituiria Dietrich em 29 de maio de 1864, nasceu em Bâle em 1832, chegando ao Brasil em 1853. Faleceu em 1901, deixando descendentes de seu matrimônio com Magdalena Guerrini. Seu irmão Johann Ludwig (Jean Louis) se casaria com a enteada daquele, Constance Girard, filha de Magdalena e de seu primeiro marido Charles Ami Girard. Apud EULER, Carlos. *Origens, vida e obra*; por Mabel Euler Minvielle, Rio de Janeiro, 1981.

⁷⁵ Louis Assinare chega ao Brasil em 1838; era proprietário de uma ‘casa de pasto’ em Cantagalo e sobrinho da colona suíça Jeanne Chapallaz. Arquivo Nacional – Entrada de estrangeiros no Brasil.

⁷⁶ Trata-se possivelmente da filha de Heinrich Dietrich, falecida precocemente.

⁷⁷ “Caro compatriota, tenho a honra de vos informar que em virtude de uma decisão tomada pelo comitê a segunda reunião anual dos suíços do distrito consular de Cantagalo será no domingo, dia 31 de julho, ao meio-dia, no Vice-Consulado, Fazenda da Vargem. Vós sabeis, Monsieur, que o nobre objetivo desta reunião é o de socorrer nossos infelizes compatriotas e o bom resultado que obtivemos nesse primeiro ano me faz esperar que graças às contribuições de todos nossa instituição continuará a prosperar. Como este ano há várias resoluções importantes a tomar, faço apelo ao vosso patriotismo e a vossos sentimentos de humanidade. Penso que vós podereis honrar nossa reunião com a vossa preciosa contribuição. Aproveito a ocasião, caro compatriota, para vos apresentar a certeza de minha perfeita consideração. O Vice-Cônsul da Confederação Suíça. Charles Euler.” Acervo Pessoal de Henri Bon – Correspondência entre Euler e Henri.

⁷⁸ A correspondência entre Euler e Henri Bon, datada de 12 de setembro de 1864. O destinatário assinala no verso da carta o assunto da mesma e acusa o recebimento da fotografia, que não sobreviveu ao tempo.

julgar o número de assinantes, mostrar-se-ão os argumentos consulares insuficientes para sensibilizar grande parte dos já prósperos cafeicultores helvéticos que habitavam as dobras cantagalenses. O vice-consulado, no entanto, a exemplo do que já ocorrera com a representação diplomática de Macaé, estava fadado a desaparecer apenas oito anos após ser criado com a exoneração a pedido, em 26 de março de 1868, de seu último titular, que vendera a fazenda para se estabelecer no Rio de Janeiro.⁷⁹ O consulado sediado na corte emitiria então o parecer de que “no momento” seria desnecessário substituí-lo.⁸⁰

Portanto, como demonstrado, não apenas a coincidência de representações consulares efêmeras aproxima Cantagalo e Macaé. Tendo o café como catalisador, ambos os territórios se tornariam nos anos subsequentes a 1820 fronteiras de atração de um sismo demográfico cujo epicentro fora Nova Friburgo. E alguns dos personagens que protagonizariam o fenômeno se intercambiariam de forma a frequentar até mesmo as duas regiões.

⁷⁹ Durante oito anos, o vice-consulado suíço em Cantagalo iria funcionar, fosse através da organização de atividades filantrópicas, fosse arbitrando direitos de sucessão entre compatriotas, localizando herdeiros de montantes havidos e esquecidos na velha pátria ou regulamentando atos da vida civil, sempre em cumprimento dos artigos de uma convenção expedida pelo Consulado Geral do Rio de Janeiro. Um dos regulamentos, no entanto, a exigência de que os matrimônios contratados no exterior só fossem realizados com a prévia aprovação dos cantões de origem dos nubentes, encontraria particular dificuldade em ser posto em prática, conforme Euler, em comunicado pitoresco, alertava as autoridades de seu país. Nela, o vice-cônsul advertia que, malgrado a exigência contida no artigo 19, os candidatos ao matrimônio *jamais lhe haviam endereçado semelhante demanda, não obstante a realização de casamentos entre suíços*. A grande extensão do distrito, o simples fato de que não lhe comunicavam os consórcios e a oposição das autoridades eclesiásticas a uma intervenção consular impossibilitavam qualquer atitude coercitiva.

⁸⁰ No mesmo ofício, o cônsul Raffard acrescenta, reportando-se ao Paraguai: “Nada de novo no teatro da guerra. A armada aliada continua os ataques contra a fortaleza de Humaitá – sem sucessos importantes”. *Archives Fédérales Suisses*, cote E2: 1270.

Escravidão

O batismo e a conversão do cativo em escravidão (Angola e Brasil, c.1715-c.1850)

*Roberto Guedes*¹

Dr. em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

Mais do que uma cadeia mercantil, o trajeto entre os sertões de Angola e as fazendas do Brasil converteu cativos, presos em trânsito mercantil, em escravos, posses politicamente submetidas e inseridas no mundo do trabalho. Essa conversão, que podia levar anos², inscreve-se na história da formação do mundo atlântico da época moderna, e para seu êxito o cristianismo foi basilar. O cristianismo conviveu com a produção e o comércio de cativos e a escravidão de homens até bem avançado do século XIX, ainda que a partir de meados do século XVIII, em algumas de suas vertentes, paulatinamente a mesma fé que os justificava passou a condená-los moralmente. Porém antes de o *escravismo* (o conjunto que engloba produção e comércio de cativos, posse, venalidade, submissão e exploração de escravos) tornar-se uma distopia ocidental cristã, bulas papais, defesas veementes de dignitários da Igreja Católica e de religiões protestantes lhe deram caução moral e teológico. Por exemplo, na América portuguesa, padres escreveram manuais de conduta senhorial e de obediência escrava sem ques-

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Faperj. Este capítulo é experimental e sua hipótese principal precisa ser aprimorada. Agradeço imensamente a Roquinaldo Ferreira por me conceder registros de batismo de Luanda. A Márcia Amantino e a Vitória Schettini por me cederem registros batismais em bancos de dados para a redação deste capítulo. A Márcia também sou grato pelos comentários e sugestões.

² FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)*. Tese (Doutorado) – UFF, Departamento de História, Niterói, 2004, p. 16.

tionar a escravidão e o trato de seres humanos. Maus senhores e maus escravos, sim, eram criticados, mas não o escravismo e as condições senhorial e escrava. Senhores cristãos deveriam governar cativos cristãos, e esses deviam obedecer.³ Aliás, padres abonaram não apenas a escravidão, mas igualmente o cativo e o comércio de gente. Escravidão e comércio de cativos eram vistos por livres, escravos e alforriados como fenômenos naturalizados.

O batismo foi decisivo em tudo isso.⁴ O ritual de João Batista assinalou a remissão do pecado original e a entrada dos homens na cristandade, mas na época moderna a cerimônia também serviu como uma porta de entrada na escravidão mundana e como um ponto nodal no comércio atlântico de cativos. O primeiro sacramento cristão escravizava e, em termos simbólicos e práticos, dava bênção e força para o escravismo.

Porém, o longo processo que, no destino final, redundava em escravos cristianizados no Brasil se iniciava ainda na África⁵, onde os escravos ainda eram cativos. Fazer do cativo um escravo cristão, com exceções de

³ Além dos clássicos de autoria de Benci, Antonil e Ribeiro da Rocha. Cf. AZEREDO COUTINHO, J. J. da Cunha. *Obras econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966; VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista do Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986; DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; NEVES, Guilherme P. das. Pálidas e oblíquas Luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 349-370; HESPANHA, Antonio M. Luís de Molina e a escravização dos negros. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001; RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitória e o direito dos índios americanos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; OLIVEIRA, Anderson José M. Santos Pretos e catequese no Brasil Colonial. *Estudos de História*, v. 9, n° 2, p. 215-234, 2002; Igreja e Escravidão Africana no Brasil Colonial. *Especiaria* (UESC), v. 10, p. 356-388, 2009; ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. *Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial*. São Paulo: Edusp, 2011.

⁴ Sobre inserção na escravidão, MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, *passim*. GÓES, José Roberto P. *O cativo imperfeito*. Dissertação (Mestrado) – Niterói, UFF-PPGHIS, 1993.

⁵ Sobre catolicismo na África Central, ver THORNTON, John. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas umbundo. In: HEYWOOD, Linda (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; *A cultural history of the Atlantic world, 1250-1820*. Cambridge: Cambridge U. P., 2012; Afro-Christian syncretism in the kingdom of Kongo. *Journal of African History*, 54, p. 53-77, 2013; p. 81-100; HEYWOOD, Linda. *Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen*. Harvard: Harvard University Press, 2017; SOUZA, Marina de Mello e. *Além do visível. Poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2018; SAPEDE, Thiago Clemente. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu. Poder e catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795)*. São Paulo: Alameda, 2014.

áreas escravistas na própria África, como Luanda e Benguela, concretizava-se nas Américas católicas, isto é, quem era ainda cativo no decurso da cadeia mercantil só era convertido plenamente em escravo no destino final, quando recebia um batismo e um nome cristão. O destino final eram as fazendas e cidades escravistas das Américas. Antes disso, fundamentalmente havia três eixos mercantis em que os cativos ainda eram somente cativos: 1) os caminhos entre os sertões e os portos litorâneos africanos; 2) a travessia atlântica entre os portos africanos e os desembarques nas Américas; e 3) o percurso entre as cidades portuárias e as várias fazendas e urbes americanas.

Macaé, no início do século XIX, era um dos pontos finais do processo de conversão de cativos em escravos. O município serve aqui de exemplo porque ele era um microcosmo do escravismo atlântico. Depois das fases 1 e 3, os cativos eram convertidos, pelo batismo, em escravos com nomes cristãos em Macaé. Nomear os cativos como escravos era a parte decisiva do processo que conduzia homens do cativo à escravidão. Ora, a escravidão era também um ato de nomeação, uma vez que os cativos precisavam ser vistos como escravos.

Para escrever essa história, uso, para fins do século XVIII e início do século XIX, alguns registros de batismo da cidade de Luanda, e, para inícios a meados do século XIX, também registros de batismo da vila macaense e alguns da cidade carioca. Complementarmente, recorro a despachos e passaportes expedidos pela polícia da corte do Rio de Janeiro nas primeiras décadas dos oitocentos. Os batismos da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Luanda e os despachos e passaportes cariocas contemplam cativos, ao passo que as consagrações de Macaé e do Rio de Janeiro lidam com escravos. O capítulo divide-se em três partes. Primeiro, informo de modo sucinto as orientações canônicas para o batismo de escravos e o cerimonial em Luanda. Na segunda, reporto-me a despachos e passaportes de cativos mercadejados a partir do Rio de Janeiro para outras partes do Brasil e, por fim, analiso comerciantes e senhores estabelecidos em Macaé que conduziam cativos do porto carioca até a vila e os anunciavam como escravos em suas fazendas.

A norma canônica e as normas sociais impostas pela escravidão, pelo comércio de cativos e pelas orientações de antigo regime

A elaboração dos registros de batismo foi orientada pelas normas canônicas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1720, que valiam para a América portuguesa, Luanda, Congo e São Tomé, e também para o Brasil imperial.⁶ As *Constituições* davam vetores para a feitura de cada tipo de registro paroquial (batismo, casamento e óbito) e sobre os batismos postulavam que deviam informar data, local, nome do padre que batizava, nome do batizado, de seu pai, sua mãe, o recebimento dos santos óleos, os nomes do padrinho e da madrinha, seus estados matrimoniais e a paróquia onde moravam. No final, o padre que redigira ou que mandara redigir o assento no livro de registro paroquial devia assinar. Além do modo de escrever os batismos, as *Constituições* determinavam que cada paróquia elaborasse livros de registros de batismo, casamento e óbito.

Na prática, ia-se além do que as *Constituições* decidiram. Suas orientações não estipularam a confecção de livros separados por condição jurídica, isto é, livros específicos para livres ou forros e outros para escravos, mas para certos locais havia livros exclusivos de acordo com a condição jurídica. No entanto, em Macaé alguns livros eram exclusivos, ao passo que outros misturavam livres, forros e escravos.⁷ As diretrizes das *Constituições* também não exigiam informar qualidades da escravidão e categorias afins (pardo, preto, branco, crioulo, mulato, etc.) ou as condições jurídicas de pais e padrinhos, de quem se exigia apenas anotação de nomes e estado matrimoni-

⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1720, Livro Primeiro, Títulos IX ao XX, Edição do Senado Federal, 2007. Sobre a diocese de Angola e Congo, sufragânea à Arquidiocese da Bahia entre 1672 e 1845 e sobre o clero formado em Angola, vide SANTOS, Maria Emília Madeira. África; Angola. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 21-25, 51-67; MARCUSSI. O dever catequético: a evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII. *Revista 7Mares*, 2, p. 64-79, 2013.

⁷ Sobre livros: SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; GUEDES, Roberto. Macaé em fontes paroquiais. In: AMANTINO, Márcia et al. (orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 121-147; Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII-XVIII). In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio C. Jucá de; GUEDES, Roberto (orgs.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, Séculos XVII e XVIII*. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 127-186.

al. Muito menos as *Constituições* estipulavam que se assinalassem títulos de dona, cargos de capitão, tenente, etc. Assim, essas expressões correntes na própria sociedade, anotadas pelos padres nos assentos de batismo à revelia das normas canônicas, evidenciavam a classificação e a hierarquização social, compartilhadas por diferentes segmentos sociais, pois os padres eram filtros das informações do que se inscrevia nos registros paroquiais. Ao adicionarem categorias de distinção social, baseadas nas qualidades da escravidão e no *status*, os assentos de batismo e as fontes paroquiais em geral demonstram valores próprios de uma sociedade escravista com traços de antigo regime. Em resumo, as atas de batismo são documentos sociais.⁸

Todavia, antes de tudo, os assentos batismais eram documentos religiosos⁹, e por isso as *Constituições* consideravam que o sacramento causava “efeitos maravilhosos” porque por ele eram perdoados os “pecados, assim original, como atuais”. O batizado era “adotado em filho de Deus e feito herdeiro da glória e do reino do céu. Pelo batismo professa o batizado a fé católica, a qual se obriga a guardar”¹⁰, e os padrinhos transmutavam-se em pais espirituais de seus afilhados, ficando obrigados a “Ihes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes”¹¹. Mais ainda, o apadrinhamento criava um vínculo de parentesco espiritual entre compadres e comadres, que implicava, inclusive, certas interdições entre eles. Tal como entre pais, filhos, irmãos, estava vedado a padrinhos e madrinhas se matrimoniarem com seus afilhados, assim como não haveria consórcio entre comadres e compadres.¹² Talvez denotasse uma espécie de incesto religioso.

Entretanto, mesmo que o compadrio derivado da consagração fosse um laço social fortíssimo na América portuguesa e no Brasil imperial, nem sempre e nem em toda parte significou aliança social ou parentesco espi-

⁸ GUEDEMAN, Sthepen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 33-59; FÁRIA, Sheila Siqueira. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 304; CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*, n. 31, p. 23, 2004; SOARES, *Devotos da cor*, 2000.

⁹ ARANTES, Antonio Augusto. Pais, padrinhos e Espírito Santo. In: CORRÊA, Mariza *et al.* (orgs.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 196.

¹⁰ VIDE, *Constituições*, Livro Primeiro, Título X.

¹¹ Idem, Título XVIII.

¹² Idem, *Ibidem*.

ritual. Em especial no porto de Luanda, para a maioria dos cativos tratou-se apenas literalmente de ministrar o sacramento às chamadas *cabeças* e *crias*, exatamente assim designadas nos registros batismais de uma das freguesias da cidade, a de Nossa Senhora dos Remédios. A força do comércio de gente era tão intensa que nas consagrações não se davam nomes cristãos às *cabeças* e *crias* (doravante chamadas apenas de cabeças por essas serem a grande maioria) e também não havia padrinhos e madrinhas. Essa maneira de batizar era dirigida somente aos cativos destinados ao comércio atlântico para as Américas, pois as crianças batizadas como escravas, cujos pais também eram escravos que viviam na cidade, recebiam nomes cristãos. Nos rituais de inocentes, todos (filhos, pais e padrinhos) eram identificados com nomes cristãos, e os pais e padrinhos aparentavam-se pelo compadrio.¹³

Ademais, o local das cerimônias fazia diferença. Os sacramentos dados a *cabeças* só ocorriam às vésperas do embarque na Freguesia de N. S. dos Remédios na cidade baixa de Luanda, onde se localizava o porto. Isso era muito diferente do que sucedia na Freguesia de N. S. da Conceição, sita na cidade alta, zona administrativa, local em que só houve sacramento de inocentes.¹⁴ É fato que também se batizavam inocentes escravos na Freguesia de Remédios, mas essas crianças, cristãmente nomeadas e nunca caracterizadas como cabeças ou crias, não eram remetidas às Américas pelo trato de gente. Diferente dos batismos coletivos das cabeças, os rituais dedicados às crianças eram individualizados e suas mães escravas residiam na cidade luandense. Exemplos que atestam dessemelhanças entre os modos de batizar inocentes e cabeças são, respectivamente, os seguintes:

¹³ Sobre batismos de cabeças e crias, de um lado, e de inocentes, de outro, ver GUEDES, Roberto; FERREIRA, Roquinaldo. Apagando a nota que diz escrava: Efigênia da Silva, o batismo, o compadrio, os nomes, as cabeças, as crias, o tráfico, a escravidão e a liberdade (Luanda, C. 1770-C. 1811). *Almanack*, v. 26, p. 1-57, 2020; GUEDES, Roberto; BÔSCARO, Ana Paula. Cabeças: disseminação, desigualdade e concentração no mercado de cativos (Luanda, c. 1798-1804). *Cliocanarias*, v. 3, p. 1-34, 2021. Uma abordagem interessante sobre os batismos em Luanda é a de CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no império português*. O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. p. 107-114.

¹⁴ Sobre a disposição das freguesias e bairros nas partes alta e baixa de Luanda, vide VENÂNCIO, Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII*. Um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. p. 31-44; MOURÃO, Fernando A. A. Configurações dos núcleos humanos de Luanda, do século XVI ao XIX. In: *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*. Lisboa: CNCDP, 1997. p. 111-225; PEPETELA. *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1980-90. p. 48-61.

Lourenço Aos dezessete de junho de mil setecentos e setenta e um batizei nesta Freguesia da Sé [N. S. da Conceição] a Lourenço, filho natural de Manoel Francisco, **escravo** de Álvaro Matoso, e de Luíza Diogo, **escrava** do mesmo, e lhe pus os santos óleos. Foram padrinhos Manuel Antônio, **escravo** de Francisco Martinho, e Luísa Manuel, **escrava** do Tenente Coronel Domingos da Fonseca Negrão, etc.

O cura Antônio Rodrigues da Costa [grifos meus].¹⁵

Adultos Aos três dias do mês de outubro de mil oitocentos e três batizou solenemente [na Freguesia de N. S. dos Remédios] o reverendo cura Manoel Teixeira quatrocentas e noventa e três **cabeças** e três **crias** de Manuel Gomes de Araújo, de que mandei fazer este assento.

Vigário João Pinto Machado [grifos meus].¹⁶

Como se constata, havia uma acentuada diferença entre a consagração de Lourenço e a das cabeças. À margem esquerda de cada assento, já se notam o nome de Lourenço e o anonimato dos adultos. Também é igualmente interessante o fato de as cabeças e crias não serem aludidas como escravas, somente como cabeças e crias, mas, por sua vez, pais e padrinhos, já ambientados na escravidão de Luanda, eram considerados escravos. Isso sugere que as cabeças ainda eram apenas cativas e que transformar um cativo embarcado em Luanda em escravo no Brasil requeria em algum momento o recebimento de um batismo cristão, de um nome e de uma enunciação como escravo. Enunciar pelo batismo como escravo alguém que antes foi cativado também acontecia nas cidades africanas impactadas pelo escravismo católico do Brasil, mas é certo que isso só valeu em cidades e áreas conectadas pelo fluxo e refluxo do rio chamado Atlântico, pelo qual o intercâmbio cultural era fortíssimo.¹⁷

Embora o ritual não se resumisse a nomear escravos e não se batizassem cabeças em todas as searas de onde provinham ou por onde transitaram cativos no continente africano, no porto de Luanda as cabeças cativas

¹⁵ Arquivo da Diocese de Luanda (ADL), Freguesia de N. S. da Conceição, Livro de Registro de Batismo (LRB), 1770-1786, fl. 15.

¹⁶ ADL, Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, LRB, 1802-1804, folha 210v.

¹⁷ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987; FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: UFRJ/Nova Fronteira, 2003; FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade*. Cambridge: Cambridge U. P., 2012.

recebiam os primeiros sacramentos cristãos católicos, certamente sem entendê-los na imensa maioria dos casos. Porém, mesmo sacramentadas as cabeças cativas, elas não eram plenamente escravas porque ainda estavam inominadas em algum *locus* do fluxo mercantil.

Na verdade, havia propósitos na consagração de cabeças, posto que uma enorme população delas foi batizada pelos padres antes de embarcar para as Américas. Para que se tenha uma ideia do impacto do comércio de cativos na cidade porto-luandense, batizaram-se na Freguesia de N. S. dos Remédios 52.093 cabeças e 1.593 crias, que totalizam 53.686 cativos, entre março de 1798 e junho de 1804, ou melhor, mais de 53 mil em apenas cerca de seis anos e três meses. O que esses números significam?

Eles equivaleram, por exemplo, em 1798, a 87,8% do total dos habitantes da cidade de Luanda ou a quase o dobro de sua população livre, também ultrapassando a população escrava residente. Salvo em 1804, ano para o qual só disponho de batismos para os meses de janeiro e junho, as cabeças batizadas em Remédios excediam as populações livre ou escrava, cada uma isoladamente. Aqueles números também se aproximam de proporções significativas dos cativos exportados por Luanda e dos desembarcados no maior porto brasileiro de fins do século XVIII: o Rio de Janeiro. Entre os anos de 1798 e 1803, as cabeças compunham de 66,8% a 89,7% do total de cativos exportados pela cidade africana. Em relação aos desembarques no cais carioca entre 1798 e 1803, nunca menos de 70% das cabeças teriam aportado no Rio, chegando mesmo a superar o número de cativos chegados nesse cais em certos anos.¹⁸

Nessas condições, em Luanda da virada do século XVIII para o XIX, uma sociedade profundamente marcada por religiosidades africanas, o sacramento do batismo não significou, necessariamente, uma adesão aos ou uma imposição dos princípios católicos. Ademais, ainda no âmbito religioso, prevaleceram plenamente orientações africanas dos Túmúndongo (comumente designados como Ambundo por historiadores)¹⁹, que incorpora-

¹⁸ GUEDES; BÔSCARO, *Cabeças*, p. 1-34, 2021. Sobre população em Luanda e desembarques de africanos no Rio de Janeiro me baseei, respectivamente, em CURTO, J.; GERVAIS, R. R. *The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. African Economic History*, v. 29, p. 50, 58, 2001; FLORENTINO, *Em costas negras*, 1995, p. 59.

¹⁹ COELHO, Virgílio. *Em busca da Kábásá!...* Estudos e reflexões sobre o “reino” do Ndòngò. Contribuições para a história de Angola. Luanda: Kilombelombe, 2010. p. 53-54.

ram elementos do cristianismo a partir de suas estruturas religiosas. Todavia, embora as cabeças não entendessem os significados do batismo, não se pode descartar a ideia de que elas sabiam que se dirigiam a alguma escravidão. Por sua vez, na perspectiva católica, o batizar cabeças também era parte do caminho de conversão de cativos em escravos cristãos, ainda na África. Dito de outra maneira, dar sacramento batismal às cabeças em Luanda, ainda que sem nomes cristãos, padrinhos e madrinhas, e apenas com donos (mercadores de gente) reconhecidos, cumpria funções necessárias na longa transformação de cativos em escravos cristãos, uma vez que o ritual desempenhava, aos olhos da Igreja Católica, papéis econômico, religioso e escravista. Propiciava emolumentos aos padres e guardava uma dimensão salvacional em caso de mortes na travessia atlântica. Como etapa no caminho até a escravidão e a salvação cristãs, as cabeças batizadas recebiam ou deveriam receber as primeiras noções do cristianismo.

Como lamento, foi isso que disse D. João Manuel de Noronha, governador de Angola entre 1713 e 1717:

Vão cabeças por alto nos navios, mais de suas arqueações, ascendendo assim a muita mortandade que daqui se segue, como aos descaminhos de sua Real Fazenda, e outros prejuízos não de menor importância, porque não catequizadas as cabeças que se embarcam por alto vão muitos por batizar, que morrendo pelo grande aperto e sem batismo perdem suas almas; e outros a liberdade [por os] embarcarem sendo forros.²⁰

Tudo indica que essa percepção foi perene e compartilhada, inclusive o tema da justiça ou não de certos cativeiros. Em um relato escrito para o rei de Portugal em 1715, o bispo de Angola, dom Luís Simões Brandão, discorreu sobre as formas de produzir cativos. Suas palavras demonstram dois aspectos importantes para as argumentações deste capítulo: a diferença entre cativo de escravidão, cativos e escravos, e o realce ao papel dos padres e do batismo.

Conforme seus dizeres, as “causas que consta haver entre estas gentes para os cativeiros perpétuos dos negros que se compram e vendem” eram três. A primeira era a “guerra entre os senhores das terras” ou “desses com outros que ficam mais pelo sertão dentro e são gentios que vivem no

²⁰ Biblioteca Pública de Évora (BPE), Secção dos Reservados, Cod. CXVI / 2-15, N° 11. Manifesto de dom João Manuel de Noronha (governador de Angola), fl. 29.

paganismo”²¹. Para o padre, faziam-se “guerras sem outra causa mais que o fim de roubar e prender gente para vender aos pombeiros”, que eram comerciantes que atuavam entre os sertões e os portos litorâneos. Como se vê, a associação entre cativação por guerra e comércio de *negros* (cativos) era evidente para o bispo, que, até então, para professar seus argumentos, não usou a palavra escravidão, somente cativo. O padre prossegue sua avaliação e afirma que a “segunda causa desses cativos perpétuos é estar imposta essa pena aos réus de certos delitos por leis ou preceitos dos senhores das terras ou por costume antigo de seus antepassados”²². Novamente mencionou apenas o cativo, no caso a partir do sistema judicial.²³

A terceira “causa dos cativos daquelas gentes é a venda que fazem os pais, avós, tios e parentes dos filhos negros, sobrinhos e parentes, e os senhores de terras de seus vassallos, quando não têm outros negros que dar aos pombeiros”. A venda de parentes seria o terceiro maior produtor de cativos. Entretanto, sabe-se que fontes lusófonas usavam uma linguagem do parentesco cristão ocidental (filhos, avós, etc.) para frisar laços de dependência variados entre sociedades africanas. Isso também vale para a linguagem política de matriz europeia: senhores de terras e vassallos. Mas, ainda assim, o bispo ainda não tinha se valido das palavras escravidão e escravo porque estava, preferencialmente, aludindo à venda de cativos para os comerciantes pombeiros.

Em adição à argumentação da terceira causa, sim, ele se referiu a escravos, mas os considerando já em estado de submissão política a determinados senhores. Nos seus termos: “Muitos senhores de terras possuem

²¹ Gentio, em geral, aludia aos passíveis de conversão. Por isso o bispo se referiu aos pagãos, tal como os ainda não batizados. Sobre o termo gentio, ver SOARES, *Devotos da cor*, 2000.

²² BPE, Seção dos Reservados, Cod. CXVI, 2-15, Nº 15-i. Memorial a El Rey, 2 Novembro 1715, de dom Luís Simões Brandão (bispo de Angola), fl. 73-78.

²³ A guerra e o sistema punitivo eram as principais formas de escravização. Cf. MILLER, Joseph. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wisconsin, Wisconsin U. P., 1988; THORNTON, John K. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, Parte I; FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange, 2012*; CANDIDO, Mariana. *An African slaving port and the Atlantic world. Benguela and its Hinterland*. Cambridge: Cambridge U. P., 2013; STILWELL, Sean. *Slavery and Slaving in African History*. Cambridge: Cambridge U. P., 2014; SPARKS, Randy. *Where the Blacks were Masters. An African Port in the Era of the Slave Trade*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard U. P., 2014; CARVALHO, Ariane. *Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. Tese (Doutorado) – UFRJ, PPGHIS, Rio de Janeiro, 2020.

famílias de *escravos* descendentes de outros, que foram já de seus avôs, bisavôs, ascendentes, parentes ou amigos, e não se pode averiguar o princípio do cativo dos primeiros *escravos* progenitores dos que hoje existem”²⁴. [grifos meus]. Então o bispo foi categórico em caracterizar uma escravidão geracional a partir do cativo dos primeiros escravos, os progenitores originais. O padre constatou a impossibilidade de saber se o que levou à escravidão dos primeiros escravos provinha de um cativo justo. Porém, ao menos ele constatou que a escravidão era passada de geração em geração desde os escravos progenitores. Evidentemente, a condição senhorial também era geracional. Nessas circunstâncias, escravos eram aqueles já submetidos a certos senhores. Tratava-se de senhores de terras que possuíam escravos, um modelo bem próximo aos de senhores de fazendas e de escravos do Brasil e das ilhas atlânticas.

Não resta dúvida de que o padre distinguiu cativo de escravidão, cativo de escravo. Mais ainda, depois de se reportar às três principais causas do cativo e de diferenciá-las da escravidão, de novo o bispo frisou uma dessemelhança. Ele nos deixa vê-la pelo modo como se aludiu ao caminho entre os sertões angolanos e os portos de embarque às Américas. Ao mencionar cidades escravistas litorâneas na África onde os cativos eram embarcados, ele pronunciou *escravos* de duas maneiras: como submetidos a senhores e como passíveis de venda. Antes disso, entretanto, ele ainda usava o termo cativo. Vejamos suas palavras.²⁵

Ele afirmou que os pombeiros “na primeira compra não fazem exame nem diligência alguma para averiguação de saber se são justos ou injustos os cativos dos negros que compram”. Realizavam a “segunda venda e nem o segundo comprador faz exame algum de quer [sic] vender os negros *dentro de Angola*. E desta mesma maneira passam a terceiro, quarto e quinto compradores, *todos os que ficam em Angola no serviço dos moradores referidos como escravos perpétuos*, sem ter precedido exame sobre os seus cativos”²⁶ [grifos meus]. Nota-se aí que, durante as compras e vendas que envolviam diferentes negociantes, o bispo ainda falava de *cativos dos negros*. Negros era vocábulo usado para caracterizar quem estava sob cativoi-

²⁴ BPE, Seção dos Reservados, Cod. CXVI, 2-15, No. 15-i, fl. 73-78.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

ro no percurso entre os sertões e o litoral e a cargo dos pombeiros. Por outro lado, apenas os que serviam aos *moradores dentro de Angola* eram *escravos* perpétuos, preocupando-se o bispo em saber se o que negros em cativeiro em escravos dentro de Angola era justo ou não, já que os comerciantes e os moradores não queriam saber. Porém, para o que interessa, a escravidão plena (perpétua) só se completava para os que ficavam em Angola, *locus* no qual os negros cativos estavam sob poder de senhores (moradores). Certamente o bispo assinalou Angola como um ordenamento jurídico sob administração e autoridade portuguesas, já que Angola era um conceito, uma construção.²⁷ Foi no mesmo sentido que ele empregou o termo morador, distinto de pombeiro, por exemplo. Morador significava súdito da monarquia portuguesa estabelecido em Angola.²⁸ Nessa Angola, a escravidão perpétua, ao que tudo indica, era caracterizada pela subordinação política dos escravos a seus senhores moradores. Nessa situação, os escravos serviam os moradores e eram *referidos como escravos perpétuos*. Do mesmo modo, os escravos não foram mencionados como negros, vocábulo reservado pelo bispo aos destinados à compra e venda nos sertões, que aqui chamo de cativos. Resumindo, cativeiro abrangia *negros* venais, mas os *referidos como escravos* eram os que serviam aos moradores.

Para o bispo, o caráter irreversível da escravidão era o que fazia os escravos e a escravidão perpétuos. Iniciada em Luanda, a travessia atlântica era um passo crucial no percurso que conduziria à escravidão. E aqui está a segunda maneira pela qual o bispo caracterizava não os cativos, mas os escravos também sujeitos à alienação. Vale a pena reproduzir suas palavras:

Somente com os **escravos que se embarcam para o Brasil** ou para outra parte se faz esta diligência [de averiguar a justiça, ou não, da escravidão. Nos portos africanos,] compram [os cativos] os *armadores ou carregadores*^[29] [dos navios], sem preceder exame. E tendo-os **em seu poder largo tempo como escravos**, e a muitos em grilhões e cadeias de ferro, quando os hão de embarcar para o Brasil, ou poucos dias antes, os levam assim mesmo em

²⁷ WEBER, Priscila Maria. “Angola” como conceito: uma análise da obra história geral das guerras angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2018. Também HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilombelombe, 2007, *passim*.

²⁸ CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Cambambe, Angola, no contexto do comércio atlântico de escravizados (1790-1850)*. Tese (Doutorado) – UFRJ, PPGHIS, Rio de Janeiro, 2019, cap. 4.

²⁹ Armador ou carregador podiam ser os que custeavam e/ou forneciam logística às viagens dos navios do comércio atlântico de humanos.

ferros à presença de um clérigo perito na língua, mas sem outra alguma ciência, o qual lhes faz perguntas das terras donde são naturais e **se eram escravos daqueles que nas suas terras os venderão aos primeiros compradores. E confessando que eram escravos ou que suas mães o eram**, o que confessam facilmente, tanto pelo **dono que já os tem e possui como escravos**, como também por serem uns miseráveis rústicos, sem capacidade, nem possibilidade para alegarem pela sua liberdade, fica com a dita confissão acabado todo o exame e **são julgados escravos perpétuos** e como tais se lhes põe a marca de S. Majestade para passarem para o Brasil. É de notar que os exames na forma dita se expedem [em] dois a três dias, pouco mais ou menos antes da partida dos navios e naquele breve tempo se julgam trezentos, quatrocentos, quinhentos e às vezes mais escravos que hão logo de embarcar [grifos meus].³⁰

Basicamente, eram três modos de caracterizar escravidão: os mercadores disporem sob seu poder dos mercadejados como escravos há muito tempo; já escravo na sociedade de origem, posteriormente vendido aos negociantes; e ser filho de escrava – porque havia o princípio *mater certus*, pelo qual o filho da escrava também é escravo. Só nesses casos, após confessarem tais condições pela boca do padre intérprete ou de seus donos, os escravos perpétuos recebiam a marca real às vésperas ou dias antes do embarque. A venalidade também marcava os escravos, mas, diferente dos cativos, somente em certas situações: se já fossem escravos geracionais dos senhores das terras, inclusive os filhos já nascidos de mães escravas; se estivessem há muito tempo com os armadores como escravos; e se fossem submetidos aos moradores em Angola que os podiam vender. No porto de Luanda, embarcar para o Brasil consolidava a escravidão perpétua, portanto de quem não era mais visto como negro em cativo, mas como escravo. Precisamente nesse momento, o papel do padre tradutor averiguador era indispensável. Eram muitos escravos embarcados de uma vez, de 300 a 500, a caminho da escravidão perpétua no Brasil.³¹ Foram a esses muitos que os padres da Freguesia dos Remédios chamaram de cabeças. Então por um novo tipo de batismo no porto de Luanda se iniciava uma nova etapa da travessia da conversão de cativos vindos dos sertões negociados por pombeiros – depois

³⁰ BPE, Seção dos Reservados, Cod. CXVI, 2-15, No. 15-i, fl. 73-78.

³¹ A ideia de escravidão perpétua para o padre não vislumbrou a possibilidade da alforria no Brasil, e mesmo em Angola. O bispo estava preocupado com a justiça do cativo, e a alforria não foi seu alvo de sua reflexão. Em Luanda, para autoridades civis portuguesas, a noção de escravidão perpétua era de foro civil, principalmente. Cf. GUEDES, Roberto; CARVALHO, Ariane. *Muxilundas: memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco* (Luanda, século XVIII). Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2022, capítulo 1.

designados como escravos dos moradores e dos armadores como cabeças pelos padres da Freguesia dos Remédios – em escravos cristãos no Brasil.

Há, portanto, inconsistências nas afirmações peremptórias sobre não haver consagrações batismais de cativos na África ou, por outro lado, nas de que os cativos eram batizados no continente. Vale mais atentar ao modo e à razão dos sacramentos na cidade de Luanda, comparando-os aos realizados no Brasil. O batismo de cabeças, ainda que rudimentar aos nossos olhos, fornecia aos cativos noções mínimas do cristianismo aos olhos dos padres e da Igreja Católica.

É preciso, em suma, observar os sentidos do ritual e as diferentes maneiras de assinalar o cativo (talvez o mais correto fosse dizer cativação em África) e a escravidão nos diversos contextos do complexo africano-luandense/carioca-macaense. Os sacramentos ministrados a cabeças em Luanda (porto de embarque) eram distintos dos dados a escravos adultos que aportaram na cidade do Rio de Janeiro (área de desembarque). Macaé, por sua vez, integrava uma das maiores regiões de destino de cativos vindos de Luanda com passagem pelo Rio de Janeiro, a região atualmente conhecida como Norte Fluminense. Atentemos às diferenças.

Quem saía de Luanda como cabeça adulta e chegava no Rio de Janeiro, caso permanecesse na cidade, era enunciado literalmente como adulto “escravo” no batismo, ocasião em que ganhava, além de um nome cristão, um padrinho e, frequentemente, uma madrinha, que poderia ser inclusive uma protetora espiritual (Nossa Senhora da Conceição, etc.). Dessa maneira, o batismo no Rio servia, ao mesmo tempo, para dar uma graça cristã (um nome) e imputar a alguém a condição de escravo frequentemente acompanhada da procedência africana. Reconhecia-se, igualmente, que os escravos eram submetidos a seus respectivos senhores. Isso era muito diverso do cerimonial com cabeças em Luanda. Por exemplo:

Josefa Aos vinte dias do mês de julho de mil setecentos e cinquenta e três anos nesta Freguesia de São José da cidade do Rio de Janeiro batizei *sub conditio- ne* e pus os santos óleos a **Josefa, adulta**, de nação Angola, **escrava de Sebastião Pereira da Silva**. Foram padrinhos Francisco de Mendonça, casado, e Rita Maria, preta forra.

O padre José da Fonseca
Coadjutor de São José.³² [grifos meus]

³² Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ), Livro de Registros de Batismo da Freguesia de São José, 1751-1762.

Já os batismos de “inocentes” escravos na mesma cidade carioca, assim como em Macaé, eram idênticos na sua forma e substância aos das crianças em Luanda. Os “inocentes” eram os já nascidos escravos na cidade, que nunca foram cativados, mas eram frutos de ventres escravos. Todos os inocentes eram batizados com nomes, recebiam padrinhos e madrinhas, tinham senhores, e suas mães nomeadas eram reconhecidas como escravas de alguém, e seus pais também se fossem escravos. No Rio de Janeiro e em Macaé, os batismos de inocentes eram da mesma forma dos de crianças já exemplificados para Luanda:

Bento
inocente Aos vinte e seis dias do mês de março de mil oitocentos e seis anos nesta Matriz de São José do Rio de Janeiro batizei solenemente e pus os santos óleos em Bento, crioulo, filho legítimo de José de nação Benguela e Geruza de nação Angola, **escravos do** Desembargador Inácio José Pedro e de sua mulher Joana Rita. Foram padrinhos Antônio Gonçalves, preto forro, e Dionizia, crioula **escrava** do tenente-coronel Francisco Cláudio Pinto da Cunha, solteiro, de que fiz este assento.

Coadjutor Antônio Pinto.³³ [grifos meus]

Como é perceptível, o sacramento do batismo imputava a condição de escravos em adultos e crianças. No caso dos adultos, batizava-se uma mesma pessoa duas vezes, contrariando as normas canônicas que rezavam que cada uma só fosse sacramentada pelo batismo uma única vez?³⁴ Decerto, muitas cabeças em Luanda foram novamente batizadas no Brasil como adultas. As *Constituições Primeiras* determinavam que, em caso de dúvida de haver sido batizada, uma pessoa podia receber o sacramento novamente³⁵, mas talvez não fosse esse o caso. A força do escravismo era tanta, que talvez o mais importante fosse batizar para escravizar, tomar posse e tornar escravo o cativo, enunciando o senhor pelo rito e salvando as almas cativas e escravas. Mas havia controvérsias na matéria.

A questão da consagração de infantes e de cativos/escravos era criticada. O batismo de inocentes gerava julgamentos pejorativos noutras searas, que também não admitiam dar esse sacramento aos escravos. Contemporaneamente às cerimônias em Luanda, Rio de Janeiro e Macaé, clérigos protestantes na Nova Inglaterra afirmavam que o batismo de crianças era

³³ ACMRJ, Livro de Registros de Batismo da Freguesia de São José, 1802-1821.

³⁴ Agradeço a Márcia Amantino por me chamar atenção para esse aspecto.

³⁵ VIDE, *Constituições Primeiras*, 1720, Livro Primeiro, Títulos IX ao XX.

um alicerce do papado. Argumentava-se, entre outros aspectos, que crianças não eram capazes de compreender a palavra de Deus, e dar-lhes o sacramento era visto até como obra do demônio.³⁶ Diferente da consideração católica, que realçava os efeitos maravilhosos e salvacionais do batismo, Thomas Baldwin era da opinião de que esse sacramento não era essencial para a salvação.³⁷ De fato, os batismos de cativos/escravos não eram a norma em sociedades escravistas anglo-saxônicas das Américas e não raro opunham senhores e missionários. Desse modo, embora houvesse batismos de escravos e orientações clericais nesse sentido no universo multifacetado do protestantismo nas Américas³⁸, nem de perto se comparava ao que vigorou na América ibérica. Por exemplo, não havia nada como as Ordenações Filipinas ibéricas, de 1609, que ameaçavam os senhores com a perda de seus escravos caso não os batizassem.³⁹ Batizar era uma obrigação legal e moral que (re)criava e respaldava senhores cristãos.

Portanto, religiosamente, as consagrações em Luanda, Rio de Janeiro e Macaé estavam inseridas em um quadro maior de evangelização nas monarquias ibéricas católicas, no império do Brasil, contestada por vertentes do protestantismo. Nessa direção, batismos de inocentes e de adultos escravos, de um lado, e de cabeças, de outro, integravam a cristandade cató-

³⁶ “That infant baptism is a part and pillar of popery; that by which Antichrist has spread his baneful influence over many nations. I use the phrase infant-baptism here and throughout, because of the common use of it; otherwise the practice which now obtains, may with greater propriety be called *infant-sprinkling*”. GILL, John (1697-1771). *Infant-baptism, a part and pillar of popery: being a vindication of a paragraph in a preface to a reply to Mr Clarke’s defence of infant-baptism. To which is added, a postscript, containing a full and sufficient answer to six letters of Candidus, on the subjects and mode of baptism, &c.* London: Printed, and sold by G. Keith, in Gracechurch-Street; J. Robinson, at Horselydown; and W. Lepard, in Tooley-Street, 1766, p. 2. Disponível na John Carter Brown Library.

³⁷ We “do not consider it [baptism] *essential to salvation*, yet we do think *essential* to the regular visibility of a gospel church (...)”. BALDWIN, Thomas (1753-1825). *The baptism of believers only, and the particular communion of the Baptist churches explained and vindicated in three parts*. The first published originally in 1789; The second in 1794. The Third Na apêndix, containing additional observations and arguments, with strictures on several late publications. Parte III published in Boston in 1806, p. 12. Disponível na John Carter Brown Library.

³⁸ GERBNER, Katharine. *Christian Slavery: Conversion and Race in the Protestant Atlantic World*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2018. Veja um bom balanço em MATEUS, Marcelo Santos. Frank Tannenbaum e os direitos dos escravos: religião e escravidão nas Américas. *Afro-Ásia*, 51, p. 215-252, 2015.

³⁹ Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d’el Rei D, Felipe I. Livro V, Título XCIX, p. 1247. Brasília: Senado Federal, 2004. Ed. fac-similar da 14ª ed.

lica, que, por meio da evangelização, salvava almas para seu rebanho escravizando-as. Batizar, em quaisquer casos, era reconhecer que os escravos tinham almas que podiam ser salvas e catequizadas, mesmo que seus corpos continuassem escravos.

Em paralelo, havia perspectivas africanas sobre o batismo em Luanda e no Reino de Angola. Por exemplo, os escravos e livres que viviam em torno da cidade e nos presídios (unidades administrativas, comerciais e militares) guardavam um conhecimento mínimo sobre o cristianismo católico, posto que até a Bíblia e o Catecismo servissem como meios de alfabetização.⁴⁰ Mas os modos de interpretação e de incorporação do cristianismo calcavam-se em religiosidades próprias dos povos da África Central Atlântica. Junto a isso, a vivência religiosa dos súditos portugueses em Angola escandalizava os próprios membros da alta hierarquia católica, ciências da impregnação de religiosidades africanas no “catolicismo” da África Central Atlântica.⁴¹

Em termos de usos sociais e políticos do batismo e do compadrio, talvez um dos modos de apropriá-los por parte dos escravos residentes na cidade de Luanda fosse considerá-los como uma profilaxia contra a deportação pelo comércio atlântico, uma vez que imperava o pavor de ser mercadejados para o Brasil. No mesmo sentido, alforriados valiam-se dos registros batismais para garantir sua condição de liberdade.⁴²

⁴⁰ SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *Africae Monumenta*. A apropriação da escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cachenda. Lisboa: ICT, 2002.

⁴¹ Referimo-nos à incorporação de símbolos religiosos e rituais de outras religiões/religiosidades a partir de perspectivas cosmogônicas africanas. Ver nota 4 e CRAEMER, Willy de; VANSINA, Jan; FOX, Renee. *Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study*. *Comparative studies in society and history*, 18, 4, p. 458-475, 1976; Para outras searas. PARÉS, Luís Nicolau. *O rei, o pai e a morte*. A religião vodum na antiga costa dos escravos na África ocidental. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

⁴² Sobre o pavor, ver FERREIRA, *Cross-Cultural Exchange*, 2012, p. 157; CALDEIRA, *Escravos e traficantes no império português*, 2013, p. 115-116. Sobre usos do batismo, ver GUEDES; FERREIRA, *Apagando a nota*, 2020. Sobre outros usos do batismo em Angola e Benguela, ver THORNTON, John K. *Central African names and African-American naming patterns*. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 50, n. 4, p. 727-742, 1993; CUR-TO, José C. *As if from a free womb: baptismal manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807*. *Portuguese Studies Review*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 26-57, 2002, p. 36-37; PANTOJA, Selma. *Laços de afeto e comércio de escravos: Angola no século XVIII*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 375-389, 2010; CANDIDO, Mariana P. *African women in ecclesiastical documents, Benguela, 1760-1860*. *Social Sciences and Missions*, Leiden, v. 28, n. 3-4, p. 235-260, 2015; CANDIDO, Mariana P. *Concubinage and slavery in Benguela, c. 1750-c. 1850*. In: OJO, Olatunji; HUNT, Nadine (ed.). *Slavery in Africa and the Caribbean: a history of*

A impressão de relativo conhecimento do batismo e do compadrio católicos e de seus usos políticos em África também é sugerida nas palavras do “preto forro” Sebastião da Silva. Natural “da cidade do Reino de Angola e batizado na Freguesia de Nosso Senhor dos Vencidos”, “bispado da mesma cidade” de Luanda, ele disse em testamento ditado na cidade do Rio de Janeiro em 1792 que deixava em legado a seu afilhado Paulo “sete patacas que lhe devia”⁴³. Ora, natural de Angola e forro no Rio de Janeiro, Sebastião foi batizado antes de partir para a cidade fluminense, onde reviveu o batismo cristão como padrinho. Destarte, as experiências sociais e religiosas em torno do rito foram realidade para Sebastião nas duas margens atlânticas.

Ele e seu afilhado Paulo foram agraciados com nomes cristãos, tal como Efigênia da Silva, uma mulher luandense que era homônima de uma devoção negra, Santa Efigênia, santa muito importante para pretos, pardos, escravos ou libertos na América portuguesa.⁴⁴ Em Luanda, a propósito, havia uma capela dedicada a essa devoção.⁴⁵ Na década de 1770, Efigênia da Silva recorreu aos batismos para atestar sua condição de liberta e as de seus filhos. Além de levar três filhos à pia batismal de Luanda, cidade onde ganhou a alforria, ela recorreu aos registros de batismo para assegurar sua liberdade ao pedir a uma autoridade eclesiástica que corrigisse um assento em que ela e um de seus filhos foram anotados como escravos.⁴⁶ A ata de batismo foi vista por ela como uma segurança de sua liberdade. Efigênia da Silva sabia que do porto luandense eram enviados milhares de, nos dizeres do bispo, “escravos perpétuos”, que eram os que já eram posse de seus senhores. Nessas condições, a possibilidade dela e de seus filhos atravessarem o oceano como cativos era real.

slavement and identity since the 18th century. London, New York: I. B. Tauris, 2012. p. 65-84; OLIVEIRA, Vanessa S. *The Donas of Luanda, c. 1770-1867: from Atlantic slave trading to “legitimate” commerce*. 2016. Dissertation (Doctor of Philosophy). York University, Toronto, 2016, capítulo 3.

⁴³ ACMRJ, Freguesia da Sí, Livro de Registros de Óbito, 2, 1790-1797, p. 143.

⁴⁴ SOARES, *Devotos da cor*, 2000; OLIVEIRA, *Santos Pretos*, 2002; *Igreja e Escravidão Africana*, 2009; As irmandades religiosas na época pombalina: algumas considerações. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 347-380. Especificamente para Luanda, vide REGINALDO, *Rosários dos Pretos*, 2016, p. 123-151.

⁴⁵ REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos Angolas*. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011. p. 68.

⁴⁶ GUEDES; FERREIRA, *Apagando a nota*, 2020.

Algo diferente se passou com Sebastião. Mesmo batizado em Angola, como ele fora deportado para o Rio de Janeiro, onde vivera como escravo? O batismo como segurança contra a deportação mercantil nem sempre foi eficaz, mas nem por isso deixou de ser uma esperança contra ir à escravidão perpétua na outra margem. Era preferível aos escravos de Luanda continuarem escravos na cidade do que ser “escravos novos” no Brasil, onde uma nova escravidão os aguardava. Ou será que Sebastião nem chegou a ser escravo em Angola e fora batizado apenas como cabeça? Não há certeza; sabe-se apenas que foi alforriado no Rio de Janeiro, para o que também era preciso ser cristão. Como definiu o padre Raphael Bluteau: “Amar a Deus, porque nos remiu, é tributo de libertos”, pois a alforria era uma remissão da escravidão.⁴⁷

Em síntese, o cativo das cabeças, a escravidão dos escravos e a liberdade dos alforriados eram da alçada de uma sociedade escravista cristã católica de antigo regime, ecoando fortemente também no império do Brasil. Os batismos escravizavam e libertavam. Mas, diferente de Sebastião, nem todas as cabeças que chegaram ao Rio de Janeiro vivenciaram o batismo e o compadrio na cidade.

Os escravos novos entre o porto do Rio de Janeiro e as fazendas de Macaé

A corte do Rio de Janeiro era uma cidade que absorvia muitos cativos acostados em seu porto, batizando-os como escravos, mas a urbe também era um centro redistribuidor de cativos que seguiam suas jornadas sem nomes cristãos para várias partes. Então, os cativos de origem africana que continuaram a jornada para outros locais não recebiam o sacramento na cidade. Só se batizavam os que permaneciam porque os registros de batismo enunciam a posse senhorial dos escravos.

Mas outros documentos possibilitam captar os cativos africanos recém-chegados não batizados, que continuariam sua viagem rumo à escravi-

⁴⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000 [1712-1727]. Verbete. Todas as consultas a Bluteau, no texto, se basearam em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>. SOARES, Márcio de Sousa de. *A remissão do cativo*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c.1750 -c.1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

dão fora da cidade. Nesses documentos, eles eram aludidos como “escravos novos”. Refiro-me a despachos e passaportes emitidos não pelos padres, mas pela polícia da corte entre 1808 e 1833. Por exemplo: termo que assina Francisco Antônio da Gama de como recebeu o atestado com que Antônio José Lorena despachou para Resende nove **escravos novos**, comprados a Feliciano Antônio de Macedo.⁴⁸

Reparando bem, nesses papéis os “escravos novos” já eram tidos por escravos, mas eram também concebidos como novos sem nomes cristãos que os escravizassem integralmente. Dessa maneira, os que não adentraram a escravidão pelo batismo na cidade do Rio de Janeiro eram vistos como destinados a outras paragens porque ainda estavam a caminho da completa escravidão, ainda eram cativos em processo de compra e venda, mas agora no comércio interno de cativos. Então, os apresados nos sertões do Reino de Angola aportados na corte ainda continuavam sem nome até que fossem sacramentados pelo batismo, que os nomearia escravos cristãos no seu destino final.

Portanto, as chamadas cabeças de Luanda foram contempladas em despachos e passaportes emitidos pela polícia da corte carioca entre 1809 e 1833, documentos que dizem muito sobre o trato interno de cativos no Brasil. Com início no Rio de Janeiro, essa cadeia do comércio interno, a designada “terceira perna do tráfico”⁴⁹, atingia os mais longínquos rincões, mas também os centros econômicos que mais absorviam mão de obra cativa de origem africana, como Minas Gerais e o Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes, Macaé, etc.).⁵⁰ Para que se tenha ideia desse fluxo mercantil, ao todo há 43 volumes de despachos de escravos e passaportes entre 1809 e 1833, que contemplam “57.974 viagens do Rio de Janeiro para as províncias, em 26.671 das quais foram feitas remessas de quase 170 mil escravos”⁵¹.

⁴⁸ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Polícia da Corte, Códice 424, volume 2, p. 174.

⁴⁹ A primeira perna era o caminho dos sertões africanos aos portos; a segunda era a travessia atlântica. Cf. MARTINS, Roberto. *Crescendo em silêncio. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018. p. 419.

⁵⁰ Sobre essas fontes, ver, entre outros, FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Tráfico de Escravos, mercadores e fianças – Dois bancos de dados (despachos de escravos, passaportes e licenças)*. In: BOTELHO, Tarcísio; SAMPAIO, Antônio *et al.* (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001.

⁵¹ MARTINS, *Crescendo em silêncio*, p. 418.

Senhores residentes em Macaé, como não poderia deixar de ser, tomaram parte no negócio interno de escravos novos a partir do Rio de Janeiro. Os papéis emitidos pela polícia da corte e os registros sacramentais de Macaé que aludem a senhores e comerciantes do município ajudam a compreender o percurso entre o Rio e a etapa final da conversão de escravos novos (ainda cativos) em escravos cristãos em Macaé. Parte dos senhores da vila estava entre os maiores escravistas do município por também atuar no comércio interno de escravos novos e no trato atlântico.⁵² Assim, os despachos e passaportes, junto aos batismos, propiciam o entendimento de que uma sociedade escravista se definia para muito além do uso da mão de obra escrava, posto que essa sociedade também compartilhava valores, hierarquias sociais e políticas com base no escravismo, inclusive a diferenciação de uma elite escravista, que é aquela que se constitui como tal a partir da renda extraída do trabalho escravo.⁵³ Porém o comércio de cativos também formou e reproduziu uma elite. No escravismo, não foi apenas a renda extraída do trabalho escravo que gerou hierarquia entre os livres, mas também a compra e venda de gente. Interligadas e formando um todo, a sociedade escravista e a *sociedade traficante* eram indissociáveis.⁵⁴

Como a escravidão e o comércio de cativos davam parâmetros para quase tudo, um indício do entranhamento do escravismo é que nos passaportes e despachos há diferentes tipos de escravos. Ou seja, o amplo vocabulário do comércio de gente e da escravidão revela sua força nos corações e nas mentes de outrora. Há os (1) “escravos novos”, africanos sem nome cristão, recém-chegados ao Rio de Janeiro e que formavam a imensa maioria; os (2) “escravos ladinos”, falantes de português já com nomes cristãos; os (3) “escravos que trouxe” com e sem nomes cristãos, respectivamente, os que acompanhavam as tropas vindas ao Rio e de regresso aos locais de origem e os cativos venais que o vendedor “trouxe” até a polícia para regis-

⁵² Mas o negócio oceânico não é alvo deste capítulo. Ver FLORENTINO, *Em costas negras*, 1995. Sobre elites locais e trato interno a partir do Rio de Janeiro ver BÔSCARO, Ana P. *Sociedade traficante: o comércio interno de escravos no centro-sul brasileiro e suas conexões na primeira metade do século XIX* (Juiz de Fora, Minas Gerais). Tese (Doutorado) – PPGHIS, Juiz de Fora, 2021.

⁵³ FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 209.

⁵⁴ BÔSCARO, *Sociedade traficante*, 2021.

trar; o termo “trouxe” predominou até 1814. Quando o guia de tropa era também um escravo, seus acompanhantes de igual condição jurídica eram chamados de (3.1) “parceiros” e os livres de “camaradas”. Há ainda as (4) crias sem nome, filhos de escravos novos ou ladinos; e, por fim, os (5) escravos “marinheiros”, que pertenciam às embarcações com destino às áreas costeiras do sul do Brasil.⁵⁵

Portanto, próprio de uma sociedade escravista traficante, sem nunca usar a palavra cabeça, como ocorria em Luanda, comerciantes e a polícia da corte empregavam, entre outras expressões, “novos” e “ladinos” para classificar os que eram mercadejados. O vocabulário do comércio e da escravidão era amplo no Brasil, mas não encontrei cabeças, ainda, nem nos batismos tampouco nos despachos, embora os santos óleos e as águas do batismo fossem jogados sobre as cabeças dos batizados.

No comércio interno de cativos, de longe predominou o negócio com escravos novos. Para eles, registravam-se marcas corporais – *25 escravos novos com a marca à margem*. As marcas, desenhadas na lateral das folhas dos livros de registro da polícia, podiam ser coletivas ou uma para cada cativo e simbolizavam a posse de (futuros) senhores e/ou de comerciantes.⁵⁶ Não descarto, porém, a possibilidade de que fossem carimbos originais de sociedades africanas, sobretudo da África Central atlântica, de onde veio a imensa maioria dos cativos aportados no Rio de Janeiro. Carimbo não foi um termo dicionarizado por Raphael Bluteau (1728) e Moraes Silva (1798), mas deriva da palavra *kirimbu*, que em kimbundu significa marca. Marcar alguém atestava a condição de escravo em sociedades do Reino de Angola⁵⁷, e talvez as cabeças batizadas em Luanda e os escravos novos saídos do Rio para outras searas do Brasil já trouxessem *kirimbu* da África em seus corpos. Isso não impedia de serem novamente carimbados ou marcados na travessia e no Brasil.

Se no Brasil não se registraram cabeças, houve, no entanto, uma semelhança entre os despachos de escravos novos no Rio de Janeiro e as con-

⁵⁵ Cf. Idem. Também KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 67-85.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Luciano. *Marcas de escravos*. Listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841). Rio de Janeiro: Publicações Históricas, 1990.

⁵⁷ SANTOS, Catarina. M. Les mots e les normes juridiques de l’esclavage dans la colonie portugaise d’Angola aux XVIIe et XVIIIe siècles (les mucanos comme jugmentes de liberte). In *Brésil(s): Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: EHESS/CRBC, 2012. p. 139-144.

sagrações de cabeças em Angola. Frequentemente eram feitos em lotes. Em Luanda, entre 1798 e 1804, os batismos podiam abranger o mínimo de uma até o máximo de 519 cabeças juntas a sete crias; no Rio, entre 1809 e 1833, o despacho mínimo foi de um e o máximo de 240 escravos novos.

Quantos escravos novos saíram do Rio para Macaé e quantos senhores e comerciantes do município participaram do negócio são indagações sem resposta certa, porque Macaé foi desmembrada de Campos dos Goytacazes e se tornou vila em 1813 e, em consequência, é difícil saber quem ia para a parte de Campos, que depois se tornou Macaé. Igualmente, talvez os responsáveis pela redação dos despachos da corte continuassem a anotar, por força do hábito, como campista o destino dos que viajavam para Macaé. Dessa maneira, entre outras razões, o que se apresenta aqui são estimativas mínimas do fluxo entre Rio de Janeiro e Macaé.

O Quadro 1 demonstra o total de viagens da corte para Macaé entre 1809 e 1833, que somam 870 partidas, 522 (60%) das quais levaram escravos novos. Dentre essas viagens, 207 (40%) levaram apenas escravos ladinos e 319 (60,3%) conduziram escravos novos, acompanhados ou não de ladinos. Os novos formaram a grande maioria dos transportados; eram 1.541 (79,3%) dos 1.943. Porém, como os despachos para outras searas, a partir de 1831 o tipo predominante de cativo inverteu-se, pois dos 144 apenas 19 (13,2%) eram novos, enquanto em 1829, por exemplo, esses chegaram a 94,1%. Complementarmente, de todos os 402 ladinos conduzidos entre 1809 e 1833, 125 (31%) o foram em apenas três anos. Em resumo, a Lei de 1831, que proibiu o comércio legal atlântico de cativos, gerou estratégias senhoriais e mercantis que a burlaram, registrando como ladino quem antes era novo.

Para sorte do pesquisador, os que redigiram despachos e passaportes não os rotularam aleatoriamente de escravizados para a posteridade, nem o bispo de Angola e tampouco os padres que fizeram as atas de batismo em Luanda e no Brasil. Eles tinham critérios adequados à sua época, que, ainda que imperfeitos aos desavisados e anacrônicos de nossos dias, permitem conhecer melhor aquela sociedade. Não empobreceram cognitivamente a questão porque estavam cientes das sutilezas e das complexidades de uma sociedade que diferenciava negros, cabeças, crias, escravos novos, escravos, cativo, escravidão, etc. Também não usaram a palavra raça, muito menos com vieses biologizantes e identitários.

Quadro 1: Viagens e remessas de cativos da corte do Rio de Janeiro para Macaé (1809-1833)

| Ano | Total de Viagens | Viagens sem cativos | Viagens com cativos | Viagens com escravos, mas sem novos | Viagens com escravos novos | Nº. de escravos ladinos | Nº. de escravos novos | Total de cativos remetidos |
|---------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1809-1830 | 759 | 305 | 454 | 141 | 313 | 277 | 1.522 | 1.799 |
| 1831-1833 | 111 | 40 | 71 | 66 | 5 | 125 | 19 | 144 |
| Totais | 870 | 348 | 522 | 207 | 318 | 402 | 1.541 | 1.943 |

(a) inclui seis escravos que trouxe (b) inclui 20 crias

Fonte: Arquivo Nacional, RJ, Coleção de Polícia da Corte (ANRJCP), Códices 421, 424 e 425.

Em Luanda, a grande maioria das cerimônias era para apenas uma cabeça, e o mesmo valeu para os despachos de escravos novos. Isso significa que prevaleceu um mercado acessível a diferentes segmentos sociais, inclusive para ex-escravos alforriados, mas, ao mesmo tempo, era um mercado extremamente concentrado em poucas mãos, porque despachar mais de 20 escravos novos ou batizar mais de 20 cabeças de uma única vez era para poucos. Resumindo, milhares de pessoas atuaram no comércio de cabeças e/ou de escravos novos, mas preponderou um quase monopólio do comércio de gente em cada cidade atlântica.⁵⁸ O tipo de remessa predominante do Rio para Macaé seguiu o padrão geral de abrangência de poucos escravos novos, como demonstra o Quadro 2. Por exemplo, houve 90 envios com apenas um escravo novo, mas esses muitos despachos responderam por apenas 5,9% dos mercadejados, ao passo que as partidas (10,6% do total) com mais de 10 cativos novos levaram 40% do total.

⁵⁸ Cf. uma comparação em GUEDES, Roberto; BÔSCARO, Ana. Cabeças and escravos novos: global social commitment to slavery and inequality (Luanda and Rio de Janeiro, 1798-1833), In: ATALLAH, C.; MOTA, M.; DOMINGUEZ, R. (eds.). *The Colonial Cities in the Portuguese Empire* (Forthcoming).

Quadro 2: Número de escravos novos por despachos a partir do Rio de Janeiro e em direção a Macaé (1809-1833)

| Número de escravos novos por Despacho | Despachos | | Escravos novos | |
|---------------------------------------|------------|--------------|----------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| 1 | 90 | 28,2 | 90 | 5,9 |
| 2 | 72 | 22,6 | 144 | 9,5 |
| 3 | 33 | 10,3 | 99 | 6,5 |
| 4 | 22 | 6,9 | 88 | 5,8 |
| 5 a 10 | 68 | 21,3 | 488 | 32,2 |
| 11 a 25 | 27 | 8,5 | 411 | 27,1 |
| 26 a 40 | 5 | 1,8 | 155 | 10,2 |
| Mais de 40 | 1 | 0,3 | 42 | 2,8 |
| Total | 318 | 100,0 | 1.517 | 100,0 |
| Mais de 10 | 33 | 10,3 | 608 | 40,0 |

Exclui crias e casos com margem a dúvidas.

Fonte: ANRJPC, Códices 421, 424 e 425.

O Quadro 2 diz respeito a vendas, não a vendedores. Para a vila, cada venda contemplou de um até 42 escravos novos. Mas uma mesma pessoa podia fazer três viagens e alienar apenas três escravos, ao passo que outra podia realizar apenas um despacho com vários escravos. Joaquim José Nunes remeteu 42 escravos para o município em 19 de fevereiro de 1825, mas José Alves da Fonte vendeu apenas três cativos em duas remessas: uma em 1826 e duas em 1830.⁵⁹ Esses dois vendedores não constam nos livros de batismos de Macaé consultados, o que indica que nem todos os que vendiam cativos em Macaé residiam na vila. Ao contrário, em parte a vila comprava escravos novos de comerciantes especializados e com vendas majoritárias em Macaé, mas sem que morassem no município. Um certo Antônio Dias da Costa, por exemplo, não localizado nos batismos, realizou 48 vendas com 125 escravos novos. Dessas 48 vendas, 42 foram para Macaé com 120 novos.

⁵⁹ ANRJPC, Códice 425, vol. 1, p. 282, 425, vol. 3, p. 72, Códice 421, vol. 20, p. 82.

Seu caso, assim como o de Joaquim José Nunes, deixa ver que o mercado interno de cativos era hierarquizado. Os 42 cativos novos remetidos por Joaquim José Nunes, acrescidos dos 123 de Antônio Dias da Costa, somam 165 ou quase o dobro dos 90 despachos com somente um cativo por venda.

Porém, nem sempre os que saíam do Rio eram comerciantes especializados em vendas de escravos novos. Às vezes, senhores buscavam escravos novos para si próprios. Em 30 de março de 1824, Fabiana Maria de Jesus, mulher *parda liberta, alta, de rosto comprido e trigueiro*, 46 anos de idade, natural de Macaé, onde era moradora, partiu para a vila levando um escravo novo.⁶⁰ Seu perfil de atuação distinto do de Joaquim José Nunes demonstra que a democratização e a simultânea concentração do negócio de comprar e vender gente vigoraram também em ou no comércio para Macaé. Cada um participou como pôde do comércio de humanos e da transformação de cativos em escravos.

Não localizei Fabiana Maria de Jesus entre os senhores que batizaram adultos na Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, mas entre os moradores na freguesia 196 pessoas constam como senhores de 1.388 adultos nomeados no batismo. Além de não abarcar os senhores de inocentes batizados, padrinhos, madrinhas, pais e mães, esses números consideram apenas registros realizados na paróquia de Nossa Senhora das Neves entre 1808 e 1849, aos quais tive acesso, não os de outras paróquias.⁶¹ Desse 196 senhores, alguns também foram descritos em despachos e/ou passaportes da corte entre 1809 e 1833. Por meio do cruzamento de nomes, pode-se saber algo mais sobre o ponto final da conversão dos cativos em escravos que ocorria na vila. Comparados aos batismos em Macaé, a forma do batismo das cabeças e a do despacho de escravos novos diziam respeito ao comércio de cativos ainda a caminho da escravidão; e, mais importante, quer em Luanda ou na corte carioca, cabeças e escravos novos eram sempre sem nomes cristãos. Apenas em Macaé esses inominados recebiam o sacramento, que os reputava como escravos de nomes cristãos.

⁶⁰ ANRJPCPC, Códice 425, vol. 1, p. 170.

⁶¹ Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves, Livros de Registro de Batismo (AINSNLRB), Livro 1 (1808-1841), Livro 16 (1838-1849). Há outros livros de batismo ainda não contabilizados.

Escravos nas fazendas de Macaé

Os conversos em escravos pelo cerimonial batismal em Macaé por aqueles 196 senhores foram para diferentes fazendas, como informam os próprios livros paroquiais: 1) Atalaia, 2) Carreira Comprida, 3) da Coroa, 4) da Saudade, 5) de São Jorge do Rio Pedro, 6) do Bonsucesso, 7) do Deitado, 8) do Rio Morto, 9) do Sossego, 10) dos Lírios, 11) Monte Alegre, 12) Morro da Onça, 13) Nova, 14) Pontes da Alfândega do Rio São Pedro, 15) Santa Cruz do Lírio, 16) Sapucaia e 17) do Frade. Pode ser que, em certos casos, algumas dessas fazendas fossem uma mesma unidade nomeada de diferentes maneiras, mas, como quer que fosse, não raro os escravos adultos batizados não eram vinculados aos nomes de seus senhores, mas aos das próprias fazendas. Daqueles 1.388 escravos adultos, 166 foram adscritos apenas a fazendas; para 160, não se sabem os nomes das fazendas nem dos senhores que os governavam. Logo, 1.062 (76,5%) escravos adultos foram reconhecidos como subjugados a um senhor, ainda que os assentos batismais também fizessem, simultaneamente, menção às fazendas às quais estavam vinculados.

Entre os senhores, o que mais batizou foi Antônio José Lopes de Araújo, uma vez identificado como capitão nas cerimônias, lembrando que batizar escravos adultos é um indicador de acesso ao mercado de cativos africanos. As 118 (8,5% do total de adultos) consagrações de seus escravos em Macaé efetivaram-se entre 1810 e 1850, a última realizada em 6 de abril de 1850, quase exatos cinco meses antes da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 4 de setembro do mesmo ano, lei que extinguiu o comércio atlântico de cativos, caracterizando-o definitivamente como *tráfico* (palavra que geralmente denota comércio ilícito), ainda que desde 1831 já houvesse proibição da atividade.

Ao todo, são 124 escravos batizados dos Lopes de Araújo, três de Manoel Lopes de Araújo, três de João Lopes de Araújo e os demais 118 de Antônio José Lopes de Araújo. Certamente, os Lopes de Araújo, encabeçados por Antônio José, estavam investindo pesado na continuidade da escravidão, não obstante as pressões pelo fim do comércio atlântico. Eles compraram e venderam africanos até quando puderam. Antes de o comércio de cativos virar tráfico proibido, nos passaportes e despachos emitidos pela polícia da corte há exatas 100 remessas de escravos feitas por eles entre

1811 e 1828, cujos destinos mais comuns, como se vê no Quadro 3, foram Macaé, Campos dos Goytacazes e Parati. A maior parte das viagens direcionou-se a Macaé, mas também foi para onde mais se levaram escravos ladinos, proporcionalmente. No conjunto, Campos recebeu a maior parte, quase metade, dos cativos enviados da corte pelos Lopes de Araújo, mas, infelizmente, não é possível saber se esses senhores também tinham fazendas em Campos e/ou se os responsáveis pelos registros da polícia anotaram esse município e não Macaé como ponto final.

Quadro 3: Cativos remetidos pelos Lopes de Araújo a partir da corte (1811-1828)

| Destino | Partidas | | Escravos | | | | | |
|---------------------------|----------|-------|----------|------|---------|------|-------|-------|
| | | | Novos | | Ladinos | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Macaé | 37 | 37,0 | 53 | 58,9 | 37 | 41,1 | 90 | 23,7 |
| Campos dos Goytacazes | 28 | 28,0 | 139 | 77,2 | 41 | 22,8 | 180 | 47,4 |
| Parati | 20 | 20,0 | 59 | 96,7 | 2 | 3,3 | 61 | 16,1 |
| Resende e Rio de São João | 6 | 6,0 | 34 | 97,1 | 1 | 2,9 | 35 | 9,2 |
| Outros | 9 | 9,0 | 8 | 57,1 | 6 | 42,9 | 14 | 3,7 |
| Totais | 100 | 100,0 | 293 | 77,1 | 87 | 22,9 | 380 | 100,0 |

Fonte: ANRJPCP, Códices 421, 424 e 425.

Parece que houve uma divisão do trabalho, baseada no parentesco e na localidade de destino nas vendas de cativos feitas pelos Lopes de Araújo a partir do Rio de Janeiro.⁶² Há oito diferentes Lopes de Araújo nos despachos e passaportes: 1) Antônio José Lopes de Araújo, 2) Antônio José Lopes de Araújo Filho (ou Júnior), 3) Francisco Lopes de Araújo Júnior, 4) João Lopes de Araújo, 5) Luís José Lopes de Araújo, 6) Salvador Lopes de Araújo, 7) Agostinho Lopes de Araújo e 8) Gabriel Lopes de Araújo. Porém, apenas 1) Antônio José e 3) Francisco participaram das remessas para

⁶² Sobre redes familiares no comércio de escravos novos a partir da corte, BÔSCARO, *Sociedade Traficante*, 2021.

Campos, apenas 3) Francisco, 4) João, 6) Salvador e 8) Gabriel remeteram cativos para Parati, e somente 1) Antônio José, 2) Antônio José Filho e 5) Luís mandaram cativos para Macaé. Ao que tudo indica, o mais atuante foi 3) Francisco Lopes, que operou em 41 dos 100 despachos dos Lopes de Araújo, 25 deles para Campos dos Goitacazes.

Sendo assim, ainda que nem todos os Lopes de Araújo mencionados fossem parentes ou estivessem estabelecidos em Macaé, são nítidos os seus vínculos com o Norte Fluminense, pois Campos e Macaé responderam por 65% das remessas e por 71,1% dos cativos que saíram da corte. Parte do contingente de escravos novos que os Lopes de Araújo enviaram ao Rio eram vendidos para outros senhores, mas outros escravos novos foram absorvidos em suas fazendas, o que explica o fato de eles estarem no topo dos senhores que batizaram adultos na vila de Macaé.

Quadro 4: Faixa de posse de adultos batizados (Macaé, 1808-1848)

| Faixa de Posse de Escravos Adultos Batizados | Senhores | | Adultos Batizados | |
|---|------------|--------------|-------------------|--------------|
| | N | % | N | % |
| 1 | 108 | 55,1 | 108 | 10,1 |
| 2 a 5 | 47 | 24,0 | 131 | 12,2 |
| 6 a 10 | 18 | 9,2 | 140 | 13,1 |
| 10 a 25 | 14 | 7,1 | 211 | 19,7 |
| 26 a 50 | 6 | 3,1 | 187 | 17,4 |
| 51 a 100 | 2 | 1,0 | 177 | 16,5 |
| Mais de 100 | 1 | 0,5 | 118 | 11,0 |
| Totais | 196 | 100,0 | 1.072 | 100,0 |

Fonte: AINSNLRB, Livro 1 (1808-1841), Livro 16 (1838-1849).

Além de indicar acesso ao mercado atlântico de cativos africanos, o batismo de adultos também demonstra a distribuição dos escravos na vila, ou melhor, a riqueza social medida em posse de escravos. Para isso, em primeiro lugar, cabe considerar que registros de batismo contemplam um universo senhorial mais amplo do que os abarcados por fontes como inven-

tários *post-mortem* e testamentos⁶³, pois às vésperas da morte, quando ditavam seus testamentos ou quando seus bens eram inventariados, senhores podiam ter menos escravos ou não eram mais senhores por causa da alta mortalidade escrava, das vendas, etc. No frigidus dos ovos, muito similar ao que várias pesquisas têm apontado, a posse de escravos adultos batizados em Macaé era amplamente disseminada ao mesmo tempo que era concentrada. É verdade que um contingente de 196 senhores em 40 anos é pequeno, mas entre eles não se incluem os senhores de crianças, de pais, de mães, de padrinhos e madrinhas e de escravos que não participaram dos sacramentos aqui consultados. Por outro lado, embora os padres anotassem nomes individualizados dos senhores, comumente se tratava de escravos que pertenciam a famílias. Por isso, dos 124 escravos dos Lopes de Araújo, apenas seis não foram reconhecidos como subservientes a Antônio José. Mais ainda, aludo apenas aos sacramentos de uma freguesia, não de toda a vila.

Perante essas ponderações, os batismos são um bom indicador da distribuição dos escravos entre as famílias senhoriais e de como elas se constituíam como senhoras pelo batismo de seus escravos. Os batismos explicitavam o *status* de cada senhor ou família senhorial no conjunto dos senhores. Quanto mais se consagravam escravos, mais se exibiam poder e riqueza na escravidão macaense.

Os sacramentos de Macaé também demonstram aspectos conjunturais interessantes. Os Lopes de Araújo batizaram adultos entre 1811 e 1850, bem até as vésperas da Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Mas eles não foram os únicos. O visconde de Macaé, *José Carlos de Almeida Torres*, e o comendador José Bernardino de Sá fizeram o mesmo:

Aos [23/07/1849] na Fazenda da Coroa, casa do Excelentíssimo Senhor Visconde de Macaé nesta Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Município de Macaé onde erigi altar por ser casa muito decente e à face dele batizei solenemente e pus os santos óleos nos inocentes Agapito, filho natural de Dorotea, padrinho Duarte e Protetora Nossa Senhora, Flora, filha natural de Carolina, padrinhos os mesmos, Luzia, filha natural de Clotilde, padrinhos os mesmos, Vitória, filha natural de Catarina, padrinhos os mesmos, Zacarias, filho natural de Prisca, padrinhos os mesmos, Amaro, filho natural de Maria, padrinhos Marinho e Protetora Nossa Senhora, Eulália, filha natural de Bernarda, padrinhos os mesmos, Florêncio, filho natural de

⁶³ MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos/IFRS, 2021. capítulos 3 e 4.

Umbelina, padrinhos Eufrosino José Viana da Fonseca e Protetora Nossa Senhora das Neves, Luisa, filha legítima de Antonio e Alexandrina, padrinhos os mesmos, Eufrosina, filha natural de Constância, padrinhos Marinho e Gertrudes, Ambrosina, filha legítima de Pio e de Leopoldina, padrinhos André Vitorino de Souza, liberto, e Gertrudes [ilegível], Eulália, filha natural de Bernarda, padrinhos Marinho e Protetora Nossa Senhora, **e nos adultos** Juvêncio, Leonor e Juliana, padrinhos Duarte e Claudina, **todos escravos do Excelentíssimo Visconde de Macaé José Carlos de Almeida Torres**, e para constar fiz este assento que assino. Era et. supra.

Vigário Encomendado Bernardo Álvares (AINSNLRB, livro 15, folha 3) [grifos meus].

Aos [25/07/1849] no oratório da Fazenda de [ilegível] desta freguesia de Nossa Senhora das Neves batizei solenemente e pus os santos óleos nos inocentes Juvêncio, filho natural de caridade, padrinhos Ventura e Isidora, João, filho natural[sic] de Ventura Rebolo e de Clementina, padrinhos Liberto e Felisminda, Crispim, filho natural de Narcisa, padrinhos Liberto e Felisminda, Florêncio, filho legítimo de André e Felisminda, Gregório, filho natural de Sabina, padrinhos Cleto e Amélia, Felicidade, filha natural de Maria Moçambique, padrinhos Ventura e Isidora, Filomena, filha natural de Catarina, padrinhos Adão e Teresa, Marcolina, filha legítima de Joaquim Benguela e de Páscoa, padrinhos Cleto e Amélia, Eufrosina, filha natural de Ana Moçambique, padrinhos Prudêncio e Romana, Rosária, filha legítima de Joaquim Congo e de Gertrudes, padrinhos Pedro e Sebastiana, Generosa, filha legítima de Pantaleão e Domiciana, padrinhos José Maria de Lima e sua mulher Dona Maria Luiza da Conceição, Sofia, filha natural de [ilegível] Cassanje, padrinhos Cleto e Amélia, **e nos adultos** [1]Clemente, [2]Leão, [3]Nicolau, [4]Venceslau, [5]Amaro, [6]Garcia, [7]Eugênio, [8]Honório, [9]Valentim, [10]Raimundo, [11]Fernando, [12]Zacarias, [13]Matheus, [14]Lourenço, [15]Afonso, [16]Faustino, foram padrinhos João Catraio e Clara [sua] mulher, [17]Baltazar, [18]Agostinho, [19]João, [20]Adriano, [21]Cristóvão, [22]Marcos, [23]Ambrósio, [24]Jesuino, [25]Ildelfonso, [26]Domingos, [27]Daniel, foram padrinhos Antônio crioulo e Maria [sua] mulher, [28]Domingos, [29]Tibúrcio e [30]Senechal, padrinhos Francisco José do Vale, livre, e Protetora Nossa Senhora, [31]Gaspar, [32]Enrique, [33]Anselmo, padrinhos Liberto e Felisminda, [34]Frederico, [35]Laurindo e [36]Benedito, padrinhos Adriano José de Oliveira, forro, e Protetora Nossa Senhora das Neves, [37]Lucas, [38]Pedro, padrinhos Manoel Luís [ilegível] livre e Izidora, [39]Simeão, [40]Cristina e [41]Simôa, padrinhos José Caetano e Maria Vermelha livres, [42]Marcos, [43]Teotônio, [44]Rufino, [45]Antonio, padrinhos Pedro e Luiz; [46]Estevão, [47]Romão, [48]Jerônimo, [49]Cesário, [50]Rodrigo, [51]Romualdo, padrinhos os mesmos acima, [52]Manoel, [53]Liberato, [54]Juberato, [55]Quintera, [56]Joaquim, [57]Jacob, padrinhos Antonio Cassanje e Maria Congo; e [583]Roque, padrinhos Domingos Congo e Protetora Nossa Senhora, **escravos do Comendador José Bernardino de Sá**, e para constar fiz este assento, que assigno. Era et. supra.

O Encomendado Bernardo Álvares (AINSNLRB, livro 15, folha 3) [grifos meus].

As consagrações de três cativos adultos do Visconde de Macaé e, principalmente, as 58 do comendador José Bernardino de Sá despertam atenção. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, pôs termo ao comércio atlântico de cativos, e todos esses batismos um ano antes de sua promulgação indicam que determinados senhores da elite estavam prevendo ou tinham ciência da iminente extinção do negócio atlântico. Devem ter desenvolvido estratégias para embaraçar a legislação, que obstaculizava o trato de cativos a partir de 1831, e mais ainda em 1850 quando o cerco se fechou.⁶⁴ Mesmo assim, mais importante, no fim dos registros, diziam os padres que os adultos batizados eram todos “**escravos**”. Desse modo, mesmo bem avançado da primeira metade do século XIX, continuava-se a batizar adultos com nomes cristãos para fazê-los escravos, para tornar senhores os livres e para explicitar que a elite escravista tinha nome senhorial.

Os despachos e passaportes prolongam-se apenas até 1833, mas José Bernardino de Sá continuou a mercadejar no chamado de ilegal bem depois de 1831. Na verdade, Bernardino de Sá já estava no negócio interno de escravos novos bem antes de 1831, além de também atuar na travessia atlântica.⁶⁵ Ele consta em 29 papéis emitidos pela polícia da corte como despachador, abonador e/ou vendedor de escravos entre abril de 1823 e novembro de 1831, comercializando ao todo 201 escravos novos para diferentes localidades, mas não para Macaé. Mas o sacramento ministrado a seus 58 escravos adultos explicita que ele também abastecia suas fazendas no município. Além desses 58, ele batizou 78 escravos na Freguesia de N. S. das Neves, 70 dos quais adultos. Bernardino de Sá superou os Lopes de Araújo, embora aquele batismo coletivo com 58 adultos do ano de 1849 venha de um livro consultado aleatoriamente, o de número 15, e não dos livros 1 e 16 analisados detidamente nesta pesquisa.

Era tanta consagração, que a administração de certas fazendas até se especializou em converter cativos inominados em escravos pelo batismo.

⁶⁴ A posse de crianças e a aposta na reprodução natural também foi um recurso na fase final do comércio de cativos. Ver FLORENTINO, Manolo; VILLA, Valência. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, São Paulo, v. 35, p. 1-20, 2016.

⁶⁵ Cf. esse nome mencionado em FLORENTINO, *Em costas negras*, 1995, p. 283; PEREIRA, Walter; PESSOA, Thiago. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830-c.1860). *Estudos Históricos*, n. 32, p. 29-49, 2019.

Os escravos adultos do comendador José Bernardino de Sá contemplados nos livros 1 e 16 geralmente eram batizados no dia 13 de cada mês. Todos os seus adultos foram abençoados em algum dia 13, quase sempre em cerimônias coletivas. Por exemplo, em 13 de maio de 1843, 45 anos antes da abolição da escravidão no Brasil, foram batizados 30 escravos adultos em uma única cerimônia. Converter cativos novos em escravos cristãos comumente era uma festa coletiva no oratório de sua fazenda. O dia 13 deve ter sido uma escolha senhorial, porque os ritos se deram, frequentemente, no oratório da Fazenda Atalaia, ainda que dependesse da disponibilidade de padres. Salvo aqueles 58 batismos, apenas dois padres encarregaram-se das consagrações: o vigário encomendado José Antônio Sequeira e o padre João Bernardo Costa Resende.

Dias dos batismos dos escravos de Antônio José Lopes de Araújo

| Data | Nº de Batizados | Data | Nº de Batizados | Data | Nº de Batizados |
|------------|-----------------|------------|-----------------|---------------|-----------------|
| 13/06/1809 | 2 | 13/08/1825 | 2 | 13/08/1837 | 1 |
| 13/06/1810 | 1 | 13/06/1825 | 1 | 13/05/1838 | 1 |
| 13/06/1812 | 1 | 13/08/1826 | 2 | 13/05/1839 | 2 |
| 13/06/1819 | 1 | 13/06/1830 | 1 | 13/07/1842 | 1 |
| 13/06/1823 | 5 | 13/08/1830 | 1 | 13/05/1843 | 30 |
| 13/06/1824 | 2 | 13/07/1834 | 3 | 13/06/1843(a) | 5 |
| 13/07/1824 | 1 | 13/06/1835 | 2 | 13/05/1848 | 1 |
| | | | | 13/06/1849 | 2 |

Junto com seis crianças

Há um dado interessante nas cerimônias com escravos de Bernardino de Sá. Das oito crianças, seis foram batizadas junto com mais cinco adultos em 13 de junho de 1843. As duas crianças restantes ganharam as águas sobre suas cabeças em 13 de maio de 1833, quando não houve ritos com adultos. Em todos os demais batismos de escravos de José Bernardino de Sá, não havia crianças, apenas adultos. Isso demonstra que ele não costumava misturar adultos e crianças nas consagrações. No entanto, naquele batismo de 1849 do livro 15, há 12 crianças juntas a

58 adultos, para os quais também não se anotou procedência africana. É curiosa essa mistura momentânea, somada ao fato de os adultos batizados (recém-chegados) não terem menção à sua origem, somente alguns pais e os padrinhos das crianças. Essa mistura e essa ocultação da procedência talvez caracterizem um modo de burlar a lei de 1831, mas essa hipótese precisa de aprofundamento.

Os Lopes de Araújo fizeram algo semelhante no que concerne à preferência por batizar em certos dias do mês, como procedeu Antônio José Lopes de Araújo. Todas as 39 cerimônias envolvendo seus 118 adultos realizavam-se até o quarto dia de determinado mês: nos dias 2, 3 ou 4, mas nunca no dia 1. Efetivaram-se nas fazendas Nova, Bonsucesso, entre outras.

Dias dos batismos dos escravos adultos de Antônio José Lopes de Araújo

| Data | Nº de Batizados | Data | Nº de Batizados | Data | Nº de Batizados |
|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|
| 02/11/1810 | 1 | 04/01/1829 | 11 | 04/02/1837 | 1 |
| 03/02/1811 | 4 | 03/07/1830 | 6 | 04/06/1837 | 3 |
| 03/03/1811 | 9 | 04/07/1830 | 3 | 02/12/1838 | 1 |
| 04/07/1813 | 3 | 03/01/1832 | 2 | 03/11/1839 | 2 |
| 04/05/1814 | 2 | 03/03/1832 | 2 | 03/05/1840 | 2 |
| 03/10/1815 | 1 | 03/08/1833 | 1 | 03/05/1841 | 3 |
| 03/06/1816 | 3 | 03/07/1834 | 1 | 02/09/1843 | 3 |
| 04/04/1819 | 3 | 03/12/1835 | 1 | 03/03/1844 | 3 |
| 03/06/1822 | 8 | 02/07/1836 | 4 | 03/10/1845 | 2 |
| 04/05/1823 | 1 | 03/05/1836 | 1 | 02/10/1846 | 2 |
| 04/03/1824 | 3 | 03/06/1836 | 3 | 03/10/1847 | 3 |
| 02/06/1825 | 3 | 04/04/1836 | 3 | 04/03/1848 | 4 |
| 03/06/1827 | 1 | 04/07/1836 | 7 | 03/03/1850 | 2 |

Provavelmente, ele batizava seus escravos de acordo com o fluxo do comércio interno de cativos que trazia da corte – pulverizado como seus batismos – e com a socialização deles em suas fazendas. Por exemplo, ele

despachou nove escravos novos para Macaé em 6 de fevereiro de 1819, ano em que batizou três adultos. Ou vendeu os demais cativos a outros senhores, ou os batismos não contemplam todos os escravos novos saídos do Rio de Janeiro ou morreram antes do sacramento; ou tudo isso. Fosse como fosse, a nomeação da escravidão ocorria em suas fazendas de Macaé, onde havia escravos já ambientados mais propensos do que outros a se tornar padrinhos. Nos batismos de seus adultos, quase todos os padrinhos (de sexo masculino) eram escravos do mesmo Antônio José Lopes de Araújo. Entre as madrinhas havia 15 forras.

Antônio José Lopes de Araújo guarda uma aparente peculiaridade. Não obstante o comércio atlântico de cativos trouxesse mais homens do que mulheres, seus escravos batizados apresentaram exato equilíbrio sexual, 59 homens e 59 mulheres, mas essa não foi a tendência entre os adultos escravos batizados na vila, porque, no conjunto, 845 (61%) eram homens e 543 (39%) eram mulheres. Predominantemente, a escravidão em Macaé reproduziu-se – considerando a alta mortalidade escrava – por meio do comércio de gente. Por essa razão, Antônio José Lopes de Araújo batizou 207 escravos, dos quais 118 eram adultos (57%) e 89 crianças (43%). Como se sabe, muitas dessas pereceriam cedo devido à alta mortalidade infantil escrava.

Contudo, antes de se libertar da escravidão pela morte para entrar na escravidão mundana das fazendas de Antônio José Lopes de Araújo, os bebês que já nasciam escravos, as cabeças vindas da África e os novos vindos do Rio de Janeiro precisavam ser escravos nomeados pelo batismo.

Palavras quase finais

É fato que, no *Vocabulário* do padre Raphael Bluteau, o verbete *cativo*, substantivo, é sinônimo de *servidão* e de *escravidão*, e *cativo*, um adjetivo, era aquele “reduzido à escravidão, servidão, por guerra ou convenção”. *Escravidão*, um substantivo, é definida como “o estado do escravo, cativo, servidão”, e *escravo*, adjetivo, era o “cativo, sem liberdade, no estado de servidão”. As expressões *cativo* e *escravidão*, bem como *cativo* e *escravo* em Bluteau, se equivalem, portanto. O padre foi seguido por seu compilador Antônio de Moraes Silva, que acrescentou o termo “*escravizar*”, verbo, que é “reduzir à condição de escravo, cativar”. Moraes Silva, ainda que não

diferencie, sugere que havia um caminho que conduzia pessoas à condição de escravos, que era o ato de cativar, escravizar.⁶⁶

Porém, dicionários e vocabulários não encerram os sentidos dos usos sociais das palavras, e por isso creio que seja preciso diferenciar cativos de escravos – e chamar todos de escravizados subtrai o entendimento do percurso até a escravidão e deforma a cognição dos estudantes. Em sua forma e substância, os batismos de cabeças em Luanda diferiam muito dos batismos de escravos de Macaé, Brasil, onde o tornar-se escravo se concretizava a partir de um novo nome no batismo. Batizar era nomear e registrar o ato em um livro voltado para esse fim, conforme orientação canônica. Além disso, as Ordenações Filipinas mandavam os senhores batizarem seus escravos sob pena de perda da posse se não o fizessem, exceto se os escravos recusassem o sacramento. Logo, batizavam-se cativos para escravizá-los. As orientações legais civis e espirituais forcejavam em prol da legitimidade e da moralidade da escravidão que necessitava do batismo. Socialmente, pelo batismo se nomeavam, isto é, se constituíam escravos por ato religioso, o que era costume. Mas igualmente pela consagração também se fazia reconhecer os senhores, os livres, os forros. No caso dos escravos, em um mundo sem registro civil de nascimento, o rito proclamava seu nascer não apenas para a cristandade, mas também para a escravidão. Por isso mesmo, os registros de batismo atestavam a condição jurídica das pessoas daquela sociedade e tinham força jurídica. Comprovavam a escravidão, a liberdade, a alforria de pia, as filiações, a sucessão hereditária ... a escravidão. No fim das contas, os senhores em Macaé, inclusive a elite escravista que atuava no comércio atlântico de cabeças e no interno de escravos novos, não deixaram de batizar escravos até 1850 e provavelmente bebês escravos até 1888. Ainda em novembro 1838, Rita Maria, forra, mandou batizar seu escravo adulto Simão. Como padrinhos contou com João e Maria, *escravos* do padre Manoel Valente Resende.⁶⁷

⁶⁶ MORAES SILVA, Antonio de. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

⁶⁷ AINSNLRB, Livro 1, Folha 286.

A importância da mão de obra escrava e da Fazenda Atalaia na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, 1798 a 1875

Antônio José Vieira da Cruz Vitória

Mestre em História/Universidade
Salgado de Oliveira – Universo

Introdução

O trabalho proposto é resultado de um projeto mais amplo, iniciado no ano de 2006 e organizado pelos professores Márcia Amantino, Roberto Guedes Ferreira, Maria da Conceição Vilela Franco, Cláudia Rodrigues, Carlos Engemann e Jonis Freire, intitulado “Macaé em fontes primárias”, que teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/Faperj. Por meio de uma minuciosa pesquisa documental, o trabalho foi elaborado em uma série de levantamentos de fontes manuscritas na Paróquia da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé. Fontes essas cujos dados foram digitalizados, incluindo os livros de batismos, casamentos e óbitos, dentre outros, a partir do 1º livro do século XVII existente, até o século XX. A datação da documentação é relativa a um período histórico entre os anos de 1798 e 2001.

No ano de 2018, propomos junto ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) um projeto de mestrado intitulado: “Análise do perfil populacional escravo em Macaé nas duas primeiras décadas do século XIX”. O projeto inicial foi elaborado sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Vitória Schettini e, de lá para cá, foi modificado a partir de sugestões de professores desse programa até finalmente se transformar na dissertação de mestrado intitulada: “População e Escravidão na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822)”.

O que aqui apresentamos é o resultado de dados extraídos de algumas dessas fontes catalogadas, e tem como pano de fundo a Fazenda São

Manuel de Atalaia, localizada na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé. A temática representa uma opção por uma nova abordagem histórica ligada à Fazenda, a fim de melhor entendê-la.

A freguesia de Neves era um território que foi desmembrado da antiga Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.¹ A posse de uma sesmaria foi solicitada pelos padres da Companhia de Jesus no ano de 1630, região pertencente naquele momento, à Capitania de Paraíba do Sul, em terras situadas entre os rios Macaé e Leriipe (atual rio das Ostras), a qual futuramente iria constituir parte do território macaense.² No século XVIII, foi criada a freguesia analisada.

Contudo, como afirma Lamego, a projeção econômica e o adensamento populacional de Neves aconteceu nos primeiros anos do século XIX, resultando na criação da vila de Macaé em 1813 e a sua progressiva transformação em cidade durante o período imperial.³ Havia fazendas com terras fecundas e produtivas, localizadas na Freguesia de Neves e à beira dos rios.⁴ A Fazenda Atalaia, além de ser localizada nessa freguesia, possuía um bom abastecimento de água, fornecido pelo córrego de mesmo nome, que desembocava no rio Macaé.⁵

Renata Azevedo Lima afirma que nas primeiras décadas do século XIX, na região noroeste fluminense, a “importância dos rios para a economia regional é bem evidente”, e muitos colonos viviam em busca “de terras mais férteis em meio a matas fechadas”⁶, assim como os barões, fazendeiros e colonos de outras regiões. Sérgio Buarque de Holanda, indica que através dos rios os colonizadores percorreram antigos caminhos orientados por eles. Muitas vezes, se seguia o curso dos rios em busca de terras. A água revelava o

¹ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura, 2001. p. 86.

² FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: sentenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no Município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855-1910)*. Niterói: Universidade Salgado Oliveira, 2009. (Dissertação de Mestrado).

³ LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n. 11, p. 66, 1958.

⁴ LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz...*, p. 66.

⁵ ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. v. 2. p. 174, 175.

⁶ LIMA, Renata Azevedo. *A Questão da Terra no Noroeste Fluminense da Primeira Décadas do Século XIX*, p. 8. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007_ARQUIVO_ANPUH2012final.pdf.

caminho e a fixação era garantida pela ótima qualidade da água e dos areis. Os caminhos e as fronteiras têm na água seu componente fundamental.⁷

Podemos observar a importância da Atalaia e o córrego do mesmo nome para a economia da região a partir de Pizarro.

Sendo a terra de Cabo Frio, cortada por muitos rios (24 dos quaes misturam as suas aguas com as d' esse pedaço de Costa), fazem-se mais dignos de memoria. os de navegaçãõ por canoas, e pequenas lanchas, conductoras dos effeitos do paiz. He 1º o de Macahé, fermentado na Serra do mesmo nome, e situado 13 legoas ao Norte, a quem prestam vassalagem, os Corregos de João Manoel, da Atalaia, do Rio Morto, a Lagoinha, a Lagoa Páo Ferro, o Rio de S. Pedro, o de Crubixaes (e n' este o Corrego chamado Homem Deitado), o Carrego da Serra Verde, o Rio do Ouro, o das Aduellas, o Corrego de Janipápo, a Lagoa de Traira, os Corregos do Sabiá, de Jururnirim, e de Boassica, do qual, distante uma legoa, continûa o Macahé a sua correnteza até o mar, onde faz barra. Por ella sahem as lanchas carregadas de madeiras, caixas de assucar, aguas-ardentes, arrozes e outras produçoens das lavouras.⁸

O autor faz menção à navegação de canoas e lanchas pequenas sobre o córrego da Atalaia, carregadas de madeira, caixas de açúcar e outros produtos agrícolas, o que também nos leva a refletir sobre a fertilidade das terras e sobre a importância da mão de obra escrava para a fazenda e para a região. Mas quem ou quais famílias se apropriaram das terras da Fazenda Atalaia e usufruíram de seus benefícios? Abaixo, abordaremos sobre o assunto.

As famílias dos proprietários da Fazenda Atalaia

De acordo com os documentos analisados a Fazenda Atalaia foi palco de várias construções sociais e econômicas, pois em torno dela vários senhores ligados a um grupo seletivo da sociedade fluminense se fixou. Pelo constatado, os três primeiros senhores que se apropriaram dessas terras, compunham um grupo familiar que podem ser classificados como extenso e patriarcal.

Ao afirmar que essas famílias de Neves eram extensas e patriarcais, embasamo-nos teoricamente nos conceitos abordados por alguns pesquisadores sobre o tema. Esses autores tinham como base analítica um modelo de família que vivia sob o domínio de um patriarca. Embora, existam críticas a esse modelo de família patriarcal, acreditamos que parte das famílias

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 44.

⁸ ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro...* v. 2, p. 174, 175.

que viveram na freguesia por nós pesquisada, aproxima-se do modelo preconizado por Gilberto Freyre, cujo chefe é um patriarca que mantém uma hierarquia de poder sobre sua esposa, os filhos e também sobre os agregados e os escravos, formando o que podemos chamar de família extensa.⁹ Acreditamos que essa caracterização de família brasileira trazida por Freire, acabou se tornando uma representação da elite do Brasil.

Oliveira Viana menciona que a família senhorial ou patriarcal brasileira envolvia somente o grupo que vivia inserido na “fazenda” (“casa-grande”, ao Norte), casa do senhor ou patriarca, ou em suas dependências, porém preso, diretamente ou colateralmente, a este senhor ou patriarca, soberano do domínio. No grupo doméstico brasileiro, de norte a sul, também eram incluídos os que, na antiga família portuguesa, foram denominados de “criados de senhor”, na definição do direito antigo.¹⁰

Eni de Mesquita Samara relata que, conforme a nossa literatura, a família brasileira significaria a decorrência da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso espaço, com suas regras, tradições e costumes familiares. Por sua vez, influenciados pela sociedade europeia, acabou por gerar um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência.¹¹

Segundo o Processo de Visconde de Mauá, a Fazenda São Manuel de Atalaia teve como seus senhores e proprietários Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José¹². A fazenda foi vendida em 24 de dezembro de 1803 a Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé)¹³; 26 anos após, foi vendida a Custódio José Teixeira Pinto e sua esposa, Dona Anna Francisca de Campos, em 06 de novembro de 1829.¹⁴ Treze anos depois, José Bernardino de Sá (Comendador, Barão e Visconde de Vila Nova do Minho) comprou Atalaia em 10 de outubro de 1842.

Em 22 de junho de 1875, ou seja, 33 anos depois, a Fazenda Atalaia foi judicialmente adjudicada “a Irineu Evangelista de Souza (Barão e Vis-

⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala...* p. 4.

¹⁰ VIANA, Oliveira. O complexo da família senhorial e os clãs parentais. In: *Instituições políticas brasileiras*. Primeiro volume. Fundamentos sociais do Estado (Direito público e cultura). São Paulo: José Olímpio, 1949, p. 123.

¹¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 7-8.

¹² Acervo Solar dos Mellos – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

¹³ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

¹⁴ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

conde de Mauá) e sua mulher (Viscondessa de Mauá)”.¹⁵ O motivo se dá em consequência das dívidas contraídas pela Viscondessa de Vila Nova do Minho e por seus herdeiros à casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia.¹⁶

Segundo Maria da Conceição Vilela Franco e Cláudia Rodrigues, em consulta feita no livro de registros de óbitos referente aos anos de 1798 e 1799, o primeiro dono dessa fazenda foi o Capitão Manoel Ferreira Maia.¹⁷ Ele foi um homem muito rico e influente. Nos Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812 à Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé, o padre José Luiz de Freitas afirma que o Capitão Manoel Ferreira da Maia era um honrado cidadão do Rio de Janeiro, senhor da Pedreira da Glória e o mais rico e generoso povoador dos Sertões de Macaé.¹⁸

De acordo com o Processo do Visconde de Mauá, a Fazenda Atalaia foi comprada pelo Capitão Custódio José Teixeira Pinto e sua esposa Dona Ana Francisca de Campos a Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé)¹⁹, – o segundo possuidor da fazenda –, por escritura de 06 de novembro de 1829²⁰. Manoel Ferreira Maia, o primeiro dono da Atalaia, era irmão de José Ferreira Maia. José foi casado com a sobrinha de Dona Ana Francisca de Campos.²¹ Ana e seu marido Custódio José foram os terceiros possuidores da Atalaia, e esses senhores formavam famílias extensas.

Para que o leitor entenda como eram essas famílias extensas que existiam na Fazenda Atalaia, utilizamos o seguinte exemplo: José Ferreira Maya foi unido conjugalmente com Bárbara Alexandrina Francisca de Campos. Bárbara foi neta de José Francisco Campos, que foi casado com Eugênia Francisca de Campos. José Francisco Campos e Eugênia Francisca de Cam-

¹⁵ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

¹⁶ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. Autobiografia/ Visconde de Mauá; prefácio e anotações de Cláudio Ganns. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. 334 p.: il. (Edições do Senado Federal, v. 148) p. 213.

¹⁷ RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas Sobre a Presença e a Atuação da Igreja Católica na Antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé* (séculos XVII ao XIX). Rio de Janeiro, RJ: Ed. Apicuri, 2011. p. 72.

¹⁸ ACMRJ/VISITAS PASTORAIS/VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então.

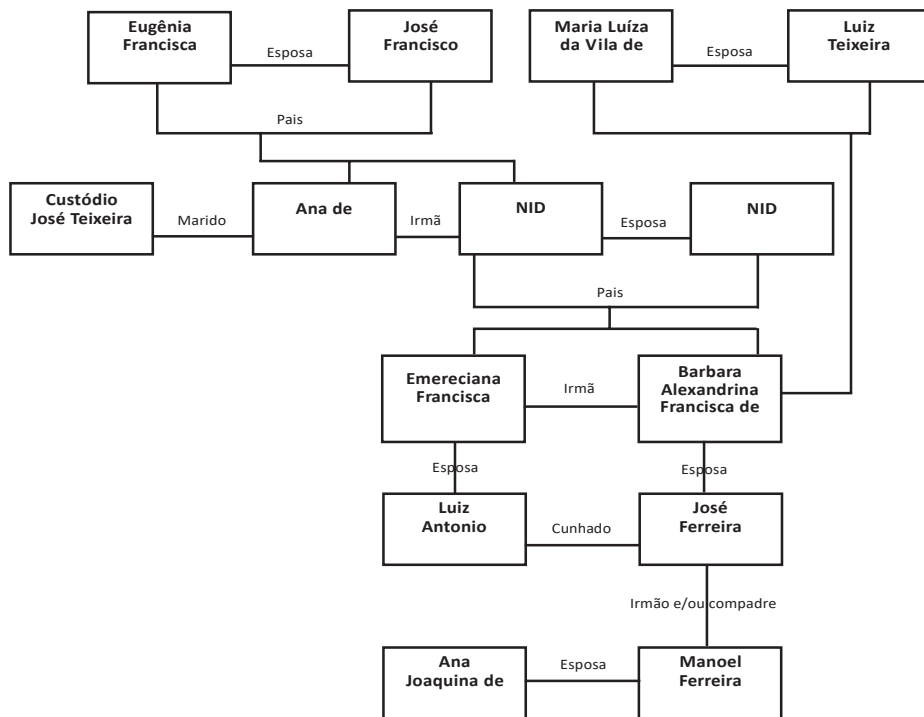
¹⁹ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

²⁰ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

²¹ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

pos foram os pais de Ana de Campos, que foi unida conjugalmente com o capitão Custódio José Teixeira Pinto. Ana e Custódio foram tios de Bárbara Alexandrina Francisca de Campos e Emerenciana Francisca de Campos. Emerenciana Francisca foi casada com Luís Antônio Pires. Todos os citados formam uma extensa família,²² conforme Figura 1:

Figura 1: Exemplo de extensa família na Fazenda Atalaia



Fonte: AINSNM. Arquivos da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Macaé – Livro 1 de Batismo e Óbitos (1809-1849).

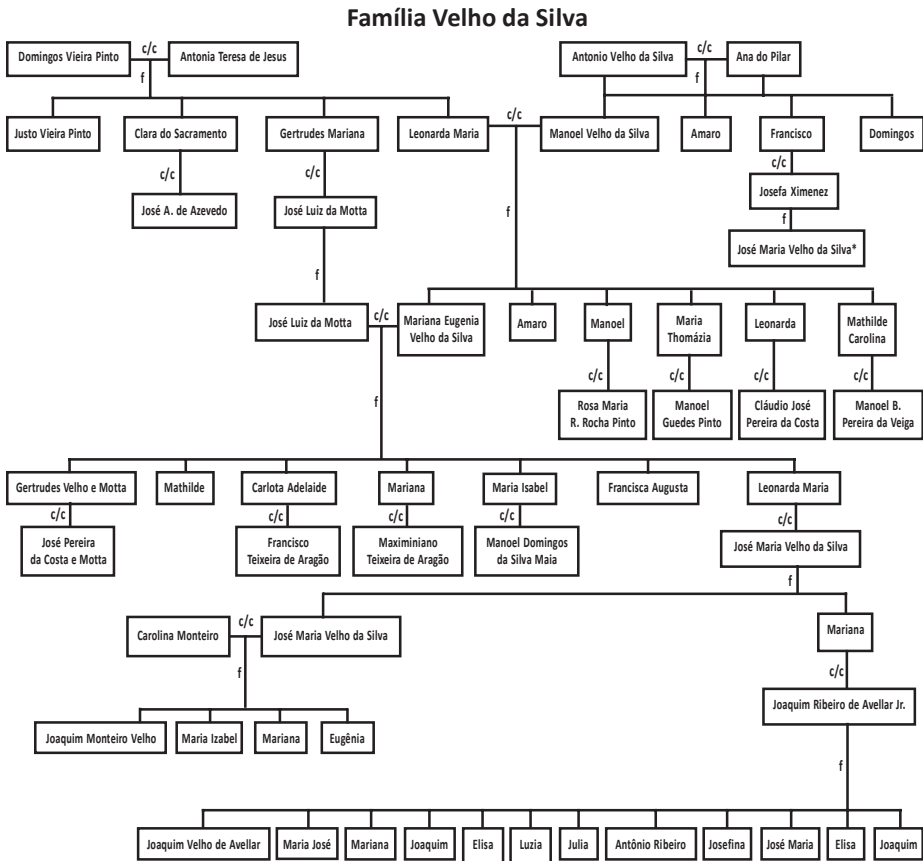
Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé) era considerado, de acordo com Manolo Florentino, um dos maiores traficantes²³ de escravos do Bra-

²² AINSNM. Livro 1 de Batismo e Óbitos (1809-1849).

²³ No período estudado, segundo o dicionarista Raphael Bluteau, traficante significava: Negociante, experto, fino; ver in: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712)*. São Paulo: USP, p. 264, verbete “traficante”; Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 15 jan. 2020.

sil.²⁴ Amaro, como já foi dito, foi segundo possuidor da Fazenda Atalaia²⁵; comprou essas terras a Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Ana Joaquina de São José,²⁶ em 24 de dezembro de 1803. A família dos Velho da Silva é outro exemplo de família patriarcal extensa, como podemos observar na Figura 2.

Figura 2: Família patriarcal extensa – os Velho da Silva



c/c = casado com; f = filho; s/c = sem casamento

*O mesmo José Maria Velho da Silva aparece mais abaixo, casado com Leonarda Maria.

Fonte: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.²⁷

²⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014. p. 216.

²⁵ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

²⁶ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

²⁷ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 21.

Sobre a família dos Velho da Silva gostaria de chamar atenção para Leonarda Maria Velho da Silva, a matriarca da família, que também estava entre os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro.²⁸ Observamos nas Figuras 1 e 2 as famílias extensas e patriarcais, possuidoras da Atalaia e senhores de escravos.

O quarto dono da Fazenda Atalaia foi José Bernardino de Sá (Comendador, Barão e Visconde de Vila Nova do Minho); comprou as terras em 10 de outubro de 1842. No Processo, consta a venda da Atalaia a José Bernardino:

Custódio José Teixeira Pinto, e sua mulher vende uma fazenda de cultura e escravos em Machaé a José Bernardino de Sá em dez de Outubro de mil oitocentos e quarente e dous [...] Dizendo-me outorgante diante destas testemunhas que elle e sua mulher sendo legítimos Senhores e possuidores de uma fazenda de cultura denominada São Manuel de Ataláia, situada, digo situado no distrito da Villa de São João de Machaé com escravos constantes [...] cuja a fazenda existe Engenho de fazer assucar com todos os seus pertences e utensílios moendes e correntes com um Sitio de café, Cana de assucar, gado vacum [...] moar, e quarenta escravos sendo o preço ajustado desta venda a quantia de trinta e seis contos e quinhentos mil reis, sendo a fazenda, Engenho e pertenças por vinte e tres contos de reis, os quarenta escravos por doze contos de reis.²⁹

Sobre a família de José Bernardino, não podemos afirmar se ela era extensa, pois não dispomos de fontes que nos possibilitem conclusões a este respeito. De acordo com Luiz Costa-Lima Neto, “o genro de Joaquina Rosa de Jesus, Antônio de Souza Ribeiro, casado com Maria Joaquina de Sá Ribeiro, filha de Joaquina Rosa e José Bernardino, acusou Joaquina de demência e, em seguida, de incapacidade intelectual para gerir os bens” de José Bernardino, que já falecido.³⁰ A fazenda passou a ser possuída pelo Visconde de Mauá e pela Viscondessa de Mauá como forma de pagamento de uma dívida.

Dizem o Visconde de Mauá e Viscondessa do mesmo título, que sendo elles senhores e possuidores da fazenda denominada São Manuel de Ataláia, na Freguesia de N S das Neves deste termo, cujo os limites são por de mais

²⁸ De acordo com Manolo Florentino, Amaro Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva estão entre os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro. In: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*, p. 216.

²⁹ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

³⁰ NETO, Luiz Costa-Lima. *Teatro, tráfico negreiro e política no Rio de Janeiro imperial (1845-1858): os casos de Luiz Carlos Martins Penna e José Bernardino de Sá*. 2017, p. 119. Disponível em: www.seer.ufu.br. Acesso em: 5 nov. 2020.

conhecidos, pela me forma, que os donos a possuem os dous outorgantes e senhores sendo que elles a formado por pagamento de divida avultada a Antonio de Souza Ribeiro e sua mulher, genro e filha do Barão do Vila Nova do Minho José Bernardino de Sá [...]”³¹

Como sabemos, o Visconde de Mauá foi o quinto possuidor da Fazenda Atalaia. O visconde formou uma família extensa, como se pode observar na Autobiografia/Visconde de Mauá, onde “o casal dos Viscondes de Mauá tiveram 18 filhos. Não sabemos os nomes de todos, pois alguns morreram muito cedo”.³² O casal também teve inúmeros netos, mas não se pode saber o nome de todos, como observamos em sua autobiografia.³³ Mauá não foi um traficante de escravos. Porém, na história da Fazenda Atalaia podemos ter notícias dos maiores traficantes do Brasil, alguns, seus proprietários, como poderemos ver no item a seguir.

Sobre Atalaia e os traficantes de escravos

No comando do fluxo dos navios negreiros, os traficantes como Amaro Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva, a matriarca da família, formaram sociedades parentais e uma estrutura que os fazia descansar em mútua confiança. Dentre as 279 empresas que se responsabilizaram por 1.181 expedições entre 1811 e 1830, quatorze eram formadas por essas sociedades parentais,³⁴ que atendiam às grandes demandas de escravos para as regiões do norte fluminense, região que assinalava para um aumento significativo de escravos, via tráfico atlântico.³⁵

Mariana Muaze assegura que Amaro Velho da Silva era português, emigrou de uma região entre o Douro e o Minho, e foi capitão.³⁶ A história de Amaro chamou a atenção não somente pelo fato de ter sido um dos maiores traficantes de escravos do Brasil, como afirma Manolo Florentino, mas por ter sido “um abastado negociante e capitalista, Tenente-Coronel

³¹ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

³² MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. *Autobiografia...* p. 306.

³³ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. *Autobiografia...* p. 307-312.

³⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 216.

³⁵ FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos no Norte Fluminense, c. 1798 e c. 1858. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 299-300.

³⁶ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa...* 2008, p. 27.

de Milícias [...] Conselheiro Real, Vereador da Imperatriz, agraciado posteriormente, com os títulos de Barão de Macaé e Visconde de Macaé”.³⁷

Observamos em Muaze que havia uma relação intrínseca de Amaro Velho da Silva e seu irmão Manuel Velho da Silva com a coroa portuguesa. “A rápida ascensão social dos irmãos Velho da Silva [...] está, com certeza, ligada [...] à existência de uma rede de relações [...] onde cidadãos, através da troca de favores e de serviços com a coroa, adquirem honras, liberdades, mercês e privilégios”.³⁸

O nome de Amaro Velho da Silva consta nos assentos de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé como proprietário de diversos escravos que apadrinharam filhos de outros cativos.³⁹ Pelo visto, ele era um homem que despertava certo interesse por mancipios apadrinharem filhos de outros escravos, talvez por entender que poderia haver um bom relacionamento entre os cativos se eles ampliassem seus laços familiares. Isso seria bom para não haver muitos conflitos em sua escravaria.

Amaro Velho da Silva também era um homem que desejava riqueza e nobreza. Gostava de viver como um nobre e acumulou diversas funções: “de Conselheiro do monarca, Comendador da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel das milícias da Corte [...] requereu sua carta de brasão das armas, onde se dizia pertencente à ‘Casa de Fervença’, uma das mais distintas de Portugal”.⁴⁰

Jorge Luiz Prata de Sousa afirma que José Bernardino de Sá, além de senhor da Atalaia, formou sua fortuna também como um dos maiores traficantes de escravos do Brasil. O porto de Macaé serviu de empório ilegal para navios carregados de africanos, que eram enviados para as fazendas da região e outras fazendas capixabas na divisa do estado do Rio. Um negócio que continuou após o fim do tráfico de escravo em 1850 por ser lucrativo.⁴¹

³⁷ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...* p. 71.

³⁸ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, 2006, p. 74.

³⁹ Ver Arquivos da Igreja de Nossa Senhora das Neves em Macaé. Livro 1 de Óbitos (1809-1849).

⁴⁰ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...* p. 71.

⁴¹ SOUSA, Jorge Prata de. A rede social do tráfico ilícito: grandes traficantes, comerciantes, fazendeiros e a raia miúda. *XII Congresso Brasileiro de História Econômica*, Niterói, p. 10, 2017.

De acordo com Sousa, na década de 40 do século XIX, José Bernardino de Sá e outros traficantes de escravos montaram uma estrutura organizada em Macaé para melhor empreender o comércio de africanos. Estabeleceram um grande armazém, onde recolhiam tudo o que fosse necessário para equipar os navios que se dirigiam até a costa da África. A medida isentaria as embarcações de passar pelo porto do Rio de Janeiro, evitando o risco de possíveis capturas dos cruzadores ingleses. Tal estrutura serviria para garantir o sucesso do tráfico de africanos, que abastecia as fazendas do norte e interior fluminense, mas também impulsionava o comércio de cabotagem, pois a estrutura montada por esses traficantes fazia intercâmbio e conexões com outras cidades litorâneas da Província.⁴²

Amaro Velho da Silva e José Bernardino de Sá foram fazendeiros e senhores de escravos na Fazenda Atalaia. Podemos afirmar que eles, além de enriquecer por meio do tráfico transatlântico, também obtiveram uma boa parte de sua fortuna através do comércio de produtos agrícolas, da mão de obra escrava; afinal, eles eram também fazendeiros.

O trabalho escravo na Fazenda Atalaia

Observamos ao cruzar os dados dos registros de batismo, casamento e óbito da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, no período de 1809 a 1822, que os senhores Amaro Velho da Silva, Custódio José Teixeira Pinto e Luiz Antonio Pires, possuíam 264 escravos, que nasceram, casaram e morreram na Fazenda Atalaia.⁴³ De acordo com os Apontamentos Secretos sobre a Visita pastoral de 1811 e 1812, o padre José Luiz de Freitas notifica que a Fazenda Atalaia possuía 200 escravos;⁴⁴ comparando esses dados com os nossos, a população de escravos cresceu 32%.

⁴² SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito*, p. 10.

⁴³ AINSNM. Livro 1 de Batismo, Livro Sem Número de Casamento e Livro I de Óbito (1809-1849).

⁴⁴ Conforme os Apontamentos Secretos sobre a Visita Pastoral de 1811 e 1812, padre José Luiz de Freitas, à Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé, Atalaia possuía 200 escravos; comparando esses dados com os nossos, a população de escravos cresceu 32%. Ver: ACRMJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vilela Franco.

Vimos acima no Processo do Visconde de Mauá que, em 10 de outubro de 1842, José Bernardino de Sá, quando comprou a Fazenda Atalaia de Custódio José, possuía 40 escravos.⁴⁵ Então esses dados nos levam a observar que, em 1822, uma fazenda que possuía 264 escravos, em 1842, exatamente 20 anos após, passou a possuir 40 escravos, apresenta-nos um decréscimo de 66% na população escrava.

Esses dados levam-nos a pensar que, no século XIX, essa realidade se alterou com o decorrer dos anos. Florentino e Góes comentam que houve um acentuado aumento de preço de escravos nas décadas de 20⁴⁶, fato ligado diretamente à política mercantil que envolvia Portugal e Inglaterra e ao fim do tráfico negreiro. Segundo Oliveira Lima, em 1809 a mão de obra escrava, usada anos anteriores no cultivo e na produção de açúcar nos engenhos, com o incentivo de D. João VI aumentou vastamente.⁴⁷ O autor afirma que a decisão de D. João VI de estimular o tráfico de cativos explica-se por cálculos de uma política econômica favorável ao país e assegura que nesse período iniciou uma certa pressão inglesa para extinguir o tráfico negreiro, o que fez com que o príncipe regente tomasse uma iniciativa a favor do tráfico.⁴⁸

De acordo com Lima, no tratado de paz e amizade de 1810, a Grã-Bretanha iniciava uma campanha de quase meio século para a abolição do tráfico de escravos, porém, em 30 de dezembro de 1817, houve uma comunicação de que Dom João VI teria de continuar com o comércio atlântico por julgar ser necessário para a economia brasileira.⁴⁹ Segundo Florentino, de 1808 a 1822 “a secular economia escravista não só manteve intacto o seu mecanismo de reprodução, como também o ampliou”.⁵⁰

Sabemos que os senhores firmavam-se economicamente e se sustentavam no topo da hierarquia social às custas de um trabalho exaustivo do cativo. Manolo Florentino assegura que, entre 1790 e 1830, principalmente no ano de 1815, a agricultura escravista de alimentos estava em plena ex-

⁴⁵ ASMCM – Museu da cidade de Macaé. Processo Civil. CI 22-0-1875.

⁴⁶ Sobre a alta exagerada dos preços dos escravos. In: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 67-71.

⁴⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. p. 112.

⁴⁸ LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 112.

⁴⁹ LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 271.

⁵⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 69.

pansão nas regiões do Rio de Janeiro, e o tráfico atlântico colocava-se na variável principal para a representação da mão de obra escrava. O autor traz a ideia de que os cativos da agricultura açucareira fluminense estavam em maior concentração do que em qualquer outra agricultura açucareira. “Até aqui demonstrou-se a disseminação da propriedade escravista por todo o tecido social fluminense [...] as grandes propriedades agroexportadoras em plena expansão física [...] concentrando cada vez mais escravos” e completa a ideia argumentando que, para os escravos fundarem o pilar da economia e da hierarquia social, dependia diretamente do desenvolvimento do tráfico negroiro.⁵¹

Entendemos que, de 1809 a 1822, o recorte temporal ocorre no momento em que o tráfico negroiro era liberado e por um preço extremamente acessível, e Florentino assegura que esse tráfico oferecia a condição de troca rápida e barata nos preços do trabalho escravo. Por esse motivo era muito adequado o custo-benefício do escravo para os senhores, fazendo com que eles aumentassem as horas do trabalho.⁵²

No entanto, essa realidade alterou-se com o decorrer dos anos. Florentino e Goés comentam que houve um acentuado aumento de preço nas décadas de 20⁵³, fato ligado diretamente à política mercantil que envolvia Portugal e Inglaterra e ao fim do tráfico. Para Florentino e Góes, em 1850 houve “o aumento geral dos preços dos cativos após a abolição do tráfico de africanos e que os senhores brasileiros buscariam efetivamente prolongar a vida útil de seus escravos”.⁵⁴

Acreditamos que o motivo do senhor Custódio José Teixeira Pinto, em 1842, ter vendido a Fazenda Atalaia somente com 40 escravos, possa estar relacionado à pressão da política mercantil e o aumento total dos preços dos escravos, como também estar envolvido na ideia de que não iria conseguir prolongar a vida útil de seus escravos; poderia ter inúmeros prejuízos para mantê-los sem trabalhar. Assim, comercializou seus escravos antes da venda da fazenda. Outra dedução pode estar ligada ao fato de não

⁵¹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 26, 27, 29 e 30.

⁵² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 53-54.

⁵³ Sobre a alta exagerada dos preços dos escravos. In: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 67-71.

⁵⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 54.

conseguir comprar mais cativos para ser empregado em mão de obra, o que levou lentamente ao seu falecimento, e, conseqüentemente, ao esvaziamento da sua presença.

Uma realidade que pode ter se alterado quando o senhor José Bernardino de Sá comprou a Fazenda Atalaia do senhor Custódio Teixeira. Sobre José Bernardino, Jorge Luiz Prata de Sousa afirma que o porto de Macaé foi usado como armazém por ele para a descarga de africanos que eram enviados para as fazendas da região e sabemos que Atalaia era uma das fazendas da região.⁵⁵ Já o Visconde de Mauá não desejava a mão de obra escrava para produção na Fazenda Atalaia. Paulo Skaf afirma que o Visconde de Mauá “foi o primeiro industrial brasileiro e, ainda, competente banqueiro, político e diplomata”⁵⁶. Segundo Liana Bach Martins, Mauá tinha uma ideia abolicionista, porém “a sua fórmula de libertação dos escravos não era em nada romântica ou sentimental, mas prática, procurando resolver o problema pelo lado racional – dando antes da emancipação”,⁵⁷ um produto que pudesse substituir as necessidades do braço escravo: “Agora e sempre, am biciono ver desaparecer o elemento escravo da organização social do meu país”.⁵⁸ De acordo com Alcindo Sodré, o Visconde de Mauá “fundou colônias agrícolas de trabalhadores livres: portugueses, chineses e *coolies*, nas terras concedidas no Amazonas e no Pará e nas suas fazendas da província do Rio de Janeiro (Atalaia, em Macaé) e Município Neutro (Sapopemba)”⁵⁹. A Fazenda Atalaia foi a primeira a possuir arados a vapor no Brasil, segundo o próprio Visconde de Mauá. “Dois estabelecimentos agrícolas que me pertenciam foram dotados com toda a classe de instrumentos aperfeiçoados, inclusive os arados a vapor que trabalhavam na Fazenda Atalaia em Macaé, sendo os primeiros importados no Brasil.”⁶⁰

⁵⁵ SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito...* p. 10.

⁵⁶ SKAF, Paulo. In: SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (orgs.). *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 4). p. 13.

⁵⁷ MARTINS, Liana Bach. *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, p. 13.

⁵⁸ SKAF, Paulo. In: *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, p. 206.

⁵⁹ Conf. Cartas no Instituto Histórico (citadas pelo Sr. Alcindo Sodré na sua conferência sobre Mauá em 26-10-39). *Apud* Visconde de Mauá Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de 1813-1889. Autobiografia / Visconde de Mauá, p. 82.

⁶⁰ SKAF, Paulo. In: *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, p. 206.

Por tudo o que foi estudado neste trabalho, pode-se afirmar que a fazenda de São Manuel de Atalaia e a mão de obra escrava foram de extrema importância não somente para a região do norte fluminense, mas para todo o Brasil.

Considerações finais

Analisou-se a importância histórica da mão de obra escrava e da Fazenda Atalaia, localizada na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, no recorte temporal de 1798 a 1875. A ocupação nos espaços de Atalaia por seus possuidores, escravos e suas famílias foi de suma importância, pois colaborou para o crescimento social e econômico, que caracterizou o processo de povoamento da Freguesia das Neves.

Atalaia fez parte desse processo de ampliação populacional de trabalhadores escravos e também remunerados, voltados para seu abastecimento e de outras regiões do Rio de Janeiro, do Brasil e de outros países. A fazenda teve cinco proprietários no período por nós estipulado e recebeu vários escravos.

Os trabalhadores escravos foram fundamentais para a cultura de alimentos na fazenda, ou seja, a mão de obra escrava com seus braços foi de extrema importância no início e no meio do processo das atividades produtivas da Atalaia, pois, no final do processo de produção da fazenda, a mão de obra foi efetuada por trabalhadores remunerados.

Os laços de compadrio entre a população escrava na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1850)

Fabio Francisco dos Santos

Mestre em História

Universidade Salgado de Oliveira – Universo

Introdução

Durante muitos anos, o estereótipo do escravo no Brasil esbarrava no conceito simplório de “coisificação”¹, passivo aos desmandos dos senhores, sem qualquer participação social, laços de família, parentesco e manifestação cultural. Estudiosos como Emília Viotti da Costa² acreditavam que a dominação por parte dos senhores teria sido completa, sem subterfúgios.³

Trabalhos mais recentes têm buscado desmitificar e revisar essas afirmações através da análise de novas fontes. Pesquisadores como Robert W. Slenes⁴, Iraci del Nero da Costa⁵, Manolo Florentino⁶, Sheila de Castro Faria⁷, Roberto Guedes⁸, entre outros, identificaram a participação de senhores e escravos como construtores de relações sociais, ainda que conflitantes.

¹ GORENDER, Jacob. *Liberalismo e escravidão* – Entrevista – Estudos Avançados, v. 16, n. 46. São Paulo: USP, 2002; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1898.

² COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966. p. 131.

³ FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit.*, 1998.

⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

⁵ COSTA, Iraci del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto (MG), 1(1), p. 46-54, 1990.

⁶ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico* (Rio de Janeiro, 1790-1850). RJ: Civilização Brasileira, 1997.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁸ GUEDES, Roberto. Notas sobre fontes paroquiais de batismo. In: *Caderno de Estudos e Pesquisas*, ano VIII, n. 19, jan./abr. 2004. São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004.

A nova historiografia está diante de um novo mundo, onde a participação do escravo é mais ativa e as relações pessoais e afetivas são fundamentais como modo de preservação da cultura original e, acima de tudo, como estratégia, inconsciente ou não, de emersão social. Este trabalho comunga desse novo olhar analítico/metodológico e busca entendimentos a partir da análise direcionada às relações de compadrio entre a população cativa da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, localizada no norte fluminense, durante a primeira metade do século XIX (1809-1850).

Os registros de batismos, bem com os censos populacionais da época, indicam que havia grande concentração de escravos em Macaé, principalmente de africanos adultos recém-chegados. Uma miscelânea de grupos étnicos dividia espaço num contexto escravista rural com grandes propriedades e senzalas numerosas. O extrato desses elementos sugere a possibilidade de inúmeras alianças internas, mas também com atores afastados da condição de escravos, como forros e livres. Essas alianças estariam ligadas pelo batismo, que é o primeiro sacramento da Igreja Católica e indica a iniciação do batizando na comunidade cristã. São estabelecidos na pia baptismal novos laços de parentesco, de natureza espiritual, que unem os pais do batizando aos padrinhos através da relação do compadrio, destinada a produzir solidariedade recíproca.

Os registros de batismo são as principais fontes dessa pesquisa. Sua importância consiste não só num mecanismo de controle da Igreja e da Coroa, mas também num suporte de informações sobre a sociedade civil, que é de suma importância no campo de pesquisa da demografia histórica.

Com a generalização e padronização desses registros, a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁹, foi possível formular a técnica de reconstituição das famílias, um dos instrumentos básicos para o estudo do comportamento das variáveis demográficas. Por ostentar grande quantidade de informação, essas fontes foram fundamentais para observar a dinâmica social e, principalmente, o comportamento familiar de escravizados da freguesia em questão.

⁹ A elaboração e padronização dos registros de batismo e das demais fontes seriais eclesiásticas seguiram as instruções do Sínodo Diocesano, reunido na Bahia em 1707, que engendrou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1720. Esse foi uma compilação de normas para servir como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colonial.

Desde o início do século XVIII, Macaé já apresentava elevada presença de escravos, em número superior a livres ou forros. Esse fenômeno é justificado pela importância que a região alcançou nesse período através das fazendas de plantações agrícolas que abasteciam as demandas do mercado interno e da corte. Nesse particular, o cultivo do café bem como a extração de madeira movimentaram a economia local, o que elevou o nível de enriquecimento de muitos senhores da região. A necessidade cada vez maior de mão de obra cativa nas fazendas elevou o número de escravizados, sobretudo na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, que reunia condições mais favoráveis para a produção de gêneros agrícolas ou mesmo extração de madeira de lei. O fluxo de escravizados foi constante; a integração desses personagens na região produziu fenômenos distintos, e suas relações familiares foram além do parentesco sanguíneo.

A análise minuciosa dos registros de batismo revelou uma sociedade dividida em direitos, porém convergente socialmente. Através desses documentos, foi possível identificar, entre outras muitas informações, a superioridade numérica de escravos, os tipos de relações pessoais e de matrimônio, a escolha estratégica dos padrinhos e a miscigenação étnica. Esse tubo de ensaio contendo diversos elementos sociais, que ora rivalizavam, ora se misturavam, produziu um extrato do que representou simbolicamente a escravidão no Brasil.

Batismo: O primeiro registro oficial e familiar

Na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, três livros compreenderam o período relacionado de 1809 a 1850 num total de 688 páginas. Três vigários alternaram-se na produção desses assentos. Todos seguiram um padrão de redação, mas cada um manteve o seu estilo de escrita, oferecendo mais ou menos detalhes do batismo. A exceção sempre recaía sobre os batizados filhos de livres mais afortunados.¹⁰ Esses apresentavam registros completos, com o máximo de informação.

¹⁰ A classificação de afortunado, nesse caso, baseia-se na quantidade de escravos que a família introduziu no batismo. Pela lógica de posse, um senhor com muitos escravos, via de regra, gozava de relativo recurso financeiro. Obviamente, registros de filhos de famílias menos afortunadas também constavam com informações adicionais, mas nem sempre era uma regra, ou mesmo com riqueza de detalhes.

A Tabela 1 exibe a quantificação do que foi extraído dos registros de batismo da Freguesia de Neves. A relação está dividida por população, conforme foram descritos exatamente nos documentos.

Tabela 1: Número de registros de batismo divididos por população (1809-1850). Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé

| Estado Jurídico | Quantidade | % |
|------------------------|-------------------|----------|
| Escravo | 2.799 | 78,58 |
| Branco/Livre | 436 | 12,24 |
| Forro | 265 | 7,43 |
| Índio | 62 | 1,73 |
| Total | 3.562 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Os números apontam para a superioridade numérica de escravos batizados na freguesia, superando em larga vantagem a relação de livres. Entre os 3.562 registros analisados, 2.799 foram de cativos (78,58%). Já a população livre representava 12,24% ou 436 batismos no período relacionado da pesquisa. O registro também informa batismos de forros. Esses foram 265 anotações (7,43%). A presença indígena foi em menor número com 62 registros (1,73%).

A Tabela 2 contempla os dados da tabela anterior, dividindo os valores absolutos ao longo das décadas. Através dessa observação, foi possível perceber a dinâmica de crescimento populacional da freguesia. Entre 1809 e 1840, há um aumento no número de escravos, principalmente na década de 1830. A partir de 1840 até 1850, há uma redução de batismos de escravizados. É o período que antecede a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico atlântico de escravos africanos. Macaé foi rota e entreposto conhecido para traficantes de cativos. As pressões inglesas, cada vez intensas no sentido de acabar com o comércio internacional de escravos, talvez tenham influenciado a redução no fluxo crescente de africanos que chegavam à região, levando a uma queda dessa população na última década da primeira metade do século XIX.

Já a população branca/livre apresentou crescimento sem interrupções até 1850. Esse dado mostra que a freguesia foi recebendo também moradores de outras áreas e expandindo o potencial agrícola da região. Se havia número crescente de escravos, provavelmente o número de senhores também se elevaria. Havendo núcleo populacional, haveria, conseqüentemente, demanda por serviços e demais atividades nem sempre ligadas ao setor agrícola.

O número de forros também cresceu ao longo das décadas. Em 1840, a proporção foi bem elevada, muito superior aos apresentados em outros anos. Esse período foi o auge da chegada de africanos à região, uma presença escrava elevada na freguesia. Na década de 1830 foram contabilizados 45 assentos de forros (16,98%). Já na década seguinte, esse número pulou para 103 (38,87%). A população indígena apresentou crescimento nos batismos, mas sempre em números modestos. Próximo a 1850, foi visível a queda. Talvez pela ausência numérica na região.

Tabela 2: Número de registros divididos por população em décadas (1809-1850). Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé

| Período | Estado Jurídico | | | | | | | |
|--------------|-----------------|------------|--------------|------------|------------|------------|-----------|------------|
| | Escravo | % | Branco/Livre | % | Forro | % | Índio | % |
| 1809-1810 | 31 | 1,10 | 9 | 2,06 | 1 | 0,37 | - | - |
| 1811-1820 | 441 | 15,75 | 73 | 16,74 | 34 | 12,83 | 2 | 3,23 |
| 1821-1830 | 733 | 26,18 | 67 | 15,36 | 45 | 16,98 | 23 | 37,10 |
| 1831-1840 | 853 | 30,49 | 113 | 25,93 | 103 | 38,87 | 25 | 40,32 |
| 1841-1850 | 741 | 26,48 | 174 | 39,91 | 82 | 30,95 | 12 | 19,35 |
| Total | 2.799 | 100 | 436 | 100 | 265 | 100 | 62 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Família escrava

Compreender o funcionamento da estrutura familiar e suas ramificações é importante para perceber, ainda que parcialmente, o íntimo do escravo e suas aspirações como agente numa sociedade piramidal com lenta movimentação vertical. Sheila de Castro Faria identificou a família como o

ponto de convergência das relações sociais e estratégias de vida. Segundo a autora, os sujeitos da colônia estavam sempre vinculados a seus laços familiares, sejam eles consanguíneos ou ritualísticos, de modo que a família influenciava as possibilidades de mobilidade espacial e social. Isso era válido para os homens ricos e pobres livres no Brasil colonial, mas também era determinante para as aspirações dos escravos.¹¹

A autora é enfática ao afirmar que dificilmente se pode falar em indivíduos no período colonial brasileiro. Sobretudo as vivências eram compartilhadas em grupo, nas tarefas de trabalho, nas irmandades, mas principalmente nas famílias. Ainda segundo ela, as famílias eram instituições fundamentais para a vivência colonial, de forma que a investigação dos laços familiares, consanguíneos e rituais é fundamental para a pesquisa histórica sobre a dinâmica de qualquer população.

É pela família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação. Incluindo relações rituais.¹²

A família é apresentada pela mesma autora como o centro da vivência do homem colonial, foco das preocupações e de todo o esforço empregado no dia a dia. Ao expressar que a família ultrapassa os laços de sangue para incluir os laços de parentesco atribuído, coabitação e rituais, a autora deixa claro que é preciso pensar de maneira ampla quando se fala em família no período colonial. Em particular, ao incluir os laços rituais, ela deixa evidente que as relações estabelecidas através dos sacramentos, a exemplo do compadrio, são fundamentais para entender os significados da família no período, inclusive as relações no interior da família escrava. Há de se considerar ainda que os escravos “portavam lógicas individuais, coletivas e ativas de respostas ao cativo”, sem desconsiderar que “tal composição ia até certo limite”¹³.

¹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 21; 33; 40-43.

¹² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 21.

¹³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p. 292.

Manolo Florentino e José Roberto Góes reforçam que a família escrava era uma realidade construída a partir de necessidades da comunidade cativa. Contribuíram também para derrubar o mito de que a “promiscuidade nas senzalas”¹⁴ impediu a sua existência, mostrando que não eram variáveis excludentes a socialização familiar e o tráfico.

Segundo os autores, os vínculos familiares foram importantes na vida dos escravos e teriam um aspecto funcional dentro de uma sociedade escravista, marcada por uma grande integração ao tráfico atlântico. A família escrava seria, portanto, um meio para estabelecer a paz entre os cativos, acobertando o estado de animosidade constante.

Nos grandes plantéis, segundo a avaliação dos autores, era comum a existência de conflito e de dissensão entre cativos. A pluralidade entre nações africanas e criolos era uma realidade física, o que poderia levar a estados constantes de animosidade e desunião.

A família escrava seria, então, um mecanismo para o estabelecimento da paz social e para o domínio político senhorial. Os matrimônios legais e o batismo (apadrinhamento) constituíam meios de integração. Era uma forma de modificar hábitos e atitudes, “civilizando” e “humanizando” esses cativos.

Ainda sobre a questão de casamentos, é preciso recorrer mais uma vez a Faria. Segundo suas pesquisas no período colonial e até mesmo no adiantar do século XIX, evidencia-se a predominância do que se pode chamar de endogamia, assim como os autores mencionados anteriormente descreveram: “angola casava com angola, mina com mina, guiné com guiné e assim por diante”¹⁵. A autora acrescenta que, dentro do padrão ocidental que lhes foi imposto, a legalização do matrimônio seria uma das estratégias possíveis para tentar fazer com que os senhores respeitassem seus grupos familiares.

Entre os crioulos, a tendência endogâmica nas uniões matrimoniais prevaleceu, mesmo havendo casamentos mistos. Via de regra, cabras casavam com cabras, pretos com pretos, mulatos com mulatos, pardos com pardos, etc. Indiscutivelmente, a expectativa de crioulos/pardos não africanos era buscar parceiros com uma situação ainda mais distante da condição de cativo. Neste caso, a preferência era óbvia por libertos e livres.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2004.

¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*, p. 335.

Se havia um padrão de endogamia nas relações entre escravos, principalmente, nas regiões que apresentavam grandes plantéis, conforme afirmam Sheila de Castro Faria, Manolo Florentino e José Roberto Góes, a Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé poderia abrigar o clima propício para essas observações. Além de haver fazendas com número expressivo de escravos, o perfil regional era totalmente agrário. Outro fator importante para justificar essa premissa está no fato de que houve presença significativa de africanos desde a segunda metade do século XVIII. Porém, a partir da primeira metade do século XIX a chegada desses indivíduos tornou-se mais incisiva e constante, principalmente nos anos próximos ao fim do tráfico legal de africanos, superando, em alguns momentos, a quantidade populacional de escravos nascidos no Brasil.

Apesar do elevado número de africanos incorporados à população escrava da freguesia, os registros de batismo da região durante toda a primeira metade do século XIX mostram que a quantidade de cativos nascidos no Brasil ainda era superior. Na Tabela 3, é possível perceber essa estreita diferença. Entre os 2.799 registros de escravos 1.411 (50,42%) foram de inocentes e 1.388 (49,58%) atribuídos a adultos.

Tabela 3: Registro de batismo de escravos – Adultos e Inocentes. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| | Sexo | Quantidade | % | Total | % |
|-----------------|-------------|-------------------|----------|--------------|----------|
| Adulto | Masculino | 845 | 60,88 | 1.388 | 49,58 |
| | Feminino | 543 | 39,13 | | |
| Inocente | Masculino | 671 | 47,55 | 1.411 | 50,42 |
| | Feminino | 740 | 52,44 | | |
| TOTAL | | 2.799 | | 2.799 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

É importante observar a predominância de homens adultos em relação às mulheres. Eles contemplam 60,88% dos registros de batismo da freguesia contra 39,13% de indivíduos do sexo feminino. Mas essa não era uma exclusividade de regiões com perfil agrário e com grandes plantéis, onde ha-

via exigência de trabalho com maior intensidade física. Durante os três séculos de tráfico atlântico de escravos, o Brasil recebeu em seus portos aproximadamente 5,1 milhões de africanos de quase 5,9 milhões que embarcaram na África com esse destino.¹⁶ Pelos menos 65% eram do sexo masculino.¹⁷

Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, a mulher agregava maior valor no mercado interno africano por ser “a principal força de trabalho agrícola de grande parte da África e, ao mesmo tempo, por constituir-se em veículo primordial de reprodução física dos indivíduos”¹⁸. Logo a oferta de homens nos mercados de cativos litorâneos era superior. Provavelmente os senhores comprassem os que fossem ofertados sem muitos critérios ao sexo.

Com relação aos números de inocentes, a predominância recaiu sobre as mulheres com 52,44%. Nesse caso, não havia controle sobre a proporção de sexo, já que o registro respeitava a origem de nascimento.

A Tabela 4 exhibe um comparativo entre batismo de inocentes e adultos durante a primeira metade do século XIX, segundo informações dos registros da Freguesia de Neves. É possível perceber ao longo das décadas que o número de nascimento está sempre aproximado à quantidade de africanos.

Tabela 4: Comparativo de batismo de escravos distribuído por anos. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| Ano | Inocente | % | Adulto | % |
|------------------|----------|-------|--------|-------|
| 1809-1820 | 223 | 15,80 | 237 | 17,08 |
| 1821-1830 | 397 | 28,14 | 387 | 27,88 |
| 1831-1840 | 413 | 29,27 | 359 | 25,86 |
| 1841-1850 | 378 | 26,79 | 405 | 29,18 |
| Total | 1.411 | 100 | 1.388 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

¹⁶ Dados provenientes do projeto *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, sob orientação de David Eltis. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em: 27 mar. 2019.

¹⁷ *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>. Acesso em: 27 mar. 2019.

¹⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 175-177.

Entre 1809 e 1820, houve superioridade no número de adultos batizados, atingindo a marca de 17,08%. O número de inocentes ficou bem próximo com 15,80%. Esse foi o período em que a Freguesia de Nossa Senhora das Neves foi desmembrada do território de Campos dos Goytacazes para compor a recém-criada vila de São João de Macaé. É possível que esse evento tenha atraído fazendeiros de regiões próximas, que talvez tenham preferido a aquisição de mão de obra de africanos adultos.

No período correspondente de 1821 a 1840, o percentual de inocentes superou o batismo de adultos, sempre com pequena vantagem, mostrando o equilíbrio entre as duas populações. Porém, na última década da primeira metade do XIX, os registros de batismo não deixam dúvidas quanto à entrada de africanos na freguesia com 29,18%. Os batismos de inocentes ficaram em 26,79%.

Nos próximos tópicos, vamos observar com mais detalhes as configurações e tipicidades das uniões discutidas até então, os tipos de perfis mais desejados para criar laços e a legitimidade da prole. Será possível supor que o ambiente e o contexto econômico regional influenciam o comportamento dos casais escravos? O que pode ser determinante para conter conflitos de poder entre senhores e cativos?

Alta legitimidade

Os registros trouxeram mais do que uma amostra de números populacionais. Um dos elementos fundamentais presentes nesses documentos é a referência da legitimidade do batizando. Esse apontamento está presente em muitas anotações analisadas da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé no período relacionado. Essa informação é fundamental para compreender as relações afetivas entre os pais, padrinhos, senhores e a comunidade.

Antes de prosseguir, é importante perceber que os filhos descritos pelo pároco como naturais, ou “filhos das ervas”¹⁹, eram aqueles cuja con-

¹⁹ Em Portugal, empregam-se diversos termos para identificar aqueles que nascem fora de um casamento. A maior parte das designações conhecidas tem conotações pejorativas: adulterino, bastardo, bastardinho, espúrio, fornezinho (porque gerado de fornício ou torpe ajuntamento), filho de gança (aquela que só com o fim de ganância, e por dinheiro ou coisa equivalente, se prostituía a quantos a procuravam), filho das ervas (aquele cujo pai se ignora por sua mãe

cepção e nascimento ocorreram fora do seio legítimo, ou seja, não sacramentados pelas bênçãos do matrimônio. No entanto, cabe ressaltar a diferença existente entre filho ilegítimo e filho “natural”. Essa questão está diretamente ligada à viabilidade matrimonial dos pais, isto é, quando a denominação de ilegítimo aparece quer significar que um ou ambos os pais já são casados, por sua vez a denominação “filho natural” indica que os pais são solteiros, isto é, ainda podem vir a se casar seja entre si ou com outras pessoas. Essas diferenças na redação dos registros foram fortemente influenciadas pelo perfil local, que contribuiu para algumas relações predominantes.

As principais atividades da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé foram as plantações de café, a agroindústria açucareira e a extração da madeira, pelo menos a partir do último quartel do século XVIII, sempre utilizando mão de obra escrava. Ao estudar a região, analisando as relações familiares da população cativa nesse período, Sheila de Castro Faria observou alguns perfis característicos. Segundo a autora, a extração de madeira, atividade presente na freguesia pesquisada desde as primeiras ocupações, empregava número razoável de casais legalmente constituídos. A atividade exigia um trabalho itinerante, o que dificultaria o controle e a alimentação dos escravos tão longe da sede. Logo, permitindo que esses constituíssem famílias, seria mais funcional para evitar fugas e minimizar o trabalho com alimentação e cuidados de enfermos. “Pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças. Homens sozinhos migravam mais do que acompanhados de família.”²⁰

Faria sugere ainda que grandes proprietários não só permitiam como também incentivavam o casamento legal de seus escravos por necessidade ou não. Tinham nessa relação um dos pilares da organização do trabalho.²¹

Manolo Florentino e José Roberto Góes consideram que essa prática era conveniente para os senhores, pois contribuía para o controle do esca-

tratar desonestamente com muitos), ganhadiço, apanhadiço, ilegítimo, natural. NEVES, António Amaro. *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (Século XVI-XVIII)*. Guimarães: Universidade do Minho/NEPS, 2001. p. 122.

²⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*, p. 327.

²¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*, p. 333.

²² FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 143.

vo.²² Pontuam ainda que escravos casados tinham menos motivos para queixas, afirmação que condiz com o fato de considerarem a família como um fator que contribuiria para a paz nas senzalas, assim como também concorda Robert Slenes.²³ Se foi uma prática coordenada que visava à estabilidade nos matrimônios, aliada a uma reprodução expressiva, o resultado foi positivo, segundo os estudos desses pesquisadores.

Analisando os registros de batismo de escravos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé entre 1798 a 1809, Sheila de Castro Faria encontrou 86,8% de filhos legítimos. A presente pesquisa propôs-se a continuar analisando a região, porém entre 1809 a 1850. É possível observar que a taxa de legitimidade na freguesia reduziu consideravelmente. Conforme é possível acompanhar na Tabela 5, entre as 1.411 anotações de escravos inocentes nos livros de batismo, 928 (65,77%) foram atribuídas a filhos legítimos. Já os filhos naturais obtiveram 479 anotações, o que corresponde a 33,95%.

Tabela 5: Legitimidade da população escrava, dividida por décadas. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| Período | Legítimo | % | Natural | % |
|----------------|-----------------|------------|----------------|------------|
| 1809-1810 | 25 | 2,69 | 5 | 1,04 |
| 1811-1820 | 251 | 27,04 | 65 | 13,57 |
| 1821-1830 | 277 | 29,85 | 63 | 13,16 |
| 1831-1840 | 294 | 31,69 | 185 | 38,62 |
| 1841-1850 | 81 | 8,73 | 161 | 33,61 |
| Total | 928 | 100 | 479 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Apesar da redução no número de filhos legítimos, a partir da virada do século ainda é uma quantificação elevada, principalmente se comparada aos filhos naturais. A tabela também exhibe a variação proporcional de

²³ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 111.

legitimidade ao longo dos anos. Entre 1809 e o final da década de 20 do século XIX, o número de filhos legítimos foi muito superior aos filhos naturais. Porém, a partir de 1830 houve uma reversão nessa proporção, e os registros de filhos naturais superaram os legítimos. Entre 1830 e 1840, os filhos naturais somaram 38,62% contra 31,69. Já na década seguinte, essa diferença ficou cada vez maior. Assentos de filhos naturais corresponderam a 33,61%. Filhos legítimos obtiveram 8,73%. Apesar da curva nos números de legitimidade, os registros de filhos legítimos permaneceram superiores durante todo o período.

São muitas as hipóteses para justificar essa redução na taxa de legitimidade. Uma possível explicação pode estar relacionada ao fato de que houve uma proliferação de pequenas e médias propriedades ao longo da primeira metade do século XIX com número reduzido de escravos. É provável que esses cativos tenham se relacionado com seus pares de senhores vizinhos sem a formalidade do matrimônio.

É importante observar que, a partir de 1830, houve um aumento considerável da presença de africanos na região, principalmente próximo ao fim do tráfico atlântico de escravos em 1850. Talvez essas novas relações formadas entre africanos e crioulos não privilegiassem a formalidade do matrimônio; segundo a doutrina católica, sua prole não seria classificada como legítima.

Como foi possível perceber, a formação da família escrava facilitou a criação de redes de relacionamento, que garantiram melhor absorção do africano numa terra desconhecida, onde chegou forçosamente e sem laços sociais. Ao longo do período da escravidão, esses laços ganharam novos formatos e ampliaram a sua extensão. Uma boa estratégia de aproximação poderia facilitar o acesso do cativo a benefícios de ajuda mútua. Trata-se de uma relação de clientelismo que prosperou no Brasil colonial com contornos personalizados de acordo com cada região em que foi empregada.

Apadrinhamento estratégico

A família escrava foi de suma importância para a vida cotidiana dos cativos. Foi uma alternativa bem eficaz para manter e redefinir raízes africanas, além da possibilidade de auferir ganhos sociais, econômicos e políticos numa rede extensa de sociabilidade e solidariedade.

Logo, a escolha dos padrinhos era determinada pelo contexto social da escravidão, já que os laços de compadrio serviam para unir ou conectar pessoas de classes sociais diferentes. Essa estratégia foi amplamente explorada não só pela população cativa. Foi uma prática que ganhou espaço também entre a população forra e branca, porém com interesses e mecanismos distintos. Em todas as regiões do Brasil pesquisadas, desde o período colonial até o fim do Império, houve adaptações ao contexto local, apesar de haver uma relação explícita de poder e interesses diversos, cujos padrões podem mudar de acordo com a necessidade local ou dos interessados. Assim, não é possível afirmar padrões de conduta entre os envolvidos, mas talvez certas tendências objetivas.

Vitória Fernanda Schettini pesquisou São Paulo do Muriaé durante a segunda metade do século XIX. Ela observou que, na região de pequenas escravarias rurais, a tendência foi escolher padrinhos livres, sendo uma prática facilitada pelo estreito convívio entre livres e escravos.

Como a grande maioria dos padrinhos da localidade pesquisada era livre, podemos então deduzir que ter a proteção de alguém de classe tida como superior à do batizando era um meio de garantir uma ascensão social via apadrinhamento como também uma forma de garantir *a priori* uma vantagem para o futuro dos filhos ou mesmo uma forma de liberdade na pia batismal.²⁴

Silvia Maria Jardim Brügger percebeu situação similar à apresentada por Schettini. Na Vila de São João Del Rei, sua pesquisa constatou um amplo predomínio de homens livres sendo padrinhos dos filhos das mães escravas e notou que, no período de 1736 a 1850, eles representavam 62% dos compadres dos filhos de cativas. Considerando que nessa região tendiam a predominar unidades escravistas de pequeno porte, pode-se supor que isso seria uma explicação variável para a escolha majoritária de compadres livres para os filhos dos pais cativos.²⁵

Numa relação oposta aos dois casos anteriores, José Roberto Góes, analisando a Freguesia de Inhaúma no Rio de Janeiro entre 1816 e 1842,

²⁴ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas*. São Paulo do Muriaé (1852-1888). Dissertação (Mestrado) – Universidade Severino Sombra, 2006, p. 101.

²⁵ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade* (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 286.

afirma que 65% dos padrinhos de escravos eram da mesma condição, 25% eram libertos e 10% eram livres.²⁶

Ana Lugão Rios, abordando os batismos de cativos entre 1872 e 1888 em Paraíba do Sul, encontrou cerca de 40% de padrinhos livres e mais de 57% de escravos, sendo os padrinhos forros absolutamente minoritários.²⁷

Ambos os pesquisadores identificaram que, nas regiões com predomínio de grandes escravarias, o percentual de escravos apadrinhando escravos era bem mais significativo. A Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé seguiu esse mesmo perfil. A região possuía um perfil econômico rural com grandes propriedades.²⁸

Os dados extraídos dos registros de batismo e exibidos na **Tabela 6** não deixam dúvidas quanto à superioridade numérica de padrinhos escravos, sendo esses uma opção ou a falta dela.

Entre os 2.799 assentos de inocentes escravos, 83,43% possuíam padrinhos com a mesma condição jurídica. O mesmo perfil pode ser percebido na escolha das madrinhas, representando 61,62% entre a preferência.

Tabela 6: Registros de escravos inocentes – condição jurídica dos padrinhos Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| Estado Jurídico | Padrinho | % | Madrinha | % |
|------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| Escravo | 2.335 | 83,43 | 1.725 | 61,62 |
| Forro | 364 | 13 | 271 | 9,68 |
| Índio | 24 | 0,85 | 15 | 0,54 |
| Branco | 18 | 0,65 | 26 | 0,92 |
| Santo protetor | - | - | 229 | 8,18 |
| S/anotação | 58 | 2,07 | 533 | 19,08 |
| Total | 2.799 | 100 | 2.799 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

²⁶ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993. p. 78.

²⁷ RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 56-9.

²⁸ Mesmo sem analisar outros documentos que comprovariam a expressiva riqueza de muitos senhores, a quantidade de escravos batizados atribuída a determinados proprietários sugere elevado poder financeiro e social.

Considerando apenas as madrinhas, a situação não muda. A predominância pela população cativa superou as outras alternativas. Foram 1.725 assentamentos, o que corresponde a 61,62%. As forras seguem na segunda colocação com 9,68%.

Apesar de haver apontamentos de brancos batizando escravos, não foi encontrado nenhum registro de senhor sendo padrinho espiritual de seus cativos, assim como já previu Schwartz:

Os senhores e seus parentes raramente batizavam e se tornavam guardiões espirituais dos seus próprios escravos, e sua ausência desses papéis refuta o suposto paternalismo dos senhores de escravos brasileiros.²⁹

É importante observar que a preferência indica ter havido mais padrinhos do que madrinhas, sugerindo que os homens poderiam agregar a possibilidade de maior promoção social. O *status* social que o homem adquiriu na sociedade brasileira teria se refletido na preferência por padrinhos, dando a eles um papel mais definido e relevante do que às madrinhas.

Muitos estudos comprovam que a presença do padrinho no batismo era uma constante na sociedade colonial, o mesmo não se verificando quanto à presença da madrinha. Nas paróquias baianas de Rio Fundo e Monte no final do século XVIII, Schwartz percebeu que a presença da madrinha era muitas vezes dispensada.³⁰ Em São João Del Rei, Brügger identificou que a madrinha era ausente em 3% a 4% das cerimônias de batismo de crianças escravas entre 1811 e 1840.³¹

Embora as regras eclesiásticas para a administração do batismo fossem claras quanto à presença de um casal composto por padrinho e madrinha, a prática social declinava muitas vezes da presença da madrinha.

A Tabela 6 também apontou ainda as madrinhas espirituais. Foram 229 vezes (8,18%). Em todos esses casos, o pároco não discriminou o nome da santa, anotando apenas a palavra “protetora” como referência à madrinha. É possível que os próprios escravos escolhessem essa opção por uma santa protetora. O catolicismo era a religião do colonizador e, apesar do sincretismo religioso, fundido nas tradições africanas e europeias, é difícil ima-

²⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 265.

³⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 332.

³¹ BRÜGGER, Sílvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 7.

ginar a ausência de aculturação por parte desses cativos, o que leva a supor que muitos, de fato, eram católicos praticantes e devotos a algum santo.

Alguns estudos apontam a intervenção dos senhores na escolha dos padrinhos de cativos recém-chegados, designando os escravos “mais antigos” ou “virtuosos” para apadrinhar os novos cativos com o objetivo de ensinar-lhes os preceitos cristãos.³²

Isso poderia explicar o que fica claro nos registros: um mesmo escravo batizando dezenas de africanos recém-chegados. Mas isso não excluía a possibilidade de esses africanos escolherem seus próprios padrinhos e muito menos não serem batizados imediatamente após a chegada à fazenda. Talvez muitos deles tivessem tempo de conviver com outros escravos, inclusive de suas nações, e optar pelas suas alianças. Segundo Silvia Maria Jardim Brügger, é comum ainda supor o imediatismo do batismo de africano tão logo desembarcasse na costa, algo que hoje é contestado. Para o cumprimento do sacramento, era preciso certo grau de instrução na fé católica.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que os cativos deveriam ser batizados, mas para isso deveriam manifestar o desejo de sê-lo. E antes disso, as mesmas Constituições determinavam que deveriam ser instruídos na fé católica, o que requereria certamente algum tempo e permitiria aos cativos estabelecerem laços com livres, libertos e escravos de sua escravaria ou não.³³

Esse interstício poderia ser tempo suficiente para resgatar laços e manter tradições africanas anteriores ao cativo, além de uma motivação extra para suportar pressões iniciais numa terra nova e cultura diversa à sua. A Tabela 7 exhibe com mais detalhes as relações de padrinhos dos escravos adultos.

³² FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p. 198.

³³ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú-MG, p. 15, 2004.

Tabela 7: Registros de escravos adultos – condição jurídica dos padrinhos Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| Estado Jurídico | Padrinho | % | Madrinha | % |
|------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| Escravo | 1.224 | 88,18 | 775 | 55,84 |
| Forro | 110 | 7,92 | 110 | 7,93 |
| Índio | 12 | 0,86 | 8 | 0,58 |
| Branco | 5 | 0,36 | 7 | 0,50 |
| Santo protetor | – | – | 127 | 9,15 |
| S/anotação | 37 | 2,68 | 361 | 26 |
| Total | 1.388 | 100 | 1.388 | 100 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Os registros mostram que, no período relacionando na pesquisa, houve 7,92% de padrinhos forros e outras pequenas percentagens de padrinhos de estados jurídicos distintos. É provável que alguns desses padrinhos forros fossem moradores das fazendas dos próprios senhores desses africanos, mas não todos.

Mesmo sendo pequeno o número de registros, é possível perceber que esses cativos conviveram e se relacionaram com outros membros locais, que serviram como padrinhos. Essa prática certamente só poderia ser possível em propriedades menores com um ou dois escravos adultos. Em propriedades maiores, com número robusto de africanos, haveria maior resistência para formar conexões externas. As oportunidades seriam mais escassas num ambiente mais desvantajoso do que para os crioulos, pois a maioria dos batismos era coletiva, com padrinhos indicados. Porém, numa convivência mais próxima à do senhor, é provável que esse cenário teria sido diferente.

Se havia alta legitimidade entre filhos de cativos, seus padrinhos também eram a maioria. Ou seja, filhos oriundos de relacionamentos estáveis, segundo os registros de batismo, eram mais “escolhidos” por compadres. Talvez, escolhidos não seja a palavra mais fiel a essa realidade. Há de se pensar que a falta de opções pode ter influenciado na escolha. Será que a escolha dos padrinhos era uma atribuição livre dos cativos? Segundo Stuart

Schwartz, até hoje não há comprovação se os padrinhos eram escolhidos pelos escravizados ou por seus senhores. *É certo que havia variação que deixava a iniciativa nas mãos dos escravos e, outras vezes, nas dos senhores.*³⁴

O fato objetivo é que os filhos declarados como naturais obtiveram menos registros de padrinhos, sendo eles escravos, forros ou livres. A Tabela 8 mostra que, entre os batizados de escravos registrados no livro de batismo da Freguesia de Neves, os filhos legítimos são mais escolhidos entre todos os outros grupos fielmente descritos nos assentos. Os padrinhos escravos, ou seja, do mesmo estado jurídico do afilhado, registaram maior ocorrência com 25,97%. Já a ocorrência de padrinhos cativos, que foram registrados apadrinhando filhos naturais, foi de 11,36%. A mesma discrepância ocorreu nos números de madrinhas. Foram 22,12% de cativas que batizaram filhos legítimos. Já as que foram anotadas como madrinhas de filhos naturais não passaram de 11,79%. Entre a população forra e livre, houve também a predominância no batismo de filhos legítimos.

Tabela 8 – Batizando escravo, considerando legitimidade e padrinhos. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

| | Legítimo | % | Natural | % |
|-------------------------|-----------------|----------|----------------|----------|
| Padrinho Escravo | 727 | 25,97 | 318 | 11,36 |
| Madrinha Escrava | 619 | 22,12 | 330 | 11,79 |
| Padrinho Forro | 171 | 6,11 | 83 | 2,97 |
| Madrinha Forra | 104 | 3,71 | 57 | 2,04 |
| Padrinho Índio | 7 | 0,25 | 5 | 0,18 |
| Madrinha Índia | 4 | 0,13 | 3 | 0,11 |
| Padrinho Branco | 6 | 0,21 | 6 | 0,21 |
| Madrinha Branca | 12 | 0,43 | 7 | 0,25 |

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 292.

O simples fato de haver mais filhos de cativos legítimos do que naturais na freguesia não seria suficiente para explicar a tendência segmentada dos padrinhos.

Schwartz comparou as relações de compadrio na Bahia e em Curitiba, ambos no século XVIII, e observou certa padronização na escolha dos padrinhos. A legitimidade e o sexo eram fatores muito utilizados na escolha dos novos membros da família fictícia.

Os filhos legítimos tinham mais probabilidade de ganhar padrinhos de status mais alto e uma cerimônia normal, na qual estavam presentes tanto o padrinho quanto a madrinha, ao passo que os filhos ilegítimos poderiam não ter madrinha registrada. A probabilidade de meninos terem padrinhos livres era maior que a de meninas.³⁵

Em geral, Stuart Schwartz e Stephen Gudeman indicam que alguns elementos implicavam nas escolhas dos padrinhos, como a localidade, a legitimidade, a cor, o sexo e o estatuto legal, resultando em algumas características: os escravos serviam de padrinhos para escravos; escravos não serviam de padrinhos para os nascidos livres; livres serviam de padrinhos para escravos; livres serviam de padrinhos para os nascidos livres. O significado do compadrio era importante na medida em que se consideravam as expectativas do escravizados para essa instituição, pois o vínculo que unia batizando e padrinho não era apenas espiritual, mas tinha projeção social.³⁶

Considerações finais

Analisar as relações de compadrio na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé no período que corresponde à primeira metade do século XIX é quase impossível sem observar o contexto histórico, social e econômico da região. A presença elevada de escravos desde o século XVIII, em número muito superior à de livres e forros, já sugere que havia forte demanda por mão de obra, elevando Macaé a um grau de importância econômica no norte fluminense principalmente pela forte atividade agrícola, que abastecia as demandas do mercado interno e da corte.

³⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru SP: EDUSC, 2001. p. 272.

³⁶ GUEDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *A Escravidão e a Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 58.

Os documentos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé não deixam dúvidas de que as relações de compadrio foram mais intensas entre os pares cativos, sem excluir a possibilidade de outras extensões familiares, inclusive com forros, livres, índios e brancos.

Mais do que buscar alforrias, as afinidades com membros próximos ou da mesma condição de cativo poderiam ampliar a rede familiar e proporcionar mais apoio político ou mesmo social (no contexto da senzala).

Foi possível observar que o número de filhos legítimos era superior aos filhos naturais. Esse fato sugere que havia um estímulo ou mesmo passividade dos senhores quanto às possibilidades de união formal entre cativos. Esse fenômeno foi percebido tanto em fazendas com número elevado de escravo como nas propriedades menores. Era uma prática habitual.

Se havia forte tendência a casamentos e uniões estáveis entre escravos, o mesmo ocorria nas relações de compadrio. A preferência majoritária era por cativos, principalmente os que dividiam o mesmo senhor. O perfil de uniões matrimoniais e de apadrinhamento seguiu um perfil bem fechado com poucas brechas. Eles escolhiam seus parceiros, preferencialmente do mesmo senhor, e geravam filhos legítimos, que quase sempre eram apadrinhados por seus pares, também cativos. Esses, por sua vez, apadrinhavam a prole de seus pares, que normalmente comungavam da mesma trajetória pessoal. Portanto, o ciclo de uniões era autoalimentado num raio de alcance muito próximo.

Provavelmente, essa estratégia foi benéfica para todos os lados. Com a família por perto havia menos possibilidade de problemas na escravaria, como fugas, rebeliões, etc. Essa estabilidade familiar também agradava os escravos. Era uma forma bem eficaz de estender laços de solidariedade e reforçar traços culturais com membros que pertenciam às mesmas tradições. Além disso, houve famílias que subverteram esse perfil de união e buscaram conexões com indivíduos já afastados do cativo.

A complexidade da sociedade escravista não permitiu estabelecer padrões assertivos, mas sim tendências que são seguidas por boa parte dos envolvidos. A Freguesia de Neves não foi diferente. Foi observada uma parcela da população escrava que buscou padrinhos livres e forros. Nesse particular, as mães que tiveram filhos naturais encabeçaram essa proporção numérica, mas sem rivalizar com a tendência oposta, que privilegiava a formação de redes de compadrio com também escravos.

A presença de africanos em número cada vez maior superava a quantidade de criolos nas propriedades. Os batismos coletivos, geralmente em proporção elevada, não proporcionavam a chance de formar alianças, pois normalmente os padrinhos eram escolhidos pelo senhor, que exerciam a atividade meramente formal. Muitos deles apadrinhavam 30 africanos de uma vez.

Os crioulos, por sua vez, raramente estabeleciam alianças com africanos, pelo menos com relação ao batismo. Não foi possível observar número considerável de africanos compadres de crioulos ou numa situação contrária. É provável que teria havido integração pelo casamento ou outras formas de conexão não observadas neste estudo.

Não há dúvidas de que formar redes e escolher estrategicamente padrinhos visa sempre a benefícios, possibilidade de vantagens, mas são sempre subjetivas e quase nunca respeitam padrões. Observar com detalhes a Freguesia de Neves mostrou que formar redes de compadrio tem um conceito mais abrangente, que envolve mais do que a busca incessante da alforria. A formação familiar, com alcance cada vez maior dentro do mesmo espaço de convivência, mostrou-se o objetivo final desses escravizados.

As relações de compadrio a partir das alforrias de Pia Batismal na Vila de São Pedro do Cantagalo de 1838 a 1842

Renata Gomes dos Santos Palma

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Salgado de Oliveira – Universo
Bolsista CAPES

O presente texto tem como objetivo abordar alguns aspectos das alforrias de “inocentes”¹ na pia de batismo na Vila de São Pedro de Cantagalo no início do século XIX. Além disso, serão analisadas as relações de compadrio entre os senhores e seus escravos e outros escravos dentro e fora da escravaria de um mesmo senhor. Realizaremos estudos de casos e algumas análises do primeiro Livro de Batismo da Igreja Matriz Santíssimo Sacramento de Cantagalo – Livro de Batismo 001 e alguns aspectos gerais da dinâmica que deu suporte ao compadrio na referida localidade, o que havia nas relações entre os representantes dos inocentes alforriados: pais, padrinhos (compadrio) e senhores donos de escravos.

Para tal, pretendemos levantar alguns questionamentos e, em certa medida, indicar hipóteses sobre as escravarias e as relações estabelecidas entre os atores envolvidos por meio da concessão de liberdade e as diversas oportunidades com os documentos da Igreja, sendo importante notar os campos investigativos, como os documentos eclesiásticos, as alforrias em

¹ Nesse período, eram consideradas inocentes as crianças de idade até os sete anos. Aos sete anos, a criança já seria possuidora da razão. Ver *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Dom Sebastião Monteiro da Vide – 1707. Typografia de Antonio Louzada Antunes, 1953. Livro 1º Título XXI, item 77. SOARES, Márcio. Alforria e perfilhação na Macaé escravista: novas possibilidades de pesquisa em fontes cartorárias e paroquiais (séculos XVIII e XIX). In: AMANTINO, Marcia; RODRIGES, Claudia *et al.* *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé* (séculos XVII ao XIX). Rio de Janeiro, RJ: Editora Apicuri, 2011. p. 152. Ver VANFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 306-307 (Verbete Inocente); entre outros.

pia batismal encontradas nos assentos do primeiro Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila de São Pedro do Cantagalo no início do século XIX.

Trata-se de uma fase de especial importância para a Vila de São Pedro do Cantagalo em decorrência da grande oferta de terras cultiváveis e ainda a ser povoadas, aliada à demanda motivada pelos maiores centros urbanos, que ditaram ciclos migratórios internos.

Claudia Chaves² aponta para a importância dessa região ao afirmar que essa área foi *extremamente frequentada por comerciantes mineiros* nas primeiras décadas do século XIX e cita como indícios da ligação entre as regiões das Minas Gerais e das Novas Minas de Cantagalo o plano de desenvolvimento de comércio e produção para essa região.

Todavia, no decorrer do século XX e ainda hoje, o estudo nos campos sobre demografia histórica e história demográfica da população e da família, entre outros campos de abordagens, está em pleno crescimento e desenvolvimento. Os autores Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott³ atestam “o crescente interesse de muitos historiadores em conjugar técnicas de cunho serial e quantitativo para a exploração de variáveis demográficas e o uso de abordagens microanalíticas e nominativas que apostam na metodologia do cruzamento de fontes”. O que acompanhamos com uma observação atenta durante o curto tempo que o livro de batismo analisado contempla.

Para os escravizados, a conquista da liberdade, especialmente a alforria dos filhos de mulheres e homens escravizados, “tem um peso importante no conjunto da sociedade”⁴, pois essa alforria de cativos era uma prática legal e social. Vale ressaltar o que revelaram os autores Lana Lage e Renato Venâncio⁵ no artigo sobre crianças escravas da região urbana no Rio de Janeiro do XIX:

² CHAVES, C. M. das G. A construção do Brasil: projetos de integração da América Portuguesa. *Revista de História*, [S. l.], n. 147, p. 135-157, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i147p135-157. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18945>. Acesso em: 12 mar. 2022.

³ SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. *Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime*. Londrina: Mediações, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jun. 2013.

⁴ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 199.

⁵ GAMA LIMA, Lana Lage da; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de Crianças Escravas no Rio de Janeiro do Século XIX. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 2, n. 1, p. 26, 1991.

O predomínio das libertações gratuitas encobria, por sua vez, um expediente claramente falacioso, pois grande parte dos proprietários aclopava às alforrias inúmeras condições que implicavam a continuidade de serviços por parte dos alforriados.

Sendo possível ter a oportunidade de analisar e verificar diferentes formas de alforrias, que foram concedidas às crianças escravas no momento do batizado, e as relações estabelecidas entre escravos, seus senhores e outros atores envolvidos registradas no Livro de Batismo 001 da Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, constatou-se outro ponto importante de que parte significativa dos cativos analisados nesse livro eram oriundos de nação africana, a exemplo de Antonio Cambinda, Paulo e Marcelina de nação, Tereza de nação Benguela. Entre outras hipóteses, foi possível verificar algumas informações acerca dessas famílias que se estabeleceram na Vila de São Pedro do Cantagalo.

Um fato relevante para o crescimento de Cantagalo foi a vinda da corte portuguesa para o Brasil. Não somente porque D. João VI abriu caminhos para que estrangeiros visitassem o Brasil, mas também incentivou e expandiu a concessão de sesmarias, que teve início na transição do século XVII para o XVIII, na ocupação do Brasil, antes exclusivamente litorânea, onde se encontravam as maiores cidades. A lenta e incipiente ocupação do interior impulsionou-se com a mineração, dinamizando a economia das minas e novos núcleos de povoamento, articulando circuitos comerciais em todas as direções.⁶

Todavia, na concepção de Sheila de Castro Faria⁷, o ouro parece “ter sido uma das fontes de acumulação de capital para a formação das primeiras fazendas na região” de Cantagalo, e a sua extração foi além dos idos dos setecentos, atuando como chamariz para a ocupação daquela região. Isso apesar de *a posteriori* “a atividade econômica possível, revelada por alguns bens inventariados, tenha sido a produção de alimentos para o mercado interno e para a subsistência, com destaque para a criação de porcos, mas com o café ensaiando entrar em cena”, trazendo uma expansão que inte-

⁶ NEVES, E. F. Sesmarias em Portugal e no Brasil. *Politeia – História e Sociedade*, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3969>. Acesso em: 13 fev. 2022.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018.

ressava à coroa, elevando o antigo arraial a distrito das Novas Minas de Cantagalo. Os limites estendiam-se do rio Paraíba, na altura da Serra dos Órgãos, passando a se confrontar com Magé, Macacu, Macaé e Campos dos Goitacazes, até alcançar o rio Paraíba na divisa com Minas Gerais.⁸

Ainda nesse aspecto agrário e suas mudanças, tivemos a constatação na economia de John Mawe⁹ em 1809, quando o viajante inglês verificou que a mineração se esgotara e que a atividade predominante no “arraial e distrito das Novas Minas de Cantagalo” era a agricultura, o que revela o início da implantação da economia agrícola na região.

As encostas das serras atlânticas eram tomadas por novas roças, iniciando a derrubada da mata e acirrando os conflitos pelas terras cultiváveis. Com o aumento do fluxo de cativos para a região, os produtores escravistas do Império do Brasil passaram a ter como preocupação principal as discussões em torno da administração dos trabalhadores escravos. Ainda segundo Rafael de Bivar Marquese¹⁰, o controle dos trabalhadores cativos no século XIX refletiria “um quadro mental e material envolvido no ato de elaboração das ideias sobre o assunto”. De fato, as reflexões sobre a gestão escravista contidas nos manuais agrícolas, fundamentais na análise pelo professor Marquese, indicam importantes evidências sobre a escravidão nas Américas.

Para revelar a importância dos batismos, deve-se compreender a sua imposição inicial: a imposição do batizado ao recém-nascido tornou-se prática corrente no mundo católico a partir do século XVI como resposta ao avanço das religiões protestantes na Europa. Em Portugal e suas colônias, esse registro assumiu grande importância, pois o regime do padroado, ao transformar a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado, facultava aos livros paroquiais o duplo *status* de registro religioso e civil, como analisado no artigo de Lima e Venâncio¹¹. Remetendo-nos à escravidão, tal qual uma escritura pública, o batismo assegurava a propriedade do cativo ao proprietário.

⁸ Essa indicação, baseada em fontes secundárias, aparece em algumas compilações sobre a história de Cantagalo e Cordeiro, organizadas por autores como Acácio Ferreira Dias (Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo, 1981).

⁹ MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v. 33.

¹⁰ MARQUESE, R. de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 12.

¹¹ GAMA LIMA, Lana Lage da; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de Crianças Escravas no Rio de Janeiro do Século XIX. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 2, n. 1, p. 27, 1991.

As alforrias na pia batismal e motivações senhoriais

Os registros eclesiásticos, produzidos no cotidiano da vida da sociedade escravista na qual se faz presente a nossa pesquisa, têm possibilitado um número maior de trabalhos, o que nos permite tangenciar importantes aspectos das relações escravas. Aprendemos sobre aspectos da sociedade escravista cantagalense através das relações da própria Igreja com as famílias de escravos, forros e livres envolvidas. O corpus documental é composto por registros não só de batismo, mas de outros, como os banhos matrimoniais, os registros de óbito e inventários de *post-mortem*. A produção desses documentos foi de grande importância não só para o contexto social, como também para termos a possibilidade de conhecer a ligação do clero com a máquina burocrática do Estado.

A escrita do Livro de Batismo IMSSC – LB001 da Vila de São Pedro do Cantagalo mantém-se em 1.152 assentados, do período de 1838 a 1842; houve 46 assentos de alforrias na Pia Batismal. Ressaltamos, aqui, que os registros de batismo deveriam seguir as normas dos documentos eclesiásticos ou as normas eclesiásticas de registros estabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), elaboradas para adaptar as 40 instituições eclesiásticas do Império português às prescrições do Concílio de Trento (1545-1563). Então, reiterado pelas *Constituições Primeiras*, deveria constar obrigatoriamente o nome do batizando, de seu pai, mãe e dos padrinhos:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N, filho de N e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores de tal parte.¹²

De acordo com o Livro de Batismo analisado, houve nesse período dois párocos responsáveis que escreveram os assentos, e cada um deles realizou diferentes apontamentos. Iniciado em 1838 pelo vigário João Ferreira Passos, no início do livro não se declara por escrito quando os batismos eram apenas para pessoas livres. Deve-se considerar que, além de pessoas livres, houve alguns inocentes que receberam a alforria na pia batismal e foram anotados. Posteriormente, esse vigário foi substituído.

¹² *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, Título XX, parágrafo 70.

O segundo vigário, José de Santa Mônica Diniz, atuou de 1839 a 1842 até a finalização do livro. Contudo, quase ao final desse livro, verificamos outras certidões recebidas eventualmente do Reverendo Frei Serafim Capuchinho Italiano, sendo esse o capelão de Santa Rita, localidade próxima à Vila de São Pedro do Cantagalo. Foi observado que houve outros assentos realizados através de certidões recebidas e outros, feitos em fazendas que foram posteriormente transcritos para o livro de batismo analisado, demonstrando a itinerância da Igreja e seus representantes para a realização de batismos. Evidenciamos que tanto as quantidades de assentos como a qualidade da informação registrada apresentaram algumas diferenças na feitura dos assentos e, em particular, os registros eram abreviados.

Mesmo com a troca dos vigários, pouca coisa mudou em relação à redação dos assentos, e eles continuaram com pouco ou nenhum vocabulário de cor: *preto, negro, pardo, africano, crioulo*, denominações recorrentes para designar escravos. A indicação das cores com que são registradas as crianças pode ser mais um indício de que o distanciamento de um passado africano com a identificação de uma pele mais clara, estrategicamente ou não, pode ter sido um dos mecanismos de acesso à alforria. Roberto Guedes¹³ adverte que os padres tiveram papel fundamental na conformação de um vocabulário social de cor, e parte desses vigários pertencia por muitos anos à mesma paróquia.

Das informações do livro de batismo, extraímos os casos mais significativos de compadrio, envolvendo a população escrava na região dentro do período destacado, a fim de perceber os significados do batismo para os cativos e o meio utilizado para buscar proteção e fortalecer os laços entre outros companheiros de cativeiro e também com seus senhores. Nesse sentido, analisaremos as condições em que as alforrias foram concedidas, percebendo que elas representaram também a manutenção do domínio senhorial.¹⁴

¹³ AGUIAR, Julia Ribeiro; GUEDES, Roberto. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.). *História Social em Registros Paroquiais* (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 102.

¹⁴ ZERO, Arethuza Helena. *Escravidão e liberdade: alforrias em Campinas no século XIX (1830-1888)*. Tese (Doutorado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 2009.

Como salientado, devemos levar em conta que os registros paroquiais funcionavam como registros civis, pois não existia no momento um órgão competente para tal, como citam Lana Lage Lima e Renato Pinto Venâncio.¹⁵

Deparamo-nos nesta pesquisa com mais cinco livros de batismo da Matriz do Santíssimo Sacramento do Cantagalo e alguns fragmentos.

Cabe ressaltar que encontramos diversas lacunas devido à deterioração das fontes. Analisamos o Livro de Batismo IMSSC – LB001, da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento do Cantagalo no Rio de Janeiro. A escolha dele justifica-se por ser o período de dilatação do café na região de Cantagalo, e, portanto, o perfil dos batismos e família escrava encontrado provavelmente irá mudar as relações sociais entre eles.

Encontramos informações que nos deram aporte para uma melhor análise das relações estabelecidas, ao menos entre cinco atores sociais: o batizado, o pai, a mãe, o padrinho e a madrinha. E afirmamos que os laços criados dentro da Igreja conseguem transpor seus muros e estendem-se pela vida secular.

No caso de dois irmãos do mesmo senhor – Luiz de Castro e Souza –, esses foram forros na pia e com os mesmos padrinhos, que pelo sobrenome consideramos ser parentes próximos do senhor da escrava, mãe desses inocentes:

Antonio¹⁶ pardo com dois anos de idade filho natural de Romana escrava de Luiz de Castro e Souza que o mandou batizar por forro que por verdade abaixo assina e foram padrinhos João Antonio Rodrigues Franco e D. Luiza Rosa de Castro.

E, em seguida, o assento de sua irmã a inocente:

Lidia¹⁷ nascida a nove meses filha natural de Romana escrava de Luiz de Castro e Souza que por ordem de seu senhor foi batizada por forra e foram padrinhos João Antonio Rodrigues Franco e D. Luiza Rosa de Castro.

Em outro caso representável, o senhor de escravos Joaquim José da Silva Freire¹⁸ teve o total de 10 assentos de seu plantel, sendo o senhor que

¹⁵ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Alforria da criança escrava no Rio de Janeiro do século XIX*. Resgate. Campinas: Unicamp, 1991. p. 27-28.

¹⁶ Antonio foi batizado em 14/03/1840 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 121.

¹⁷ Lidia foi batizada em 14/03/1840 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 121.

¹⁸ Disponível em: http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo_sfriere.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

mais concedeu alforrias na pia batismal nesse período. Tal fato pode ser por sua importância política e social na localidade. Joaquim José da Silva Freire era juiz de paz, vereador e presidente da Câmara, além de fazendeiro nas vertentes do Rio Macabu, onde vários senhores proeminentes da localidade desempenharam cargos variados na política, na justiça, na administração pública e eram predominantemente proprietários de terras e escravos.

No Livro de Batismo IMSSC – LB001:

Eugenio nascido aos trezes de novembro de mil oitocentos e trinta e cinco, filho legítimo de Miguel e Francisca ambos de nação e escravos de Joaquim Jose da Silva Freire, foram padrinhos Joaquim Jose da Silva Freire, foi batizado por forro.¹⁹

Não encontramos explicações para essa particularidade, em que o senhor dos escravos foi, ao mesmo tempo, o padrinho da criança. Sendo assim, Joaquim constituiu um parentesco ritual ao “inocente” Eugenio. Para os autores Stephen Gudeman e Stuart Schwartz²⁰, foram extremamente raros os casos de apadrinhamento de cativos por seus senhores, como o relato acima. Segundo os autores, “o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro significava subserviência”. Apesar disso, existem os autores Graça Filho e Libby²¹, que deixam claro que provavelmente todo esse esforço de tornar a concessão de alforria amplamente pública fizesse parte de uma espécie de rito de cunho paternalista, no qual cabia aos senhores se vangloriarem de suas benesses e à comunidade reconhecê-las.

Observamos Dona Maria Clara de Jesus e seu cônjuge Joaquim José da Silva Freire, que retiram dois irmãos do livro de escravos e transferem para o livro de batismo dos livres:

¹⁹ Eugenio foi batizado em 15/10/1837 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 14.

²⁰ GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²¹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notoriais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (orgs.). *História Social em Registros Paroquiais* (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 18.

Por ordem da Dona Clara Maria de Jesus, foi mudado para os Assentos das pessoas livres o assento de batismo por engano lançado no Livro dos Escravos aos 15 de junho de 1834, batizei e pus os Santos óleos no inocente Diógenes²², nascido a 03 de abril do corrente ano, filho legítimo de Antonio Rebolo e Josefa Benguela, escravo de Joaquim José da Silva Freire casado com Dona Clara Maria de Jesus.

E logo após sua irmã:

Por mandado de Dona Clara Maria de Jesus, foi mudado para o Livro das pessoas livres o assento do teor seguinte que por esquecimento tinha sido lançado no Livro do Escravos aos 27 de janeiro de 1836, batizei e pus os Santos óleos na inocente Avelina²³, nascida a 21 de janeiro do corrente ano, filha legítimo de Antonio Rebolo e Josefa Benguela, escravos de Joaquim José da Silva Freire casado com Dona Clara Maria de Jesus.

A hipótese levantada para essas alforrias foram concedidas como forma de caridade possivelmente ou como citam os autores que dialogam com nosso texto, Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venâncio²⁴:

Se atentarmos para o fato de que a alforria de pia envolvia um número reduzido de escravos e que a justificativa habitual para a concessão era dos bons serviços prestados pela mãe das crianças, chegaremos à conclusão que essas manumissões atingiam, na maior parte das vezes, os filhos das escravas domésticas, das mucamas prediletas das famílias senhoriais.

Verificamos que as escolhas de cativos para pais espirituais eram menores. Observamos que o sobrenome desses agentes era um elemento de relevância em uma sociedade escravista. O sobrenome era notoriamente constituído de senhores. Como no caso da inocente:

Felisbina²⁵ nascida a vinte e nove de agosto do corrente ano, filha natural de Maria, escrava de Jose Genebre que a mandou batizar por forra e por não saber escrever rogou a Francisco Jose da Costa que por ele assinasse, e foram padrinhos Joaquim Genebre e Inacia Maria Antonia.

A Vila de São Pedro de Cantagalo guardava em si um potencial de conflito. Nela, senhores e escravos frequentemente tinham interesses divergentes, mas havia canais de negociação em que uma parte procurava

²² Diógenes foi batizado em 15/06/1834 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 015v.

²³ Avelina foi batizada em 27/01/1836 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 015v.

²⁴ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Alforria da criança escrava no Rio de Janeiro do século XIX*. Resgate. Campinas: Unicamp, 1991. p. 32.

²⁵ Felisbina foi batizada em 26/10/1839 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 074.

persuadir a outra. Como reforçam em seus estudos Florentino e Góes²⁶, precisamos observar a capacidade de os cativos em tecer alianças e forjar relações parentais, o que se reforça pelo batismo como um dos principais meios que propicia estudar as relações entre os escravos com outros agentes sociais: livres e/ou libertos, conforme já elucidado em momento anterior.

Na fonte analisada, veremos casos que merecem ser avaliados posteriormente para estudos aprofundados sobre os comportamentos sociais, como foi aqui identificado com base nas anotações, a exemplo, no caso do filho *natural*, quando o batizado aparece apenas com o nome da mãe, sem reconhecimento da figura paterna. Podemos ilustrar com o caso do inocente Ivo²⁷, que é citado no livro:

Tem de idade um ano, filho natural de Victoria escrava de Manoel Dias Ribeiro que o mandou batizar por forro e foram padrinhos João Francisco de Medeiros, e Ana Maria da Conceição, todos desta Freguesia de Cantagalo.

Porém, foram identificados também filhos “legítimos”, em cujos registros estavam indicados os nomes dos seus pais. Contudo, não sabemos se esses passaram pela união legal ou foram meramente citados por contar do reconhecimento de seu senhor, de sua condição. No assento do inocente “Batista²⁸, crioulo filho legítimo de Paulo e Marcelina de nação, ambos escravos de Joaquim Jose da Silva Freire”, o inocente foi descrito como filho “legítimo”.

Ao que parece, a Freguesia de São Pedro do Cantagalo tinha como costume em suas relações de compadrio que os padrinhos e madrinhas livres fossem provenientes de uma mesma localidade. O estabelecimento de relações com o segmento escravo se fez presente em menor quantidade e aparentemente solicitado pelo dono do escravo.

No quadro abaixo exposto, fizemos uma síntese anual para melhor visualização do compadrio entre as crianças forras na pia, comparado ao número total de registros de batismo a cada ano dentro do mesmo estudado.

²⁶ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Trafico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁷ Ivo foi batizado em 09/01/1842 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 153.

²⁸ Batista foi batizado em 12/08/1838 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 15.

Quadro 1: Padrinhos e madrinhas na Freguesia de São Pedro do Cantagalo, 1838-1842

| Ano | Total de forros na pia | Padrinhos Livres | Padrinhos Escravos | Madrinhas Escravas | Madrinhas Protetora | Madrinhas Livres | Total de Registros |
|------|------------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------------------|------------------|--------------------|
| 1838 | 04 | 03 | - | 01 | - | 04 | 98 |
| 1839 | 06 | 05 | 01 | 01 | - | 05 | 382 |
| 1840 | 08 | 05 | 03 | 03 | - | 05 | 222 |
| 1841 | 13 | 08 | 02 | 02 | 02 | 09 | 269 |
| 1842 | 10 | 04 | 02 | 02 | - | 08 | 181 |

Fonte: Livro de Batismo 001 da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Villa de São Pedro do Cantagalo (abril de 1838 até julho de 1842). Centro de Memória e Pesquisa de Cantagalo.

Porém, devemos ressaltar que no Império do Brasil excede o caráter meramente religioso, os cativos, e por que não dizer que a seus senhores a possibilidade de forjar alianças que beneficiassem não somente o inocente batizado, mas toda uma rede de relações sociais. Contudo, esses laços passaram, ao longo dos anos, a ser efetivados pela população cativa, visando à possibilidade de mobilidade nos espaços públicos dentro e fora das propriedades.

Diante das análises, a professora Hebe Mattos²⁹, por sua vez, considerou que a família escrava favorecia a obtenção de roças e moradias separadas. Os escravos envolvidos em laços familiares adquiriam certo destaque junto à escravaria e aproximavam-se do “mundo” dos livres.

Sabe-se que, não obstante as alforrias concedidas sem reconhecimento da paternidade, em alguns casos o pai era o próprio senhor do escravo, o que iria revelar-se oficialmente no momento do batismo ou em alforria testamentária. Evidentemente, essas iniciativas de legitimação de filhos bastardos eram em casos pontuais; a maioria dessas crianças ficava com sua paternidade incógnita ou desconhecida.

Para o caso do Pedro, foi reconhecida a paternidade no momento do batismo:

²⁹ Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 426.

Pedro³⁰ filho natural de Maria Benguela, escrava de Jose Conte, suíço de nação e disse que era seu filho natural e por isso o mandou batizar por forro, como se tivesse nascido de ventre livre, e por firmeza desta verdade assinou comigo.

Portanto, reforçavam-se os laços de convívio, porém com medo de ser denunciados por concubinato com suas escravas, tornavam-se compadres das mães de seus filhos e não declaravam a paternidade. Pelas leis da Igreja, os que se uniam pelos laços de compadrio – pais com compadres e afilhados com seus padrinhos – tornavam-se parentes espirituais e, como tais, não poderiam ter intercurso sexual, uma vez que a Igreja condenava essa prática, considerando-a crime de incesto.³¹

Parece categórico observar considerações pertinentes, que nessa Freguesia de São Pedro do Cantagalo em determinadas unidades domésticas, conforme análises, os senhores e escravos estabeleceram vínculos de compadrio com os cativos que tiveram seus filhos e filhas alforriados na pia batismal. Concluímos que os estudos das alforrias precisam cruzar com diversos outros fundos documentais, que são fundamentais para compreender como se implementava o registro de cada um desses inocentes. Havia um elenco de circunstâncias que se preteriam nos desejos tanto dos senhores como das famílias cativas, como a dificuldade no idioma, a presumível e pouca afinidade com os senhores, a privação de uma rede de amizades, as conjunturas adversas, e por esse motivo a liberdade de pia apresentou grandes variações, conforme aponta esta pesquisa.

Nesse momento, as análises realizadas a partir da documentação disponível no Livro de Batismo IMSSC – LB001, datado de abril de 1838 – julho de 1842, possibilitaram iniciar nossa conjectura das alforrias na pia batismal e entender a formação da relações sociais das famílias escravas e seus senhores a partir do compadrio, e essas poderiam ser entendidas como um meio de garantir aliados e protetores para os seus inocentes para que seus laços fossem assim firmados com pessoas escravas em uma condição que seria para o inocente de uma escala em ascendência ou com algum

³⁰ Pedro foi batizado em 07/05/1939 na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. LB 001, p. 112v.

³¹ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750).” *Topoi*, Rio de Janeiro, 11.20, p. 36, 2010.

padrinho ou madrinha que fosse livre, ou até mesmo parte da família dos senhores de seus pais.

Por fim, cabe lembrar que o desejo pela liberdade que sempre aparecerá e para a alforria, o batismo era a primeira oportunidade para a liberdade, ou restavam ao cativo apenas mais duas grandes oportunidades na carta de alforria ou testamentos. Ainda há muito que explorar sobre nossa temática, sobre a formação social/religiosa de Cantagalo, que está apenas em sua fase inicial. É uma história que merece ser ampliada e ainda mais observada e desenvolvida.

Notas sobre a dinâmica da população escrava e o mundo escravista a partir dos registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em Macaé (século XIX)

Ronaldo Pereira dos Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação
da Universidade Salgado de Oliveira – Universo
Bolsista CAPES

Escondido da efervescência dos centros urbanos está o distrito rural de Córrego do Ouro, integrante do município de Macaé, localizado na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. O povoado segue com sua tranquilidade característica, inerente aos pequenos distritos interiores do Brasil. Em 2010, data do último censo promovido pelo IBGE, a população do distrito era de 3.992 habitantes; desse total, somente 517 residiam fora de sua urbe. Um dado também interessante é a densidade demográfica, que girava em torno de 19 pessoas por quilômetro quadrado, território relativamente grande para sua população.¹

Ao voltarmos no tempo, temos a possibilidade de desmistificar a atual paisagem de tranquilidade e melhor compreender o uso desse pequeno território por parte da sociedade imperial a partir dos dados registrados no Recenseamento Geral do Império de 1872. A princípio, observa-se uma mudança considerável: cerca de 8.348 pessoas foram registradas como residentes da freguesia, à época chamada de Nossa Senhora das Neves, somadas as populações livre e escrava.² Quando comparados os percentuais de

¹ IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 14 fev. 2022.

² IBGE. *Recenseamento do Brasil em 1872*. IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.

residentes em relação ao número de habitantes do município nesses dois momentos, diferenças notáveis apresentam-se: atualmente, a localidade detém cerca de 1,9% da população do município; em 1872, esse percentual era de 33,2%, sendo a freguesia mais populosa de toda a Macaé.³

O fim da escravidão e a concentração da população em centros urbanos são eventos relativos à consolidação da sociedade capitalista, ocorridos entre o final do século XIX e ao longo do XX. Essas características são importantes para explicar o aspecto pacato observado no distrito atualmente, bem como na maior parte das regiões interioranas brasileiras. Não obstante, o seu número de habitantes no curso dos oitocentos chama a atenção e pode instigar a curiosidade para melhor conhecer diversas questões. Nesse texto, o direcionamento foi a busca de pistas sobre como se desenvolviam as relações de sociabilidade dos viventes da localidade, mais especificamente daqueles que compunham a população escrava.

A comparação das primeiras linhas é o ponto de partida para que possamos garantir o objetivo de analisar o dinamismo da população escrava na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e inferir sobre aspectos de sua composição familiar, tendo como base o comparativo entre dois períodos que vivera o município. O primeiro, de 1785 a 1850, terá como fonte majoritária pesquisas historiográficas que informam dados semelhantes aos apresentados no segundo período, que vai de 1850 a 1873, cujos registros de batismos serão os protagonistas.

O todo não é distante da parte, da mesma forma que as relações sociais não se constroem no vácuo. O interesse é situar a dinâmica da população escrava dentro dos contextos maiores aos quais estava conectada, que flutua ao sabor dos movimentos das esferas políticas e econômicas de níveis regional, nacional e internacional. Hoje, no campo historiográfico, o conhecimento sobre a capacidade de o cativo ser um agente ativo no meio onde se insere é fortemente difundido e trabalhado. Dessa forma, este artigo terá maior empenho em avaliar o modo como esse contexto interferiu, de maneira geral, no cotidiano dos atores em análise.

³ No ano da publicação do Recenseamento, a população de Macaé era de 25.146 habitantes, e o município contava com sete freguesias, que são, respectivamente, São João Batista (cidade de Macaé), Barreto, Neves, Macabú, Carapebus, Quissamã e Frade. Ver em: IBGE. Recenseamento do Brasil...

O mundo político e econômico da escravidão ao redor de Neves

No referido primeiro momento, a localidade denominada Nossa Senhora das Neves está a receber seus primeiros “homens de aventura”. Uma pequena igreja e algumas fazendas não muito distantes da casa espiritual configuravam a paisagem da freguesia, fundada em 1765.⁴ Sheila de Castro Faria explica que a investida acontece num momento favorável da capitania da Paraíba do Sul, pois, além de marcar o fim de uma extensa série de conflitos entre antigas elites locais e a Coroa pelo controle da região, ocorre também uma virada econômica, que foi a passagem da pecuária para o cultivo da cana-de-açúcar.⁵ Alguns anos após a criação da paróquia em homenagem à santa que carrega em seu mito de origem o ideal da prosperidade⁶, a realidade da freguesia seria transformada radicalmente. A estudiosa explica que Neves,

em 1785, tinha quarenta habitantes livres, 102 escravos, dois engenhos, produzia somente cem arrobas de açúcar por ano, uma pequena colheita de grãos e pouca criação de gado, distribuídos por 12 unidades agrícolas. Em 1799, sua situação havia se transformado radicalmente: de quarenta habitantes passou a ter 1.691 (um aumento de 4.227,5% em 14 anos); a população cativa aumentou de 102 para 3.640 (em termos proporcionais, a elevação foi de 3.468,6%).⁷

⁴ FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A antiga Macaé*. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/historia>. Acesso em: 16 jan. 2021, p. 2; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, IBGE, n. 11, p. 66, 1958.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 33.

⁶ A lenda conta a história de um casal romano que, ainda no primeiro milênio depois de Cristo, fez um voto à Nossa Senhora para doar seus bens, já que não possuía herdeiros. Eles rezaram para que pudessem saber qual era a forma mais sábia de gastar a fortuna. Em uma noite de verão, dia 5 de agosto, nevou no topo do Monte Esquilino em Roma, algo pouco provável de ocorrer nessa época e, na mesma noite, eles tiveram uma visão que lhes falava para construir uma basílica em devoção à santa. Em obediência ao chamado e entendendo que o fenômeno natural fazia parte do ‘milagre’, construíram a igreja aos pés da montanha em dedicação à Nossa Senhora, que, a partir da ocasião, recebeu a alcunha ‘das Neves’. A história carece de fundamentos, porém a cosmovisão permaneceu viva, de modo que possibilita compreender um pouco do universo cultural que norteou as aventuras que visavam à prosperidade nos vários locais colonizados por europeus. Ver em: HERBERMANN, C. G.; PACE, E. A.; PALLER, C. B.; SHAHAN, T. J.; WYNNE (ed.). *The Catholic Encyclopedia*. New York: The Encyclopedia Press, Inc., 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/V11CatholicEncyclopediaKOfC/page/n13/mode/2up>. Acesso em: 19 mar. 2022.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 327.

Esse salto demográfico já soa interessante quando analisado isoladamente. Entretanto, percebe-se um evento semelhante em Campinas. Peter Eisenberg pontua que, da década de 1760 ao ano de 1797, o espaço geográfico de sua análise passou de um pequeno bairro da Freguesia de Jundiá, em que cerca de 50 agricultores plantavam roças para o consumo de milho e feijão, para uma freguesia independente com cerca de 500 escravos e produzindo cerca de 200 toneladas de açúcar por ano. Segundo o autor, a alavanca que impulsionou o crescimento tem por base menos as políticas internas, que visavam ao desenvolvimento local, do que o contexto internacional.⁸

Nesse mesmo período, final do século XVIII, numa colônia francesa distante, situada no Caribe, ocorreu a conhecida Revolução Haitiana, também chamada de Revolta de São Domingos. Considerar esse evento é de suma importância, pois, naquele momento, a ilha era responsável por produzir sozinha um terço do açúcar consumido em todo o mundo ultramarino. O preço internacional do açúcar disparou, e isso animou fortemente a agricultura açucareira em Campinas.⁹ Os efeitos foram sentidos não só no planalto paulista; o mundo sentiu profundamente os efeitos dessa crise, e dessa forma é difícil não imaginar que seria diferente para a capitania da Paraíba do Sul.

Voltando ao norte fluminense, Manolo Florentino e José Roberto Góes¹⁰ apontam números que representam o franco desenvolvimento da região, especificamente do município de Campos dos Goytacazes¹¹, que cresce desde meados do setecentos. Além disso, atestam que cerca de 44% da escravidão da capitania do Rio de Janeiro estavam lá. Apesar do prematuro desenvolvimento, é somente a partir do início do século XIX que Campos ultrapassa barreiras e atinge a marca de 700 unidades produtivas ligadas à agroexportação, sendo em sua maioria canaviais, fatos que podem ser indicativos do modo como a convulsão internacional foi sentida localmente.

⁸ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1989. p. 327.

⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente*. Campinas: Editora UNICAMP, 2011. p. 51; EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos...* p. 359.

¹⁰ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 -c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 46-48.

¹¹ A história de Campos dos Goytacazes e também de Cabo Frio é de extrema importância para uma maior inteligibilidade do desenvolvimento de Macaé, uma vez que, segundo Penha, a história do município está diluída na de seus vizinhos devido à convergência de interesses e ao frequente intercâmbio entre os indivíduos situados nas três localidades, datados desde os primórdios da colonização. Ver em: FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé...* p. 27.

Indo além, o impulso que esse nicho econômico tomou não seria possível sem a implementação de novos braços escravos para as lavouras. Os autores explicam que, entre 1790 e 1830, concomitantemente à demanda de mão de obra, a transferência da corte para o Rio de Janeiro, a abertura dos portos e o início das pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos configuraram-se em importantes agentes no sentido da ampliação do comércio de almas na capitania.

À medida que as conjunturas políticas e de mercado alteram a dinâmica do tráfico internacional de escravos, a inserção de novos contingentes de trabalhadores escravizados contribui para um contínuo rearranjo das redes de sociabilidade entre cativos e senhores. Ainda segundo os estudiosos, as relações sociais praticadas tanto entre os próprios escravos como entre esses e seus proprietários enfrentavam os problemas gerados pela ambiguidade do ideal patriarcal *versus* a contínua inserção de componentes sem nenhum vínculo de parentesco. Isso dificultava a incorporação de novos membros vindos do além-mar às escravarias, assim como criava transtornos à construção do *pater*, uma vez que esse também era um estrangeiro para os recém-chegados da África. Nesse contexto, era imprescindível a construção de laços parentais, pois eles eram “a possibilidade e o cimento da comunidade cativa. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas”¹².

Na segunda metade do século XIX, o tecido social das escravarias adquire outro perfil em decorrência do fim do tráfico transatlântico. O novo contexto sugere uma maior estabilidade das relações de parentesco entre cativos. De acordo com Hebe Maria Mattos, a partir de então as possibilidades de ascensão dos homens livres pobres ficaram à vista da população escrava devido a uma maior interação cultural entre o universo de ambos. Além disso, a autora cita a contribuição de Ana Maria Lugaõ Rios, que permite a Mattos afirmar a existência, nas grandes unidades produtivas do Rio de Janeiro formadas até a primeira metade do século XIX, de relativa estabilidade nas famílias escravas. Nesse sentido, as redes de sociabilidade familiares e comunitárias, constituídas entre a população escrava desses locais, seriam fundamentais para a construção das

¹² FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 36.

expectativas dos cativos em relação à liberdade na segunda metade da centúria.¹³

No que se refere a Macaé, é provável que o desarraigamento da população escrava, proposto por Florentino e Góes, tenha se mantido por mais tempo além das proibições do comércio de escravos – mesmo que se tenha conhecido o contrário disso no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX.¹⁴ Jorge Prata e Jonis Freire, ao analisarem aspectos do tráfico ilícito na região, chamam atenção ao fato de que, após a proibição do tráfico de cativos, boa parte dos locais de desembarque clandestino e a residência de traficantes bem-sucedidos, munidos de galpões e equipamentos prontos para o serviço, estavam situados na região norte fluminense. Ao utilizar os registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves entre os anos de 1808 e 1858, os autores constataram grande presença de escravos adultos do sexo masculino sendo batizados em um número duas vezes maior do que o de mulheres, fato que atesta a contínua inserção de novos indivíduos na região até cerca de 1860.¹⁵

Para não citar todos os eventos políticos significativos do segundo período, aqui definido entre os anos de 1850 e 1873, temos como pontos de inflexão a Lei Euzébio de Queiróz de 1850 e a Lei do Ventre Livre de 1871, marcadores temporais dos registros de batismo que serão analisados. De acordo com Rosani Freitas Faria, a proibição do tráfico em 1850 foi o símbolo de uma transição lenta e gradual do trabalho escravo para o trabalho livre e significou um sério golpe para o sistema escravista. A mudança impulsionou a reorganização da estrutura social vigente, fazendo com que o tráfico interno e a reprodução natural dos cativos brilhassem como a esperança para que o castelo do escravismo não ruísse tão rapidamente.¹⁶

¹³ A obra à qual a autora se refere é a dissertação de mestrado de Ana Maria Lugão Rios, intitulada “Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920”, defendida em 1990 na Universidade Federal Fluminense, Niterói. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020. p. 110-120.

¹⁴ Ver sobre a dinâmica da legitimidade de filhos de casais escravos a partir da Tabela 2 desta comunicação.

¹⁵ FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. O Tráfico ilícito no litoral Norte Fluminense, c.1831 -c.1858. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 9, p. 29-42, 2009. p. 41.

¹⁶ FÁRIA, Rosani Freitas. *Criar laços para viver juntos: A constituição de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871*. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Vitória, UFES, 2013..

Sobre a lei de 1871, Mattos explica que a legislação não foi simplesmente mais uma lei que entrava em vigor para benefício de um grupo político, mas sim como um corolário das políticas que visavam ao fim gradual da escravidão, metodicamente implementada como parte de um plano que, a despeito de outros fatores também importantes, pretendia manter o discurso de um abolicionismo pacífico, ausente do caos esperado pelos defensores da escravidão. De acordo com a estudiosa, um dos maiores impactos da lei foi que, pela primeira vez, houve a possibilidade de os agentes econômicos trabalharem com a certeza do fim de sua condição, assim como também estava ligada à construção de um projeto maior, que visava ao controle ampliado do Estado sobre a força de trabalho.¹⁷

Conforme visto nas linhas acima, a efervescência do abolicionismo já era sentida em muitas partes do Império, seja na forma do impulso que o tráfico de almas ganhara devido ao medo de seu fim, seja como prática ilegal após sua proibição, assim como outros temas que não foram tocados neste artigo. Para que os efeitos práticos das medidas antiescravistas viessem a ocorrer, debates acalorados ao longo do século XIX foram comuns entre parlamentares a favor ou contrários à manutenção do sistema escravista.¹⁸ Em meio a isso, a população livre de centros agroexportadores alimentava o medo do caos e das insurreições, ao mesmo tempo que a massa trabalhadora nutria a esperança de que o fim do cativeiro estava próximo.¹⁹

Contexto socioeconômico local

A Freguesia de Neves, mesmo distante – em termos geográficos e econômicos – de outras localidades de maior atividade agrícola²⁰, garantiu solo fértil para o desenvolvimento de uma significativa elite da terra, dotada de títulos de nobreza e fortes laços com a Coroa. A exemplo, um desses personagens era Amaro Velho da Silva, proprietário de fazendas em Neves, con-

¹⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio...* p. 215-217.

¹⁸ RODRIGUES, Jaime. Os Traficantes de Africanos e seu “Infame Comércio” (1827-1860). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 139-155, 1995.

¹⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente...* p. 35-45.

²⁰ A comparação do autor é direcionada especificamente à diferença de riqueza da elite local em relação aos agricultores do Vale do Paraíba. Ver em: SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé (1809-1850)*. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UNIVERSO, 2019.

forme observa Antônio José Vieira da Cruz Vitória, nomeado Barão de Macaé a partir de 12 de outubro de 1826.²¹ Amaro e seu irmão, Manoel Velho da Silva, também são destacados na tese de doutoramento de Mariana de Aguiar Ferreira Muaze como uns dos maiores traficantes de escravos do Brasil.²²

Para explicar a ascensão dessa elite, a autora utiliza o conceito de “economia moral do dom”, que, basicamente, consiste numa rede de relações assimétricas estabelecidas entre cidadãos e a Coroa por meio de trocas de favores e/ou serviços, fazendo com que, ao mesmo tempo que os cidadãos ganhem honrarias e privilégios, conferem à monarquia legitimidade no controle das representações individuais e da ordenação social – estrutura regulada de forma hierárquica e que caracteriza o Antigo Regime.²³

O memorialista local Alberto Lamego Filho facilita-nos a compreender os impactos da influência dessa elite sobre a região a partir da elevação da localidade à categoria de vila em alvará de 29 de julho de 1813. Segundo o autor, a nobre população foi essencial para o feito; suplicaram diretamente ao Príncipe Regente D. João VI para que emancipasse o dito local em virtude das “inconveniências e vexames que sofriam os seus moradores por falta de pronta administração da justiça – pois, quando dela necessitavam, uns eram obrigados a procurá-la na cidade de Cabo Frio e outros na Vila de São Salvador”²⁴.

Sobre a produção agrícola, Augusto Saint-Hilaire, botânico e naturalista que observou a economia macaense no referido período, confirma que um dos carros-chefes da vila era o açúcar por constatar a presença de mais de 20 engenhos nos arredores de São João de Macaé, sede da vila a que Freguesia de Neves estava subordinada. Esse ramo de comércio competia

²¹ VITÓRIA, Antônio José Vieira da Cruz. *População e escravidão na Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822)*. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira. Niterói: UNIVERSO, 2020. p. 40.

²² MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 70. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MUAZE_Mariana_de_Aguiar_Ferreira-S.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

²³ XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 381-393.

²⁴ O autor refere-se à vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n. 11. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. p. 66.

com outro, também abundante e tradicional: o da madeira. Sobre o café, o viajante explica que a introdução do gênero ocorre porque “vários colonos renunciaram então a seus engenhos e dedicam-se hoje à cultura do cafeeiro, que dá menos trabalho do que a da cana, não exigindo tantas benfeitorias nem tantos escravos e que produz muito bem nas vertentes vizinhas de Macaé”²⁵. Entretanto, o sucesso do café é sentido somente a partir da segunda metade do século XIX.²⁶

Mesmo ao verificar significativa atividade econômica na freguesia, Fábio Santos afirma que essa prosperidade não duraria muito. A análise do estudioso conta com uma tabela construída a partir de pesquisas recentes, recenseamentos oficiais e particulares, objetivada a evidenciar a dinâmica populacional de livres e escravos entre 1799 e 1872. Nela, foi possível perceber a curva de crescimento e a diminuição da população cativa em detrimento da livre.²⁷ Tendo em vista que se trata de uma economia baseada na mão de obra escrava, o decréscimo dessa população é um dos indicativos da crise da transição do trabalho escravo para o livre. Entretanto, de acordo com os dados do Censo de 1872, citados de maneira introdutória, muitos escravos ainda trabalhavam nas lavouras de Neves, que foi disparadamente o centro agrícola do município de Macaé. Nos registros de batismo em análise abaixo, constatam-se números muito semelhantes aos verificados por Santos. Portanto, devido à importância que o documento teve para este trabalho, é necessária uma breve explicação sobre os mesmos.

Os registros de batismo: novos tempos, novas utilidades

Vivian Zampa e Vitória Schettini colocam que “a prática de produzir e guardar documentos, como uma forma de registrar a atuação e o funcionamento da Igreja, fez-se presente desde os tempos em que o catolicismo foi reconhecido como religião oficial do Império Romano”²⁸. Entretanto,

²⁵ SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941. 210 p. 210 v. (5a). p. 364-366.

²⁶ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé...* p. 27.

²⁷ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 44.

²⁸ SCHETTINI, Vitória; ZAMPA, Vivian. *Fontes eclesiais e possibilidades na pesquisa em História: registros do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. No prelo. 2021, p. 3.

mesmo quando se instituiu a obrigatoriedade dos registros, nunca houve compromisso para que fossem organizados e devidamente arquivados. Segundo as autoras, isso ocorreu somente após a Contrarreforma, momento em que se exigiu maior empenho para documentar a massa católica devido ao aparecimento de uma nova população: a protestante.²⁹

Conforme a necessidade surgira, Maria Luiza Marcílio explica que o tema foi posto em pauta no Concílio de Trento (1545-1563) e, a partir de inúmeros debates, ficou definido, como uma das primeiras normativas, “que cada Cura passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia”. Isso posto, a fórmula de registrar os assentos foi minuciosamente estabelecida. Em seguida, a prática estendeu-se a outros tipos de registros, que aparecem mediante novas urgências, como os de óbito. No Brasil, o documento que consagrava as normas previstas no Concílio de Trento, adaptado à realidade dos trópicos, eram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, reeditadas em 1853, que trouxeram uma maior proximidade das práticas católicas à colônia, visto que, antes, os vigários seguiam as normas diretas de Portugal, provenientes das *Constituições de Coimbra* (1591).³⁰ Sobre os registros de batismo, o documento informa

Para que em todo o tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrahe no Sacramento do Baptismo, e da idade dos baptizados, ordena o Sagrado Concilio Tridentino, que em um livro se escrevão seus nomes, e de seus pais, e mãis, e dos padrinhos. [...] E os assentos dos baptizados se escreverão na forma seguinte: Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N.e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores de tal parte. E ao pé de cada assento se assignará o Parocho, ou Sacerdote, que fizer o Baptismo, de seu signal costumado.³¹

²⁹ SCHETTINI, Vitória; ZAMPA, Vivian. *Fontes eclesiásticas...* p. 4.

³⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, n. 31, p. 15, jan. 2004. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b593659827e91950d74df/1462458679393/01_Marcilio%2C+Maria+Luiza.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

³¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, 2007, p. IV. Título XX. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574174>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Por conta da quantidade de informações necessárias aos registros é que hoje os batismos são recursos extremamente úteis tanto para compreender as jurisprudências da época – visto que o padroado régio garantia à Igreja responsabilidades que hoje competem ao Estado – como também para compreender costumes e hábitos locais da sociedade no momento de sua vigência.

Além da função social e política do documento no passado e no presente, é válido frisar a importância religiosa desse sacramento para quem o recebia, também discriminado nas *Constituições*. O manual explica que esse sacramento é o mais importante a ser consagrado, de modo que nenhum dos outros sacramentos será válido sem que o indivíduo tenha se batizado.³² Ou seja, era extremamente necessário para uma vida social saudável, tendo em vista a forte religiosidade social à época, marcada pelos ritos de passagem consagrados pela Igreja. Além do mais, conforme explica Tarcísio Rodrigues Botelho, o batismo é uma das principais origens do parentesco fictício no Brasil, utilizado pelos escravos para que pudessem estabelecer novas relações sociais e assim reconstruir a vida em comunidade; tanto para o africano, cuja vida social foi desmantelada no momento em que saiu de sua terra natal, como para o crioulo, que, nascido em condição escrava, buscava amenizar sua situação a partir dos laços efetivados através do batismo católico.³³

Os itens necessários aos registros, conforme detalhados acima pelas *Constituições*, foram catalogados em planilha do Excel, que informam a paróquia à qual o registro pertence, nome do batizando, legitimidade, se é adulto ou inocente, a data do batismo, nomes do pai e da mãe, avôs e avós, tempo de nascido, nome do senhor (quando escravo), padrinhos e madrinhas, local do batismo, nome do pároco e, caso for escravo alforriado, há um campo para a confirmação da benesse. Devido às deficiências da fonte, existem algumas situações que dependem de juízo empírico para determinar certas condições, como as categorias sociais dos sujeitos presentes nas fontes. Por exemplo, na maioria das vezes, os escravos têm sua condição

³² VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras...* Título X.

³³ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus: Revista de História*, v. 3, n. 1, 11, p. 109, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20443>. Acesso em: 22 dez. 2021.

explícita, ao contrário do livre, que é visualizado pela ausência de discriminação ou ocorrência de nome completo, por exemplo. Todavia, isso não é uma regra.

Sobre a qualidade dos dados, muitas informações dos registros de escravos encontram-se omitidas; não se sabe se é por falta de maiores detalhes sobre o batizando. É perceptível que a escrita do vigário é diferente quando desses assentos, redigida aparentemente de forma mais apressada e sem muita preocupação com pormenores, principalmente nos registros de batismo coletivo, muito comuns para cativos. Para os registros de batismo de Neves, esse tipo de registro ocorre com certa frequência até 1858, pois a chegada de novos contingentes de escravos criava urgência em batizá-los o mais rapidamente possível. Freire e Prata, ao analisarem os registros de batismo da freguesia, explicam que os assentos, “além de seu caráter religioso e social, serviam como registro de posse. Eles comprovavam, no caso dos inocentes e dos adultos, que tal(is) indivíduo(s) era(m) seus proprietários”³⁴.

Análise comparada da população escrava

Os resultados colhidos são fruto da análise dos livros III, IV, V, VI, VII e VIII da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Os livros somam uma população total de 7.090 registros e abrangem o período de 1850 a 1873. Os registros foram previamente fotografados, e a transcrição foi feita de maneira virtual. A maior parte dos registros encontra-se legível, porém, devido a algumas fotografias desfocadas ou então ao documento se encontrar com manchas, rasgos ou grafia borrada, não foi possível transcrever algumas de suas informações para a planilha. A Tabela 1 foi construída para esclarecer o quadro geral da população, analisada a partir de recorte quadrienal.

³⁴ FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. *O Tráfico ilícito...* p. 41.

Tabela 1: Registros de batismos por categoria social. 1850-1873

| | Escravo | % | Livre | % | Forro/ Liberto | % | Índio | % | Ilegível/ Não consta | % | TOTAL | % |
|----------|---------|-------|-------|-------|-------------------|------|-------|------|-------------------------|------|-------|--------|
| 1850-53 | 646 | 55,26 | 498 | 42,60 | 12 | 1,03 | 2 | 0,17 | 11 | 0,94 | 1.169 | 16,49 |
| 1854-57 | 402 | 44,13 | 487 | 53,46 | 12 | 1,32 | 1 | 0,11 | 9 | 0,99 | 911 | 12,85 |
| 1858-61 | 538 | 42,36 | 707 | 55,67 | 24 | 1,89 | 1 | 0,08 | 0 | 0,00 | 1.270 | 17,91 |
| 1862-65 | 510 | 39,05 | 773 | 59,19 | 23 | 1,76 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 1.306 | 18,42 |
| 1866-69 | 522 | 36,33 | 900 | 62,63 | 15 | 1,04 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 1.437 | 20,27 |
| 1870-73 | 365 | 36,79 | 624 | 62,90 | 3 | 0,30 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 992 | 13,99 |
| Ilegível | 1 | 20,00 | 4 | 80,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 5 | 0,07 |
| TOTAL | 2.984 | 42,09 | 3.993 | 56,32 | 89 | 1,26 | 4 | 0,06 | 20 | 0,28 | 7.090 | 100,00 |

Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII, VIII (1850-1873)

Verifica-se que, no referido período, os números totais mostram que, dos 7.090 batizados, 2.984 são escravos (42,09%) e 3.993 são livres (56,32) – esses representam a maior parcela da população; forros/libertos e índios são parcela ínfima, 89 (1,26%) e 4 (0,06%), respectivamente, do universo analisado. Entre os que não foram possíveis analisar a categoria social, somam-se 20 indivíduos (0,28%). Ao apurar os resultados por período, verifica-se, conforme dito acima, o decaimento da população escrava em detrimento da livre. O único momento que apresenta diferença é o recorte 1850-53, quando ainda da vigência de embarcações clandestinas abastecendo o mercado de escravos no norte fluminense.³⁵

Taxas semelhantes são verificadas no final do século XVIII na investigação de Sheila Faria. A autora, que utiliza os *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys* para verificar a população da freguesia por cor/condição, assinala que em 1785 ainda não se registram escravos. A população branca é contabilizada em 17 (43%); o restante são os nativos da terra, contabilizados em 23 (57%), números baixíssimos que talvez não representem a realidade, visto que a população indígena, de uma maneira geral, era maior à época e não raro deixava de ser registrada. Em 1799, ao utilizar o mapa da população de fábricas e escravaturas da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, a autora verifica um aumento ainda com maioria branca.

³⁵ FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. *O Tráfico ilícito...* p. 32.

Esses formam uma população de 1.073 sujeitos (63%). Quanto aos escravos, somam 618 pessoas (37%).³⁶

Entretanto é na primeira metade do século XIX que ocorre uma virada. A pesquisa de Santos informa que, do seu universo analítico de 3.562 registros de batismo, entre os anos de 1809 a 1850, 2.799 são escravos (78,58%), enquanto brancos/livres são 436 indivíduos (12,24%). Forros/libertos e índios, assim como nessa verificação, apresentam-se em números muito baixos: 265 (7,43%) e 62 (1,73%), respectivamente.³⁷ Em sua pesquisa, o estudioso verifica que, mesmo em menor número, as taxas de alforrias elevam-se no período em que há o aumento da chegada de africanos entre as décadas de 30 e 40. O autor coloca que “o baixo número de forros sugere que Neves possuía perfil agrícola, com grandes plantações ou extração em larga escala”³⁸.

Os resultados aqui evidenciados permitem observar a freguesia em seu estágio elementar no que tange aos processos econômicos alinhados aos ideais da metrópole. Na chegada dos oitocentos, a população escrava começa a aparecer com vigor, muito provavelmente, além do contexto externo apreciado anteriormente, pela implementação da cultura da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café, desenvolvido positivamente na freguesia.

É interessante salientar que, na dissertação de Santos, o autor informa o número de escravos adultos sendo batizados. Consta nesses registros o total de 1.388 adultos (49,58%), em contraste com 1.411 inocentes (50,42%)³⁹, fator que, segundo Freire e Prata, soa como um indicativo da chegada de africanos, em sua maioria ilegais. Nos dados do período de 1850 a 1873, verificou-se entre a mesma população a quantidade de 210 indivíduos (7,04%). Entre esses, 30 registros são de 1855 a 1871 e, como mero detalhe, vale a constatação da ocorrência de cinco africanas adultas sendo batizadas em nome do senhor Antônio Joaquim Rodrigues da Costa no ano de 1869. Se oriundas do tráfico interno ou externo, não há possibilidade de verificação no presente momento.

Ao analisar a tabela referente à contagem da população por categoria social e período no trabalho de Santos, foi possível observar que, entre 1820

³⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 128.

³⁷ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 53.

³⁸ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 54.

³⁹ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 61.

e 1840, ocorre um maior número de registros de batismo de escravos.⁴⁰ Após, os índices movimentam-se em queda até 1850 e continuam na Tabela 1. Nessa perspectiva ampliada, é possível examinar o crescimento e o declínio da vida econômica na localidade, em consonância à afirmação de Faria ao dizer que “Neves foi uma freguesia de vida curta”⁴¹.

Tabela 2: Legitimidade de batizados por categoria social. 1850-1873

| | Escravo | % | Livre | % | Forro/ Liberto | % | Índio | % | Ilegível/ Não consta | % | TOTAL | % |
|--------------------------|---------|-------|-------|-------|-------------------|------|-------|------|-------------------------|------|-------|--------|
| Legítimo | 246 | 7,32 | 3.093 | 92,00 | 11 | 0,33 | 2 | 0,06 | 10 | 0,00 | 3.362 | 47,42 |
| Natural | 2.508 | 72,63 | 865 | 25,05 | 77 | 2,23 | 2 | 0,06 | 1 | 0,03 | 3.453 | 48,70 |
| Ilegível / Não consta | 230 | 83,64 | 35 | 12,73 | 1 | 0,36 | 0 | 0,00 | 9 | 0,00 | 275 | 3,88 |
| TOTAL | 2.984 | 42,09 | 3.993 | 56,32 | 89 | 1,26 | 4 | 0,06 | 20 | 0,28 | 7.090 | 100,00 |

Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII, VIII (1850-1873).

Quando ainda estava sendo gestada, Nossa Senhora das Neves apresentava altas taxas de legitimidade nos assentos escravos. Os números encontrados para o local foram os maiores em comparação às taxas verificadas em outras freguesias rurais do Rio de Janeiro entre os anos de 1789 e 1813. Representam 86,8% do total de 365 registros de batismo analisados por Faria.⁴² Santos verifica uma diminuição quando comparados aos resultados da autora, um total de 65,95% dentro de uma população de 2.799 escravos, números ainda elevados. Entretanto, como na análise consta divisão por períodos, constatou-se que essas taxas elevadas só se mantêm até a década de 40 do oitocentos, momento quando o número de batismos legítimos começa a diminuir.⁴³

Sobre a Tabela 2, optou-se por não dividir em períodos, pois, não obstante a curta temporalidade, a diferença é por si só dramática. É possível observar no recorte ampliado que a legitimidade entre filhos de casais escravos cai drasticamente, quase inversamente proporcional aos primeiros

⁴⁰ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 54.

⁴¹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 327.

⁴² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 325.

⁴³ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 66.

resultados em termos de percentagem. Verificaram-se 246 filhos legítimos (7,32%) para um total de 3.362 registros da mesma categoria, enquanto que os escravos nascidos naturais representam 2.508 do total (72,63%).

Faria esclarece que, nas áreas onde ocorria grande fluxo de escravos, as taxas de legitimidade tendiam a ser menores do que em regiões como em Neves.⁴⁴ A autora constatou, portanto, um cenário econômico muito elementar da freguesia, capaz de fazer a população escrava caminhar em proximidade dos hábitos praticados pela população livre. Ao avançar no tempo, a quantidade de escravos aumenta, a economia se desenvolve e complexifica, ao passo que a legitimidade dos filhos cativos diminui.

Como as taxas de legitimidade de escravos caem somente a partir da década de 40, é de se supor que, além do desarraigamento provocado pela inserção de novos braços às lavouras, de alguma forma ocorra a continuidade da organização familiar escrava na sociedade estabelecida em Neves ao longo do século XIX. Para que isso pudesse ocorrer, seria necessário, no mínimo, a perpetuação do equilíbrio entre os sexos durante todo o desenvolvimento da freguesia.

Tabela 3: Registros de batismos de escravos por sexo e período. 1850-1873

| | Homens | % | Mulheres | % | Ilegível / Não consta | % | TOTAL | % |
|----------|--------|-------|----------|--------|-----------------------|------|-------|--------|
| 1850-53 | 351 | 54,42 | 291 | 45,12 | 3 | 0,47 | 645 | 16,49 |
| 1854-57 | 224 | 55,72 | 178 | 44,28 | 0 | 0,00 | 402 | 12,85 |
| 1858-61 | 294 | 54,65 | 244 | 45,35 | 0 | 0,00 | 538 | 17,91 |
| 1862-65 | 271 | 53,14 | 239 | 46,86 | 0 | 0,00 | 510 | 18,42 |
| 1866-69 | 274 | 52,59 | 247 | 47,41 | 0 | 0,00 | 521 | 20,27 |
| 1870-73 | 176 | 47,96 | 189 | 51,50 | 2 | 0,54 | 367 | 13,99 |
| Ilegível | 0 | 0,00 | 1 | 100,00 | 0 | 0,00 | 1 | 0,07 |
| TOTAL | 1.590 | 53,28 | 1.389 | 46,55 | 5 | 0,17 | 2.984 | 100,00 |

Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII, VIII (1850-1873).

⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 326.

Visualizam-se, portanto, números muito próximos entre homens e mulheres escravizados. Faria observa, nos *Manuscritos de Couto Reis* referentes à divisão entre os sexos de cativos nas unidades produtivas da capitania da Paraíba do Sul para o ano de 1785, taxas de 51,36% para mulheres e de 48,54% para homens num total de 1.620 cativos.⁴⁵ Santos, do mesmo modo, evidencia no recorte de 1809 a 1850 o percentual de 45,84% para mulheres e 54,16% para homens nos registros de batismo.⁴⁶

Entre os adultos, o autor verifica diferenças maiores: 60,88% para homens e 39,13% para mulheres. Esse seria mais um indicativo da grande entrada de africanos, preferencialmente homens, para o trabalho nas lavouras, pois, como afirma Florentino, o tráfico de africanos criava um desequilíbrio nas categorias etário-sexuais, de modo que, entre a população adulta escrava, havia predomínio masculino numa proporção de até dois homens para cada mulher.⁴⁷

Tabela 4: Categoria social dos padrinhos de batizados escravos. 1850-1873

| | Padrinhos | Madrinhas |
|-----------------------|-----------|-----------|
| Escravo | 2343 | 1951 |
| Livre | 508 | 268 |
| Forro / Liberto | 41 | 58 |
| Santa(o) Protetora(o) | 7 | 527 |
| Ilegível / Não Consta | 85 | 180 |
| TOTAL | 2.984 | 2.984 |

Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII, VIII (1850-1873).

Conforme dito acima, batismos de escravos adultos representaram por volta de 7% de todo o universo da categoria, o que significa um grande número de nascimentos provenientes de ventres cativos. Esse fato se alinha

⁴⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 330.

⁴⁶ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 66.

⁴⁷ FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c.1790-c.1830. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009, p. 102.

ao período em questão – a forte diminuição do tráfico transatlântico –, que, por sua vez, criava necessidades aos senhores para suplantarem o problema a partir do incentivo à reprodução natural. A partir da Tabela 4, verifica-se que não só muitos nascimentos estavam ocorrendo, como também havia uma quantidade significativa de escravos apadrinhando outros escravos. Na região, entre 1770 e 1850, a maioria dos padrinhos de cativos eram os próprios, reforçando a hipótese de continuidade de grandes redes de vínculos parentais estabelecidos através do batismo⁴⁸, representativo da necessidade de tais relações para a manutenção e reprodução do sistema escravista.⁴⁹

Os batismos analisados de maneira isolada podem conter inconsistências, visto que cruzamentos com outros dados sempre enriquecem a análise. Entretanto, tendo em vista a importância social do sacramento, no sentido da necessidade de realizar o ato e de como ele era importante para a consagração do parentesco fictício, dados como os oferecidos pelas tabelas podem ser, de fato, valiosos instrumentos de apreensão dos hábitos de uma sociedade, ao menos a nível macro.

Considerações finais

Ao dedicar certa atenção a esses movimentos populacionais, é possível atestar influência da volatilidade da economia escravista, bem como especular sobre os impactos na vida íntima do cativo dessas terras. Cacilda Machado e Manolo Florentino corroboram o argumento ao afirmar que, quanto mais afastados estiverem as unidades produtivas do mercado de africanos, maior a taxa de escravos aparentados dentro delas, assim como o inverso: quanto maior a influência do mercado de escravos em determinada região, maior o grau de instabilidade das famílias escravas.⁵⁰

⁴⁸ Na dissertação de Santos, o autor traz fragmentos das redes de compadrio de cinco famílias escravas. O interessante é que são grupos formados no auge da inserção de novos braços, indicativo do vigor dessa estrutura social, bem como reforça a hipótese proposta. SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 94-105.

⁴⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 320; SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio...* p. 70.

⁵⁰ FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Séc XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 51-70, p. 63, 2000.

Foi visto que Neves se manteve pequena por muito tempo antes do seu apogeu e, ao atingi-lo, se manteve pequena comparada a outras áreas de alta produtividade do mesmo período. Conforme constatado, houve um momento em que se observavam altos índices de legitimidade entre filhos de ventres cativos. Sendo assim, é de se supor que, mesmo após o aumento da ilegitimidade, a união entre escravos e o estabelecimento de vínculos familiares estendeu-se de forma significativa.

O constante equilíbrio entre os sexos, que se observa desde fins do século XVIII até o período da análise, decerto pode ser um fator determinante para a continuidade dessas famílias. Como se trata aqui do período em que o tráfico de africanos já era proibido, Florentino explica que “em épocas de incerteza quanto à continuação ou não do tráfico, junto com a capacidade produtiva dos escravos valorizava-se a capacidade reprodutora da mulher cativa”⁵¹. A partir do baixo número de escravos adultos nos registros, é possível assegurar que a maior parte do número de escravizados é advinda do aumento vegetativo. Desse modo, supor que a união entre escravos ainda continua sendo valorizada é válido, mesmo sem a oficialização do matrimônio, que dependia de custos arcados pelo senhor para ser efetivado. Para corroborar ainda mais a hipótese, vimos os altos números de escravos batizando escravos, indicativo dos laços parentais produzidos e reproduzidos ao longo dos anos.

Acima de tudo, neste esboço é possível observar os primeiros passos da freguesia no início de seu declínio econômico. Esse fato corrobora as hipóteses ou de queda da produção, ou do alinhamento às futuras diretrizes da mão de obra assalariada, que lentamente fazia a população transitar das áreas rurais para os centros urbanos, ou ambos. Todavia, o distrito ao qual pertence a Paróquia de Nossa Senhora das Neves, como visto, não é mais do que um pequeno povoado nos dias atuais.

Florentino explica que “é razoável aceitar que as relações familiares escravas, os seus tipos de arranjos e, mesmo, os padrões socioculturais que realizavam a socialização parental também flutuassem ao sabor dos movimentos do tráfico negroiro”⁵². Desse modo, podemos compreender que em

⁵¹ FLORENTINO, Manolo. *Tráfico atlântico...* p. 104.

⁵² FLORENTINO, Manolo. *Tráfico atlântico...* p. 104.

Neves não foi diferente. Os dados acima movimentam-se em sincronia com os contextos regional, local e nacional. Porém, os resultados aqui apresentados limitam-se a esclarecimentos de natureza geral, sendo latente a necessidade de reconstruir os microcosmos das fazendas e a vida das famílias escravas da Freguesia de Nossa Senhora das Neves para compreender melhor aquela sociedade em toda a sua complexidade.

Escravidão, saúde e doenças em Cantagalo (século XIX)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa

Doutora em História das Ciências e da Saúde
pela Fundação Oswaldo Cruz
Professora do Departamento de História
da Universidade Federal do Amazonas

Introdução

Na historiografia da escravidão, encontramos amplos debates que buscam apresentar as características e especificidades das vivências escravas em seus cenários sociais, moldadas com o avanço da monocultura cafeeira no século XIX. Logo, por diversos ângulos, pesquisadores desvendaram aspectos do cotidiano da vida dos trabalhadores negros, apresentando como podiam ser múltiplas e complexas as relações tecidas nos espaços sociais marcados pela experiência do cativo. Sob diferentes perspectivas, tem sido dado relevo às questões sobre a vida e a morte dos escravizados, com ênfase na sobrevivência desses indivíduos tanto nos negreiros ao longo das travessias atlânticas como nos espaços das cidades e das fazendas. Os dados sobre a mortalidade dessa população revelaram-se um arsenal valioso de informações para a reconstrução dos cenários escravistas. Consequentemente, surgiu o interesse em desdobrar a investigação em torno das variáveis que condicionavam as elevadas taxas de morte entre a população escravizada. Assim, mapear as doenças e epidemias que assolavam os espaços em que aqueles circulavam revelou-se uma questão relevante no âmbito das pesquisas recentes.¹

Trazendo essas abordagens e análises em torno da história da escravidão, da saúde e das doenças para o centro de nossa discussão, a análise

¹ Ver: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. v. 1.

dos inventários *post-mortem* dos moradores de Cantagalo² no Vale do Paraíba fluminense nos conduziu para além de um quadro sociodemográfico e nos levou a analisar os diversos aspectos da experiência escrava nas comunidades de senzalas.

A partir da observação atenta das relações que eram constantemente reelaboradas entre escravizados e senhores na região, a doença como objeto de análise configurou uma questão válida para nos aproximarmos do universo escravo reconstruído nas *plantations* cafeeiras. As grandes transformações que alteraram as dinâmicas nas relações sociais nas fazendas de café do vale também podem ser examinadas pelas ações dos atores sociais envolvidos (escravizados, senhores, médicos), cujos comportamentos são, muitas vezes, indicativos de transformações que ocorreram nas sociedades em que viveram.

À medida que as taxas de mortalidade cresciam, decorrentes da intensificação da exploração do trabalho nas lavouras, estratégias de combate às moléstias eram acionadas pelos escravizados, africanos, libertos, crioulos e população livre e pobre em geral. Logo, as doenças e saúde dos escravos, antes vistas pelas “frestas da história”³, puderam ser recuperadas em dimensões mais complexas com a identificação de algumas moléstias que assolavam as senzalas e alguns padrões de mortalidade.

Logo, a aproximação com a história das doenças dos escravizados que abasteceram as senzalas de Cantagalo, uma região localizada entre os vales da parte oriental do Vale do Paraíba fluminense e precursora da economia cafeeira no século XIX⁴, revela-nos um amplo panorama das com-

² Na pesquisa que originou este capítulo, reunimos inventários *post-mortem* dos proprietários de escravos falecidos na região e através desse conjunto documental, investigamos questões sobre as estratégias de sobrevivência construídas por eles no cativeiro, tais como se eram doentes ou se fingiam para que fossem alforriados ou não vendidos. Assim, ao apreender as múltiplas variáveis que emergem nesses cenários, propomos demonstrar como as informações que surgem com a análise dos processos *post-mortem* fornecem indícios importantes de como os cativos viviam e lidavam com as experiências da morte e das doenças. Ver: BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. 269 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2014.

³ PORTO, A. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1.020, 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 01 ago. 2007.

⁴ Ver: TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2010. v. 2. p. 342-343.

plexas relações sociais que permeavam o cotidiano dos indivíduos dessa região. Por meio da investigação da saúde, observamos como o movimento de expansão das *plantations* cafeeiras no sudeste escravista estava intimamente conectado com a preservação daquele tipo de mão de obra em um contexto econômico, social e cultural caracterizado pela ampliação das fortunas dos proprietários das áreas de grande lavoura cafeeira. Assim, revelam-se as múltiplas estratégias relacionadas ao tratamento das doenças que eram empreendidas e as redes de relações que eram estabelecidas entre senhores, escravizados, médicos e farmacêuticos nas fazendas de Cantagalo do século XIX.

Cantagalo: pioneirismo e um novo cenário social, político e econômico

Em meados do século XVIII, em um período marcado pelo fascínio da exploração aurífera, garimpeiros e indígenas disputavam terras⁵ e poucos dos sertões do Macacu, situado entre a Serra do Mar e o rio Paraíba do Sul.⁶ O povoamento da região iniciou-se progressivamente em meio à decadência dos centros mineradores; surgiam novas alternativas de manter a atividade extrativa em outras regiões da província. Nas últimas décadas do mesmo século, o território do antigo *Sertão do Macacu* passou a ser conhecido como *Cantagalo das Novas Minas dos Sertões de Macacu* e contava com cerca de 200 moradores, incluindo aventureiros, mulheres e crianças.⁷

O pequeno arraial de Cantagalo, encravado entre os vales nas encostas das serras atlânticas, caracterizado por um clima tropical úmido⁸, servia

⁵ VINHAES, Eliana Maria Gonçalves. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992, p. 25.

⁶ De acordo com Rui Erthal, a região de Cantagalo situa-se no Planalto Atlântico Brasileiro: “Este planalto, denominado genericamente de Serra do Mar, apresenta-se basculado na direção norte e as suas bordas alinham-se na direção nordeste/sudoeste. Tais bordas, de origem tectônica, caem abruptamente sobre a planície litorânea, formando paredões íngremes que chegam a atingir 2.245m (Serra dos Órgãos). Estes blocos elevados da borda do planalto constituem-se em verdadeiros divisores de águas”. In: ERTHAL, Rui. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universitat de Barcelona, v. X, n. 218 (34), 1º ago. 2006, p. 2.

⁷ VINHAES, *op. cit.*, 1992, p. 27.

⁸ ERTHAL, R. *op. cit.*, 2006, p. 2.

de passagem para os viajantes que seguiam para as Gerais. O quadro de expansão demográfica que se seguiu em fins do século XVIII e início do século XIX refletiu o desenvolvimento da expansão do ouro nos pousos da região de Minas e, posteriormente, sua decadência. As clareiras abertas nas densas matas, formando pequenos núcleos de povoamento, multiplicavam-se à medida que mais aventureiros chegavam à procura de ouro.

O declínio na produção das regiões auríferas das Gerais e as novas possibilidades econômicas que surgiam com a descoberta de ouro inaugurada com a exploração nos sertões do Macacu contribuíram para que as autoridades provinciais direcionassem seus interesses para as terras localizadas no vale do alto do Rio Grande⁹, depois no do Rio Negro e, posteriormente, nos de Macacu e Ribeirão das Areias¹⁰. Contudo, logo foi notado o fracasso das atividades mineradoras, e o interesse dos aventureiros foi direcionado para as terras cultiváveis dos sertões do Macacu. Com o desbravamento e a ocupação progressiva do território, novas clareiras eram abertas para lavouras de mantimentos e roças. Logo, estruturaram-se transformações que impulsionariam o desenvolvimento de uma economia baseada na agricultura extensiva de terras e no trabalho de escravizados.¹¹

Nas primeiras décadas do século XIX, a Vila de Cantagalo, localizada no sul da Província do Rio de Janeiro, já se caracterizava por um crescente fluxo de mercadorias e pessoas, representando um dos espaços de “confluências”¹² entre as principais regiões da província. Era uma localidade ligada por via terrestre à cidade do Rio de Janeiro, cortada pelo Caminho Novo, que alcançava as áreas auríferas de Minas Gerais¹³, e também

⁹ Sobre a rede hidrográfica da Região Centro Norte Fluminense: “da Serra da Boa Vista partem os Rios Grande, Macaé, Macacu e Macabu. Enquanto o Rio Grande constitui-se um dos principais rios que descem o planalto em direção ao Paraíba, os três últimos, descendo a borda da Serra, procuram as baixadas litorâneas e alcançam o oceano. A presença destas bacias, cujas cabeceiras encontram-se próximas umas das outras, teve papel fundamental na comunicação entre diferentes regiões fluminenses – guanabarina, macaense, campista e serrana”. ERTHAL, R. *op. cit.*, 2006. p. 2.

¹⁰ De acordo com Clelio Erthal, foi a partir do alvará de 18/10/1786 que D. Luiz de Vasconcellos liberou incursões à região. In: ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, RJ: Netpress, 2008. p. 93.

¹¹ VINHAES, *op. cit.*, 1992, p. 32.

¹² BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da escravidão: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 142.

¹³ LOS RIOS, Adolfo Morales de. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2000. p. 50.

conectada a outras regiões da província por caminhos fluviais. Uma notícia no periódico *Correio Cantagalo* revela que, no início do século XX, a cidade ainda conservava algumas características de seu tempo áureo, período histórico marcado pelo papel central do café para a escravidão e para a economia atlântica no século XIX.¹⁴ O jornal local registrou, em comemoração ao aniversário da cidade, as principais características da região: desde a sua origem fora construída “em um estreito Valle ligeiramente alargado no centro ou em parte média, onde se assenta, cercada de montanhas que a fecham com duas cadeias laterais e pelo lado sul”¹⁵.

No que tange à articulação da montagem da economia cafeeira, a vila de Cantagalo surgiu como uma das mais importantes áreas de produção no panorama nacional e internacional. Cantagalo incorporava particularidades de um regime agrário que diferia das ocupações mais antigas da região ocidental do Vale do Paraíba, com destaque para as regiões de Vassouras, Valença e Barra do Piraí. Logo o município se tornou “o centro dinâmico da banda oriental do Vale do Paraíba Fluminense, influenciando um enorme número de municípios, desde Sapucaia até São Fidélis”¹⁶.

Segundo o estudo clássico de Emília Viotti (1998), inicialmente a expansão no Vale do Paraíba se deu pelas regiões de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Rezende. Só mais tarde, por volta da década de 1840, atingiu a zona oriental, logo tornando Cantagalo um dos principais centros da produção cafeeira. Trata-se de uma região que, desde a época colonial, era via de passagem natural com árduos caminhos que cortavam a serra, por onde circulavam inúmeros viajantes, que se embrenhavam nas matas pelas tortuosas picadas abertas no Vale para chegar às Gerais.

Desse modo, na tentativa de explicar o fenômeno do avanço da grande lavoura e, posteriormente, a crise do sistema escravista, E. Viotti já apresentava importantes contribuições para o debate acadêmico no ano de 1964

¹⁴ MARQUESE, Rafael Bivar. *Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX*. Conferência Internacional New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams, realizada em 24 e 25 de setembro de 2011 no St. Catherine's College, Oxford University, Inglaterra, p. 06. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/textomarquese.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁵ *Correio de Cantagalo*, 01/01,1915. BN: 3, 457,03,27.

¹⁶ ALMEIDA, Gelson R. de. *Hoje é dia de branco: o trabalho livre na província fluminense, Valença e Cantagalo, 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 28.

sobre aspectos fundamentais das “novas zonas” pioneiras de produção de café que transformaram a economia brasileira no período. Para o caso que por ora nos interessa, delineou um quadro em que localiza com sagacidade os fazendeiros do Vale: “Os interesses ligados à lavoura cafeeira desafiavam a lei. Resistiam à pressão inglesa. Desrespeitavam os tratados”¹⁷. Com relação ao rápido crescimento das áreas cafeeiras fluminenses, a autora afirma que poucos municípios no Brasil apresentaram concentração de escravos tão alta quanto aqueles territórios, enquanto fazendeiros do centro e oeste de São Paulo no mesmo período sofriam com a falta de trabalhadores cativos.¹⁸

Por toda a parte do vale o café era plantado, e Cantagalo era o centro precursor desse crescimento acelerado para os territórios vizinhos. Segundo Clélio Erthal, no período posterior à década de 30 do século XIX, foi possível ver que os vales, antes cobertos pelas florestas, foram tomados pelos cafezais.¹⁹ Logo, é crível afirmar que o complexo cafeeiro no Brasil foi montado no âmbito de um processo de longa duração e quadros mais amplos da economia nacional. As décadas de 1820 a 1860 foram um período crucial de crescimento e consolidação da produção cafeeira. Moldava-se um quadro social em que as *plantations* do Vale do Paraíba compunham, na época, a importante geografia do café da região com sua produção voltada para a exportação.

Eliana Vinhaes, ao pesquisar a evolução e a consolidação do sistema cafeeiro exportador em Cantagalo, identificou as vicissitudes que promoveram o rápido processo de enriquecimento da região agrária, em que fortunas locais foram acumuladas com os usos da terra e que promoveram, por outro lado, uma pobreza irreversível²⁰ de uma parte considerável da população da cidade. Segundo a autora, observa-se em Cantagalo uma ocupação e consolidação da economia cafeeira em detrimento de regiões de

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 79.

¹⁸ *Ibidem*, p. 105.

¹⁹ ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, RJ: Netpress, 2008. p. 199.

²⁰ BARCANTE, Eliana Vinhaes. Família e elite no agro fluminense: Cantagalo do Oitocentos. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). *II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. p. 18. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a17.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

ocupações mais antigas, como a que compreendia a parte ocidental do Vale do Paraíba. A reprodução extensiva do sistema agrário na região se fazia com a incorporação de terras e trabalhadores escravizados – em detrimento das técnicas de produção agrícola mais sofisticadas,²¹ em fronteira móvel, caracterizada por uma baixa densidade demográfica.²² De acordo com Eliana Vinhaes, em 1870, a economia não apresentava sinais de crise, o acúmulo das fortunas favoreceu os investimentos para o escoamento do precioso produto de exportação: o café.²³

Logo, Cantagalo ficou conhecida como o “coração da área de expansão cafeeira conhecida como sertões do Leste”²⁴, onde se celebravam e se estabeleciam fortunas locais de poderosas famílias.²⁵ O cenário de riqueza e prestígio econômico e social chamava a atenção de inúmeros visitantes, que deixaram registrados importantes testemunhos sobre a região, suas peculiaridades geográficas, sua produtividade agrícola, as principais técnicas empregadas na cultura cafeeira e as principais características da população que ali vivia.

Medicina e escravidão nas fazendas cafeeiras de Cantagalo

O rápido crescimento demográfico e o pioneirismo que caracterizavam todo o Vale do Paraíba fluminense como importante produtor cafeeiro comporiam o conjunto de variáveis que não só explicariam o sucesso da cafeicultura no centro-sul fluminense, como também atraíram o olhar de diversos indivíduos que circulavam pelas ambiências de Cantagalo. Assim, surgiram, nessa dinâmica, múltiplas estratégias para explorar ao máximo a

²¹ De acordo com o censo de 1872, o município de Cantagalo tinha uma população estimada em 29.053 indivíduos, dentre os quais 12.698 eram livres e os outros 16.355 eram cativos. ALMEIDA, Gelson R. de. *Op. cit.*, 1994. p. 91.

²² VINHAES, Eliana. *Op. cit.*, 1992, p. 50.

²³ Ricardo Salles, em seu estudo sobre Vassouras, também apontou o rápido crescimento da população escrava na banda oriental do Vale. Segundo ele, o crescimento da população cativa em Cantagalo ocorreu de forma superior à da população livre, sendo a população escravizada estimada em 59%. SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 186.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ “Antônio Clemente Pinto, barão de Nova Friburgo em 1887, denominado o verdadeiro imperador do Brasil, e seus filhos, Antônio Clemente Pinto, conde de São Clemente, e Bernardo Clemente Pinto, conde de nova Friburgo”. SALLES, Ricardo, *op. cit.*, 2008, p. 187.

mão de obra escravizada. À medida que ela se tornava mais escassa, o trabalho também era mais intenso, e os senhores passaram a utilizar estratégias de controle e cuidados com os doentes quando fosse necessário. A presença de médicos²⁶ diplomados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁷ atuando na região de Cantagalo agregava mais um componente na intrincada rede de relações conflituosas que eram tecidas entre a classe senhorial e seus escravos.

Nesse cenário, encontramos o médico alemão Reinhold Teuscher. Ao prestar seus serviços nas propriedades do importante fazendeiro Antônio Clemente Pinto, Reinhold Teuscher²⁸ conduz-nos com suas observações pelas fazendas de Cantagalo. Foi, provavelmente, na década de 1840 que Reinhold chegou à Comarca de Cantagalo após uma longa viagem pelos caminhos sinuosos que ligavam a província do Rio de Janeiro à parte sul do vale de café. Desde a sua saída da Corte imperial, pôde contemplar mudanças significativas na paisagem geográfica das regiões que compunham o território do Rio de Janeiro no século XIX. Talvez tenham chamado a sua atenção, ao percorrer os longos caminhos encravados na floresta, o relevo e o clima diferenciado do vale.

A narrativa do médico Reinhold Teuscher foi nosso ponto de partida para examinar as experiências relacionadas à saúde e à doença da população escrava de Cantagalo. Apesar de não ter sido o único médico a circular pelas fazendas da região, seu relato, publicado na tese médica em 1853, informou-nos importantes dimensões sobre o cotidiano dos escravos e sobre o trabalho que exercia como médico em uma das mais importantes propriedades locais: “Passo, portanto, a dar uma descrição sucinta das localidades, do

²⁶ Silvio Cezar de Souza Lima analisou de perto as relações entre escravidão e medicina. Cf. LIMA, S. C. de S. *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2011.

²⁷ As transformações políticas ocorridas nas primeiras décadas dos Oitocentos também influenciaram as mudanças do ensino médico. A reforma de 1832 transformou a academia médico-cirúrgica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ver verbete: “ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO”. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 11 maio 2022.

²⁸ TEUSCHER, Reinhold. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e publicamente sustentada aos 22 de julho de 1853. Rio de Janeiro: Villeneuve & Comp., 1853.

modo de viver dos escravos e da qualidade e quantidade de trabalho que pesa sobre eles”²⁹. O interesse de Reinhold Teuscher acerca dos aspectos de doença e mortalidade entre os escravos da Vila de Cantagalo levou-nos a explorar os espaços por onde o médico esteve e estudar como viveria a volumosa escravaria da região, objeto de investigação de suas pesquisas empíricas.

Tendo eu tido ocasião de observar durante mais de cinco anos o estado sanitário de mais de novecentos escravos, desejei muitas vezes poder obter algumas datas sobre a estatística sanitária da raça etiópica em outros estabelecimentos semelhantes a estes onde eu vivia.³⁰

Ao observar fatores como moradia, rotina de trabalho, divisão de tarefas, alimentação, vestimentas, estatísticas de nascimentos e mortes de homens e mulheres escravizados que viviam nas propriedades do Barão de Nova Friburgo, Reinhold Teuscher levantou interessantes questões sobre o cotidiano nas fazendas. Seu trabalho é instigante porque, ao problematizar o quadro sanitário daquela localidade, direcionou seu olhar para os cenários sociais em que os escravos viviam. Utilizou como referencial de análise, para escrever suas considerações, os espaços do complexo cafeeiro de uma das mais importantes famílias da região no período, a família Clemente Pinto: “Os novecentos escravos dos que trato estão repartidos entre cinco fazendas, situadas na distância de algumas léguas N. E. da Vila de Cantagalo em uma parte bastante montanhosa do país”³¹. Segundo Reinhold Teuscher, a densa escravaria não estava concentrada apenas nas roças de café, e grande parte dos cativos ocupavam-se dos serviços em obras, com tropas e outros serviços.³²

No universo específico de Cantagalo, o médico parecia conhecer bem as características da população escravizada e com isso pôde expor importantes considerações sobre as moléstias que afetavam os cativos. Em seu trabalho, chamou-nos atenção a maneira como algumas características daquela escravaria agregavam elementos importantes para explicar as doenças que atingiam as senzalas das fazendas. Uma doença importante, observada pelo médico, que debilitava os cativos era a *anemia intertropical* ou *opilação*. Segundo Reinhold Teuscher:

²⁹ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 6.

³⁰ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 6.

³¹ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 9.

³² TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 9.

Todas as influências debilitantes contribuem para o desenvolvimento deste mal; assim demasiados trabalhos, mau sustento, moradia úmida, falta de sono, excessos sexuais, graves moléstias agudas ou crônicas, principalmente com perdas de humores; parece particular que várias mulheres parecem opiladas durante a prenhez; as crianças são menos frequentemente atacadas. Dos escravos de Santa Rita adoeceram de opilação em 1848 29, em 1849 20, em 1850 7, em 1851 5, em 1852 (ano de muita chuva) 17; e como o tratamento desta doença é sempre prolongado, a duração média das moléstias nestes anos foi em proporção direta aos números de opilados. Esta duração foi de 15, 9 dias em 1848, de 14, 9 em 1849, de 4, 8 em 1850, de 10, 9 em 1851 e de 14, 5 em 1852.³³

Para o médico, seriam numerosas as causas para a disseminação da opilação, mas o clima úmido e chuvoso de Cantagalo traduziria um fator importante para o adoecimento dos escravizados. Do total de trabalhadores que faleceram no período de cinco anos, cerca de dois terços teriam sido por opilação. Uma doença cujo tratamento era “empírico” e que, quando não afetava gravemente o indivíduo, apresentava uma solução: “o ferro unido aos outros tônicos cura ordinariamente a doença com certeza”³⁴. Contudo, relatou que mesmo os indivíduos já curados podiam sofrer novamente da mesma enfermidade, “a qual cada recaída fica mais rebelde, e o doente acaba por morrer de hidropisia geral ou de diarreia crônica, ou de qualquer complicação com outra moléstia”³⁵.

O quadro de saúde dos escravizados revelou-se ainda mais aterrador quando o médico descreveu outras doenças que os afetavam. De acordo com ele, a moléstia conhecida vulgarmente como “constipação” levava muitos trabalhadores ao hospital, uma das importantes benfeitorias construídas nas fazendas do Barão de Nova Friburgo. Segundo Reinhold Teuscher, a constipação caracterizava-se por “um reumatismo agudo, muitas vezes acompanhado de sintomas gástricos ou inflamatórios”³⁶. Com a descrição dos sintomas, podemos imaginar que muitos escravos atingidos pela constipação certamente ficavam impossibilitados de exercer suas ocupações nas fazendas. Vejamos os principais sintomas descritos pelo médico: “forte dor de cabeça na frente, dores reumáticas pelo tronco, braços, pernas e nuca; arrepios de frio, pele quente, fastio, muitas vezes algu-

³³ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 09.

³⁴ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 09.

³⁵ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 10.

³⁶ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 10.

ma febre”³⁷. Ao longo dos anos em que esteve observando os cativos, o médico identificou, nos períodos de mudanças de estação, algumas das doenças que mais os atingiram: complicações gástricas, bronquites, diarreias, disenterias:

(...) no tempo do calor apareceram com preferência as complicações gástricas. As bronchites são frequentes, e grassão epidemicamente nas épocas de mudança de estações. Diarreias e disenteria mostram-se em maior número durante o tempo de calor. Febres intermitentes não aparecem senão importadas de fora; porém muitas moléstias de qualquer natureza, principalmente na idade infantil, afetam um tipo intermitente ou ao menos remitente.

Ao expor as *observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, o médico destacou a importância dos escravizados como força de trabalho fundamental nas áreas de expansão da lavoura cafeeira. O problema central da tese de Reinhold Teuscher revela as múltiplas experiências que eram comuns aos trabalhadores escravizados do vale, esboçando um quadro aterrador de doenças que tornavam a exploração do trabalho nas roças e nos terreiros ainda mais penosa.

O estudo do médico indicou como o olhar das doenças revela estruturas dos cenários sociais transformados pela dinâmica escravista. Das propriedades citadas pelo médico alemão Reinhold Teuscher em sua tese de doutoramento, encontramos registros do patrimônio histórico da Fazenda Areias. Nessa fazenda, foi localizada uma enfermaria que serviria para o tratamento dos cativos doentes. Sobre esses hospitais, Reinhold Teuscher descreve-nos:

Só as fazendas de Santa Rita e Areias têm hospitais regulares, com enfermeiro branco, e fornecidos todos os recursos necessários; das outras fazendas são os doentes mais graves enviados para estes hospitais; as moléstias mais leves tratam-se em casa; só Itaoca manda todos os seus doentes para o hospital de Areias. Este é o motivo porque só posso apresentar datas completas sobre as povoações de Santa Rita³⁸.

Na Fazenda Areias, funcionou um prédio que servia de hospital dos escravos, medindo aproximadamente 573 m². A construção ficava bem ao lado da casa principal e preserva até hoje algumas de suas características originais.

³⁷ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 10.

³⁸ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 6.

Figura 1: Fazenda Areias, hospital dos escravos



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=1221>. p. 261. Acesso em: 15 dez. 2021.

A Fazenda Areias, construída em meados dos Oitocentos, destacava-se das outras propriedades locais e era vista como uma “das mais belas casas de morada em estilo colonial de toda a região, com belíssimas proporções, trabalhos em cantaria e carpintaria e expressivos murais em seu interior”³⁹. Além disso, “possuía um formidável conjunto produtivo que contava com armazéns, engenhos, máquinas de beneficiar café, uma usina elétrica de 56 cavalos de força, mais de 600 mil pés de café, grandes lavouras de cana e de cereais”⁴⁰.

O responsável contratado para a construção da propriedade foi o engenheiro holandês Jacó van Erven (Jacobus Gijsbertus Paulus van Erven) (1800-1867), que mais tarde tornou-se sócio do Barão de Nova Friburgo. Sobre o hospital dos trabalhadores escravizados, reproduzido nas figuras anteriores, encontramos um processo de apelação com o registro de uma

³⁹ *Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=1221>. p. 261. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁴⁰ *Ibidem*.

enfermaria que pertencia ao espólio dos bens do barão. Em 1893, foi aberto um processo em que parte da sociedade dos herdeiros do finado Antônio Clemente Pinto, denominada Engenho Central Rio Negro, foi liquidada, tendo como apelante no processo o então herdeiro Conde de Nova Friburgo. Nessa ação, foram descritos os valiosos bens da família Clemente Pinto, e uma enfermaria aparece inventariada no libelo. É bem provável que tenha sido a mesma enfermaria em que o médico alemão trabalhou, já que a propriedade de Areias era uma das mais importantes da região. Entre os objetos que pertenciam à enfermaria, foram registrados, nesse processo, lençóis de algodão, fronhas, cobertores e urino⁴¹, tudo avaliado no valor de 12.500 réis.⁴²

Outros indícios sobre o governo dos escravos no Vale do Paraíba Fluminense surgem com a morte do engenheiro holandês Jacó van Erven. As informações que constam em seu inventário *post-mortem* em 1867 lançam luz sobre os 457 escravizados que viviam em suas terras, constituindo uma fonte preciosa de informação sobre a escravidão e as condições de trabalho nas *plantations* cafeeiras. Segundo esse inventário⁴³, Jacob possuía sociedade com o Barão de Nova Friburgo nas Fazendas Água Quente, Boa Fé, Santa Clara do Macuco, São Martinho, Potosi e São Bartolomeu.

Nas Fazendas Água Quente, Santa Clara de Macuco e São Martinho, foram registrados hospitais e enfermarias para receber os doentes escravizados. Essas propriedades também faziam parte do complexo produtivo do Barão de Nova Friburgo. Na Fazenda Água Quente, foi registrado “um hospital com uma cozinha” e botica avaliada em oito contos de réis, na segunda, uma “enfermaria em mal estado” no valor de 150 mil réis e na Fazenda São Martinho, “uma casa de hospital” avaliada em 600 mil réis. Como as outras propriedades eram anexas a essas fazendas, é bem provável que os doentes fossem tratados nesses espaços.

⁴¹ De acordo com o verbete no dicionário de Raphael Bluteau: “ourinol: vaso que recebe a ourina”. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. p. 100. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/simple-search?query=Vocabulario+portuguez+%26+latino>. Acesso em: 15 dez. 2021, p. 147.

⁴² Apelação, Conde de Nova Friburgo, Cx. 202, 1893. Museu da Justiça do Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ).

⁴³ Inventário *post-mortem* de Jacob van Erven, 1867. Museu da Justiça do Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ).

A população escravizada produtiva das propriedades que faziam parte do espólio de Jacob van Erven era composta não apenas por homens, sendo a presença de mulheres em idade produtiva bastante significativa. A presença de uma parcela considerável de crioulos, particularmente nessas propriedades, revela-nos como um dos mais importantes centros cafeeiros sobreviveu a problemas decorrentes da escassez de mão de obra africana. Destacam-se também, a partir da leitura do inventário de Jacob van Erven, os registros de famílias de trabalhadores escravizados vivendo em suas fazendas, ou seja, alguns aparecem divididos nas listas e registrados como “famílias”. Logo, verificamos que, no quadro demográfico que caracterizava as propriedades de médio e grande portes, revelaram-se aspectos particulares daquela população escravizada.

Quadro 1: Distribuição da população escravizada das fazendas de Jacó van Erven segundo faixa etária, sexo e procedência (1870)

| Fazendas | Inocentes | Africanos | | Crioulos | | Total |
|-------------------------------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| | | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | |
| Fazenda Potosi | 5 | 4 | 3 | 3 | 8 | 23 |
| Fazenda São Martinho | 26 | 13 | 6 | 29 | 27 | 101 |
| Fazenda Santa Clara do Macuco | 7 | 35 | 18 | 26 | 25 | 111 |
| Fazenda Águas Quente | 15 | 18 | 20 | 37 | 25 | 115 |
| Fazenda São Bartolomeu | 5 | 4 | 3 | 3 | 8 | 23 |
| Fazenda Boa Fé | 11 | 14 | 5 | 31 | 23 | 84 |
| Total | 69 | 88 | 55 | 129 | 116 | 457 |

Fonte: Inventário *post-mortem* de Jacob van Erven, 1867. Museu da Justiça do Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ).

Na análise das informações sobre os trabalhadores das fazendas de Jacob Van Erven, destacam-se importantes pistas dos arranjos familiares que transformavam as experiências nas senzalas. Em Santa Clara de Macuco, foram registradas, pelo inventariante, oito famílias.⁴⁴ Na Fazenda São

⁴⁴ As *famílias*, identificadas pelo inventariante do processo, eram compostas, na maior parte, por mulheres com seus filhos inocentes e adultos.

Martinho, encontramos 11 famílias. Na propriedade de Água Quente, também foram registradas 11 famílias. No Sítio São Bartolomeu, quatro famílias foram identificadas. Na Fazenda Boa Fé, foram anotadas dez famílias. Em Potosi, encontramos o registro de quatro famílias vivendo na propriedade. Vale ressaltar que os escravizados da Fazenda Boa Fé estavam divididos em duas senzalas: uma destinada aos “pretos” e outra só para as “pretas”.

Cogitamos que os laços familiares e de parentesco construídos nas senzalas das fazendas tenham sido determinantes nas escolhas das mães escravas sobre o melhor tratamento a ser dispensado a seus filhos. Segundo o “olhar branco”⁴⁵ do médico alemão Reinhold Teuscher, era difícil cuidar da saúde das crianças:

Se o tratamento medical dos pretos em geral encontra muitas vezes obstáculos na sua falta de inteligência, se a dificuldade em que maior parte deles se achão e dar conta dos seus sofrimentos limita ordinariamente à exclusão apreciação dos sintomas objetivos, isto tem lugar em muito maior no tratamento das crianças. As mães, pouco cuidadosas ou mal esclarecidas, contribuem geralmente antes para fazer os seus filhos doentes do que para conservar-lhes os seus filhos a saúde, e estorvão o tratamento em lugar de o ajudarem⁴⁶.

Talvez muitos escravos da fazenda tenham se negado a ser tratados ou a tomar as drogas oferecidas por seus senhores ou por médicos nos hospitais e/ou enfermarias das fazendas. Poderíamos supor que muitos escravizados recorressem aos serviços de cura de outros companheiros do cativeiro ou mesmo livres e libertos que viviam nas fazendas de Cantagalo.

Nas fazendas de Cantagalo, verificamos que os senhores também dispensavam certos cuidados à sua escravaria. Além das duas fazendas com hospitais identificadas pelo médico alemão, Areias e Santa Rita, encontramos o registro de outras construções que serviram de hospital ou enfermaria para os doentes escravizados, assim como o registro de gastos com o tratamento de suas doenças em algumas propriedades da Vila de Cantagalo. Vejamos alguns desses documentos. Em fevereiro de 1877, foi registrada

⁴⁵ Com importantes abordagens sobre a família escrava destaca-se o estudo de Robert Slenes. Ele analisou as estratégias e escolhas que moldavam os arranjos familiares cativos, fundamentalmente formados por aspectos de heranças culturais, que ganhavam contornos próprios na experiência do cativeiro: SLENES, R. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 142.

⁴⁶ TEUSCHER, Reinhold, *op. cit.*, 1853, p. 11.

a visita de um médico na Fazenda Amparo, onde viviam 66 indivíduos de propriedade do falecido Lino Pinto da Rocha. O inventariante Jerônimo Pinto da Rocha anexou ao processo notas de pagamento com algumas despesas que teve com a propriedade. Uma dessas notas informa que o inventariante pagou pelos serviços do médico que foi “chamado” em um dia “com chuva” e por uma “receita” ao escravo Carlos, de 57 anos, trabalhador da roça. Outro registro indica um “chamado com temporal e a insistência do mesmo exame e receitas para os escravos Carlos, Ambrósio, Aninha, Domingas”⁴⁷. Novamente, o médico precisou voltar à fazenda, foi “chamado com mesmo contratempo e repetição para Aninha, e novos exames para os enfermos acima mencionados”. Em junho de 1877, foram anotados outros gastos com os doentes escravizados. Uma nota com o valor de 25 mil e 500 réis foi usada para pagar Henrique Hafeld, proprietário de uma botica na região. Estavam entre os itens pagos: “remédios para o menino Honorato”, “pílulas para Agostinha”, “xarope para Agostinha”, “pílulas para Aninha”, “um vidro de peitoral de cereja”, “pomadas”, “basilicão”.

Em 1883, a doença de outro morador de Cantagalo, Manoel Pereira Lopes⁴⁸, proprietário de uma fazenda com 40 escravos, levou o médico Dr. Torres Quintanilha à sua residência. Além de tratar Manoel com longas “visitas” e “horas de assistência à cabeceira do enfermo”, o médico aproveitou para cuidar de outros doentes da casa. Segundo consta em uma nota anexada ao inventário, ele recebeu por “visitas ao escravo Manoel Antônio”, “visita ao escravo Joaquim” e novamente por “consulta ao escravo Manoel Antônio”.

Em termos gerais, as estratégias empreendidas por senhores, médicos e trabalhadores escravizados agregam novas perspectivas analíticas para compreendermos os complexos cenários sociais que emergiram nos Oitocentos. Uma economia de *plantation* que se estruturava em meio à competitividade econômica na produção cafeeira, com demanda constante por mão de obra cativa, pressão por terras férteis e ainda a necessidade de lidar com as questões inerentes à própria sobrevivência do siste-

⁴⁷ Inventário *post-mortem* de Lino Pinto da Rocha, 1875. Museu da Justiça do Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ).

⁴⁸ Inventário *post-mortem* de Manoel Pereira Lopes, 1883. Museu da Justiça do Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ).

ma escravista, carecia de encontrar rapidamente meios para sustentar e garantir a expansão da riqueza de seus investidores, os senhores de escravos e terras.

Os cenários apresentados até aqui são indicativos da intensificação do uso da mão de obra escravizada na região oriental do Vale do Paraíba fluminense. Os dados sobre o crescimento das *plantations* cafeeiras e as características gerais das populações que experimentaram os efeitos desse crescimento acelerado constituem elementos essenciais na análise histórica para o entendimento da sociedade brasileira no século XIX.

Quando consideramos coletivamente os indícios de saúde e doenças, mapeando relações sociais entre senhores, médicos e trabalhadores escravizados, pressupomos que a economia no campo era mais complexa e que as estratégias para manter a escravaria produtiva eram múltiplas.

Tais relações caracterizam um período em que mais se intensificava o tráfico ilegal de africanos e mais se institucionalizava o discurso médico.⁴⁹ Nesse caso, não se esgotam as possibilidades de compreendermos outras dimensões das levas de trabalhadores escravos que compuseram os espaços sociais transformados pela expansão cafeeira. Podemos dizer que o médico Reinhold Teuscher foi perspicaz não só ao se estabelecer em uma das mais ricas propriedades da região, atuando como médico das fazendas, como também ao elaborar um trabalho sobre o estado sanitário dos escravos, indicando a pertinência de se observarem as particularidades que se esboçavam na aproximação da vida escrava.

Considerações finais

A partir da observação do conjunto das ações direcionadas aos cuidados com os homens, mulheres e crianças escravizados em Cantagalo, notamos que a economia nas fazendas da referida cidade traduzia uma política empreendida pelos proprietários da região com forte interesse em preservar a mão de obra escravizada. Ao mesmo tempo que o fluxo de escravizados para as lavouras cafeeiras do Sudeste se intensificava, alimentando as *plantations* de Cantagalo, médicos e farmacêuticos seguiam o mes-

⁴⁹ Cf. EUGÊNIO, Alisson. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. *Afro-Ásia*, 42, p. 125-156, 2010.

mo movimento de expansão *serra acima*⁵⁰. Esses últimos atores sociais buscavam, sobretudo, oportunidades de auferir mais lucros com o enriquecimento dos senhores da região, oferecendo-se para tratar os doentes das ricas famílias e seus trabalhadores escravizados.

Além disso, considerando os universos sociais dinâmicos e multifacetados que surgiam no entorno das senzalas do vale, concluímos que as precárias condições de vida dos negros de Cantagalo certamente influenciaram a elaboração de ações de sobrevivência dentro do cativeiro. Desse modo, além de notarmos as complexas relações sociais tecidas entre esses e os seus senhores, que moldavam o sistema escravista, a análise qualitativa dos processos e inventários *post-mortem* demonstrou-nos que é possível perceber outros agentes sociais envolvidos no processo de construção daquele sistema. Os médicos – muitos diplomados pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro –, ao tratarem das doenças da população escravizada, tinham a tarefa de mantê-los em condições favoráveis para a intensa exploração de seu trabalho. Naquele cenário, caracterizado pela expansão das fortunas dos senhores de Cantagalo, os indivíduos envolvidos nos cuidados com os doentes – boticários, cirurgiões, médicos – adquiriram um papel de destaque no jogo das relações sociais que eram empreendidas na região.

Nesse sentido, ao desvelarmos as dimensões da experiência de uma parte da população escravizada em Cantagalo no âmbito da História da Saúde e da Doença, expomos as relações sociais que se estabeleciam nas *plantations* e os processos materiais que constituíam as ambiências do vale. Nesse quadro de referências, buscamos observar como os diversos sujeitos que seguiram o fluxo dos caminhos abertos com a expansão econômica e social do Vale do Paraíba (visitantes estrangeiros, trabalhadores livres, proprietários de terras, médicos, etc.) contribuíram para modificar as estruturas locais daquele regime moldado pela expansão cafeeira.

Enfim, retomando os caminhos traçados pelo médico Reinhold Teuscher, que conduziu nossa análise em parte deste capítulo, suas impressões regis-

⁵⁰ A expressão foi registrada por Mawe, conforme teria ouvido de seus informantes: “Cantagaloense é de *serra acima*, não gosta de farinha de mandioca; isto é para gente de serra abaixo, gente de Araruama – dizia em família o pai do autor dessas notas, natural de Cantagalo” (grifo nosso). MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 98.

tradas na tese médica sobre as condições sanitárias em algumas propriedades de Cantagalo impeliram-nos reconstruir a paisagem social das vilas e comarcas que faziam parte do território local ao longo do século XIX, analisando cenários de escravidão e doenças de algumas de suas principais fazendas, que não se esgotam no âmbito deste texto. As observações sobre a região de Cantagalo, que se estabelecia no período como importante centro dinâmico cafeeiro do Vale do Paraíba fluminense, levaram-nos a avaliar, analiticamente, os escravos doentes das *plantations* daqueles vales e as condições que causavam tais doenças. Eram essas marcadas por formações escravistas particulares e moldadas por complexas articulações sociais, constituintes da ocupação do espaço geográfico de Cantagalo por novas roças de café e pela transformação de seu ambiente natural.

Sobre os autores e as autoras

Ana Lucia Penha

Mestre (2001) e Doutora (2012) em História pela UFF – Niterói. Professora concursada da Prefeitura de Macaé (2000). Atualmente leciona no Ensino Médio do Colégio de Aplicação de Macaé (CAp). Integrou o quadro de professores do Curso de Graduação em História FAFIMA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé de 2012 a 2018.

Antonio José Cruz Vitória

Graduado em Psicologia Clínica pela Faculdades Integradas Maria Theresa (2008). Mestre em História na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Carlos Felipe Bento Bessa

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2017). Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da UNIRIO (2021 – atualmente).

Claudia Rodrigues

Doutora (2002), Mestre (1995) e graduada (1991) em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade do CNPq. Jovem Cientista Nosso Estado/FAPERJ: 2012-2015. Desenvolve estudos com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, mais especificamente sobre: história da morte, ritos fúnebres, testamentos, religião e religiosidades, escravidão e africanidade. Teve sua Dissertação de Mestrado e sua Tese de Doutorado premiadas, respectivamente, pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1995) e pelo Arquivo Nacional (2003).

Fabio Francisco dos Santos

Historiador graduado com mestrado em História Social; jornalista graduado com pós-graduação em Comunicação Empresarial. Como Historiador, possui experiência com pesquisa em fontes seriais, docência, historiografia social e cultural. Mestre em História na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Henrique Bon

Médico, foi diretor do Hospital Estadual Psiquiátrico (1983-1985), durante a Reforma Psiquiátrica e presidente da Associação Fluminense de Psiquiatria. Como escritor publicou o ensaio histórico “Imigrantes” (Ed. Imagem Virtual – 2004), o romance histórico “A Noite dos Peregrinos” (Ed. Imagem Virtual – 2008, segunda edição Ed. Vermelho Marinho – 2020), traduzido para o francês em 2017 e os livros de contos “A Primavera Improvável” (Ed. Vermelho Marinho – 2013), “A Última vez que vi meu pai” (Ed. Vermelho Marinho – 2015) e “A Fronteira” (Ed. Vermelho Marinho – 2017). No prelo, para lançamento ainda esse ano, seu último livro de contos; “Parem as Rotativas” (Ed. Vermelho Marinho). Como contista foi contemplado com o primeiro prêmio no concurso Paulo Setúbal-SP (2010), e os prêmios FEMUP em 2011 e 2012.

Keith Barbosa

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2008), mestrado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2010) e doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (2014). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atua em Pesquisa, Ensino e Extensão nas áreas da História, com ênfase na História da África e na História da Saúde e das Doenças.

Marcia Amantino

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), mestrado (1996) e doutorado (2001) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado (2016) em História do Império Português pela Universidade Nova de Lisboa e pós-doutoramento pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009-2010) e pela Universidade de

Évora, Portugal (2012). É professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira e professora adjunta do Departamento de História da UERJ. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia. Atua principalmente nos seguintes temas: Companhia de Jesus, escravidão negra e indígena, Rio de Janeiro.

Maria da Conceição Vilela Franco

Doutora, Mestre e Graduada em História. Desenvolve pesquisas na área de História Regional, com ênfase em Escravidão, História da Morte, especialmente sobre os Cemitérios, Sepulturas e Religiosidades. Teve a sua Dissertação de Mestrado premiada no Concurso Literário da Funemac (2015)/Prefeitura de Macaé. Atualmente realiza Estágio Pós-Doutoral na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), com supervisão da Prof^ª. Dra. Marcia Sueli Amantino.

Marianny de Castro Câmara (*in memoriam*)

Doutoranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ, Bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ (2020). Especialista em História das Religiões pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (2018). Graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2016). Experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, História Medieval, História das Religiões e História do Brasil.

Renata Gomes dos Santos Palma

Mestranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ, Bolsista da CAPES. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (2019). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Atua como Tutora Presencial no Polo CEDERJ/Cantagalo. Curso de Licenciatura em História, na modalidade semipresencial nas disciplinas de História do Brasil I, História e Filosofia e História Moderna II. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e paleografia de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX.

Roberto Guedes

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1999) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é membro colaborador do PPGHIS da UFRJ, bolsista UAB da UNIRIO, professor titular da UFRRJ e associado e membro permanente do PPHR da mesma UFRRJ. Tem experiência na área de História, com ênfase em Escravidão no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, alforria e mobilidade social no Brasil de Antigo Regime, inclusive século XIX, e comércio de cativos, alforria e escravidão em Angola.

Ronaldo Pereira dos Santos

Mestrando em História pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Licenciatura em História pela Faculdade Santa Marcelina Muriaé – FASM (2020). Membro do grupo de pesquisa do CNPQ “Política, Sociedade e Economia do Brasil ao longo do século XIX” liderado pela professora Vitória Fernanda Schettini.

Vinícius Maia Cardoso

Graduado em História pela Universidade Salgado de Oliveira, Campus São Gonçalo/RJ, em 2004. Pós-graduado *Lato Sensu* em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2006. Mestre em História do Brasil, na Linha de Pesquisa Sociedade, Cultura e Trabalho, pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Campus Niterói, em 2009. Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, Campus Niterói, em 2022, com a tese “Pouco Conhecido, Montuoso e Emboscado: Poder e Economia no Sertão do Macacu – 1786 a 1790”.

Vitória Fernanda Schettini

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina (1990) e graduação em História na Universidade Estácio de Sá (2021). Pós-Graduação em Fundamentos Educacionais (1991), mestrado em História pela Universidade Severino Sombra (2006). Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011), com Estágio Doutoral na Universidade do Minho. Pós-doutora em História na Universidade do Minho – Portugal. Atualmente é professora da Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ. Tem experiência nas seguintes áreas: História de Minas Gerais, História Regional, História Demográfica, Brasil Império e História Comparada. Atua principalmente nos seguintes temas: sociedade e economia mineira, demografia escravista, análise comparada entre a Zona da Mata mineira e Minho. Bolsista Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (Faperj/2019).

No ano de 2011, um grupo de pesquisadores ligados ao Laboratório de Acervo e Documentação Histórica – LADOCH, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira e docentes de outras universidades do Estado do Rio de Janeiro, lançaram o livro *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. A obra foi um desdobramento do projeto de pesquisa “Macaé em fontes primárias”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Na época, historiadores ligados diretamente ao projeto e outros, organizaram o “Primeiro Encontro Macaé em fontes primárias: escravidão, cultura e sociedade”. Os textos apresentados no evento foram, posteriormente, transformados em capítulos do referido livro. Agora, doze anos depois, parte da antiga equipe e novos pesquisadores (incluindo mestrandos, mestres e doutorandos), se uniram com o objetivo de identificar os avanços na historiografia sobre a região. Todavia, as pesquisas cresceram e os interesses também. Assim, desta vez, neste novo livro, intitulado *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX*, foram analisadas as regiões de Macaé e de Cantagalo, tentando compreender em que medida suas configurações históricas se aproximam ou não. A obra tem como propósito servir de síntese sobre alguns dos principais temas históricos de ambas as sociedades no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX.

O livro, *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII-XIX*, fruto de trabalhos acadêmicos e de pesquisas com enfoques variados, está dividido em duas partes e uma apresentação que busca ser um norteador de possibilidades de pesquisas comparativas entre as duas regiões. A primeira parte, “Povoamento, ocupação e sociedade”, possui sete capítulos elaborados por nove autores; já a segunda parte, dedicada aos estudos sobre escravidão, contém seis capítulos. Ao todo, o livro congregou 14 autores de instituições e formações distintas.

